

Luís Miguel Moreira

O Alto Minho na Obra do Engenheiro Militar Custódio José Gomes de Villasboas

Luís Miguel Moreira

O Alto Minho na Obra do Engenheiro Militar Custódio José Gomes de Villasboas

Centro de Estudos Geográficos
Universidade de Lisboa
2011



**O Alto Minho na Obra do
Engenheiro Militar Custódio
José Gomes de Villasboas**

© (2011) Centro de Estudos Geográficos - Universidade de Lisboa

Título: O Alto Minho na Obra do Engenheiro Militar Custódio José Gomes de Villasboas – Cartografia, Geografia e História das Populações em Finais do Século XVIII

Autor: Luís Miguel Moreira

Capa:

Arranjo gráfico: Paulo Nunes

Execução Gráfica: ITC – Porto

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida sob qualquer forma sem a permissão do editor.

Depósito legal: 328352/11

ISBN: 978-972-636-210-4

Luís Miguel Moreira

**O Alto Minho na Obra do
Engenheiro Militar Custódio
José Gomes de Villasboas**

**Cartografia, Geografia e História das
Populações em Finais do Século XVIII**

**Centro de Estudos Geográficos
Universidade de Lisboa
2011**

Para a Mariana

Índice

Índice

Apresentação	11
Siglas e abreviaturas	14
Nota prévia	15
Introdução	17
I – A Cartografia ao serviço do Estado	29
1 – O conhecimento do Território.	29
2 – A reestruturação do Território.	37
II – A Cartografia do Entre Douro e Minho (séculos XVII e XVIII)	55
1 – Os mapas da Guerra da Restauração	56
2 – Os <i>Mapas da Província de Entre Douro e Minho</i>	66
As versões impressas	68
As versões manuscritas	91
III – O Engenheiro Villasboas: percurso bio-bibliográfico.	113
1 – O militar e o cientista.	113
2 – Os mapas, as estatísticas e os projectos	121
IV – O Entre Douro e Minho na Cartografia do Engenheiro Villasboas.	135
1 – <i>O Mappa da Provincia d’Entre Douro e Minho</i> (1796)	142
2 – <i>O Mappa do Districto entre os rios Douro e Minho</i> (1813)	189
V – O Alto Minho em finais do século XVIII: demografia, economia e estratégia militar.	213

1 – A distribuição da população e o povoamento	216
2 – As actividades económicas	229
3 – Os circuitos comerciais.	237
4 – A Defesa das Comarcas fronteiriças	252
Conclusão	263
Bibliografia	271
Notas	307

APRESENTAÇÃO

Depois da obra marcante de Jaime Cortesão o estudo da Cartografia portuguesa no século XVIII não tem tido muitos interessados, e menos ainda no que respeita ao Portugal ibérico. O Século das Luzes é o do Brasil na História do Império e também o é no que respeita à Cartografia. Assim, são muito parcelares as abordagens em temas, espaços, autores e períodos cronológicos específicos.

Terminada a Guerra da Restauração, em 1668, os cartógrafos portugueses puderam dedicar-se a outros mapas para além dos estritamente militares. Mas os conflitos voltaram às fronteiras peninsulares várias vezes ao longo de Setecentos – Guerra da Sucessão de Espanha, Guerra Fantástica -, mas também às colónias da América do Sul, da África e da Ásia. Daí a elaboração de mapas regionais para planeamento geo-estratégico e levantamentos topográficos em torno de cidades, vilas e fortalezas. O contributo de cartógrafos, arquitectos e engenheiros militares estrangeiros continuou a ser importante na produção cartográfica em Portugal.

Por seu lado, a cartografia náutica respondeu às preocupações sobre a navegação e a defesa dos litorais, em particular dos portos do Atlântico e do Índico. As rotas das armadas eram permanentemente estudadas e os locais de passagem e abastecimento alvo de levantamentos de acidentes da costa, profundidades, correntes e marés. Os detalhados roteiros náuticos complementavam-se com mapas a diversas escalas, alguns dos quais impressos em Lisboa, contudo, seguindo os modelos estrangeiros, originais ou traduções. Um particular universo desta cartografia hidrográfica relaciona-se com o tráfico de escravos entre a África ocidental e meridional e a América do Sul.

Em África, a colonização portuguesa repartia-se entre fortalezas e entrepostos comerciais, faixas do litoral e o controlo de vias de comunicação com o interior. Os mapas destes espaços, em escalas diversas, da local à continental, iam de Marrocos ao Golfo da Guiné, aos arquipélagos atlânticos, e à África meridional. No sul da Ásia e

na Oceânia, os mapas regionais e as plantas urbanas figuravam as cidades portuguesas no Indostão ou na China, e os arquipélagos mais orientais. A maioria deste universo documental relacionava-se com a instituição estatal que detinha a administração ultramarina, mas também com as escolas cartográficas locais, e com as coleções privadas dos governadores coloniais.

O Brasil, quer pela dimensão, quer pelo valor económico, foi cartografado numa grande variedade de escalas, da urbana à continental, em mapas terrestres ou marítimos, relativos à organização administrativa ou missionária, ao ciclo económico do açúcar ou à exploração mineira. Constituíram-se no Brasil importantes núcleos de produção cartográfica manuscrita, que apoiaram muitas decisões da organização do território a partir dos centros de poder, quer em Lisboa, quer na Bahía ou no Rio de Janeiro, ou ainda nas sedes de bispado ou de capitania.

A estruturação do Estado absolutista deu origem a numerosos mapas sobre as sucessivas reformas da divisão judicial, eclesiástica e administrativa do País. Se na primeira metade de Setecentos esses mapas tinham por base a cartografia erudita impressa e estrangeira, na segunda metade do século, os levantamentos de campo ajudaram a organizar as peças do conjunto, que eram as imagens dos bispados, das comarcas e das províncias de Portugal. Os mapas gravados do Entre Douro e Minho, Trás-os-Montes, Beira, Estremadura, Alentejo e Algarve de Granpré/Carpinetti (1736/1762), como construções eruditas, sobreviveram um século nas obras e entre os comerciantes livreiros.

À escala local os mapas eram essencialmente urbanos. À semelhança de outros exemplos europeus, o planeamento cartográfico de vilas e cidades de planta ortogonal protegidas por poderosas defesas abaluartadas também foi feito para Portugal e para o Império, em particular para os territórios fronteiriços do Brasil. Os projectos para a reconstrução de Lisboa, após o terramoto de 1755, difundiram-se como símbolo do iluminismo português.

Foram várias as tentativas de institucionalizar a produção cartográfica, tanto através das academias eruditas, como das academias militares ou de marinha. Os objectivos principais eram a construção científica de um mapa do País e o controlo da produção cartográfica sobre Portugal e o seu Império pelos próprios portugueses, ultrapassando a dependência do estrangeiro. Dois principais problemas se colocavam: o da cartografia topográfica como concorrente da Cartografia erudita, e o da cartografia manuscrita perante o poder da cartografia impressa.

Como os defensores da Cartografia “de gabinete” se conservaram no poder até à última década do século XVIII, a impressão e edição de mapas avançou lentamente, quer em quantidade, quer em qualidade. Nem o poder central estava particularmente interessado nessa difusão, preferindo o segredo dos documentos, nem o estava também o público letrado, que era reduzido e estava habituado a adquirir atlas e mapas no estrangeiro através de livreiros. Por estas razões, o consumo e leitura de mapas em Portugal continuaram dependentes das imagens vindas do exterior, até meados do século XIX.

O estudo de Luís Miguel Moreira sobre o Entre Douro e Minho na obra do engenheiro Custódio José Gomes de Vilasboas é uma prova de que novos e promissores contributos estão a surgir no panorama historiográfico. Monografia exemplar realizada como dissertação de mestrado da Universidade do Minho, na convergência da Geografia, da Cartografia e da História das Populações, configura-se como exercício metodológico a seguir. Por um lado, pelo apurado cruzamento de distintos tipos de fontes compulsadas em vários arquivos nacionais e estrangeiros, por outro, pela aturada leitura crítica da bibliografia nacional e internacional sobre o tema, por fim, graças a toda a Cartografia temática realizada de raiz, a partir de mapas coevos e de documentação histórica diversa.

O espaço do Entre Douro e Minho do Antigo Regime é aqui, minuciosamente, descrito e desconstruído através de uma obra cartográfica da Engenharia militar, dos levantamentos de campo às utilizações (administrativa, militar, eleitoral), dos diversos originais, cópias e variantes do “mapa da província” de Vilasboas, que antes deste estudo se divulgava como único e sem relação directa com os textos geográficos e estatísticos do autor. O processo da elaboração cartográfica não institucionalizada, tem aqui um retrato realista e completo, que promete mais e importantes contributos de Luís Miguel Moreira para a História da Cartografia Portuguesa.

João Carlos Garcia

Departamento de Geografia da Faculdade de Letras da
Universidade do Porto

Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa

SIGLAS E ABREVIATURAS

- A.D.B. – Arquivo Distrital de Braga.
- A.H.M. – Arquivo Histórico Militar, Lisboa.
- B.N.P. – Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa.
- B.N.F. – Biblioteca Nacional de França, Paris.
- B.P.B. – Biblioteca Pública de Braga.
- B.P.M.P. – Biblioteca Pública Municipal do Porto.
- G.E.A.E.M. – Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar, Lisboa.
- I.A.N./T.T. – Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, Lisboa.
- I.G.P. – Instituto Geográfico Português, Lisboa.
- S.H.A.T. – Services Historiques de l’Armée de Terre, Vincennes.
- S.G.L. – Sociedade de Geografia de Lisboa.

NOTA PRÉVIA

O texto que agora se publica, corresponde a uma versão ligeiramente “retocada” e actualizada, especialmente nas referências bibliográficas, da dissertação de mestrado em História das Populações apresentada ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, em 2004.

Nestas circunstâncias, e tal como já o havia feito, aproveito este espaço para manifestar os meus agradecimentos a todos aqueles que, de uma forma ou de outra, contribuíram para a concretização deste trabalho.

Em primeiro lugar, o meu reconhecimento vai para o Prof. Doutor João Carlos Garcia, meu orientador, e a quem devo uma boa parte da minha formação científica. Pela sua amizade, pelo seu espírito crítico, pelo seu incentivo e pelas enriquecedoras sugestões que se traduziram em estimulantes diálogos mantidos ao longo destes anos.

Aos professores do curso de Mestrado, em especial à Prof.^a Doutora Maria Norberta Amorim, gostaria de manifestar o meu reconhecimento pelo interesse e pelas palavras de estímulo.

Uma palavra de gratidão aos meus colegas do curso de Mestrado, pela sua amizade e companheirismo e aos membros do Núcleo de Estudos da População e Sociedade, em especial à D. Isabel pela sua simpatia e disponibilidade.

Uma vez que a dissertação se enquadrou no projecto “SIDcarta – Sistema de Informação para Documentação Cartográfica: o espólio da Engenharia Militar Portuguesa (POCTI/43111/GEO/2001)”, financiado pela FCT e participado pelo FEDER, deixo um agradecimento especial à Prof.^a Doutora Maria Helena Dias, co-

ordenadora do projecto, pelo interesse manifestado para com este trabalho e pelas úteis sugestões avançadas.

Agradeço, também, à direcção de Engenharia Militar Portuguesa, em especial ao Tenente-Coronel Pessoa de Amorim, pelo apoio concedido na pesquisa efectuada no vasto arquivo cartográfico do Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar, assim como no acesso às reproduções de vários mapas.

Aos meus amigos e à minha família, agradeço o apoio e o encorajamento. À minha irmã Sónia, agradeço a leitura paciente do texto final e a elaboração do resumo em francês. Aos meus pais, João e Irene, que sempre me apoiaram e tudo fizeram para tornar possível este momento. Obrigado.

Ao Zé Tó, pela forma interessada com que acompanhou este trabalho, pelas suas sugestões e pelo resumo em inglês, que elaborou em colaboração com a Sinéad, mas, fundamentalmente, pela sua amizade que a distância não apagou.

Finalmente, à Filipa, agradeço a paciência, o apoio e os incentivos, mas sobretudo por ser o centro do meu mundo.

INTRODUÇÃO

A segunda metade do século XVIII, em Portugal, correspondeu a um período histórico marcado por profundas mudanças sócio-culturais, suportadas por uma importante reforma institucional e impulsionadas por acção governativa que procurava afirmar o seu poder e controlo sobre um território. Assim, os reinados de D. José I (1750-1777) e de D. Maria I (1777-1816), orientaram-se por alguns princípios gerais do pensamento “iluminista”, emprestando-lhes um carácter reformista.

Contudo, à medida que esse poder se estendia às populações e aos territórios sob Administração Central, os governantes portugueses compreenderam que havia ainda espaços e jurisdições que não controlavam. Deste modo, a linha de acção política seguida pelos governos, em especial os de D. Maria I, orientou-se em torno de três vectores principais: primeiro, a recolha de informação e a obtenção de conhecimentos sobre o espaço administrado; segundo, o ordenamento do território através da construção ou renovação de infra-estruturas de comunicação (estradas, pontes, canais, portos de mar...); terceiro, a reforma das circunscrições administrativas, da qual a Lei de Reforma das Comarcas de 1790 constitui um exemplo ilustrativo.¹

Compreende-se, de imediato, a existência de uma política de (re)conhecimento territorial como factor essencial para a concretização destes vectores, desempenhando a cartografia um papel fulcral na planificação e execução das acções do Estado.² A concretização destas linhas de acção correspondeu ao corolário de todo um processo que nasceu antes do período dos Descobrimentos e que se reforçou logo após a Restauração da Independência, em

1640, estimulado pela necessidade de defesa do país e pela afirmação nacionalista da Casa de Bragança.³

É nesse contexto que se insere um dos principais propósitos do nosso trabalho, centrando-se na análise do contributo da cartografia para a implementação desta política territorial da Administração Central ao longo do século XVIII – particularmente na última década – habitualmente considerado um período importante para a formação e afirmação do Estado-Nação que se impôs definitivamente e em moldes modernos, no século XIX.⁴

Contudo, conscientes que não seria possível fazer esse estudo para todo o território nacional, dada a extensão do universo cartográfico existente, restringimos a nossa investigação aos mapas da Província de Entre Douro e Minho seleccionando, em particular, o *Mapa da Província de Entre Douro e Minho*, e respectivas versões, variantes e cópias, elaborado entre 1794 e 1796 pelo engenheiro militar Custódio José Gomes de Villasboas (1771-1809), na sequência da Lei de Reforma das Comarcas, de 1790, com o intuito de melhor compreendermos a utilização dos mapas por parte da Administração Central, enquanto instrumentos de planeamento e ordenamento do território. Mais do que a história da cartografia regional, impunha-se fazer a história de um mapa.

No entanto, pretendendo estender a nossa análise de pormenor a toda a Província de Entre Douro e Minho, rapidamente verificámos que não seria possível. Tratava-se de uma análise demasiado demorada e extensa. Assim, decidimos restringir, ainda mais, a área de estudo delimitando um território que, em finais do século XVIII, era identificado pelo engenheiro Villasboas como o conjunto das “Comarcas Fronteiras” da Província do Minho, que incluía os territórios correspondentes às Comarcas de Valença e Viana, assim como todas as unidades territoriais que, embora pertencendo a outras Comarcas, nomeadamente a de Barcelos e Braga, se localizavam no espaço compreendido entre os rios Minho e Lima, e que ao longo do nosso ensaio vamos denominar por “Alto Minho”.⁵

Uma vez definida a temática, os objectivos gerais e o espaço em análise, restava-nos relacioná-los com a História das Populações, que constituiu o pano de fundo da nossa investigação. Pretendeu-

-se contribuir com novas perspectivas sobre o passado das populações, recorrendo a fontes alternativas e metodologias próprias da Geografia Histórica. Desta forma, estaríamos a responder ao repto lançado há 20 anos por J. Dupâquier, reputado investigador no campo da Demografia Histórica e da História das Populações.⁶

A Demografia Histórica encontrava-se, então, demasiado encerrada no tema da reconstituição das famílias e muito limitada, quer em termos geográficos (confinando-se a análises de cariz local), quer na análise temporal, privilegiando as análises sobre o século XVIII. Dupâquier propunha, como uma solução possível para se ultrapassar a “crise”, uma abertura ao contributo de outras ciências sociais, para se proceder a uma renovação das temáticas, das fontes, das metodologias, etc. Ao mesmo tempo, lançava algumas bases para a discussão sobre a validade das fontes e dos métodos qualitativos, para um estudo de reconstituição das populações, inserida num âmbito mais alargado, da História Social. Recorde-se que a Demografia Histórica, ao privilegiar os métodos quantitativos próprios da Demografia, tinha conquistado um papel de relevo entre as Ciências Sociais que, até então, procuravam obter o rigor e a objectividade matemática.⁷ Contudo, as tendências da época apontavam já para uma utilização e valorização cada vez maior dos métodos qualitativos, que poderiam servir como complemento dos métodos quantitativos, até porque os dados numéricos e estatísticos não forneciam todas as respostas que os investigadores procuravam.⁸

No presente trabalho, procurou-se demonstrar o contributo da História da Cartografia e da Geografia, particularmente da Geografia Histórica, para a reconstituição do passado das populações. Assim sendo, o estudo da população e do povoamento no âmbito geográfico, afirmou-se como temática aglutinadora, permitindo ultrapassar a tradicional dicotomia entre Geografia Física e Geografia Humana.

Em todo o caso, os geógrafos que se dedicaram à investigação histórica compreenderam desde cedo a importância dos mapas antigos como fontes para as suas reconstituições.⁹ No que diz respeito a estas investigações em Portugal, os primeiros contributos

foram dados na década de 1950 pelo geógrafo Amorim Girão, que a partir do *Mapa de Portugal* de Álvaro Seco (1570), tentou analisar a repartição do povoamento, tendo por base a toponímia.¹⁰

No entanto, nos trabalhos de Geografia Histórica anteriores à década de 70 do século XX, os investigadores privilegiaram, quase sempre, as fontes quantitativas: recenseamentos, listas comerciais, registos financeiros, etc..¹¹ Desde então, quando dentro da Geografia se operou uma mudança paradigmática, onde o modelo neopositivista, que já não fornecia as respostas necessárias deu lugar ao modelo humanista, os investigadores “redescobriram” os importantes contributos das fontes qualitativas, não só como auxiliares dos dados quantitativos mas também como fontes privilegiadas para a investigação: são exemplos os relatos de viagens, os quadros paisagísticos, as novelas literárias, a fotografia... e, naturalmente, os mapas.

Contudo, esta alteração na valorização do tipo de fontes não foi acompanhada de imediato por uma mudança estrutural nos métodos de investigação. Assim, se a metodologia privilegiada pela Geografia Histórica tradicional passava pela construção cartográfica a partir de dados históricos (quantitativos), após os anos 70, a metodologia manteve-se, se bem que, agora, mais apoiada nos dados qualitativos.¹²

Mais recentemente, e à medida que se recorreu à interdisciplinaridade, os investigadores incorporaram não só outras fontes, como também outras metodologias de análise, que lhes permitiram obter novos conhecimentos sobre o passado das populações, ainda que a construção cartográfica surja como uma inevitabilidade num qualquer estudo de âmbito geográfico, até porque é a forma mais imediata de se visualizarem espacialmente os fenómenos em análise.

Neste sentido, encontrámos o trabalho de Maria Fernanda Alegria sobre o *Povoamento a Sul do Tejo*, a partir da análise comparativa dos mapas de Portugal de Álvaro Seco (1561) e de Pedro Teixeira de Albernaz (1662). A autora termina por afirmar que “(...) os mapas antigos parecem ser, de facto, fontes insuficientemente exploradas, apesar da sua utilidade e comodidade de consulta. São particularmente valiosos para épocas em que a falta de valores numéricos

e a dispersão das fontes de informação – caso da população portuguesa no século XVII – dificulta o seu estudo”.¹³ Contudo, sentiu necessidade de cruzar as informações resultantes da análise cartográfica com informações obtidas a partir de fontes estatísticas, não só porque este tipo de ensaio era ainda pouco habitual, mas também porque as fontes populacionais portuguesas para os séculos XVI e XVII eram pouco seguras, demonstrando, assim, o que já havíamos adiantado: nenhuma fonte (tão pouco os mapas) é suficiente, necessitando sempre de um cruzamento com outras.

Tendo presente esta evolução, propusemo-nos levar a cabo um ensaio em que a metodologia geral assentou na reconstituição de espaços do passado – destacando os elementos populacionais e demográficos – a partir da análise de cartografia antiga.

Assim, dividimos a estrutura do trabalho em duas partes: na I Parte, procurámos acompanhar o processo da tentativa de institucionalização da cartografia terrestre, em Portugal, ao longo dos séculos XVII e XVIII, ao mesmo tempo em que esboçávamos a história da cartografia da Província do Minho; na segunda parte, perspectivamos dar resposta aos restantes objectivos específicos e, para tal, tentámos elaborar a história do *Mapa da Província do Entre Douro e Minho* para, a partir dele, reconstituir o passado de um território e das suas populações.

Os primeiros dois capítulos correspondem à primeira parte. No capítulo I, abordámos a criação das diversas instituições de produção de conhecimento geográfico e cartográfico (entendido no seu conceito mais alargado), no decorrer do século XVIII. Esse suporte institucional afirmou-se como a construção de um aparelho ao serviço de uma estratégia de afirmação do Poder da Coroa. No entanto, gostaríamos de deixar claro que não era nosso objectivo proceder a um estudo exaustivo de História das Instituições mas, apenas, o de acompanhar o progressivo interesse estatal pela cartografia.

No capítulo II, percorremos as sucessivas imagens da Província do Entre Douro e Minho, manuscritas e impressas, desde meados do século XVII, na tentativa de encontrarmos exemplos ilustrativos da produção das diversas instituições entretanto criadas. Simultaneamente, recolhemos as fontes cartográficas disponíveis

no final do século XVIII e que poderiam ter sido utilizadas na elaboração do Mapa do Minho de 1794-96.

A II Parte do estudo centrou-se, quase exclusivamente, na análise deste último mapa, suas versões, cópias e variantes. O capítulo III compreendeu a bio-bibliografia do autor, pois, doutra forma, não seria possível compreender a carta analisada. Saliente-se que, apenas alguns, poucos, exemplares foram executados pelo autor, – Custódio José Gomes Villasboas, sendo os restantes copiados por outros autores.

No capítulo IV, procurámos reconstituir a “biografia”¹⁴ do *Mapa da Província de Entre Douro e Minho*, analisando, individualmente, os diferentes exemplares recolhidos, de forma a seleccionarmos a informação representada e de tentarmos reconstituir o processo de construção.

Finalmente, o capítulo V corresponde a um exercício de Geografia Histórica e de História das Populações, assente na utilização de mapas antigos como fontes privilegiadas, até porque “(...) é preciso considerar os mapas como ferramentas básicas e primordiais para o estudo dos lugares em épocas pasadas. En certo sentido, pódense considerar como arquivos autosuficientes; sobre todo se, como no caso da exhaustiva recompilación de datos realizada polo Marqués de La Ensenada no século XVIII, contan tamén com documentación estatística engadida...”.¹⁵

Desde logo, foi dado um maior destaque à ocupação humana do território: cartografámos a distribuição da população por freguesia, propondo alguns factores explicativos; também nos debruçámos sobre as diferentes formas e tipologias do povoamento. No entanto, não limitámos este exercício aos aspectos demográficos e esboçámos uma análise da estrutura económica, abordando a produção e a circulação comercial da área em estudo.

Finalmente, numa breve conclusão, foram referidos os principais resultados obtidos, bem como enunciados algumas futuras pistas de trabalho.

A definição dos objectivos dentro do quadro teórico que apresentámos, condicionou-nos na selecção das fontes. Elas foram alvo de uma análise mais cuidada em função da sua utilização. Neste

espaço, faremos apenas uma apresentação geral das fontes principais, e estas foram, principalmente, os mapas antigos. Contudo, o uso deste tipo de mapas, como fonte de investigação histórica, nem sempre foi valorizado, especialmente se considerarmos os estudos históricos da população.¹⁶ Por sua vez, dentro dos próprios arquivos, os documentos cartográficos – talvez porque exigem cuidados especiais de catalogação e de conservação – nem sempre se encontram devidamente inventariados e preservados, pelo que, o seu acesso, selecção e manipulação constituíram as principais dificuldades encontradas.

A grande dispersão dos arquivos cartográficos, foi outro dos entraves com que nos deparámos. No essencial, a maioria dos documentos por nós consultados encontravam-se nos fundos do Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar (Lisboa), do Arquivo Histórico Militar (Lisboa), do Instituto Geográfico Português (Lisboa), da Biblioteca Nacional de Portugal, da Sociedade de Geografia de Lisboa, do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa), da Biblioteca Pública Municipal do Porto, do Arquivo Distrital de Braga, da Biblioteca Pública de Braga, dos Services Historiques de l'Armée de Terre (Paris) e da Bibliothèque Nationale de France (Paris).

No entanto, as informações insertas nos mapas nunca nos deram, na totalidade, os elementos necessários para cumprirmos os objectivos estabelecidos, daí termos recolhido outras fontes documentais, manuscritas e impressas, para as cruzarmos com as cartográficas.

A fonte demográfica que utilizámos na análise da distribuição da população foi o *Cadastro da Província do Minho*, levantado entre 1794 e 1795, pelo engenheiro Custódio José Villasboas. Enquanto engenheiro militar, Villasboas elaborou várias memórias descritivas, de carácter geográfico-militar, que nos forneceram informações preciosas sobre a área em análise.

Quanto às fontes impressas, importa destacar a consulta de alguns manuais de referência sobre a Engenharia Militar e a Cartografia portuguesas do século XVIII, entre as quais destacamos os trabalhos de Manuel de Azevedo Fortes. De carácter mais genérico e abrangendo aspectos demográficos, económicos e geográficos so-

bre a Província do Entre Douro e Minho, consultámos várias memórias e corografias que, desde o século XVII, forneceram descrições cada vez mais completas sobre aquele espaço.

Salientam-se, também, as publicações de cariz regional, nomeadamente as revistas *Caminiana* (Caminha), *Cadernos Vianenses* (Viana do Castelo) e a *Revista do Centro de Estudos Regionais* (Viana do Castelo), assim como as monografias dos vários concelhos da nossa área de estudo, que divulgaram imensa documentação dispersa e cuja consulta se tornou fundamental.

Igualmente fundamental, foi a consulta de publicações periódicas especializadas nas temáticas abordadas, nomeadamente as revistas *Imago Mundi* e *Map Collector*, no que diz respeito à História da Cartografia e o *Journal of Historical Geography*, para a Geografia Histórica.

Quanto aos aspectos metodológicos, não se poderá afirmar que recorreremos a uma metodologia única, mas antes a diferentes metodologias adequadas aos objectivos e às temáticas, sem esquecer as fontes seleccionadas. Convém lembrar que, desde o início, havíamos definido este trabalho no âmbito da Geografia Histórica, da História das Populações e da História da Cartografia.

No que diz respeito à investigação histórica, enveredámos por uma abordagem essencialmente qualitativa, ainda que, tal não nos tenha impedido de recorrer a alguns métodos quantitativos, incorporando métodos e perspectivas próprios doutras ciências sociais. Naturalmente que esta escolha foi condicionada pela nossa principal opção metodológica, que consistia na utilização de cartografia antiga como fonte de investigação.

A nossa interpretação de mapas antigos, dentro do paradigma pós-moderno, inscreveu-se, fundamentalmente, na linha desconstrutivista, proposta por autores como John Brian Harley, David Woodward, Dennis Wood ou Christian Jacob. Os autores foram precursores da utilização das fontes cartográficas para a reconstituição de espaços e territórios passados, bem como no desenvolvimento das novas teorias de interpretação cartográficas que procuraram, antes de mais, a história social da cartografia.

INTRODUÇÃO

Relativamente ao exercício apresentado no capítulo V, a metodologia geral que seguimos – para além do cruzamento de diferentes tipos de fontes – baseou-se na reconstituição cartográfica de realidades históricas. Assim, tanto a análise dos aspectos demográficos, como dos elementos económicos, partiu da interpretação de mapas temáticos que elaborámos com base nas informações recolhidas.

Em suma, a utilização de fontes cartográficas numa investigação histórica implicou o recurso à interdisciplinaridade, assim como ao cruzamento de diferentes tipos de fontes, de forma a complementarmos a informação de que dispúnhamos sem correr o risco de tentarmos extrair mais informações do que aquelas que as fontes continham...

I PARTE

CAPÍTULO I

A Cartografia ao serviço do Estado

Procurámos, neste capítulo, demonstrar a associação entre os conhecimentos carto/geográficos e o processo de afirmação do Poder Central, focando a nossa atenção no papel desempenhado pela cartografia, enquanto instrumento de poder. Assim, analisámos o contributo de algumas instituições criadas pela Administração Central, com o propósito de “construir” um território conhecido, ordenado e controlado, “«objecto» de uma só legislação, de uma só fiscalidade e de uma só justiça”.¹⁷ Dado o teor do nosso trabalho, daremos especial destaque às instituições promotoras de cartografia do território nacional, privilegiando aquelas que desenvolveram a cartografia nacional continental, especialmente nos séculos XVII e XVIII, salientando o papel determinante das Academias de Fortificação para o fomento da cartografia regional.

Em todo o caso, a importância destas Academias regionais, não constitui objecto de análise específico do nosso estudo. Deste modo, uma vez que a temática principal do trabalho tinha por pano de fundo a cartografia da Província de Entre Douro e Minho, pareceu-nos essencial reconstituir, o melhor possível, a história, as personalidades que a compunham e a produção cartográfica da Academia de Fortificação de Viana (criada em 1701), ainda que a produção cartográfica desta última seja alvo de uma atenção especial no capítulo seguinte.

1 – O conhecimento do Território

A precoce individualização do território português no espaço peninsular medieval, funcionou como catalisador do processo de

centralização e de afirmação do Poder da Coroa que, de imediato, procurou consolidar a sua soberania sobre esse espaço.¹⁸

Contudo, o controlo efectivo do território, pressupunha o seu reconhecimento e inventariação, pelo que, desde cedo, é possível encontrar descrições geográfico-históricas de Portugal, especialmente a partir de meados do século XV, altura em que conheceram um novo impulso, na sequência da acção política de D. João II (1481 – 1495).¹⁹ No entanto, a Coroa não se limitou a fomentar e aproveitar as descrições escritas recorrendo, também, ao desenho – e a todas as outras representações gráficas, onde se incluíam, obviamente, os mapas – e aos levantamentos populacionais que complementavam as informações (des)escritas.

No início do século XVI, durante o reinado de D. Manuel I (1495-1521), para além das várias descrições geográficas do território português, foi ordenado o levantamento e representação dos principais castelos da raia luso-espanhola, trabalho desenvolvido por Duarte de Armas entre 1509 e 1510. O interesse pelo conhecimento do território continuou ao longo do reinado de D. João III (1521-1557) que, com fins administrativos, ordenou um importante “Numeramento Geral do Reino”, realizado entre 1527 e 1532 – a primeira grande tentativa de contabilização da população nacional – fornecendo informações importantes à Coroa, até porque, terá sido efectuada uma reforma da divisão administrativa, entre 1532 e 1536.²⁰

Com D. Sebastião (1557-1578) e já antes, durante a regência de D. Catarina, tornou-se mais evidente a utilização da cartografia como instrumento de Poder, à semelhança do acontecido noutras monarquias europeias, nomeadamente a francesa, onde Francisco I e Henrique IV terão desenvolvido aquilo que se pode considerar o embrião do Corpo de Engenheiros ao serviço do rei, responsável por inúmeros levantamentos cartográficos de inigualável valor para os monarcas franceses.²¹ Aliás, não foi por mera coincidência que, editado em Roma, em 1561, surgiu o primeiro mapa de Portugal Continental de autoria de Fernando Álvares Seco.

A criação da Escola de Moços Fidalgos do Paço da Ribeira, parece denunciar a preocupação por parte da Corte em dotar o reino

de um corpo de técnicos que possuísem conhecimentos de representação territorial.²² Desta forma, a cartografia foi-se, progressivamente, tornando num instrumento ao serviço do “Estado” que a utilizava para os mais diversos fins: militares, administrativos, jurídicos, entre outros²³.

Durante a dinastia filipina (1580-1640), esta ligação entre cartografia e poder manteve-se. Basta recordar os vários engenheiros estrangeiros (principalmente italianos) contratados por Filipe II (I de Portugal) que, ao serviço de Portugal, fizeram numerosos levantamentos topográficos, utilizados na preparação da defesa da costa portuguesa, cada vez mais assolada por piratas.

De qualquer forma, estamos a considerar, apenas, a produção cartográfica do actual território nacional e não a cartografia ultramarina, desde há muito privilegiada pela Coroa que a utilizava na gestão do império colonial e cuja produção foi, praticamente, ininterrupta, desde o primeiro quartel do século XV.

Ao longo de todo o século XVII, mas especialmente a partir da segunda metade, a Europa viveu num clima de belicismo permanente que se agudizou à medida que cada soberano procurava afirmar o seu “poder absoluto” sobre os outros estados, partindo para a guerra pelos mais diversos motivos.²⁴ Foi neste contexto que, nos Países Baixos e em França, se aperfeiçoaram as bases daquele que foi o grande elemento das teorias bélicas de então: as fortificações “bastionadas”. É certo que foram os italianos os primeiros a desenvolver o conceito e a “técnica do bastião”, no decorrer do século XVI, mas foi naqueles dois países – primeiro nos Países Baixos e depois em França – que esta se aperfeiçoou e complexificou, sendo depois adoptada na generalidade dos países europeus. Esta técnica, então revolucionária, permitiu a consolidação das fronteiras e das políticas de guerra defensiva. Assim, não é de estranhar que, desde logo, se tenha estabelecido em França um corpo de engenheiros militares responsáveis pelos levantamentos e reconhecimentos cartográficos dos locais onde se planeavam construir as fortalezas que em breve seriam reestruturadas e rebaptizadas de “praças-fortes”, pois para além das funções defensivas

estritamente militares, as cidades fortificadas desempenhavam uma função urbana em tempo de paz.²⁵

Entre os mais importantes e prestigiados engenheiros franceses do século XVII, constavam os nomes de Antoine de Ville e o conde de Pagan,²⁶ responsáveis pela elaboração de tratados de fortificação que serviram de inspiração para aquele que foi considerado o mais célebre de todos os engenheiros militares dos séculos XVII e XVIII: Sebastien de Vauban, cujos complexos sistemas de fortificação foram imitados em toda a Europa.²⁷

Como facilmente se imagina, estas novas concepções bélicas, tiveram um grande impacto em Portugal aquando da Guerra da Restauração, altura em que importava manter e consolidar as fronteiras nacionais, face à ameaça de invasão pelos exércitos espanhóis. Para isso, as concepções militares da época indicavam a necessidade de se proceder à fortificação de lugares estratégicos (ou ao seu reforço), geralmente locais que permitiam a defesa de linhas de penetração para o interior do nosso país.²⁸

Por esta razão, a cartografia, como os levantamentos topográficos e outros reconhecimentos militares, adquiriram uma expressão territorial limitada, geralmente confinada à área envolvente da praça-forte, ou apenas a determinados troços de fronteira, dado que era aí onde iriam decorrer as principais acções militares e onde se construíram as principais obras de fortificação.²⁹

Contudo, aquando da revolução de 1640, Portugal não dispunha de poderosos pontos abaluartados ao longo da raia seca – não esquecer que entre 1580 e 1640 a fronteira com Espanha não existia, enquanto linha fortificada defensiva – nem de um corpo oficial de engenheiros militares e via ainda os seus principais cartógrafos espalhados um pouco por todo o Império.³⁰ Assim, uma das primeiras preocupações da Coroa, para além de obter o rápido e necessário reconhecimento diplomático das outras nações europeias, foi o de constituir um corpo de engenheiros militares, capazes de estabelecerem uma rede de defesa terrestre e, simultaneamente, transmitirem os seus conhecimentos aos engenheiros nacionais.³¹

Foram vários os engenheiros militares estrangeiros ao serviço de Portugal durante a Guerra da Restauração, destacando-se alguns

representantes das escolas de engenharia e fortificação dos Países Baixos e de França. Entre os vários nomes, merecem-nos especial destaque os de João Paschasio Cosmander, Michael Timmermans e Jean Gilot (flamengos), Nicolau de Lille, Nicolau de Langres, Michel Lescolles, Charles Lassart, Alain Manesson Mallet, estes últimos franceses.³²

No entanto, reconhecendo a importância em possuir um corpo próprio de engenharia militar, a Coroa estabeleceu, em 1647, a “Aula de Fortificação e Arquitectura Militar”, a funcionar em Lisboa, liderada pelo Cosmógrafo Mor Luís Serrão Pimentel.³³ A Aula, a partir de 1651 ficou conhecido pelo nome de “Academia Militar da Corte”, reforçando, assim, o carácter científico dos que ali se formavam. Mais uma vez, a cartografia era utilizada como instrumento de uma estratégia do poder central que, devido ao clima bélico que então se vivia, assentava em preocupações de defesa das fronteiras e de consolidação da soberania nacional.

O século XVIII, iniciou-se em clima de guerra com Espanha e, mais uma vez, a Coroa portuguesa procurou tomar medidas adequadas de forma a assegurar a defesa militar do reino. Reconhecendo a importância da utilização da cartografia no planeamento das acções a desenvolver ao longo da raia luso-espanhola, D. Pedro II (1683-1706) promulgou um decreto, em Julho de 1701, de forma a criar Academias ou Escolas de Fortificação nas Províncias do Entre Douro e Minho, do Alentejo e da Beira. Aproveitou-se a experiência acumulada aquando da Guerra da Restauração, na medida em que as diversas obras de defesa da fronteira que entretanto se haviam construído, transformaram aquelas três províncias numa espécie de laboratório prático para a formação de técnicos e de engenheiros militares, tanto estrangeiros como portugueses. Desta forma, no decorrer da Guerra da Sucessão de Espanha estabeleceram-se verdadeiras “Escolas Práticas de Engenharia e Fortificação” em Viana, Elvas e Almeida/Penamacor, recebendo continuidade nos anos seguintes. O principal intuito, seria o de se constituir, em cada uma destas províncias, um corpo técnico especializado na manutenção das praças e fortes da fronteira.³⁴

Em Viana, a “Escola de Engenharia”, a funcionar em termos oficiais, pelo menos, desde 1676, foi liderada por Michel de Lescolles, um dos muitos oficiais franceses a trabalhar no nosso país durante a Guerra da Restauração. Depois da paz de 1668, Lescolles manteve-se em Viana e formou uma série de discípulos que continuaram a sua obra, entre os quais se destaca a família Vilalobos, iniciada por Manuel Pinto Vilalobos.³⁵

Deste modo, a partir de 1701, Vilalobos, que herdara os documentos do mestre francês, deu continuidade ao trabalho iniciado décadas antes.³⁶ Esta Academia tinha por objectivo principal o de preparar um corpo de engenheiros e técnicos auxiliares, que deveriam cuidar da manutenção das fortalezas da fronteira do Minho.³⁷

Os trabalhos cartográficos de Vilalobos, assim como os trabalhos de arquitectura civil e religiosa na província do Entre Douro e Minho, encontram-se relativamente bem documentados.³⁸ Entre estes, merece o nosso destaque o “atlas” (ou “álbum”) das plantas das Praças de Guerra da fronteira do Minho, levantado pelo autor (apoiado nos trabalhos anteriores de Lescolles), complementado por outros mapas mais gerais da Província.³⁹

Refira-se, ainda que, após a morte do novo mestre desta Escola, o funcionamento da Academia foi assegurado, primeiro pelo filho e depois pelo neto de Vilalobos. Este último, José Fernandes Pinto Alpoim, Lente na Academia de Almeida – onde realizou alguns trabalhos cartográficos⁴⁰ – foi enviado para o Brasil em 1738, dirigindo a Aula de Artilharia da cidade do Rio de Janeiro (beneficiando da experiência acumulada em Viana e Almeida) e chefiou ainda a Comissão Demarcadora do Tratado dos Limites entre Portugal e Espanha, em 1750.⁴¹

Contudo, o objectivo de criar uma série de Academias de Fortificação era um projecto muito ambicioso e que necessitaria, certamente, de um maior apoio por parte da Coroa, o que não terá acontecido, pelo que, entre as Academias criadas em 1701, apenas a Academia de Viana tinha funcionado e, mesmo assim, com escassos resultados.

Foi necessário esperar pela década de 1720, para se sentir um novo impulso na cartografia nacional, muito pela acção do novo

Engenheiro-Mor do Reino, Manuel de Azevedo Fortes, tendo-se iniciado importantes levantamentos cartográficos terrestres em Portugal.⁴²

Em Dezembro de 1720, foi criada, por decreto real, a Academia Real da História, cujo objectivo principal era o de preparar a história eclesiástica e secular do Reino, promovendo e patrocinando, para o efeito, vários estudos de história, geografia e também de cartografia de Portugal, cabendo ao Engenheiro Mor a tarefa de “tirar” os diversos “pontos geográficos” do Reino.⁴³

Simultaneamente, em França, e perante a Academia Real das Ciências de Paris, Guillaume Delisle, geógrafo do rei francês, apresentou uma dissertação sobre o cálculo de longitudes a partir de observações astronómicas. As novas conclusões apresentadas por Delisle, punham em causa a soberania portuguesa na América do Sul, sobretudo à medida que a ocupação do território brasileiro se fazia, cada vez mais, para o interior.

Assim, quando este facto foi divulgado em Portugal (o que só aconteceu entre 1721 e 1722), de imediato a Coroa compreendeu que seria indispensável a Portugal promover a renovação das técnicas cartográficas. O reconhecimento cartográfico do interior brasileiro, baseado em observações astronómicas, revelava-se imprescindível, pois só desse modo se poderia dotar a nossa diplomacia de instrumentos capazes de a colocar numa posição mais vantajosa, aquando das previsíveis renegociações sobre os limites de soberania na América do Sul, que teriam de ser estabelecidas entre os reinos de Portugal e de Espanha.⁴⁴ Essas negociações culminaram em 1750 com a assinatura do tratado de Madrid.

Compreendendo o atraso técnico da cartografia portuguesa, Azevedo Fortes propôs fazer o levantamento cartográfico do Reino, contando com a ajuda dos diversos engenheiros colocados nas províncias, que deveria acompanhar e complementar o projecto inicial da Academia Real de História. Insere-se nesta proposta de reformulação da produção cartográfica nacional, um decreto real de 1732, tendo em vista a criação de Academias de Engenharia Militar nas principais praças do reino.⁴⁵

De modo a garantir que todos os trabalhos cartográficos seriam conduzidos de acordo com as técnicas e os métodos mais recentes, isto é, recorrendo à triangulação e às técnicas topográficas, o Engenheiro Mor publicou, em 1722, o *Tratado do modo o mais facil, e o mais exacto de fazer as cartas geograficas, assim da terra, como do mar, e tirar as plantas das praças, cidades, e edificios com instrumentos, e sem instrumentos, para servir de instrucçam à fabrica das cartas geograficas da Historia Ecclesiatica, e secular de Portugal, tirado dos melhores authores*.

Pouco depois, foram contratados, em Itália, dois astrónomos jesuítas – os padres matemáticos João Carboni e Domingos Capacci – cujo trabalho em prol do cálculo da latitude e da longitude de diversos lugares de Portugal complementava o levantamento cartográfico dos engenheiros militares, impulsionando o nosso país para a modernização e actualização da ciência cartográfica.⁴⁶

Paralelamente, importaram-se de diversos países europeus, sobretudo de França e Inglaterra, inúmeros instrumentos que permitiriam proceder aos levantamentos cartográficos apoiados em observações astronómicas. Um ano após a publicação do *Tratado*, em 1723, ter-se-ão iniciado os trabalhos conduzidos por Azevedo Fortes e pelo Coronel J. da Silva Pais.⁴⁷

Quanto ao papel desempenhado pela Real Academia de História, devemos salientar que sempre manifestou preocupação pela preservação do património histórico e cultural do país, tentando, desde logo, tomar conhecimento da realidade económica e social do território. Assim, uma das primeiras medidas, foi o de ordenar às Câmaras Municipais a elaboração de listas de habitantes. De qualquer modo, o contributo mais importante para o conhecimento da população portuguesa, foi dado no início da década de 1730, com a elaboração do *Mappa dos Vizinhos do Reino*, a pretexto da cobrança de impostos à escala nacional para a construção do Aqueduto das Águas Livres.⁴⁸ Os resultados foram divulgados por Luís Caetano de Lima no segundo volume da sua *Geografia Historica de todos os Estados Soberanos da Europa...* em 1736.

Foi, precisamente, a partir desta data que as actividades da Academia sofreram um declínio, tendo-se verificado mesmo uma

paragem nas edições das suas “Memórias e Coleções”, sobretudo à medida que o reinado e o esplendor de D. João V (o seu fundador) chegavam ao fim.⁴⁹ No entanto, a Academia congregou um vasto número de notáveis que, sob o seu patrocínio, contribuíram para o aumento dos conhecimentos históricos-geográficos do Reino.

2 – A reestruturação do Território

Apesar de toda esta evolução, até meados do século XVIII, o Estado parece não ter tido capacidade real para conhecer o território e a sua população de forma pormenorizada e sistemática, privilegiando as descrições histórico-coroográficas, quase sempre dependentes da iniciativa individual de alguns espíritos mais curiosos, geralmente sob patrocínio do próprio monarca,⁵⁰ de que são exemplo a *Chorographia Portugueza* do Padre António Carvalho da Costa (1706), a *Geografia Histórica* de D. Luiz Caetano de Lima (1734-1736), o *Diccionario Geographico* do Padre Luís Cardoso (1747-1752), ou do *Mappa de Portugal Antigo e Moderno* do padre João Baptista de Castro (1745-1747).

A segunda metade do século XVIII, ficou marcada pelo advento das correntes iluministas que, um pouco por toda a Europa, influenciaram o pensamento da época. Este movimento, simultaneamente filosófico, político e cultural, propunha uma nova forma de humanismo onde, através do saber enciclopédico, do espírito crítico e racionalista, se procurassem os novos princípios orientadores de cada homem e da própria sociedade. O Iluminismo seria concretizado através de grandes planos de reformas educativas e governamentais, patrocinadas pelos monarcas despóticos, os monarcas “iluminados ou esclarecidos”.⁵¹ O movimento, coincidiu com a afirmação e consolidação do Poder do Estado sobre o seu território, correspondendo ao corolário de um processo iniciado nos séculos anteriores, mas para cuja realização foi necessário proceder a importantes reestruturações institucionais e reformas sociais.

O Iluminismo foi introduzido em Portugal na passagem do reinado de D. João V para o de D. José I, cujo governo, liderado pelo Marquês de Pombal, se inspirou nos princípios e ideais do denominado “Jusnaturalismo” (ou “Iluminismo católico”) para, de

certa forma, justificar o centralismo e despotismo estatal: ao monarca e ao seu “executivo”, cabia a função de zelar pelo bem-estar e progresso da nação.⁵²

Actuando dentro deste quadro ideológico, seria objectivo prioritário da Coroa proceder a uma reforma administrativa, capaz de assegurar uma administração eficiente e uma aplicação da justiça de forma rápida e imparcial, a bem da felicidade pública, e, simultaneamente, a Coroa deveria exercer uma actividade “policial” sobre as acções públicas e privadas dos súbditos. Assim, o reinado de D. José I foi marcado por uma intervenção estatal em todos os sectores da sociedade, o que implicou uma verdadeira acção reformatora das instituições.

Desta forma, logo após o terramoto de 1755, foi ordenada, pela Coroa, a realização de vários inquéritos (em 1756 e 1758), com o intuito de avaliar os estragos causados pela referida catástrofe mas, ao mesmo tempo, aproveitou-se para recolher informação de carácter diverso, sobre a demografia, a história, a geografia e a economia das diferentes paróquias do Reino.⁵³

No que diz respeito às contagens populacionais, a Administração Central passou a manifestar uma preocupação em controlar directamente os levantamentos, em vez de os deixar ao cuidado da Igreja. A instituição pombalina que desempenhou um papel importante na produção de conhecimentos (especialmente demográficos) sobre o nosso país, foi a Intendência Geral da Polícia. Criada em 1760, foi-lhe atribuída, inicialmente, uma função meramente policial, com o intuito de zelar pela ordem. Contudo, rapidamente assumiu outras funções e, a partir de 1781, os corregedores deveriam enviar a esta instituição, periodicamente, dados sobre o movimento da população, listagens dos baptismos, casamentos e óbitos das diferentes circunscrições do reino, à semelhança do que ocorria em França. Em resumo, por iniciativa da Intendência Geral ou pelo menos do seu Intendente, organizaram-se várias tentativas de recolha de informação relativa à população, como são exemplo os “censos” de 1776, de 1792 e de 1798.⁵⁴

Relativamente à Igreja, assistiu-se à progressiva diminuição da influência desta instituição nos assuntos de Estado: a Inquisição

foi secularizada, a Companhia de Jesus recebeu ordem de expulsão do reino, as relações com o Vaticano foram interrompidas e tomaram-se inúmeras medidas e leis que afectaram os rendimentos eclesiásticos (basta recordar o limite imposto aos legados pios ou de bens de alma).

Directamente relacionada com a expulsão dos jesuítas, esteve a reforma do ensino e não só o da Universidade. Se antes o ensino se encontrava largamente nas mãos daquela ordem religiosa, com a sua extinção, o Estado procurou chamar a si a condução da instrução pública, ao mesmo tempo que promovia uma renovação do corpo docente e do currículo da Universidade. Foram contratados vários professores estrangeiros, entre os quais, Miguel António de Ciera, Domingos Vandelli, Miguel Franzini, que vasta influência tiveram na evolução da ciência em Portugal. Foi esta renovação que permitiu o desenvolvimento das ciências e da filosofia portuguesa, ao mesmo tempo que se incrementava o desenvolvimento dos conhecimentos científicos sobre o Império, nomeadamente o Brasil, onde a cartografia deteve uma importância fundamental.⁵⁵ Relembremos, também, o contributo de Alexandre Rodrigues de Ferreira, professor nesta Universidade e que, em 1783, chefiou a primeira expedição científica (ou “viagem filosófica” como então se chamou) à Amazónia.⁵⁶

Também no exército se fizeram sentir os efeitos das reformas pombalinas. Perante a ameaça de nova guerra com Espanha, em 1762, contrataram-se especialistas estrangeiros, entre os quais, o Conde de Schaumburg-Lippe, que tinham como missão principal reformular a orgânica, a composição, as tácticas e o armamento do exército português, modernizando-o à semelhança de outros congéneres europeus.⁵⁷ Outro grande objectivo a atingir com estas medidas, era o de fomentar o ensino militar, com o intuito de se criar um corpo de oficiais técnicos nacionais. Neste sentido, a partir de 1762, foram fundadas as Aulas de Artilharia nos respectivos regimentos. Em simultâneo, estabeleceram-se bibliotecas em cada um dos quartéis onde funcionavam as Aulas.

Apesar de não terem sido pensadas especificamente para a produção cartográfica, é de admitir que em torno destas, muitas vezes

lideradas por oficiais estrangeiros ao serviço do exército português e que rapidamente ganharam o estatuto de verdadeiros centros de estudo e discussão científica, pudessem ser administrados conhecimentos cartográficos ou topográficos, tanto mais que estes eram fundamentais para qualquer oficial de artilharia. Estas Aulas funcionavam nos Regimentos de Valença, S. Julião (Oeiras), Elvas e Lagos; no primeiro, figurava José Anastácio da Cunha, brilhante matemático e que seria convidado pelo Marquês de Pombal para Lente do curso de Matemática da reformada Universidade de Coimbra.⁵⁸ Para além da sua própria produção nos estudos de balística e artilharia, o autor também apresentou algumas reflexões críticas às obras de Bellidor e Vauban, que se utilizavam nas Aulas.

No Regimento de Tavira, sob o impulso de José Sande de Vasconcelos e seus seguidores, estabeleceu-se uma verdadeira “escola de cartografia” que legou inúmeros exemplares cartográficos sobre o Algarve.

Um outro importante contributo do governo de Pombal, com inegáveis influências mercantilistas, relaciona-se com as reformas económicas, que procuraram salvaguardar a economia nacional dos efeitos provocados pela concorrência externa, particularmente do Reino Unido, e evitar a transferência de capital nacional para o estrangeiro. Procurou-se reforçar o papel e a importância dos sectores produtivos: a agricultura (sendo a criação da Região Demarcada do Douro uma das medidas mais importantes) e a indústria, ao mesmo tempo que se intensificavam as trocas coloniais, privilegiando-se as relações luso-brasileiras.⁵⁹ Estas linhas de orientação permitiram, com relativo sucesso, minimizar a crise económica, que já se fazia sentir no momento em que o Marquês de Pombal assumiu a liderança do País, em parte decorrente da diminuição das remessas do ouro brasileiro.⁶⁰

Esta política económica assentava, em larga medida, na consolidação da Marinha portuguesa, tanto a Marinha Mercante como a de Guerra. Seguindo esta linha de orientação, foram criadas na cidade do Porto, a Aula de Comércio (1759) e a Aula de Náutica (1762), por iniciativa da Junta da Administração da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro.⁶¹ A utilização da

cartografia revestia-se de uma importância especial na formação dos pilotos e marinheiros da frota mercante daquela cidade.

Naturalmente que todas estas reformas não foram exclusivas da Coroa Portuguesa, que se inspirou nos diferentes modelos europeus. Assim, pode-se estabelecer um paralelismo muito próximo com o exemplo espanhol, cuja reforma governativa liderada pelo Marquês de la Ensenada, se estendeu durante os reinados de Felipe V, Carlos III e Fernando VI.⁶² Igualmente evidentes, foram as ligações ao exemplo francês, especialmente no que se refere às políticas territoriais e à criação de instituições de carácter geográfico e cartográfico.⁶³

A necessidade de controlo por parte da Coroa, levou-a à obtenção de informações, cada vez mais pormenorizadas, sobre o território que administrava. Daí, também, a necessidade que muitos monarcas europeus sentiram em reformular a tributação dos seus cidadãos, pois esta política tornava-se bastante onerosa para os cofres reais.⁶⁴

Foi no reinado de D. Maria I, que o Iluminismo jusnaturalista adquiriu um significado mais profundo. Deste modo, o novo governo de D. Maria I, cuja actuação mereceu o epíteto de “Viradeira” – dado que parecia estabelecer um corte radical com o anterior – não correspondeu, afinal, a uma alteração significativa das linhas orientadoras da acção reformista do “Estado Pombalino”.⁶⁵

Se numa primeira fase, coincidente com o governo do Marquês de Pombal, o conhecimento do território afirmou-se, principalmente, como estratégia de afirmação/consolidação do Poder Central, no reinado de D. Maria I serviu especialmente como instrumento de reforma territorial, de modo a preparar eficazmente a administração do Estado, a defesa nacional e a promover o desenvolvimento económico interno do país.⁶⁶ A cartografia e as memórias descritivas – frequentemente complementadas com quadros estatísticos – revelaram-se instrumentos privilegiados das reformas administrativas/jurídicas, bem como de todos os projectos de obras públicas e de desenvolvimento económico.

Assim sendo, foram criadas uma série de instituições que muito contribuíram para o progresso e fomento dos conhecimentos económicos sobre o nosso país. Uma destas instituições, foi a Academia Real das Ciências, fundada pelo Duque de Lafões e pelo Abade Correia da Serra, em 1 de Dezembro de 1779.

Influenciados pelos ideais fisiocráticos que então vigoravam, os seus membros e sócios correspondentes, acreditavam que a prosperidade da agricultura, da qual dependia também a prosperidade económica do Reino, assentava no crescimento populacional.

Assim, foram publicados alguns estudos monográficos, memórias descritivas e estatísticas sobre a situação económica (estado da agricultura, pescas, comércio, indústria,...), e demográfica das várias províncias do Reino,⁶⁷ mas a intenção principal – fazer o levantamento económico das províncias –, nunca chegou a ser concluído. No entanto, com a publicação destes estudos, a Academia pretendia contribuir para o progresso económico da Nação, isto é, não era sua intenção publicar apenas conhecimentos eruditos, pretendiam-se implementar as medidas propostas, como forma de se superarem as limitações sentidas nos mais diversos sectores da economia nacional, tudo para o bem e para a felicidade dos povos.⁶⁸

Em 1783, José António de Sá, publicava o *Compendio de Observações que formão o plano da Viagem Política, e Filosófica, que se deve fazer dentro da Patria*, propondo-se aumentar o conhecimento geral do país, mas de uma forma mais profunda e completa do que até então tinha sido feito. Para tal, o viajante que desejasse percorrer o território a analisar, deveria aliar aos seus conhecimentos enciclopedistas o contacto directo com a realidade a estudar. Para ajudar na recolha e sistematização da informação, o autor propôs este seu plano que deveria ser seguido por todos quanto, como ele, gostariam de estudar e conhecer a História Política e Natural do nosso país.⁶⁹ Talvez inspirados neste modelo avançado por José António de Sá, publicaram-se várias memórias sobre as comarcas, as vilas e as cidades de Portugal, denotando, a sua maioria, uma preocupação pelo estudo da população.⁷⁰ De qualquer modo, quando em 1791, Tomás António de Villa Nova

Portugal apresentou a sua memória sobre a Comarca de Setúbal, a Academia tomou-a como modelo para as outras descrições.⁷¹

De forma a incentivar a produção destes estudos, a Academia propôs a atribuição de prémios anuais para as diversas descrições económico-agrícolas, assim como para estudos mais específicos sobre a “hidráulica” (especificamente no que concerne ao aproveitamento das águas dos rios para sistemas de rega agrícola) ou “navegação”.⁷² Todo este esforço de recolha de informação, culminou com a publicação das diversas *Memórias da Academia das Ciências*: matemáticas, económicas e literárias, que divulgavam o que de mais recente se conhecia sobre o nosso território.

Associadas ao mesmo movimento inspirador da criação da Academia das Ciências, surgiram outras academias e agremiações noutras localidades do País, para além da capital, e de carácter local ou regional, graças ao impulso de alguns espíritos “iluminados”. Contudo, ao contrário do que sucedeu noutros países, nomeadamente em Espanha, estas Sociedades tiveram, quase sempre, uma importância e influência limitada, assim como uma existência efémera.⁷³

Entre estas instituições, destacaríamos o papel da Sociedade Económica dos Bons Compatriotas, Amigos do Bem Público de Ponte de Lima, criada em 1780 (extinta em 1786) e herdeira da Academia dos Amigos do Bem Público, esta fundada três anos antes.⁷⁴ De acordo com os seus estatutos, a Sociedade Económica pretendia fomentar a instrução, a cultura, a economia (agricultura e indústria) e o comércio regional, propondo mesmo estudos para tornar o rio Lima navegável.⁷⁵

Entre os diversos colaboradores, merece-nos destaque Manuel Gomes de Lima Bezerra, tornado sócio correspondente desta Sociedade junto da Academia Real das Ciências, e autor da obra *Os Estrangeiros no Lima* (1785-1791), onde procedeu a uma descrição geral do Baixo Lima, dando destaque às questões relacionadas com a agricultura, a economia e demografia.⁷⁶

Pese embora este, cada vez maior, esforço institucional, a verdade é que o conhecimento do território (pelo menos no que diz respeito às descrições geográficas), continuava dependente da ini-

ciativa individual de personalidades “iluminadas”, mesmo que enquadradas em Academias ou Sociedades científicas.

No entanto, o progressivo interesse da Administração Central pela cartografia, fez crescer o desejo, tanto nos governantes como na comunidade científica portuguesa, de completar uma carta topográfica do reino – que se prestasse à administração propriamente dita, assim como à organização militar – utilizando as mais recentes determinações geodésicas, à semelhança daquilo que a Coroa francesa tinha feito um século antes, com resultados muito positivos.⁷⁷ Esta era, aliás, uma antiga pretensão que remontava ao tempo do Engenheiro-Mor do Reino, Manuel Azevedo Fortes, mas que só nos finais do século XVIII, encontrou as condições necessárias para ser concretizada.

Assim, numa sessão apresentada à Academia Real das Ciências de Lisboa, em 1787, o general Stockler propôs o levantamento de uma carta topográfica moderna que pudesse servir de objecto de utilidade para a Administração. O general sugeria, ainda, que esta carta fosse completada com memórias militares de modo a torná-la mais apta para a preparação da defesa do Reino.⁷⁸

Dado que esta era uma tarefa que ultrapassava as possibilidades da Academia, o Ministro Luís Pinto de Sousa Coutinho decidiu patrocinar a tarefa de concretização de triangulação do Reino, de modo a que, a partir dela, se construísse a Carta Topográfica.⁷⁹ Criava-se, assim, uma “comissão dos trabalhos geodésicos” e, para coordenar esta tarefa, foi nomeado o lente da Academia Real da Marinha Francisco António de Ciera, que se fez rodear de vários colaboradores, entre os quais, figuram os nomes de Carlos Frederico Bernardo de Caula e de Pedro Folque.

Para que a tarefa fosse concluída, foram encomendados vários instrumentos em França e na Inglaterra, permitindo que os trabalhos geodésicos comesçassem no início da década de 1790, continuando sem interrupção até 1803. Neste ano, publicou-se a “Carta dos Principais Triângulos” que mostra a extensão dos trabalhos já realizados, ao mesmo tempo que projectava o nosso país para um processo de modernização da cartografia nacional e o aproximava dos modelos seguidos por outros países europeus, principalmente

a França que, por essa altura, já havia concluído com amplo êxito todo o processo de triangulação do seu território. Infelizmente, este projecto não foi concretizado no imediato: logo após a publicação da referida Carta, os trabalhos interromperam-se e só foram retomados décadas mais tarde, ainda que tenha sido necessário aguardar pelo final do século XIX, para que a Carta Topográfica do Reino fosse concluída.⁸⁰ Esta “comissão de geodesia”, foi o primeiro organismo criado pelo Estado que tinha por principal finalidade promover o desenvolvimento cartográfico do país, ou seja, incentivar a produção cartográfica.

Em todo o caso, a criação da “comissão dos trabalhos geodésicos” constituiu um bom indicador da grande transformação que, um pouco por toda a Europa, se iniciava no domínio da institucionalização da Cartografia, mas que, em Portugal, só se estabeleceria definitivamente, em meados do século XIX:⁸¹ o Estado criava, financiava e dirigia diversos organismos e instituições governamentais, responsáveis pelos levantamentos topográficos do país, até porque, só a Fazenda Pública teria condições financeiras para suportar os enormes encargos financeiros inerentes a um projecto desta dimensão.⁸²

Para além das questões financeiras decorrentes da magnitude do projecto, um outro problema se colocava relativamente ao corpo técnico responsável pela sua concretização no terreno. Como já tivemos oportunidade de demonstrar, a Coroa portuguesa desde muito cedo se rodeou de técnicos cartográficos contratados no estrangeiro ou, a partir do século XVII, formados em Academias ou Escolas nacionais. Em todo o caso, o número de especialistas sempre foi considerado insuficiente para atender a todas as solicitações, especialmente quando a sua intervenção era necessária noutros pontos do império ultramarino.⁸³ Assim, no último quartel de setecentos, assistiu-se a um esforço em criar um corpo institucional responsável pela formação de engenheiros militares e outros técnicos especializados, capazes de assegurarem as tarefas de organização e de ordenamento do território, tanto no que dizia respeito aos assuntos puramente militares, como nos grandes projectos de obras públicas.

Desta forma, por decreto real, a Academia Militar (ou pelo menos a “Escola de Formação de Engenheiros”)⁸⁴ foi substituída pela Academia Real da Marinha, em 1779. A Coroa considerava necessário preparar oficiais para a Marinha, instruindo-os nas técnicas de navegação, assim como, nas técnicas de levantamento cartográfico, ainda que privilegiando a cartografia hidrográfica, pois constituía dever de todos os pilotos da Marinha de Guerra “...tirar as configurações das costas e ilhas que avistassem do mar, e dos portos,...”.⁸⁵ Deste modo, o ensino da cartografia não tinha sido esquecido, tanto mais que todos os oficiais que quisessem tirar o curso de Engenharia Militar, teriam de obter o curso de matemática, que era também comum aos aspirantes a oficiais da Marinha, complementado com aulas de fortificação e engenharia. Em suma, a Coroa concentrou numa só instituição a formação e o ensino de oficiais da Marinha e da Engenharia Militar portuguesas.⁸⁶

Contudo, a criação da Academia Real da Marinha não promoveu o ensino da engenharia militar, pelo que, onze anos mais tarde, em 1790, a Coroa viu-se na contingência de enquadrar o ensino daquela disciplina na nova Academia Real da Fortificação, Artilharia e Desenho, com o intuito de rapidamente criar um corpo de engenheiros no Exército.

O Curso desta academia, era composto por quatro anos, sendo os três primeiros dedicados, em exclusivo, a assuntos militares, como fortificação e artilharia, e o último ano dedicado à “arquitectura civil”, onde os aspirantes a engenheiros deveriam aprender “(...) os melhores métodos de construção de caminhos e calçadas e, finalmente, a hidráulica, a arquitectura das pontes, canais, portos, diques e comportas (...)”,⁸⁷ ou seja, deveriam receber todos os ensinamentos que depois poderiam aplicar nas obras públicas que o Estado pretendia implementar no sentido de desenvolver o território.⁸⁸

A Aula de Pilotos, criada pela Coroa a 20 de Janeiro de 1779, mais tarde, em 1796, transformada em Academia Real dos Guardas Marinha, substituiu a Aula do Cosmógrafo Mor. Devemos referir que, então, o cargo de Cosmógrafo Mor do Reino estava já em decadência e este já não desempenhava as funções para as quais

fora, inicialmente, incumbido. A Aula de Pilotos não foi fundada especificamente para a produção de cartografia mas, uma vez que tinha por objectivo preparar pilotos capazes para a navegação marítima, é de-se admitir a circulação de cartografia nestas Aulas, para a aprendizagem dos seus alunos. Importa referir ainda que, o mesmo decreto que criava esta Aula, nomeava o professor Miguel António de Ciera, contratado para a Universidade de Coimbra, por iniciativa do Marquês de Pombal, aquando da reforma daquela instituição, para seu Lente.

Esta instituição não foi criada para a produção específica de cartografia, ainda que aí pudesse circular a matéria, como auxiliar da instrução dos seus alunos, pois tal como previam os estatutos, para os 2º e 3º anos, existiam aulas de *desenho da marinha*.⁸⁹

A consulta de um manual do curso de matemática utilizado pelos candidatos a Guardas Marinha, obra do matemático francês Bezout e traduzida para português pelo brigadeiro Custódio Gomes de Villasboas (1741-1808), revelou-nos a importância que o ensino da cartografia detinha nesta instituição. Na introdução, o autor expõe os conteúdos do curso comentando no que respeita à cartografia: “(...) assim sendo fundamental o uso das Cartas, começamos por explicar a sua construção. Ainda que as Cartas Geograficas ordinarias não sejam as que se faz uso na Navegação, com tudo julgamos conveniente expôr os principios da sua construção, o que pôde ser util para melhor se conservar a natureza das que lhe substituímos (...) Depois de ensinar a construção das Cartas, exporemos o seu uso, e passaremos a expôr os principios fundamentaes da reducção das derrotas; principios, que nós applicamos primeiro às Cartas reduzidas, depois ao Quarto de reducção, e em fim ao Cálculo (...)”⁹⁰.

Ainda em 1779, foi criada, na cidade do Porto, uma Aula Pública de Debuxo e Desenho que se associava à Aula de Comércio, e em especial, à Aula de Náutica, já existentes e a funcionar naquela cidade. A partir de 1785, a Junta de Administração da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro reclamou a criação de Aulas de Matemática e de Comércio. A sua pretensão acabou por concretizar-se em 1803, com a criação da Academia Real de

Marinha e Comércio da Cidade do Porto, estabelecendo-se Aulas de Desenho, onde se “ devia ensinar mui *positiva e efficazmente* o desenho de marinha, fazendo copiar e reduzir plantas de costas, bahias, enseadas e portos, e representar as vistas de ilhas, cabos e promontorios, e tambem os navios considerados em diferentes posições e manobras, e, ultimamente, habilitando os seus discipulos na praxe do risco das cartas *geographicas e topographicas*”.⁹¹

Dado que a Aula de Desenho, assim como a de Náutica, tinham sido criadas antes desta Academia, admitimos que este tipo de práticas e ensinamentos já estivessem instituídos, tanto mais que um dos principais objectivos destas instituições era o de preparar, tecnicamente, homens para a marinha mercante, logo, para a “arte de navegar”.⁹²

Em 1798, por iniciativa de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, foi criada a Sociedade Real Marítima, Militar e Geográfica para Desenho, Gravura e Impressão das Cartas Hidrográficas, Geográficas e Militares. As suas atribuições encontram-se explicitadas no preâmbulo do alvará de 30 de Junho que deu origem a esta instituição: “(...) e sendo-me presente de uma parte a falta e penúria que sente a minha Marinha Real e Mercante de boas Cartas Hidrográficas, achando-se até na necessidade de comprar as das nações estrangeiras e de se servir muitas vezes de algumas que pela sua incorrecção expõem os navegantes a gravíssimos perigos; e da outra parte reconhecendo a necessidade de publicar-se a grande e exacta Carta Geral do Reino em que tenho mandado trabalhar pessoas de grande merecimento e que nada tem que invejar, no que se acha já principado, aos outros estabelecimentos da mesma natureza que existem na Europa; e sentindo igualmente a necessidade de fazer gravar para o serviço dos meus Exércitos Cartas Militares, assim como Cartas em que se delineem as Obras Hidráulicas de Canais e outras semelhantes (...)”.⁹³

Como se pode ler, pese embora o progressivo esforço desenvolvido pela Coroa portuguesa, a cartografia nacional ainda não tinha atingido um desenvolvimento adequado às necessidades do “Estado”, obrigando-o a recorrer a cartografia estrangeira. Por esta razão, a Sociedade Real tinha como objectivo publicar a cartogra-

fia produzida (a Carta dos Principais Triângulos foi publicado por esta Sociedade), tentando minimizar a dependência portuguesa face ao estrangeiro para a impressão de cartografia. Refira-se que, para isso, foi contratado um técnico estrangeiro, André Dupuy.

Esta Sociedade Real estava dividida em duas Classes, sendo a primeira responsável pelas Cartas Hidrográficas e a segunda pelas Cartas Geográficas Militares e Hidráulicas. A referida instituição trabalhou de forma regular até 1807, diminuindo a sua actividade após a primeira invasão francesa, sendo definitivamente encerrada em 1809.⁹⁴ A actividade da Sociedade não se resumiu à produção cartográfica – cujo encargo era da responsabilidade do Real Corpo de Engenheiros⁹⁵ – pois também apoiou o desenvolvimento de todos os tipos de conhecimentos sobre o nosso país, colocando esta instituição como precursora do Instituto Português de Cartografia e Cadastro, o Instituto Geográfico do Exército, o Instituto Hidrográfico ou da própria Sociedade de Geografia de Lisboa.⁹⁶ Se percorrermos o catálogo das obras (cartográficas ou não) produzidas sob o patrocínio desta Sociedade, poderemos tomar consciência do importante contributo dado pelos seus membros para o progresso das ciências (no sentido mais lato) em Portugal: trabalhos de astronomia, estudos pioneiros sobre marés, descrições geográficas, métodos de levantamento cartográficos, etc..⁹⁷

Quando se iniciou a última década do século XVIII, a Coroa portuguesa considerou que estavam reunidas as condições necessárias para se proceder a uma importante reforma territorial que visava a “(...) racionalização jurisdicional, acabando com as promiscuidades de jurisdições diferentes e equilibrando mais os diferentes espaços jurisdicionais de modo a regularizar a malha de aparelhos político-administrativos (...)”⁹⁸

Neste sentido, foi publicada a “Lei de Reforma das Comarcas”, a 19 de Julho de 1790, procurando tornar a aplicação da justiça mais uniforme em todo o reino.⁹⁹ Em Janeiro de 1792, através de um novo alvará, a Coroa portuguesa tentava acelerar a reforma iniciada, dado que, a aplicação das determinações da Lei de 1790,

tinha levantado algumas dúvidas entre os oficiais responsáveis pelas novas demarcações.¹⁰⁰

Toda esta necessidade e urgência em se proceder à reforma administrativa não surpreende, se tivermos em conta que, em finais do século XVIII, o país não apresentava uma uniformidade administrativa. Efectivamente, havia múltiplos particularismos que resultavam da herança dos sistemas administrativos anteriores e que quase levavam a uma sobreposição da administração local sobre a administração central, em nada contribuindo para o desenvolvimento do país, dificultando, também, a consolidação do aparelho do Estado.¹⁰¹ E este era, juntamente com a falta de conhecimentos sobre o território e a realidade sócio-económica, o factor que os autores portugueses inscritos nas linhas de pensamento e acção iluminista, apontavam como entrave ao desenvolvimento e progresso da nação.¹⁰²

Aquando da promulgação da Lei de 1790, a divisão administrativa da Província de Entre Douro e Minho caracterizava-se pela existência de um elevado grau de fragmentação do espaço, bem como da multiplicação daquilo que parecem constituir enclaves territoriais, dando origem a uma “polissomia política do espaço”, ou seja, a um mesmo espaço correspondiam diferentes territórios, referentes a uma ou várias jurisdições, o que tornava a acção da Administração Central bastante difícil, algo que deveria ser corrigido aquando da regulação das comarcas.^{102a} Assim, os novos limites e demarcações impostos, deveriam ser criados a partir de alguns vectores principais: “a relação população/extensão; a proximidade, a centralidade e a equidistância das capitais administrativas; a homogeneidade jurídica e a contiguidade espacial” (que visava eliminar os “enclaves”).¹⁰³ Para a concretização deste projecto, foi criado o cargo de “Juiz Demarcante”, cuja área de acção estava limitada a cada uma das províncias do reino, e a sua função era fazer a descrição das províncias, assim como recolher todas as informações consideradas importantes para se proceder à nova demarcação. Para além dos Juizes Demarcantes, em cada Província deveria existir, pelo menos um engenheiro militar, desempenhando a função de “demarcante”, responsável pela elabora-

ção da cartografia de apoio, assim como da recolha de elementos necessários para a elaboração dos cadastros populacionais e económicos e mesmo as descrições geográficas.¹⁰⁴

A recolha de toda esta informação implicava, naturalmente, a consulta das opiniões de oficiais camarários, magistrados da administração e entidades senhoriais, já porque, eles melhor que ninguém, conheciam a realidade local, já porque eram os seus interesses que estavam a ser “negociados”, o mesmo será dizer que estas autoridades locais poderiam ver aumentados ou diminuídos (e em alguns casos mesmo extinguidos) os seus territórios, jurisdições e poderes. Não será necessário acrescentar que estas entidades, na generalidade dos casos, se mostraram sempre hostis a qualquer solução que implicasse uma redução dos seus direitos e, consequentemente, uma diminuição das suas atribuições e poderes.¹⁰⁵

Aos Juizes Demarcantes cabia, então, a tarefa de gerir e arbitrar as diferentes propostas apresentadas por todos os intervenientes, esperando-se que fossem capazes de zelar pelo interesse e pelo “bem da nação”, não atendendo nem cedendo aos jogos de interesses locais, quando estes se sobrepunham aos interesses da Administração Central.¹⁰⁶

É, precisamente, sobre este último ponto que residia a importância do uso da cartografia e dos cadastros, pois as diversas entidades locais não pretendiam ver diminuídos os seus territórios e poderes e, por isso, socorriam-se de todos os argumentos possíveis. Uma vez que os próprios limites das diferentes jurisdições não estavam, nem rigorosamente estabelecidos, nem conhecidos (pelo menos cartograficamente), podiam ser facilmente “falseados” pelos argumentos apresentados. Assim, uma fiel representação cartográfica dos territórios, permitia contrapor, aos argumentos mais ou menos “distorcidos” das autoridades locais, provas e argumentos que permitiriam ao Juiz Demarcante avaliar melhor as reivindicações e informações dos diferentes intervenientes.

O papel de destaque desempenhado pelos vários oficiais do Corpo de Engenharia Militar, enquanto funcionários do “aparelho do estado” responsáveis pela implementação desta reforma terri-

torial, decorre do facto de que, em Portugal, a exemplo do que sucedia em França¹⁰⁷ e em Espanha,^{107a} era à Engenharia Militar, que competia fazer os reconhecimentos militares, assim como todos os levantamentos estatísticos, geográficos, demográficos e económicos das diferentes regiões do país.¹⁰⁸

Assim sendo, e de um modo progressivo, os reconhecimentos militares (assentes em descrições topográficas), para além da restrita finalidade militar, em função das necessidades de defesa do país, passou a incluir também algumas memórias geográficas, económicas e demográficas (cadastrros e contagens populacionais), que constituíam uma boa fonte de informação para a Administração e para o desenvolvimento das Obras Públicas. Veja-se, a título de exemplo, as obras de encanamento dos rios Lima e Cávado, no início do século XIX, sob a responsabilidade do capitão de Engenharia Custódio José Gomes de Villasboas, o mesmo que, anos antes, tinha desempenhado funções como auxiliar demarcante da província do Minho.¹⁰⁹

A rápida adopção entre nós do modelo francês certamente esteve ligado ao facto de que, após a revolução de 1789, muitos oficiais franceses, fiéis ao antigo regime, terem emigrado para outros países, incluindo Portugal, acabando por colocar os seus préstimos ao serviço dos exércitos dos países que os acolheram. É claro que também não podemos esquecer o papel desempenhado por todos os engenheiros franceses contratados por Portugal, aquando da Guerra da Restauração, no século XVII, e para prepararem as demarcações do Brasil, de acordo com o Tratado de Madrid, em meados do século XVIII, como referimos, muitos fizeram escola no nosso país e partilharam com os técnicos portugueses o seu saber e as suas experiências, daí, também, esta forte afinidade entre Portugal e a França.

Entre os vários oficiais franceses que chegaram ao nosso país após a revolução de 1789, poderemos referir os nomes do Marquês de La Rozière – nomeado, pelo Duque de Lafões, Comandante do exército das Províncias de Além Douro, em 1801; Jean Victor Nouvion – Marechal de Campo do exército francês (após a sua reabilitação), responsável pelo Corpo da Guarda Real de Polícia,

em Lisboa, e autor de uma Descrição Geográfica das Províncias de Trás os Montes e do Minho, ou José Auffdiener, autor de uma proposta de encanamento do rio Lima.¹¹⁰

A relação entre os interesses da Administração Central e a actuação dos engenheiros militares, enquadrados num corpo técnico do Estado, aparece sintetizada na obra publicada em França, no ano de 1802 *Essai de Reconnaissances Militaires* de Allent, constituía um verdadeiro manual para a realização de um reconhecimento militar: depois do levantamento de todos os objectos à superfície do território em análise (aquilo que deveria constituir a “memória militar”), a informação obtida deveria ser complementada com um mapa, pois dessa forma, “[...] le Gouvernement, le Ministre, le pays borné à la grandeur qui permet de l’embrasser d’un coup d’oeil, c’est alors que la carte parle à l’imagination comme au jugement, et peut inspirer les pensées, les projets, les combinaisons que la vue du sol eût fait naître”.¹¹¹

Em suma, ao longo de todo o século XVIII, o Estado português procurou obter um conhecimento mais rigoroso e preciso do Reino, de modo a tornar a sua administração mais eficaz. A importância concedida aos engenheiros militares, responsáveis pelas grandes obras públicas, religiosas e militares e a necessidade que, nos finais desse último século, a Coroa sentiu em dotar estes técnicos de uma organização própria e enquadrá-los num corpo individualizado dentro do próprio exército, revela que o Estado assumiu a formação de técnicos especializados, pouco a pouco, transformados em funcionários ao seu serviço.

Em todo o caso, a utilização de mapas pelo Poder Central – fossem estes para fins administrativos e/ou militares – enquanto instrumentos de acção política sobre o território e, consequentemente, sobre as populações, contribuiu para que a Coroa empreendesse um esforço no sentido de centralizar o Poder. Assim, o Estado foi, progressivamente, estendendo e afirmando a sua influência aos diversos sectores da sociedade, ainda que, para tal, fosse necessário reformá-la.

CAPÍTULO II

A Cartografia do Entre Douro e Minho (séculos XVII e XVIII)

Na sequência da análise ao processo de institucionalização da cartografia portuguesa, pretendemos reconstituir a História da Cartografia da Província de Entre Douro e Minho, a partir da análise de alguns mapas, cuja produção foi, muitas vezes, enquadrada pelas diversas instituições criadas pela Administração Central, ao longo dos séculos XVII a XIX.

Desta forma, todo o Capítulo II poderá ser considerado um teste ao processo de institucionalização da cartografia portuguesa, descrito no capítulo anterior, a partir de um estudo de caso. Tentámos, portanto, verificar se, à medida que aumentava o esforço desenvolvido pelo Estado, no sentido de controlar a produção cartográfica nacional, a imagem cartográfica do Entre Douro e Minho sofria alterações significativas, especialmente, na produção de exemplares, nas técnicas de elaboração, ou no tipo de fenómenos representados, bem como, no tipo de informação veiculada.

Antes de avançarmos, convém esclarecer algumas opções metodológicas. Ao tentarmos reconstituir a História da Cartografia do Entre Douro e Minho, era nossa intenção privilegiarmos apenas os mapas que figurassem o conjunto da Província. Contudo, aquando da compilação de fontes cartográficas, verificámos que existiam exemplares que representavam apenas uma parte daquele território mas que mereciam uma atenção especial em função da sua importância para a construção da imagem da província, sendo que, a maioria destes mapas, correspondiam a exemplares que cartografavam os limites da Província de Entre Douro e Minho.

Encontrámos, ainda, outros exemplares onde aparece a província no quadro do país. Em todo o caso, dada esta opção, devemos alertar para o facto de termos utilizado o conceito de “cartografia regional”, quase em exclusivo, para os mapas que representavam toda a Província.

Uma vez que o objectivo principal desta dissertação, não passava pelo estudo detalhado de todos os mapas da Província de Entre Douro e Minho, tomámos a opção de não fazermos uma análise exaustiva a cada um dos exemplares impressos (o que por si só justificava um estudo próprio), seguindo, antes, uma “técnica de amostragem” a partir dos seis tipos de alterações em mapas impressos, propostos por Verner e retomada por Tony Campbell.¹¹² Assim, para cada uma das categorias de alterações propostas por aqueles autores – alterações geográficas, matemáticas, bibliográficas, decorativas, manutenção e danos acidentais – analisámos um conjunto de elementos representativos dessas categorias, para cada um dos mapas impressos.

O primeiro mapa da província (manuscrito), foi alvo de uma atenção especial. Por sua vez, o mais antigo mapa impresso, também mereceu uma análise mais profunda e detalhada do que as versões e variantes seguintes, das quais registámos, sobretudo, as alterações sofridas.

Reservamos para o final, uma confrontação entre o mapa manuscrito e os vários exemplares impressos, com o intuito de procurarmos pontos comuns, ou alterações significativas, nos diferentes mapas.

1 – Os mapas da Guerra da Restauração

O século XVI correspondeu ao denominado “período de ouro” da cartografia portuguesa, especialmente aquela que se referia ao império ultramarino, tendo merecido uma maior atenção por parte dos investigadores que lhes dedicaram vários estudos.

Todavia, verifica-se um menor número de trabalhos sobre a cartografia nacional referentes aos séculos XVII e XVIII, tanto em Portugal como no estrangeiro.¹¹³ De qualquer modo, a produção cartográfica portuguesa não desapareceu ou ficou limitada, pois

os inúmeros exemplares cartográficos existentes, tanto manuscritos como impressos, referentes ao espaço ultramarino, especialmente, à Índia e ao Brasil, indicam claramente uma continuidade desta actividade.¹¹⁴ Acresce ainda que, ao serviço directo dos reis de Espanha, vários cartógrafos portugueses participaram na realização de algumas das mais importantes criações cartográficas da Península Ibérica, como foi o caso do mapa do Reino de Aragão (em 1620), levantado por João Baptista Lavanha, Cosmógrafo Mor do Reino. Igualmente importante foi o Atlas que reuniu vários levantamentos de todo o litoral peninsular, feito para a biblioteca privada de Filipe IV (III de Portugal, 1621-1640) por Pedro Teixeira de Albernaz. Este autor, membro de uma importante família de cartógrafos portugueses, está associado ao levantamento da célebre planta da cidade de Madrid em 1656 e ao mapa de Portugal de 1662.¹¹⁵

Em todo o caso, a cartografia regional portuguesa parece não ter merecido atenção especial por parte dos cartógrafos portugueses, pelo menos até à segunda metade do século XVII,¹¹⁶ até porque parece-nos que a produção cartográfica militar dependia muito da acção individual, não só dos governadores das armas das diferentes províncias, mas muito especialmente da iniciativa e experiência dos engenheiros militares que aí trabalhavam.

Desde o primeiro momento, a Província de Entre Douro e Minho constituiu um dos teatros das operações da Guerra da Restauração, embora os principais movimentos decorressem nas fronteiras do Alentejo e da Beira.¹¹⁷ Esta situação motivou que fossem colocados, naquela província, vários oficiais estrangeiros, com o intuito de aí procederem ao reforço da defesa da raia do Alto Minho, que seria assente na construção de uma ampla linha de pontos fortificados ao longo do curso do rio Minho: data desta época o início das obras efectuadas na cerca medieval de Melgaço e a construção de fortalezas abaluartadas em Monção, Valença, Vila Nova de Cerveira, Caminha e na ínsua da foz do rio Minho.

Surgiram, então, vários levantamentos corográficos, topográficos e cartográficos de carácter militar.¹¹⁸ O mapa mais antigo (de que temos conhecimento) é manuscrito, colorido, data de 1652 e

tem por título *Carta do curso do Rio Minho que divide el Reino de Portugal, Galiza, com las villas castellos e lugares que tem ao longo da sua corrente Viana*. O mapa representa todo o espaço compreendido entre os rios Minho e Lima, com uma escala correspondente a cerca de 1/1 000 000 e inclui duas plantas em anexo, uma do castelo de Castro Laboreiro, outra do Forte de Santiago na foz do rio Lima.¹¹⁹

O mapa figura o relevo através de pequenos montes triangulares, dispersos pelo território, sem precisar a sua identificação ou localização. A rede hidrográfica é pouco precisa e bastante incompleta (apenas os rios Minho e Lima), tendo em conta a parcela de território representado e a sua escala. O autor marcou, também, algumas povoações, principalmente no litoral e ao longo do vale do rio Minho e seus afluentes, em ambas as margens, assinalando-as a vermelho.

Pese embora não ter sido representada a rede viária, uma nota junto do *petipé* do mapa, indica que a distância ali registada corresponde a “quatro léguas de hora cada uma de caminho”, o que indicia que o autor terá percorrido, ele próprio, aquela região, ou terá consultado algum roteiro ou itinerário terrestre. Esta informação seria muito útil para a preparação das manobras militares que decorriam naquela fronteira.

Tendo em atenção as características gerais do mapa, este parece revelar uma finalidade essencialmente militar, dado que foi destacada a representação do Alto Minho que servia, naquela altura, de palco aos confrontos luso-espanhóis. Convém lembrar que a capacidade de manobra dos exércitos no século XVII era muito limitada, particularmente em áreas de relevo muito irregular, pelo que, a representação do espaço estava limitada às áreas de conflito.¹²⁰

A representação de dois pontos fortificados no vale do rio Lima – o Forte de Santiago, próximo de Viana do Castelo e o Castelo de Castro Laboreiro – é reveladora das preocupações defensivas e militares, relativamente a uma das possíveis linhas de penetração usadas pelo inimigo para uma invasão, sentidas pelo autor do mapa e/ou de quem ordenou a sua realização.

Quanto à questão da autoria, uma vez que o mapa não está assinado, a sua realização foi atribuída por A. Teixeira da Mota, a um engenheiro francês a trabalhar na Província do Minho¹²¹.

Efectivamente, foram vários os engenheiros militares estrangeiros que prestaram serviço em Portugal – colocando-se, nalguns casos, também ao serviço de Espanha – durante a Guerra da Restauração. Entre os vários engenheiros franceses ao serviço de Portugal iremos destacar o nome e a obra de Michel de Lescolles, na Província de Entre Douro e Minho.

Michel de Lescolles foi um dos primeiros oficiais franceses a chegar a Portugal, logo após a Restauração da Independência.¹²² Aprovado no ofício de engenheiro, em 1643, sucedeu, nesse cargo, a um outro compatriota, Nicolau de Lille, na Província da Beira. Em seguida, trabalhou em Trás-os-Montes e, dali, pediu transferência para o Rio de Janeiro, aí permanecendo entre 1649 e 1651, tendo projectado algumas fortificações costeiras e traçado a planta da cidade.¹²³ De regresso a Portugal, foi trabalhar para o Algarve em 1653.¹²⁴

No ano seguinte, Lescolles foi colocado na Província de Entre Douro e Minho, iniciando, de imediato, a sua actividade de engenheiro militar, dirigindo a construção dos armazéns de Caminha. Em 1656, em reconhecimento das suas competências, foi nomeado Mestre de Campo General, tendo-se estabelecido em Viana do Lima (actual Viana do Castelo), no período em que esta vila do Alto Minho adquiriu importância fundamental como centro coordenador e estratégico das movimentações militares na fronteira do Minho. As fortificações de Monção, Valença, Chaves, os fortins da Portela do Extremo e os fortes do Castelo do Queijo nos arredores do Porto, Leixões (em Matosinhos, mas que nunca foi terminado) e Vila do Conde, constituem alguns exemplos de projectos concebidos ou remodelados pelo engenheiro francês.¹²⁵

No entanto, as suas actividades não foram apenas de gabinete e/ou de arquitectura militar pois, tal como fez o próprio Vauban anos mais tarde, participou activamente em acções militares contra alguns fortes inimigos.¹²⁶

Com a assinatura do Tratado de Paz com Espanha, em 1668, Lescolles fixou residência em Viana do Lima, tendo-se dedicado a outros projectos que não os exclusivamente militares. Assim, alguns importantes planos de obras públicas foram por ele desenvolvidos e não só em Viana, como o caso do cais do Cabedelo, na margem esquerda do estuário do Lima, mas também outras obras de hidráulica, em Coimbra e no Porto. É também possível encontrar o seu traço na arquitectura civil e religiosa do Entre Douro e Minho, impulsionando a renovação da estética barroca daquela Província e que se vai reflectir noutras partes do Império, nomeadamente no Brasil.¹²⁷

Contudo, o seu maior contributo foi a direcção das Aulas de Artilharia e Fortificação que tinham lugar no edifício da Vedoria de Viana, preparando e formando engenheiros e colaboradores, instituindo uma verdadeira Escola de Engenharia, em plena Guerra da Restauração e que se institucionalizará em 1676. O autor francês chegou mesmo a escrever um *Tratado de Fortificação* e umas *Lições de Artilharia* que nunca chegaram a ser publicados, mas as 12 *Lições de Artilharia*, que serviam de suporte teórico para as suas aulas, foram compiladas por um seu discípulo português, o engenheiro Sebastião de Souza Vasconcelos.¹²⁸ O seu nome era apontado como o mais provável sucessor de Luís Serrão Pimentel como Cosmógrafo Mor do Reino, algo que não chegou a acontecer.

Como vimos no capítulo anterior, aquando da morte de Lescolles, sucedeu-lhe Manuel Pinto de Vilalobos, um antigo discípulo que ficou a liderar a Academia de Viana, oficialmente criada em 1701, recebendo depois continuidade pelos contributos de seu filho e de seu neto, o reputado oficial José Pinto de Alpoim.

Na medida em que o âmbito do trabalho do engenheiro francês se alarga à produção cartográfica, é de sua autoria aquele que, até ao momento, parece ser o mais antigo mapa conhecido da Província de Entre Douro e Minho, denominado de *Carta Geografica Província de Entre Douro e Minho no anno de 1661*, que se encontra na Bibliothèque Nationale de France.¹²⁹ Mais do que pioneiro na representação cartográfica desta província, o autor afirmava-se, também, pioneiro na cartografia regional portuguesa,

pelo menos no que concerne à representação do espaço nacional peninsular.¹³⁰

Durante e após a Guerra da Restauração, Lescolles foi incumbido de assegurar a manutenção e/ou a reparação das praças e fortes da fronteira do Minho. De forma a completar esta tarefa, com o máximo rigor, o engenheiro francês terá iniciado o levantamento das plantas de cada uma das praças-fortes, cuja colecção de desenhos terá tido utilidade prática nas aulas de engenharia que ele próprio leccionava e mesmo na futura Academia de Fortificação, criada na vila de Viana.¹³¹

Deste “atlas”, apenas se conhece a planta de Valença, datada de 1691, desenhada por Vilalobos, mas referindo que era uma cópia da planta de Lescolles realizada em 1683.¹³² A planta de Viana e a das restantes praças-fortes, geralmente atribuídas a Vilalobos, podem ter sido, também, realizadas anteriormente por aquele autor.¹³³ Assim se iniciava a produção cartográfica da Academia de Viana que se prolongaria até, pelo menos, a segunda metade do século XVIII.¹³⁴

Carta Geografica Província de Entre Douro e Minho no anno de 1661 (figura 1), é um mapa manuscrito, aguarelado, de pequena dimensão, ca. 33,5 x 46,5 cm. Encontra-se dentro de uma esquadria desenhada a preto e, no canto inferior direito, dentro da cartela, está o título e a data do mapa assim como a assinatura do autor. Sensivelmente a meio da folha, sobre o oceano, encontra-se desenhada uma rosa-dos-ventos; no canto inferior esquerdo, foi desenhada uma escala gráfica de cinco léguas, não indicando se são, ou não, léguas portuguesas. Partindo do princípio de que se trata de léguas portuguesas, calculámos a escala em cerca de 1/454 000. No entanto, alguns cálculos efectuados sobre o mapa, comparando-o com um outro de escala conhecida, permitiram determinar uma escala de ca. 1/370 000, valor que se aproxima da escala 1/340 000 obtida, se optarmos por léguas comuns de França.¹³⁵

O mapa não apresenta legenda, encontrando-se orientado com o Este no topo e compreende o território entre a Ria de Vigo, a Norte, o rio Douro como limite Sul, o Oceano Atlântico a Oeste e a raia

terrestre com a Galiza, desde S. Gregório à Portela do Homem, assim como o território de Trás os Montes, como limites a Este.

Um dos fenómenos figurados pelo autor é o relevo, representado por uma sucessão de pequenos “montes triangulares”, aparentemente sem qualquer proporcionalidade em relação à sua altitude. Deve-se referir, a este propósito, que somente a partir da segunda metade do século XVIII se procedeu a medições, mais ou menos rigorosas da forma e altitude das montanhas e, mesmo assim, no nosso país, essas preocupações foram mais tardias.¹³⁶

O autor identifica apenas alguns dos acidentes orográficos, talvez por ele considerados principais, inscrevendo o seu nome, aparentemente, sem qualquer intenção de o associar a uma das elevações representadas. Entre os diversos topónimos assinalados, apenas foram identificadas as serras de *Somavila? Gavieira* ou *Gavião?* no limite Este do Alto Minho; *Mouso* ou *Mouro? Amarella, Xeres* (Gerês) e *Falperra* (entre Braga e Guimarães). Também identificou o *oiteiro Major* no Alto Minho, representado por um símbolo de maior dimensão que os demais.

A distribuição do relevo também não é uniforme: o Alto Minho é, claramente, a área mais montanhosa, contrastando com as áreas a Sul do vale do rio Lima. Não se acentua o carácter montanhoso do interior da província, ainda que a delimitação entre esta província e a de Trás-os-Montes tivesse sido marcada por uma “cadeia” montanhosa.

Lescolles figurou os “principais” cursos de água, aguarelando-os a cor azul/verde. Estão representados e identificados os rios Minho, Mouro, Gadanha, Coura, Lima, Vez, Neva (Neiva), *Cabo* (Cávado), Este (só está desenhado, pois o seu nome não foi inscrito), *Dave* (Ave), *Lessa* (Leça) e a foz do rio Douro. Foi, ainda, representada uma série de pequenos cursos de água, perpendiculares à costa, embora não se indique o nome respectivo como nos anteriores. O autor parece ter dedicado um maior grau de pormenor na representação da rede hidrográfica no território compreendido entre os rios Minho e Lima, podendo-se estabelecer um contraste entre o território do Alto Minho – que possui uma maior densidade de cursos de água – e o restante território, cuja densidade

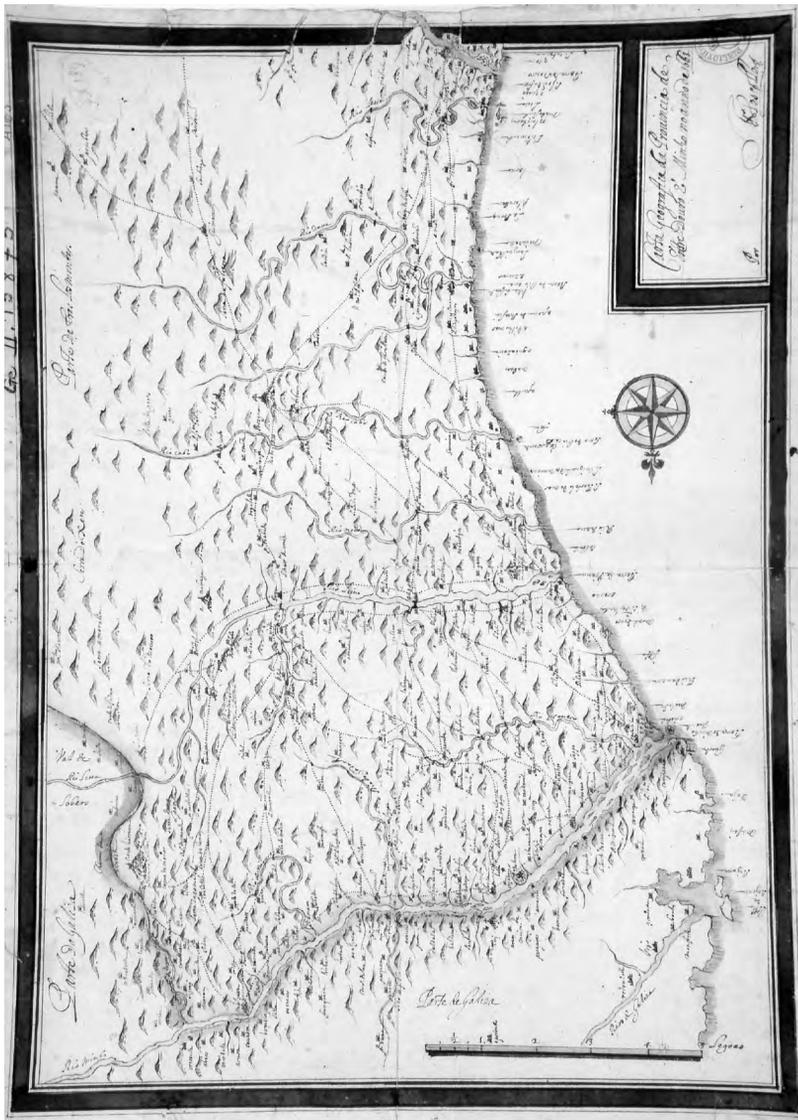


Figura 1: Michel LESCOLLES – Carta Geographica Provincia de Entre Douro e Minho no anno de 1661. (BNF)

de cursos de água representados é, claramente, inferior. De uma forma geral, a rede hidrográfica surge de forma pouco exacta, isto é, os cursos de água foram representados por linhas “onduladas”, generalizando a sua configuração e o autor parece não ter prestado atenção à extensão e local de origem de alguns cursos de água: comparem-se os cursos dos rios Neiva, Cávado e Ave, que parecem ter a mesma extensão.

Relativamente à repartição do povoamento, aquele cartógrafo representou as povoações galegas ao longo do vale do Minho assim como da raia seca, verificando-se, depois, um relativo vazio de informação para o interior da província da Galiza. No que diz respeito às povoações portuguesas, o Alto Minho apresenta uma maior densidade de topónimos cartografados, especialmente ao longo do vale do rio Minho e da raia seca. Tal facto, parece confirmar que o autor possuía um maior conhecimento da área compreendida entre os rios Minho e Lima, sobretudo junto da linha de fronteira, até porque o mapa data do ano em que se reiniciaram as hostilidades no Entre Douro e Minho, numa campanha, sustentada pelo Conde do Prado, que nomeou Lescolles responsável pelo projecto de construção de um forte em Valença.¹³⁷ De qualquer forma, a distribuição das povoações não nos parece aleatória, pelo contrário, uma vez que a maioria dos topónimos se distribuem ao longo dos vales dos principais rios da província, assim como das estradas que asseguravam a ligação entre as diferentes povoações. Para além da diferença de densidade de povoamento entre Alto e Baixo Minho, há uma outra entre o litoral e o interior, sendo que, o número de povoações parece diminuir à medida que nos deslocamos para o interior. Este facto confirma, em definitivo, o interior da província – especialmente a Sul do rio Lima – com um “vazio” de informação, provavelmente porque em termos geoestratégicos e militares era menos vulnerável do que o litoral, sempre sujeito aos ataques navais inimigos.

O autor distinguiu vários tipos de povoações que, na generalidade, estão representadas com o mesmo símbolo. No entanto, Porto e Tui apresentam um símbolo que as diferencia das demais, um edifício

encimado por uma cruz, pois são duas sedes de bispado e Braga, sede de arcebispado, foi representada pela cruz correspondente.

Um outro fenómeno presente no mapa, que se destaca em relação aos demais, é a rede viária. Este será, eventualmente, o fenómeno mais importante figurado pelo cartógrafo francês, dado que, naquele ano, se preparavam importantes manobras militares e, por isso, conhecer a rede viária representava uma grande vantagem estratégica, pois permitia planear as operações com mais rigor, tanto as manobras ofensivas, como as manobras defensivas. De modo a completar a representação da rede viária, o autor assinalou os locais onde os diversos rios podiam ser atravessados e as pontes, pois também estas eram um elemento chave na preparação de qualquer manobra militar.¹³⁸ Uma vez que os principais confrontos militares decorreram no Alto Minho, não surpreende que, uma vez mais, seja este o território que parece ter sido levantado com maior rigor e apresente, por isso mesmo, uma rede viária mais densa.

A representação da rede viária era, então, uma informação muito importante, restrita e mantida em segredo, procurando-se não a divulgar ao inimigo. Assim, especialmente em períodos de guerra, este tipo de dados só circulava sob a forma de cartografia manuscrita, num reduzido número de exemplares, aos quais só tinham acesso os chefes militares.¹³⁹

Para complementar toda esta informação de cariz militar, o autor assinalou os fortes que se estendiam ao longo da linha de fronteira, representando alguns dos sucessos militares que, entretanto, tinham ocorrido nesta área: em 1656, o exército espanhol iniciou uma dupla ofensiva e, tendo passando o rio Minho, estabeleceu-se em S. Pedro da Torre e no sítio de Ponte de Mouro, onde construiu um forte para criar uma testa-de-ponte.¹⁴⁰ Dando seguimento a estes movimentos, as tropas espanholas conseguiram conquistar Lapela e Monção e recuperaram Salvaterra do Minho. O mapa retrata estas movimentações e figura as ocupações do inimigo.

Com o intuito de travar as movimentações do inimigo no nosso território, o Conde de Castelo Melhor ordenou a construção de alguns fortins, de forma a isolar a guarnição espanhola do for-

te de S. Luís Gonzaga em S. Pedro da Torre.¹⁴¹ Se observarmos com mais atenção o mapa, podemos comprovar a existência de dois pequenos fortes – supostamente portugueses – que cercam o forte que o exército espanhol construiu na margem Sul do rio Minho. Quanto a Salvaterra do Minho que desde a ofensiva de 1643 até 1659, ficou na posse de Portugal, formando uma testa-de-ponte juntamente com a praça de Monção, o mapa figura um forte a Norte daquela povoação, o “forte de S. Tiago”, construído pelos espanhóis como forma de evitar a progressão do exército português para o interior da Galiza, coadjuvado por um outro mais pequeno que “fechava” a estrada para Tui, na ponte sobre o rio Tea.¹⁴² Refira-se também que, o próprio Lescolles foi, mais tarde, incumbido de recuperar aquelas posições, dirigindo as manobras militares necessárias.¹⁴³

Quem sabe se este mapa não terá sido utilizado na preparação da defesa do território compreendido entre os rios Minho e Lima em virtude da invasão e ocupação pelos os exércitos espanhóis e que ocorreu, precisamente, no ano seguinte à sua elaboração.¹⁴⁴

2 – Os Mapas da Província de Entre Douro e Minho

O mapa de Lescolles parece ter constituído um caso isolado na cartografia regional do Entre Douro e Minho, pois, nas décadas seguintes, não encontramos qualquer referência a mapas desta província. Tal não significa que o interesse por este tipo de cartografia, tanto por parte da Coroa, dos militares e até dos administradores, tenha diminuído, já que existem indícios de que, no início do século XVIII, D. João V tenha ordenado o levantamento das principais povoações da Província de Entre Douro e Minho. Este trabalho, caso tenha sido, de facto, realizado, parece ter desaparecido aquando do incêndio que destruiu a Biblioteca Real.¹⁴⁵

Na primeira década de Setecentos, Portugal viu-se envolvido na Guerra da Sucessão de Espanha pairando, uma vez mais, a ameaça de invasão do nosso território pelas forças daquele país. O (re)conhecimento e a defesa da fronteira impunham-se, novamente, como prioridade imediata. Na fronteira do Minho, procedeu-se à renovação e ao reforço das praças-fortes e, para o efeito, levantou-

-se uma série de plantas das respectivas praças e terrenos circundantes, sob orientação do novo Engenheiro da Província, Manuel Pinto Vilalobos.¹⁴⁶

Somente na década de 1720, graças à dinâmica do Engenheiro-mor Manuel de Azevedo Fortes, assim como à iniciativa da recém criada Real Academia de História se iniciaram importantes levantamentos topográficos terrestres em Portugal, cujo intuito era, como vimos, elaborar a cartografia que deveria complementar a História Eclesiástica e Secular do Reino, bem como, o de preparar um corpo técnico para efectuar os trabalhos cartográficos no Brasil.

Contudo, o projecto de Azevedo Fortes não foi concretizado por ser muito moroso e oneroso, pelo que, a Academia, optou por uma solução alternativa da responsabilidade do Cosmógrafo mor do Reino Manuel Pimentel, que propôs coligir os mapas de Portugal existentes para, a partir dessas fontes, compor uma nova imagem cartográfica do conjunto de Portugal.¹⁴⁷

Em todo o caso, a existência de dois mapas manuscritos, existentes na Real Academia de la Historia de Madrid, que compreendem o território entre Lisboa-Mafra-Torres Vedras numa escala aproximada de 1/12 000, levantados sob a direcção do Engenheiro Mor do Reino, do Coronel Manoel da Maia e de Paulo Farinha Lopes, anteriores a 1734,¹⁴⁸ comprovam a existência dos levantamentos topográficos, que resultaram em mapas pormenorizados. Estes mapas, ou cópias, poderão ser aqueles a que o próprio Azevedo Fortes alude em comunicação apresentada à Academia Real de História, em 1725, na presença da família real:

“(…) ordenou-me Vossa Magestade que, com os engenheiros desta Corte e os praticantes da Academia Militar fizesse uma Carta Topográfica, que compreendesse todo o terreno e marinha desde o sítio de pedrouços até à Corte Real, em largura de três quartos de légua com pouca diferença [...] Esta carta, Senhor, se acha feita e seja-me lícito dizer que está feita com todo o primor da arte, e com todas aquelas circunstâncias que fazem uma Carta Topográfica ajustada e completa (...)”.¹⁴⁹

Uma vez demonstrada a viabilidade do projecto de realização de um levantamento topográfico com a apresentação dos mapas,

nesse mesmo ano, ao Engenheiro Mor foi atribuída a tarefa de levantar a carta de todo o Patriarcado de Lisboa.

De qualquer modo, aqueles mapas topográficos, tal como a listagem de coordenadas geográficas, recolhidas sob orientação de Azevedo Fortes e dos “padres matemáticos”, atestam bem o mérito do trabalho dos autores que, no dizer de Jaime Cortesão, promoveram os levantamentos topográficos e permitiram lançar as bases de uma “nova escola cartográfica” portuguesa, apoiada nas Academias Militares existentes, e que continuaram formar os engenheiros-cartógrafos do reino. Esta afirmação deve ser analisada com alguma reserva, tanto mais que os levantamentos não se estenderam a todo o país e apenas temos conhecimento daqueles dois mapas. Por outro lado, convém não esquecer que foi necessário aguardar quase 150 anos para que o nosso país fosse dotado de uma cartografia de base topográfica, dita científica.¹⁵⁰

Contudo, ao permitir e implementar esta renovação na cartografia portuguesa, a Coroa não pretendia atingir um fim científico, mas sim um fim político, por outras palavras, o objectivo era promover o levantamento cartográfico e o reconhecimento topográfico do Brasil, para defender, cientificamente, a soberania portuguesa sobre os territórios sul-americanos que também eram disputados por Espanha.¹⁵¹

– *As versões impressas*

Os mapas das seis Províncias de Portugal, acompanhados de um mapa de conjunto do território nacional continental, foram gravados por Grandpré,¹⁵² em Lisboa, em 1729-1730 e publicados, pela primeira vez, no segundo volume da *Geografia Histórica de Todos os Estados Soberanos da Europa...* de D. Luís Caetano de Lima, em 1736.¹⁵³ Foram os primeiros mapas impressos das províncias portuguesas¹⁵⁴. Eles, representaram um enorme progresso no que diz respeito à difusão da imagem cartográfica do nosso país, já que, pela primeira vez, os mapas estiveram acessíveis ao grande público,¹⁵⁵ algo que, até então, a reduzida cartografia regional manuscrita, quase sempre de carácter militar, não conseguira, pois

A CARTOGRAFIA DO ENTRE DOURO E MINHO (SÉCULOS XVII E XVIII)



Figura 2: GRANDPRÉ – Provincia de Entre Douro e Minho, 1730

o seu acesso esteve sempre reservado, como vimos, a uma elite composta, principalmente, por militares e diplomatas.¹⁵⁶

O mapa da Província de Entre Douro e Minho, e que a partir de agora identificaremos como o “mapa de Grandpré”, (figura 2) é o primeiro do conjunto regional a figurar na obra de Caetano de Lima.¹⁵⁷ É um mapa impresso, de pequena dimensão (25 x 17 cm), encontra-se dentro de uma dupla esquadria a preto e, no canto superior direito, dentro de uma cartela a imitar um pergaminho desenrolado, encontramos o título do mapa: *PROVINCIA de ENTRE DOURO E MINHO*. Ainda dentro da cartela, o autor colocou o *petipé* (uma escala gráfica dividida em 4 segmentos), não indicando, contudo a unidade de medida utilizada. Tratando-se, eventualmente, de léguas portuguesas, poderemos calcular a escala do mapa em cerca de 1/635 000. Sobre o oceano, que o autor denomina por *Mar de Portugal*, encontra-se desenhada uma rosa-dos-ventos. A carta não apresenta qualquer legenda, mas no canto inferior esquerdo, encontramos a indicação do seu autor e/ou do seu gravador, local e a data de gravação: *de Grandpré Fecit Lisboa 1730*.

Este mapa renova a imagem da Província de Entre Douro e Minho, se a considerarmos como uma parte dos mapas de conjunto de Portugal. De facto, trata-se de uma configuração diferente daquela que, a partir de Johann Blaeu, na primeira metade do século XVII e continuada por Nicholas Sanson d'Abbeville, em meados do século XVII, foi sendo divulgada nos mapas de autores estrangeiros, ao longo de todo o século XVIII, como J. B. Homann, Robert Vaugondy, J. B. Nolin, entre tantos outros¹⁵⁸. Bastará observar a configuração da Província para compreendermos que a característica mais evidente em todos estes mapas, é o facto de os limites a Sul se estenderem para a margem esquerda do rio Douro, a Sul da cidade do Porto, e a Este coincidirem com o rio Tâmega. O mapa de Grandpré “corrige”, assim, os limites da Província restringindo-os ao rio Douro, a Sul, estendendo-os a Este à serra do Marão, na margem esquerda do rio Tâmega.

No entanto, é possível verificar algumas características comuns entre estes mapas e o mapa de Grandpré, sobretudo no que diz

respeito à distribuição do povoamento e à configuração da rede hidrográfica. Em todo o caso, mais adiante, retomaremos à análise destes autores, a propósito das prováveis fontes do mapa do Minho.

O primeiro mapa impresso da Província de Entre Douro e Minho, não é um mapa topográfico resultante de levantamentos precisos e pormenorizados, até porque apresenta importantes distorções, trata-se, antes, de um mapa de divulgação e terá sido por esse motivo que foi inserto no segundo volume da *Geografia Histórica*. O referido mapa antecedia a descrição geográfica e histórica da respectiva província, permitindo ao leitor localizar geograficamente as cidades, as vilas, os rios e as montanhas, descritos na obra. No entanto, no texto referente à Província de Entre Douro e Minho, não há qualquer referência ao mapa, o que parece indicar que ambos tiveram uma evolução independente, o que facilmente se compreende, tendo em conta as suas datas de impressão (1730) e da obra onde foi inserto (1736).

No mapa do Entre Douro e Minho, destacam-se de imediato três fenómenos: a rede hidrográfica, o relevo e o povoamento. No que respeita às linhas de água, o autor parece ter representado apenas os cursos principais, ou pelo menos, só procura identificar os rios de maior dimensão – os rios Coura, Vizela, Leça ou Sousa, não foram identificados – não demonstrando, tão pouco, muita preocupação pelo rigor do seu traçado, configuração e orientação. Tome-se como exemplo o rio Minho, que na secção compreendida entre Monção e Valença, apresenta a direcção predominante NW/SE, o mesmo sucedendo no rio Lima no percurso compreendido entre Ponte da Barca e Ponte de Lima!

O relevo, à semelhança de tantos outros exemplares contemporâneos,¹⁵⁹ é representado por pequenos “montes” triangulares, dispostos, aparentemente, de uma forma aleatória, ainda que seja possível visualizar uma maior concentração destes “montes” no interior da província, como que reforçando a linha de separação entre o Minho e os territórios vizinhos. Apenas algumas das serras cartografadas foram claramente identificadas, tendo o autor inscrito o respectivo nome sobre os “pequenos montes”: *S^a da Bol^a* (Serra da Bolhosa?), *S^a de Gaviao*, ambas no Alto Minho, a *Serra do*

Geres, a *Serra do Maram* e a *Serra de S. Caterina*. Torna-se estranha a opção do autor, até porque não identifica outros acidentes orográficos mais conhecidos como as serra da Peneda, Amarela, do Soajo, da Cabreira, de Arga, etc.

A distribuição das povoações merece uma análise mais detalhada. Rapidamente se verifica uma tentativa da sua hierarquia, quer através da utilização de diferentes símbolos gráficos, quer através do corpo de letra utilizado para fixar a toponímia. A inexistência de uma legenda, dificulta, um pouco mais, a leitura do fenómeno. Em todo o caso, constata-se que foram utilizados três símbolos distintos para representar as diferentes localidades: as cidades (Porto e Braga), assim como algumas das vilas desta província, foram figuradas por um símbolo que parece corresponder a um conjunto amuralhado. Contudo, dado que o autor representou, também, desta forma as povoações de *Lapela* e *Azurar[a]*, equiparando-as às restantes vilas e cidades, ainda que não o sejam, parece-nos que este símbolo poderia representar, não as cidades e vilas mas, as localidades muralhadas e fortificadas.

Esta é uma possibilidade que sai reforçada pelo facto de no mapa não terem sido representadas com qualquer símbolo de maior destaque, as vilas de Ponte da Barca ou de Arcos de Valdevez, que nem sequer foi indicada. Por sua vez, os topónimos também evidenciam estas diferenças, pois enquanto que os nomes das duas cidades foram escritos com letras maiúsculas, os das vilas e outras povoações importantes, apesar de se destacarem em relação aos demais, são mais pequenos quando comparados com os primeiros. Todos os restantes núcleos populacionais estão representadas por pequenos círculos, com a excepção de dois – *Caminha* e *Canavezes* – que foram figuradas com um símbolo que se parece com um pequeno aglomerado de casas.¹⁶⁰

A vegetação, representada por pequenos arbustos, encontra-se distribuída de uma forma esparsa e não parece corresponder às clássicas descrições da província, que se referem ao Entre Douro e Minho como sendo densamente arborizado.¹⁶¹ Outro fenómeno figurado, são as inúmeras pontes que permitem a passagem dos vários cursos de água, ainda que a rede viária que se organizaria

em torno destas estruturas não esteja presente, algo que era corrente na tradição cartográfica portuguesa.

Finalmente, uma breve análise ao sistema defensivo (fortificação), em ambas as margens do rio Minho. Este exemplar figura, de uma forma bastante completa, as fortificações galegas, dando conta da existência de um pequeno forte na localidade de A Guarda, no estuário do rio Minho, seguindo-se os fortes de Gayão (Goyan), o forte Vermelho – nome atribuído pelos portugueses ao forte de Amorín – e as praças-fortes de Tui e Salvaterra do Minho.

Na margem portuguesa, embora a praça de Caminha não tenha sido representada de forma fortificada, Vila Nova de Cerveira, Valença, Lapela, Monção e Melgaço compunham a defesa da raia húmida.

Também a defesa do litoral mereceu a atenção do autor deste mapa que figurou os fortes da Ínsua, Lagarteira, Cão, Posta, Rego, S. Tiago (em Viana), Esposende, Póvoa do Varzim, Vila do Conde, Queijo e S. João da Foz. Este grau de pormenor indicia que as fontes utilizadas deveriam ser bastante completas, no que diz respeito à informação de interesse militar.

Em suma, as características principais do mapa, que aqui evidenciamos de uma forma muito breve, mostram-nos que este não poderia resultar dos levantamentos topográficos e das medições astronómicas, que estariam a “revolucionar” a nossa cartografia.

Apresentemos, então, algumas conclusões começando por este último ponto. No prólogo da obra *Tratado do Modo o mais facil e o mais exacto de fazer as Cartas Geograficas...* Azevedo Fortes defendia que a junção das diferentes cartas geográficas particulares deveria resultar na imagem completa do território português continental, o que obrigava a um cuidadoso levantamento das coordenadas geográficas de cada localidade, de forma a evitarem-se os erros de posição e localização.¹⁶² Contudo, uma rápida análise ao mapa, permite verificar a existência de vários erros de posição das diferentes localidades. Se juntarmos os mapas do Entre Douro e Minho e da Província de Trás-os-Montes, chegamos à conclusão que os seus limites não são coincidentes, pois no mapa do Minho, o limite provincial situa-se a Este da serra do Marão,

enquanto que, no mapa de Trás-os-Montes, o limite é feito pelo rio Tâmega, a Oeste do Marão.

Assim, se no primeiro, a povoação de *Entre ambos os Rios* se localiza no Entre Douro e Minho, no segundo, esta é já uma povoação transmontana. Recorde-se, também, que Azevedo Fortes aconselhava os diversos engenheiros responsáveis pelos futuros levantamentos de cada província, a fazerem- nos juntos, de modo a coincidirem na configuração dos seus limites e que todos os mapas das províncias fossem levantados debaixo do mesmo *petipé*,¹⁶³ algo que não aconteceu, pois basta comparar os diferentes mapas das províncias para se verificar que possuem escalas diferentes.

Podemos questionar, também, a existência de inúmeros erros (não tipográficos) na toponímia que, mesmo tratando-se de um gravador estrangeiro, não seriam ignorados, nem aceites, pelos responsáveis da cartografia nacional de então.

Não deixa de ser significativo o facto da fronteira, tanto no mapa de Portugal como no mapa do Entre Douro e Minho, estar representada por uma linha a tracejado, quando a técnica proposta por Azevedo Fortes e a que era utilizada mais frequentemente na representação da fronteira portuguesa e que se regista nas versões seguintes deste mapa, era a linha ponteadada.¹⁶⁴

Por todas estas razões, parece-nos que os mapas insertos na *Geografia Histórica* corresponderam a uma solução de recurso, para servir os propósitos de ilustrar a *Geografia Histórica*... Esta teria sido uma opção tomada a partir do momento em que se compreendeu que o levantamento topográfico geral do Reino, feito à semelhança do território entre Lisboa e Torres Vedras, seria um processo muito moroso, dispendioso e que empregaria todos os cartógrafos do nosso país, num momento em que as atenções e os principais interesses estavam voltados para o Brasil.

Efectivamente, não nos parece possível executar um levantamento topográfico à escala nacional, no espaço de tempo decorrido entre a apresentação do projecto de levantamento topográfico do território continental e a edição do primeiro mapa de Grandpré (cerca de 10 anos).

Assim sendo, podemos admitir que estes mapas mais não foram do que (re)construções a partir de mapas anteriores – provavelmente impressos avulsos ou, mais provavelmente, insertos em atlas – o que significaria que as fontes que serviram de base a estes mapas regionais de Grandprè, seriam estrangeiras, até porque esta hipótese foi já levantada numa análise ao mapa de Portugal do mesmo autor, situando-o próximo de versões estrangeiras de mapas de Portugal.¹⁶⁵ Desta forma, com o intuito de procurarmos as possíveis fontes utilizadas para a elaboração destes mapas, consultámos várias edições de atlas impressos estrangeiros, anteriores a 1730, de diferentes autores, na tentativa de encontramos nos mapas de Portugal e das suas províncias aí coligidos, elementos comuns aos mapas de Grandprè.

Entre os diversos mapas consultados, dois chamaram a nossa atenção: o *Les Etats de la Couronne de Portugal en Espagne*, de 1653¹⁶⁶ e o já mencionado *Parte Septentrional do Reyno de Portugal*, de 1654, ambos de Nicholas Sanson d'Abbeville. A estes poderíamos acrescentar o mapa *Portugalliae et Algarbiae...* [post. 1704] de Johann Baptista Homann, ainda que este autor se tenha baseado nos mapas anteriores, e que incluía uma rede viária que, como adiante veremos, pode ter influenciado as outras versões do *Mapa da Província do Minho*. Os mapas de Sanson apresentavam uma série de elementos comuns ao mapa de Grandprè, especialmente no que dizia respeito à distribuição do povoamento, cartografando Caminha e Canavezes com um símbolo diferente das demais localidades, e à configuração da rede hidrográfica.

Contudo, esta análise comparativa foi pouco conclusiva, o que nos levou a pensar que o mapa de Grandprè corresponde a uma “renovada” imagem das províncias portuguesas, nomeadamente a do Entre Douro e Minho.

No entanto, não deixa de ser curioso que, mesmo após a publicação dos Mapas das Províncias, alguns atlas editados na Europa, continuaram a perpetuar a imagem cartográfica anterior. As exceções, parecem ser os mapas de Pedro Gendron de 1751, *Portugal dividido en sus provincias...* de Rizzi Zannoni, *Cartes des Royaumes de Portugal et d'Algarve*, e o mapa de Thomas Jefferys, também

de 1762, editado em Londres, e que já incorporam as características evidenciadas no mapa de Grandpré, o que constitui prova evidente de que as imagens cartográficas das províncias portuguesas, já circulavam pela Europa.

Na tentativa de encontrarmos as fontes utilizadas na elaboração do mapa de Grandpré, teremos de considerar, também, o próprio mapa manuscrito de Lescolles, do século XVII, visto tratar-se do mais antigo mapa da Província. O facto do mapa se achar em Paris pode ter significado que autores ou gravadores franceses, como Grandpré ou, como adiante veremos, Laurent ou mesmo Tomás Lopez, tenham tido hipóteses de aceder ao mapa. Com este intuito, decidimos comparar os mapas, isolando duas características importantes: a rede hidrográfica e o contorno do litoral. O resultado final é visível na figura 4, onde o mapa de Lescolles foi orientado com o Norte no topo, de forma a facilitar a comparação com o mapa de Grandpré.

Podemos observar que, ambos representam uma maior densidade hidrográfica no espaço compreendido entre os rios Minho e Lima do que no restante território da Província, onde impera, aliás, um esquematismo na representação das linhas de água. Existe, também, uma similitude nos rios representados, ou seja, aqueles que Lescolles elegeu para figurar são, basicamente, os mesmos que Grandpré inclui no seu mapa. A configuração de alguns destes cursos de água é, também, muito idêntica: compare-se a forma do rio Mouro, no Alto Minho, os rios Ave e Este, ou o rio Leça, assim como a direcção predominante dos rios Minho e Lima. Existe, ainda, um outro pormenor exclusivo sobre os dois mapas: ambos figuram a “serra do Gavião” junto da fronteira com Espanha, entre Castro Laboreiro e o rio Lima. Como veremos adiante, as restantes versões do Entre Douro e Minho nos *Mapas das Províncias* já não representam este acidente orográfico.

O levantamento dos aspectos comuns a ambos os mapas não significa, por si só, que se possa estabelecer uma relação directa entre os dois mapas, nem tão pouco concluir que o mapa de Lescolles é a fonte do mapa de Grandpré. Parece-nos, no entanto, que dada a existência de vários pontos em comum entre estas cartas, o de

Lescolles pode ter sido uma das fontes consultadas ou utilizadas por Grandpré para a realização da sua obra, até porque, foi o primeiro e, até ao momento, o único mapa conhecido da província de Entre Douro e Minho, existente até 1730. Devemos acrescentar que o mapa de Lescolles é o que representa de forma mais completa o sistema defensivo em ambas as margens do rio Minho, sabendo-se que, tal sistema só volta a ter uma representação tão completa nesta versão Grandpré. Por outro lado, nenhuma das outras fontes cartográficas por nós consultadas, anteriores à data de elaboração do mapa de Grandpré, apresentava tantos elementos comuns a ele. De qualquer modo, seria necessário dedicar um estudo mais profundo e específico aos dois mapas, para podermos validar ou refutar qualquer hipótese formulada. Em todo o caso, a procura das fontes deverá continuar a passar pelos autores franceses.

No início da segunda metade do século XVIII, um novo acontecimento político impulsionou a produção cartográfica regional portuguesa. Com efeito, em 1756, iniciou-se aquela que ficou conhecida como a Guerra dos sete Anos, opondo dois blocos antagónicos que disputavam entre si a hegemonia europeia: de um lado a Grã Bretanha e a Prússia, do outro a Áustria, a Rússia e a França.¹⁶⁷ Os dois estados ibéricos ficaram, de início, fora da contenda. Contudo, em Agosto de 1761 foi assinado o Terceiro Pacto de Família, que juntava na mesma aliança militar os soberanos da família Bourbon. Perante a recusa portuguesa em aderir ao pacto, que o obrigava a colocar-se contra a aliança que mantinha com a Inglaterra, o exército franco-espanhol, concentrou-se na fronteira portuguesa, logo nos primeiros meses de 1762. Face a esta situação, a Coroa Portuguesa tentou preparar a defesa do Reino, solicitando o apoio do monarca inglês, que enviou o Conde Schaumburg-Lippe para chefiar as tropas nacionais. No entanto, em Maio, consumou-se a invasão pela fronteira de Trás-os-Montes, ficando esta província rapidamente sob controlo do exército espanhol.

Depois de algumas movimentações militares na Beira e no Alto Alentejo, o exército Anglo-Luso reocupa os territórios invadidos, com excepção das praças de Chaves e de Almeida, que só volta-

riam para a soberania portuguesa, após a assinatura do Tratado de Paz de Fontainebleau, em 1763.¹⁶⁸

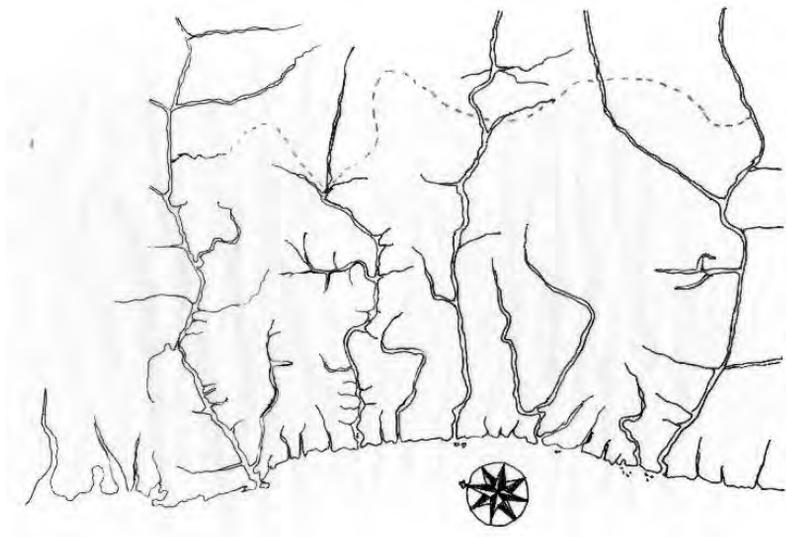
Deste modo, apesar de se recear a invasão, a Província de Entre Douro e Minho, mais uma vez, não constituiu palco privilegiado das acções militares. No entanto, face a este perigo – que ia sendo contido graças às acções de guerrilha operadas na Província de Trás-os-Montes e que tentavam impedir o avanço espanhol – as autoridades militares do Entre Douro e Minho tomaram medidas de defesa militar, onde se incluíram os reconhecimentos militares e a elaboração de nova cartografia, medidas que já tinham sido postas em prática antes do começo das hostilidades. Neste contexto de ameaça bélica, surgiram nada menos do que três diferentes edições dos “Mapas das Províncias”.

Se os mapas regionais elaborados em 1729-1730 não primavam pela exactidão, a verdade é que o facto de se tratar de cartografia impressa permitiu, como já se disse, divulgar a imagem das províncias portuguesas. Após a sua publicação, os mapas assumiram novo protagonismo a partir de 1762, ao serem incluídos num pequeno atlas regional que o impressor João Silvério Carpinetti editou nesse ano, intitulado-o *Mappas das Províncias de Portugal* e oferecendo-o ao então Conde de Oeiras e futuro Marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Melo.¹⁶⁹

João Silvério Carpinetti foi um impressor português, de origem italiana, que exerceu a sua actividade em Lisboa (daí assinar algumas das suas obras com o epíteto “lisbonense”), entre os anos de 1757 e, pelo menos, 1767, tendo-se destacado na impressão de vários retratos, especialmente o do Marquês de Pombal, bem como, no registo de santos utilizando o método da água forte.¹⁷⁰

O autor, na advertência que serve de introdução aos *Mapas das Províncias*, acrescentou que sabendo da falta de mapas provinciais, decidiu emendar os mapas existentes que, à partida, só poderiam ser os de Grandpré. A sua principal preocupação foi a de corrigir a posição dos lugares cartografados, até porque “[...] algumas pessoas sabião não eraõ no lugar, em que estavaõ [...]”, bem como as estradas de algumas províncias, nomeadamente da Estremadura

Mapa de Grandpré 1730



Mapa de Lescolles 1661

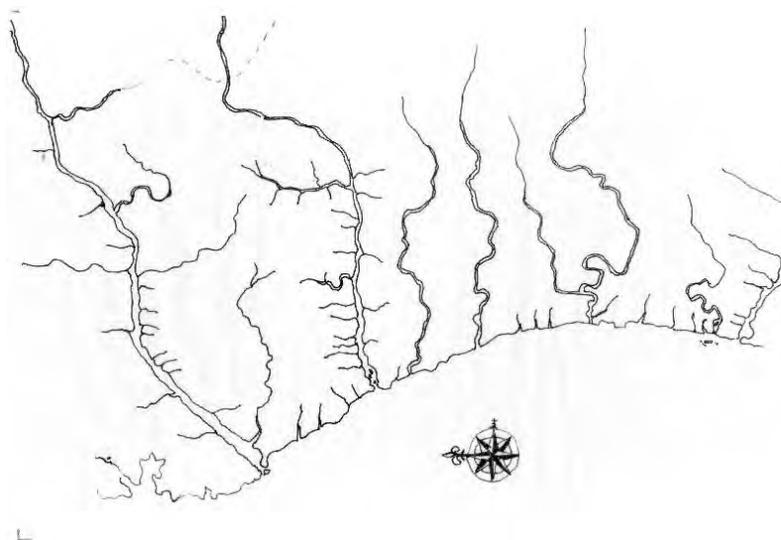


Figura 3

e do Alentejo. Relembre-se que no mapa da Província de Entre Douro e Minho não figurava a rede viária. Contudo, e porque isso iria implicar um novo trabalho de levantamento de coordenadas geográficas, o autor acabou por admitir que não emendou a totalidade dos erros e abandonou o projecto de graduar os mapas agora “novamente abertos, e estampados”.

A procura pelos mapas das províncias terá aumentado numa altura em que Portugal entrou em guerra com Espanha. Os mapas que na primeira edição serviram para ilustrar a descrição geográfica das diferentes províncias – e curiosamente também foram editados num ano de forte tensão diplomática com Espanha¹⁷¹ – poderiam servir, agora, para situar o teatro de guerra, para informar o grande público, ou, quem sabe, até os próprios militares, daí que o autor refira que uma das razões que o levou a reimprimir as cartas foi porque “[...] todos as buscavam [...]”.¹⁷² A prova evidente de que estes mapas tiveram grande receptividade entre o público foi o facto de serem vendidos, abertamente, na loja de Francisco Manuel, em Lisboa, e de serem reeditados pouco tempo depois, desta vez dedicados ao já Marquês de Pombal.¹⁷³

Talvez prevendo esta receptividade, o autor juntou uma *Ilustração aos Mapas das Províncias de Portugal*, onde fornece conselhos e explicações simples sobre a leitura e interpretação dos mesmos, nomeadamente sobre o uso do *petipè*, perfeitamente desnecessárias se os mapas se destinassem a um público familiarizado com a linguagem cartográfica. Acrescentou ainda uma breve descrição de cada uma das Províncias do Reino.

O mapa do Entre Douro e Minho, nesta edição de Carpinetti,¹⁷⁴ parece corresponder a uma versão ligeiramente “retocada” da original de Grandpré. As dimensões do mapa são idênticas à anterior impressão e surge, também, numa esquadria; a cartela com o título *PROVINCIA DE ENTRE DOURO E MINHO* foi colocada no topo do mapa, apresentando uma configuração mais geométrica que a anterior; a escala gráfica localiza-se na parte inferior, sendo um segmento de recta dividido em nove partes, onde o autor inscreveu *Leguas Portuguezas de 18 ao gráo*. A escala numérica calcula-se, assim, aproximadamente, em *ca* 1/645 000. Ao mapa foi-lhe atri-

buído o número 2, inscrito no canto inferior direito, não apresentando qualquer indicação do autor, data ou local de impressão ou de edição.¹⁷⁵ Os elementos cartografados, assim como a simbologia utilizada para os representar, não sofreram, praticamente, qualquer alteração. A rede hidrográfica manteve-se quase inalterada, ainda que tivesse sido acrescentado o rio Vizela. De qualquer forma, o autor demonstra preocupação na identificação de alguns cursos de água, que não o tinham sido na versão anterior: o rio Este, surge sob o nome *R. Deste*, assim como *R. Sousa* e *R. Varzeas*; as “serras” foram representadas pelo mesmo símbolo, ainda que tenha desaparecido o topónimo de *S^a de Gavião*. Terá sido um dos erros que Carpinetti se propunha emendar? A vegetação continua presente, mas desta vez, o autor reforçou a “mancha” florestal, sobretudo na parte sudeste da Província.

As povoações foram figuradas por apenas dois símbolos diferentes: o circuito “abaluartado” para as povoações mais importantes: “se são por modo de huns quadrados, com humas pontas para fóra, mostra que he fortaleza [...]”,¹⁷⁶ e para todas as outras um pequeno círculo (incluindo Caminha e Canavezes). O autor, no texto que antecede os mapas, distinguiu as cidades episcopais e arquiépiscopais representadas pelas cruzes correspondentes.

Uma análise mais pormenorizada, permitiu-nos verificar que ocorreram algumas alterações na toponímia. Assim, se no mapa de Grandprè, o nome das principais povoações se destacava em relação aos demais porque o corpo da letra era significativamente maior que as restantes, nesta versão, a sua dimensão é mais reduzida, e as povoações não se destacam tão facilmente. Identificam-se, também, algumas correcções aos topónimos: *Campanhan* tornou-se *Campanhaã*; *Refoyos-Refoyos de Lima*; *Grizo-Grijó*; *C. de Serotico-Cerolico de Basto*; outros chegaram mesmo a desaparecer: *Bustela*[o], povoação localizada a Oeste de Canavezes, já não figura nesta versão, e tal poderá ficar a dever-se ao facto de, nesse espaço, o autor ter representado uma pequena mancha de floresta. Percebe-se, também, que alguns topónimos foram inscritos com orientação diferente da versão anterior, como por exemplo

Caminha, escrito na posição horizontal no mapa de 1730 e agora ligeiramente oblíquo.

Mais uma vez, a rede viária não foi representada, mas as pontes foram sinalizadas verificando-se, no entanto, algumas alterações significativas: a versão Grandpré representava duas pontes no rio Âncora e uma no rio de Afife e, agora, não foram representadas, tal como aconteceu com uma das pontes sobre o Leça e outras duas sobre o rio Gadanha que desagua perto da Lapela, ou de algumas pontes sobre o Vez, o Sousa e seus afluentes. Serão novas correções feitas por Carpinetti?

Uma importante alteração realizada, diz respeito à linha de demarcação dos limites da província, agora figurada por uma linha pontuada. Tal como o autor já havia prevenido, os erros de posição na localização de alguns fenómenos inscritos no mapa, não foram alterados, pelo que se mantêm como na primeira versão. Quanto às fortificações do vale do Minho, já não figuram nesta versão os fortes de A Guarda e o forte “Vermelho” de Amorín.

No mesmo ano em que Carpinetti editava o seu “atlas” (1762), saía a público a segunda edição do *Mappa de Portugal Antigo e Moderno* de João Bautista (ou Baptista) de Castro, que incluía uma outra versão dos “Mapas das Províncias”.¹⁷⁷

O mapa do Entre Douro e Minho inserto no *Mappa de Portugal* não está datado, por isso, não poderemos saber, com todo o rigor, se esta versão é anterior aos mapas de Carpinetti, até porque no texto de Bautista de Castro não lhes é feita qualquer referência.

Uma vez mais, a dimensão e as características gerais deste mapa, são muito idênticas às das versões Grandpré e Carpinetti e, à semelhança destes, também se inscreve dentro de uma esquadria a negro. A cartela, que apresenta um desenho mais sóbrio que o da versão Carpinetti, encontra-se no canto superior do mapa e inclui, dentro de uma elipse, o título que identifica o mapa: *PROVINCIA DE ENTRE DOURO E MINHO*. Sob o título, figura a escala gráfica, dividida em três partes, sem qualquer indicação da unidade de medida utilizada. O nome do gravador também figura, sob a escala, identificando-o como *Laurent Sculp.*¹⁷⁸

De qualquer modo, há todo um conjunto de características bem visíveis no mapa que o aproximam do exemplar de Grandpré e o diferenciam da versão de Carpinetti.¹⁷⁹ Desde logo, as localidades de Caminha e Canavezes figuram com o mesmo símbolo utilizado no mapa de Grandpré e também à semelhança deste, não foram identificados os rios Este e Sousa. O nome *R. Douro* surge, novamente, na margem direita deste rio, defronte da povoação de *Mentiras*, o que já não sucede na versão Carpinetti; também foram utilizados três pequenos montes para representar o que parece ser a Serra de Arga, no Alto Minho, ao passo que Carpinetti só utilizou dois; na foz do rio Minho, e na margem galega, tanto Grandpré como Laurent figuraram um pequeno forte militar e identificaram o “Forte Vermelho” (situado na povoação galega de Amorín) que desaparecem por completo no mapa de Carpinetti. Mais próximo desta última versão, é a representação da “mancha” florestal e que pode ser compulsada com o bosque situado em território da Galiza, a Norte de Ourense, que não é representado no mapa de 1730.

Uma análise mais atenta ao mapa, permite-nos verificar que este apresenta uma rede viária, fenómeno que o diferencia das outras versões. Esta rede, estruturava-se em torno de alguns eixos, nomeadamente, Valença-Viana; Porto-Vila do Conde; Viana-Ponte de Lima-Tiar; Porto-Entre Ambos os Rios-Redinha; Guimarães-Braga-Ponte de Lima e Braga-Ruivães e a sua configuração é, em tudo, muito semelhante àquela que figura no mapa de Johann Baptista Homann, – a que já aludimos – o que significa que Laurent pode ter usado este mapa como fonte, como o deve ter usado também Grandpré.

Ainda nos anos de 1762-1763, houve uma terceira versão cartográfica das Províncias de Portugal, mas desta vez editadas em Madrid, sob patrocínio do geógrafo Tomás Lopez, que publica os mapas em forma de atlas, denominando-o de *Mapa del Reyno de Portugal construido, segun las mas modernas memorias* e acrescenta *Este Mapa General, com las seis Provincias separadas, donde por menor se expresan los Pueblos de Portugal, forman el Atlas completo de este Reyno*.¹⁸⁰

Se em Portugal se sentiu a necessidade de se proceder a uma renovação metodológica e técnica na cartografia nacional, o mesmo sucedeu em Espanha, tendo alguns estadistas espanhóis, como Jorge Juan ou o Marquês de la Ensenada, proposto o levantamento de um mapa de Espanha, de acordo com as então mais recentes técnicas topográficas, à semelhança do projecto que, entretanto, se completava em França sob direcção de Cassini. Para dar seguimento a este propósito, Tomás Lopez foi enviado para Paris, de forma a instruir-se na gravação de mapas e formar-se em técnicas cartográficas, ali permanecendo entre 1752 e 1760, assistindo a vários cursos de matemática no Colégio Mazarin e instruindo-se nas oficinas de J. B de Bourguignon D'Anville, onde terá conhecido o gravador Guillaume Delhay.

De regresso a Madrid, em 1760, estabeleceu-se como cartógrafo, gravador e editor, seguindo as linhas orientadoras do seu mestre francês.¹⁸¹ Vemos então que, à data de publicação da sua versão do *Mapa del Reyno de Portugal*, em 1762, o cartógrafo espanhol, havia iniciado a sua produção, de forma autónoma, há somente dois anos.

Este importante capítulo na formação do autor, deve ser tomado em consideração, na medida em que Tomás Lopez terá contactado com as fontes francesas, podendo admitir-se, até, que tenha trazido protótipos de Paris.

A versão Tomás Lopez do mapa da Província de Entre Douro e Minho, nos seus traços gerais, difere das versões já comentadas.¹⁸² Desde já, as suas dimensões são superiores (82 x 53,5 cm), representando um espaço mais alargado para além da referida província. O mapa encontra-se delimitado por uma esquadria externa a negro e, na parte interior a esquadria está graduada em valores de Latitude e de Longitude, algo que os outros autores desistiram de fazer nas suas versões. Num rectângulo que serve de cartela, no canto inferior direito, encontram-se os habituais elementos identificativos do mapa: *MAPA DE LA PROVINCIA DE ENTRE DUERO E MIÑO construido segun las mas modernas memorias Por D. Tomás Lopez Pensionista de S.M.*, ao qual acrescenta *Se hallara em Madrid frente de S. Bernardo Año de 1762*. No canto

superior direito, o autor apresenta duas escalas gráficas graduadas em léguas, ambas divididas em sete segmentos, embora a primeira represente as léguas “de una hora de camiño” e a segunda as léguas de “17 $\frac{1}{2}$ al grado”. A escala aproximada é, assim, de *ca.* 1/334 000, muito diferente e maior, que as versões anteriores, o que poderá condicionar a figuração dos fenómenos no mapa.

A rede hidrográfica, apresenta, praticamente, os mesmos cursos de água mas sofreu alguns ajustes: os traçados dos rios Minho e Cávado, apresentam, finalmente, uma direcção geral NE-SW; o rio Lima, em território português, mantém a configuração das outras versões, mas altera a sua direcção no território espanhol. De qualquer forma, ainda que o autor tenha demonstrado uma maior preocupação e rigor no traçado, a configuração da rede hidrográfica, tem características muito gerais. Refira-se que, tal como Grandpré, também não foi cartografado o rio Vizela, nem identificados os rios Este e Sousa.

O relevo também foi representado pelos característicos “montes”, mas neste exemplar, não foram assinalados nem identificados os principais acidentes orográficos, tendo o autor indicado apenas alguns “montes” dispersos pelo interior da província. Dado que não foi inscrito qualquer símbolo representativo da vegetação, o fundo de mapa está menos sobrecarregado, quando comparado com as restantes versões.

As localidades assinaladas foram figuradas de forma semelhante às versões Grandpré e Laurent, ou seja, utilizaram-se três símbolos diferentes, sendo o “circuito abaluartado” para as povoações principais (incluindo Lapela e Azurara), um círculo com um ponto para as restantes localidades e, finalmente, as localidades de Caminha e de Canavezes que foram representadas pelo símbolo composto por um conjunto de casas. Tal como na versão Grandpré, o autor incluiu a povoação de *Bustela*, mas por sua vez, não cartografou Celorico de Basto.

Uma característica que se evidencia no mapa é a rede viária, precisamente numa altura em que os exércitos espanhóis se movimentavam para a invasão do território português. E quanto à utilidade militar destes mapas de Tomás Lopez, devemos acrescentar

que foram vários os mapas militares, portugueses, espanhóis, franceses e até ingleses, que se socorreram, posteriormente, da cartografia do geógrafo espanhol, para comporem o fundo dos mapas militares que deveriam servir de apoio às movimentações dos diferentes exércitos.¹⁸³

Tal como na versão Laurent, o mapa de Lopez figura a rede viária, representando as estradas Valença-Viana; Porto-Vila do Conde; Porto-Entre-os-Rios; Guimarães-Braga-Ponte de Lima e Viana-Ponte de Lima-Tiar. Já não foi figurada a estrada Braga-Ruivães, mas as pontes foram cartografadas numa disposição semelhante àquela de Grandpré.

O autor incluiu o forte de Amorín no sistema defensivo do vale do Minho e, embora não figure o forte de A Guarda, assinala algumas fortificações galegas na raia seca da Província do Minho, nomeadamente Ribadavia, V^a. N^a. de los Infantes – nas anteriores versões, estas localidades também figuravam, embora não de uma forma fortificada) e Miranda. Monte Rey e *Berín* (Verín), também foram representadas junto da fronteira de Trás-os-Montes.¹⁸⁴

Apesar de ter sido publicado no mesmo ano das versões Carpinetti e Laurent, este mapa revela características muito próximas da versão Grandpré (e também Laurent), o que poderá significar que as fontes utilizadas para a sua composição, poderão ter sido os próprios mapas de Grandpré e de Laurent, ou as fontes às quais estes recorreram.¹⁸⁵ De facto, logo que se estabeleceu em Madrid, Tomás Lopez dedicou-se a realizar mapas a partir de materiais publicados anteriormente, especialmente de autores franceses. Aliás, parece que dois dos seus principais trabalhos realizados em 1762, o *Mapa de Espanha e da Costa de Andaluzia* e o *Atlas dos Reinos de Espanha e de Portugal* (e suas províncias) correspondiam a uma reedição de obras francesas. Assim, enquanto o mapa de Espanha tinha sido publicado em França por Nolin, o Atlas correspondia ao *Atlas d’Espagne et du Portugal* editado por Tillemont e Baudrand.¹⁸⁶

Para finalizarmos a análise aos mapas impressos da Província do Minho, devemos mencionar o exemplar incluído no *Atlas Geographico del Reyno de España e Islas Adjacentes con una bre-*

ve *Descripcion de sus Provincias*, por Tomás Lopez em 1792.¹⁸⁷ Não se trata de mais uma reimpressão ou reedição das imagens anteriores daquela província. É um mapa impresso de pequenas dimensões (11,5 x 8 cm), com uma escala gráfica em léguas de 20 ao grau, calculando-se em *ca* 1/3 700 000. Os limites da província alteraram-se significativamente, passando a incluir territórios na margem sul do rio Douro – veja-se por exemplo (vila da) Feira – o que não acontecia na anterior versão de 1762.

Devido às suas reduzidas dimensões, assim como à sua escala, o mapa perdeu muito do pormenor que possuía. Deste modo, a rede hidrográfica foi simplificada, tendo o autor eliminado alguns cursos de água como por exemplo, o rio Neiva; o relevo, tal como no anterior mapa do Entre Douro e Minho de Tomás Lopez, não foi representado. A figuração das localidades foi simplificada ao ponto de figurarem apenas algumas: aquelas que o autor considerou mais importantes, representando-as mediante um conjunto de edifícios; as menos importantes, foram cartografadas por um pequeno círculo.

O elemento mais interessante parece ser a divisão interna da Província, que não figurava em nenhuma das versões anteriores, marcada por linhas ponteadas. Ao que parece a delimitação será por comarcas, ainda que a escala do mapa não permita observar todos os pormenores. Este fenómeno foi figurado no mapa de Sanson, *Parte Septentrional do Reino de Portugal*, de 1654, e suas variantes, pelo que este pode ter sido a fonte.

O facto de o atlas incluir mapas de Portugal e suas províncias, pode denunciar uma edição especial para o público português. Em suma, trata-se de um atlas de bolso que o cartógrafo espanhol elaborou, recorrendo a outras fontes, provavelmente, anteriores às do atlas de 1762.

Para melhor clarificarmos as diferenças/alterações identificadas nos diversos mapas e, desse modo, tentarmos estabelecer algumas conclusões gerais acerca dos diferentes exemplares dos “Mapas das Províncias”, elaborámos um quadro resumo (Quadro 1):

Quadro 1

Tipos de Alterações	Mapa de Grandpré	Mapa de Laurent	Mapa de Carpinetti	Mapa de Tomás Lopez
Título	PROVINCIA de ENTRE DOURO E MINHO 1730	PROVINCIA DE ENTRE DOURO E MINHO 1762*1	PROVINCIA DE ENTRE DOURO E MINHO 1762*1	MAPA DE LA PROVINCIA DE ENTRE DUERO E MIÑO Construido según las mas modernas memorias 1762
Nome de autor ou gravador	Grandpré Fecit	Laurent Sculp.	Não indica mas surge nos mapas de outras província	D. Tomás Lopez
Nº de mapa ou de página	-	-	2	-
Local de edição	Lisboa	Paris	Lisboa	Madrid
Serras	Gavião; Gerês Marão; Sta. Catarina	Gavião; Gerês; Marão; Sta. Catarina	Gerês, Marão; Sta. Catarina	não figura, não identifica
Rios	Não figura/identifica os rios Vizela; Este e Sousa;	Não figura/identifica os rios Vizela; Este e Sousa;	Figura e identifica os rios Vizela; Este e Sousa;	Não figura/ identifica os rios Vizela; Este e Sousa;
Rede Viária	não figura	figura	não figura	figura
Topónimos *2	Bustela, Campanhan, Refoyos, Aleixedo, C. de Serotico	Campanhan; Refoyos; Aleixido; C. de Sorotico	Campanhaã, Refoyos de Lima, Meixedo, Cerolico de Basto	Bustela, Campa, Refoyos, Aleixedo
Vegetação	esparsa	densa	densa	não figura
Fortes Galegos do rio Minho	A Guarda; Goyan; Vermelho; Tui e Salvaterra do Minho.	A Guarda; Goyan; Vermelho; Tui e Salvaterra do Minho.	Goyan; Tui e Salvaterra do Minho.	Goyan.; Amorín; Tui e Salvaterra do Minho.
Escala aprox. *3	1/500 000	1/670 000	1/645 000	1/334 000
Coordenadas Geográficas	não figuram	não figuram	não figuram	Escalas de Latitude e longitude
Cartelas/ Cartuchos	“Pergaminho desenrolado”	“Elipse inserta num rectângulo”	“Rectângulo com elementos vegetais”	“Rectângulo”

*1 – O mapa do Entre Douro e Minho não está datado, ainda que integre o conjunto de mapas regionais publicados, no seu conjunto, em 1762, quer na versão Carpinetti, quer na versão Laurent insertos no *Mapa de Portugal* de João Baptista de Castro. Estas observações são válidas para as duas edições dos mapas de Carpinetti.

*2 – Foram considerados apenas alguns exemplos entre as várias dezenas de topónimos registados nos mapas.

*3 – As escalas numéricas foram calculadas apenas com base nas escalas gráficas.

Parece ser cada vez mais seguro filiar os “Mapas das Províncias”, qualquer que seja a sua versão, em autores e exemplares franceses. No caso da versão Grandpré, já constatámos que as possíveis fontes, manuscritas (mapa Lescolles) ou impressas (Sanson), eram francesas. Podemos admitir que Grandpré tenha enviado as chapas para Paris ou desenhado os mapas em Lisboa e enviado os manuscritos para Paris, onde foram gravadas e, posteriormente, aproveitadas por Laurent. Esta hipótese parece ser a mais consistente, tendo em conta a existência de um exemplar manuscrito do mapa de Portugal de Grandpré, conservado na Bibliothèque National em Paris.¹⁸⁸ Desta forma, também se explicaria a existência do mapa de Lescolles. Em todo o caso, aquele gravador terá renovado a imagem cartográfica da Província de Entre Douro e Minho e será esta que se vai perpetuar nas versões seguintes, ainda que, com algumas alterações importantes.

Tendo em conta as características gerais dos mapas de Grandpré, Carpinetti, Laurent e Lopez e respectivas datas de impressão e/ou edição (1730 e 1762), conseguimos compreender que as versões Laurent e Lopez estão mais próximas do mapa de Grandpré, o que poderá significar que este tenha sido a sua fonte directa – ou então Laurent e Lopez terão tido acesso às mesmas fontes que Grandpré – sendo as únicas alterações a figuração da rede viária e o “reforço” da mancha florestal – no caso de Laurent – mantendo quase intactos todos os outros fenómenos. Esta constatação leva-nos a admitir que os mapas insertos no *Mappa de Portugal Antigo e Moderno*, pese embora terem sido editados em 1762, devem datar de anos anteriores. Desta forma, os mapas de Carpinetti, apresentados no mesmo ano, terão tido por base um dos outros autores, ou mesmo os dois, pois o mapa apresenta características comuns às duas versões, ainda que o autor tenha introduzido as alterações que considerou pertinentes, nomeadamente na toponímia (esta mais actualizada e sem tantos erros), na rede hidrográfica, na representação das localidades, nas pontes, etc. Isto poderia significar que Carpinetti terá feito as chapas em Lisboa, a partir dos desenhos gravados e publicados por Grandpré e/ou Laurent. A admitir esta

hipótese, seria muito estranho o facto de Carpinetti não ter incluído a rede viária do Entre Douro e Minho.

No entanto, será sempre de admitir o facto de que deveriam circular versões semelhantes aos “Mapas das Províncias” nalgum atlas franceses, cuja fonte pode ter sido o mapa de Grandpré e que poderiam ter sido utilizados para a elaboração dos mapas de 1762. Essa parece ser a hipótese explicativa mais segura para se encontrar as fontes do mapa de Lopez.

O mapa de Carpinetti foi, parece-nos, o exemplar sujeito a um maior número de alterações, especialmente nos topónimos, o que parece indiciar, por um lado, que o mapa base utilizado apresentava algumas incorrecções, provavelmente por ser de origem estrangeira e, por outro lado, o autor ter-se-á socorrido de outras fontes, para proceder às alterações.

Em resumo, os *Mapas das Províncias*, tiveram uma larga reprodução ao longo das décadas que se seguiram às suas primeiras edições. Neste nosso estudo, analisámos, unicamente, os exemplares mais conhecidos, mas, ao que tudo indica, existiram outras edições integrais, ou parciais, do conjunto das Províncias Portuguesas. Depois de terem sido difundidas em 1736, os mapas terão sido incluídos na *Descrição Corográfica do Reyno Portugal* por António de Oliveira Freire, supostamente em 1755, ainda que não se tenham encontrado qualquer mapa nos exemplares conhecidos.

Após as duas versões de Carpinetti e de Tomás Lopez, ainda no decorrer do século XVIII, foram publicados alguns dos mapas do conjunto regional. Em 1788-89, Agostinho Rebelo da Costa, publicava, no Porto, a sua *Descrição Topográfica e Histórica da Cidade do Porto*, que era antecedida por uma descrição da Província do Entre Douro e Minho, servindo de enquadramento à obra do autor. A acompanhar esta descrição, encontrava-se o *Mapa da Província do Minho*, na versão Carpinetti,¹⁸⁹ mas, à semelhança do que ocorreu com Caetano de Lima e Baptista de Castro, não há qualquer ligação entre o texto e o mapa, nem qualquer referência a este último.

Ao longo do século XIX registaram-se novas edições dos *Mapas*: logo em 1813, surge uma edição, sem qualquer referência ao autor ou gravador; em 1826, serão publicados com o título *Atlas Geográfico das Províncias do Reino de Portugal e Algarve* e, finalmente, em 1846¹⁹⁰ (figura 6), houve nova publicação de todos, ou apenas uma parte, já que, nas chapas de cobre existentes na Biblioteca Nacional (usadas para as reedições do Atlas de Carpinetti em 1987 e 1993), dois dos mapas (um deles é o do Entre Douro e Minho), apresentam a data desse ano, prolongando a longevidade destes mapas por 110 anos, após a primeira difusão.¹⁹¹ A longa duração e permanência das imagens destes mapas, parecem confirmar o fraco desenvolvimento técnico da impressão portuguesa, assim como da inovação da cartografia impressa. É claro que esta situação também poderia ficar a dever-se ao facto dos gravadores e impressores só procederem a alterações significativas nas chapas de impressão, para realizar uma nova edição, quando tinham certeza de que poderiam obter lucros com as vendas, pois alterar as chapas, ou abrir novas, era um processo oneroso. Evidentemente, para que isso sucedesse, teria de haver um público consumidor de cartografia, e talvez não fosse, ainda, o caso da população portuguesa dos finais do século XVIII e inícios do século XIX. Naturalmente que, esta comercialização teria de estar de acordo com os interesses do Poder Central, pois, caso contrário, dificilmente seria tolerada.

Em todo o caso, podemos já concluir que as duas mais importantes instituições responsáveis pela elaboração da cartografia regional do Entre Douro e Minho, foram a Academia de Viana e, de forma indirecta, a Academia Real de História.

– *As versões manuscritas*

A partir do século XVIII, a imagem cartográfica da Província de Entre Douro e Minho, foi sendo difundida por um público cada vez mais alargado, graças aos processos de impressão que permitiam (re)produzir mapas em maior número e, consequentemente, a um menor preço, tornando-os mais acessíveis ao público. Paralelamente, a produção de cartografia manuscrita manteve-se,

em particular, nos meios militares, mas a sua circulação e divulgação continuavam restritas.

Neste contexto, surge a *Carta Geographica do Continente da Província de Entre Douro e Minho e de sua Costa Marítima e Raia* por Gonçalo Luís da Silva Brandão, em 1758 (figura 5). O mapa da Província faz parte de um álbum – constituindo uma espécie de atlas – intitulado *Topografia da Província de Entre Douro e Minho*, que inclui 24 desenhos das praças, fortes e vários troços da raia e do litoral da província, oferecido pelo autor, enquanto “discípulo” de engenharia, ao então Conde de Oeiras.¹⁹²

Sobre o autor não se conhece muita informação. No Arquivo Histórico Militar, em Lisboa, não encontramos informação relevante.¹⁹³ Pela leitura da dedicatória que fez ao Conde de Oeiras, sabemos que o autor era, nessa altura, Sargento do Número de Infantaria.¹⁹⁴ Provavelmente em Lisboa e, logo após o terramoto de 1755, terá pedido autorização ao futuro Marquês de Pombal para partir para a Província do Minho, onde, como se sabe, funcionava, desde o último quartel do século XVII, uma Aula de Fortificação entretanto transformada em Academia. Sabe-se também que, Gonçalo Luís da Silva Brandão, foi o responsável pelo traçado das plantas da Misericórdia de Viana do Castelo, em 1776, confirmando-se a sua presença naquela cidade, o que poderá indicar que o autor terá frequentado a Academia Militar de Viana, onde, no decurso da sua aprendizagem, deve ter elaborado um álbum ou atlas de mapas, plantas e desenhos relativos à Província do Entre Douro e Minho. Efectivamente, o tipo de traço usado, parece corresponder mais a um aprendiz no exercício de engenharia do que, propriamente, a um engenheiro. Aliás, o próprio autor, no final da obra, refere: “[...] esta a relação que da fronteira e raia seca, suas praças e territórios, costa marítima e fortes da Província do Minho pode dar o Discípulo de Engenharia, Gonçalo Luís Da Silva Brandão, no ano de 1758”.¹⁹⁵

Devemos, também, ter em conta que as plantas de Viana do Castelo, Caminha, Valença e Monção, que figuram no álbum organizado pelo autor, são muito semelhantes àquelas que Vilalobos elaborou no início do século XVIII, o que poderá significar que

A CARTOGRAFIA DO ENTRE DOURO E MINHO (SÉCULOS XVII E XVIII)

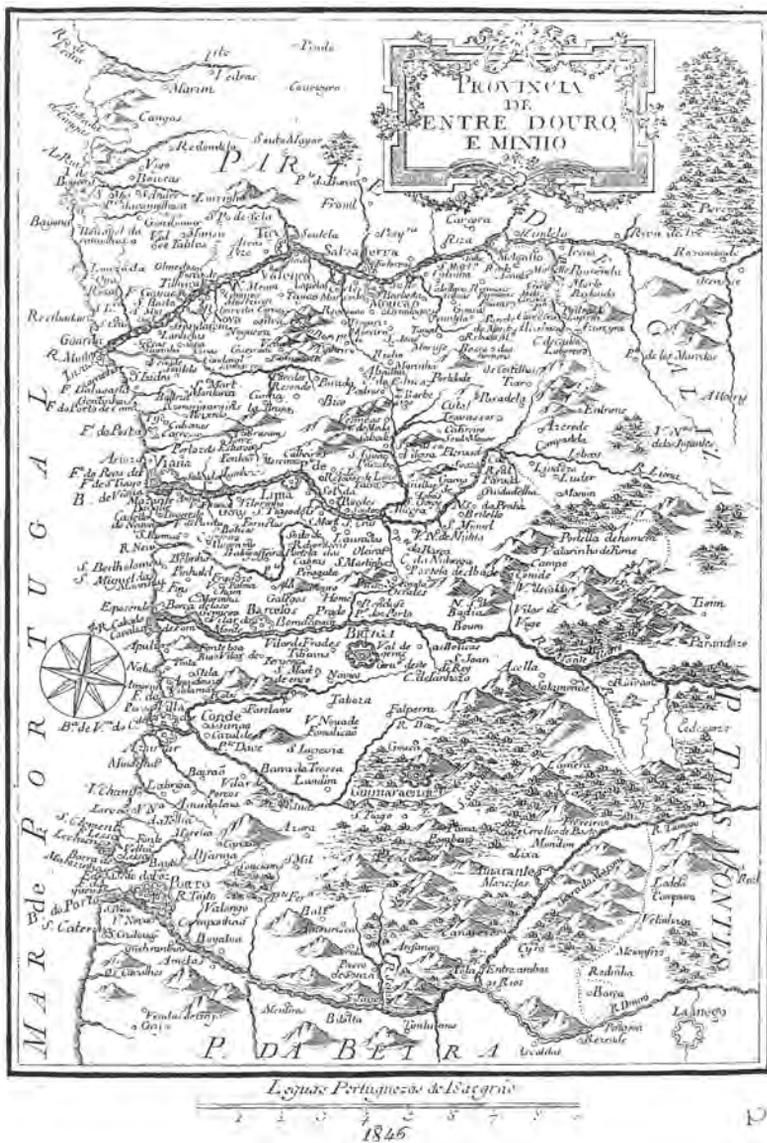


Figura 4: Província de Entre Douro e Minho, 1846

Silva Brandão teve acesso aos trabalhos de Vilalobos e que a aprendizagem do ofício de engenheiro militar da Província do Minho incluía a cópia de documentos existentes, ou como forma de aperfeiçoamento de técnicas de desenho ou para o acompanhamento das obras em curso.¹⁹⁶ Paralelamente ao trabalho deste autor, existem vários outros exemplares assinados por José Martins da Cruz, Ajudante de Infantaria com exercício em engenharia, na Província do Minho, que elaborou um pequeno atlas constituído pelas plantas das principais vilas do Alto Minho, bem como dos fortes, ali existentes, no ano de 1759.¹⁹⁷ O carácter e as características dos dois levantamentos, confirmam as preocupações militares e defensivas sentidas naquela época e parecem constituir mais um indício da existência da Aula/Escola/Academia de Engenharia e Fortificação de Viana.¹⁹⁸

Uma outra hipótese, ainda que pouco provável, poderia ser avançada para se explicar a existência destes dois álbuns em 1758/59 e prende-se com a realização das “Memórias Paroquiais”, o grande inquérito lançado aos párocos portugueses com o intuito de avaliar os estragos causados pelo sismo de 1755, mas que constituía uma excelente fonte de informação para a Administração Central. O mapa permitia localizar as principais localidades.

O mapa de Gonçalo Luís da Siva Brandão, é manuscrito a tinta da china, aguarelado, enquadrado numa esquadria de dupla linha. Está orientado com o Este no topo, encontrando-se a rosa-dos-ventos inscrita sobre o mapa. O título situa-se no canto superior esquerdo, delimitado por um desenho que imita uma sequência de folhas de árvore; a escala gráfica em léguas, representada por um segmento de recta, situa-se na parte inferior do mapa, sobre o oceano. Os cálculos efectuados, partindo do princípio de que as léguas referidas são léguas portuguesas de 18 ao grau, permitem estimar a escala numérica do mapa em cerca de 1/255 000, contudo, quando comparado com um outro de escala conhecida, a proporção é cerca de 1/317 000.

O mapa figura o território da Província de Entre Douro e Minho, confinando com os territórios da Galiza, cuja linha de demarcação a ponteados foi aguarelada a amarelo e com a Província de Trás-

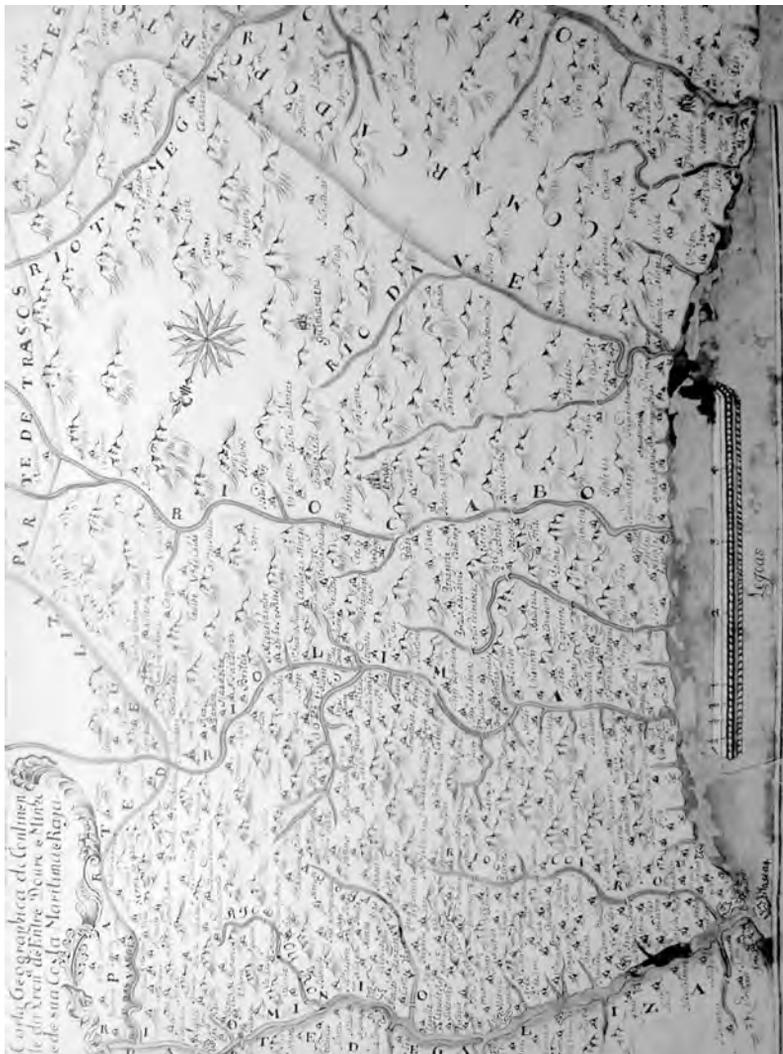


Figura 5: Gonçalo Luís da Silva BRANDÃO – Carta Geographica do Continente da Provincia de Entre Douro e Minho e de sua Costa Maritima e Raia, 1758 (B.P.M.P.)

-os-Montes, delimitada por uma linha ponteadada colorida de tons rosa. Há, ainda, uma delimitação interna, também colorida em tons lilás, que individualiza a Comarca do Porto.

No fundo do mapa, destaca-se, de imediato, a rede hidrográfica que o autor aguarelou a verde, apenas identificando, possivelmente, aqueles rios que considerava os mais importantes: o Minho, o Coura, o Mouro, o Gadanha, o rio das “Vargês” [Trancoso], o Vez, e ainda os rios Lima, Cávado, Ave, Tâmega e Douro. No entanto, o autor representou os cursos dos rios Neiva, Este, Leça e Sousa, ainda que não os tenha identificado.

O relevo foi representado por uma série de “pequenos montes”, dispostos de forma aleatória por toda a província e não apresentam qualquer relação com a variação da altitude ou com a realidade hipsométrica. Contudo, apenas alguns destes “conjuntos montanhosos” foram identificados: a serra da Bolhosa, a serra do Gavião (pormenor comum aos mapas de Lescolles e de Grandpré) e a serra do Gerês.

O autor assinalou ainda um vasto conjunto de topónimos, referentes às diversas povoações, que foram cartografadas com diferentes símbolos: as duas cidades, Porto e Braga, foram representadas por um “casario”, composto por cinco fogos; Guimarães, apesar de não ser cidade, também está cartografada com o mesmo símbolo. No caso de Braga, o edifício central foi coroado com uma cruz de arcebispo.

As praças-fortes foram cartografadas com o seu perímetro abaulartado; Viana (do Castelo), é a única localidade representada por um círculo; as restantes localidades foram representadas por um pequeno conjunto de casas (três) e de menor dimensão do que aquele utilizado para representar as cidades.

Não está figurada a rede viária mas, uma vez mais, o autor assinalou as pontes que cruzam os principais rios da Província, indicadoras da estruturação da rede viária provincial. A defesa da Província mereceu, também, a atenção de Silva Brandão, ao assinalar as praças-fortes da fronteira Norte, bem como os fortes e fortins que protegem a costa, desde a foz do rio Minho à foz do

rio Douro. Esta preocupação não é de estranhar, tanto mais que se aproximava uma nova guerra com Espanha.

A partir do levantamento das principais características deste mapa, constatámos que este apresentava inúmeros pontos comuns com o mapa de Grandpré. Desse modo, e de forma a compararmos os dois mapas, decalcámos as principais características de ambos os mapas, que correspondem a uma quase perfeita sobreposição, como se comprova pela observação da figura 8. De facto, estamos convencidos que Silva Brandão, terá utilizado o mapa de Grandpré como fonte para o seu trabalho, aproveitando o fundo e uma grande parte dos fenómenos aí inscritos: a rede hidrográfica é uma perfeita cópia do mapa publicado em 1730, aliás, o autor também não representa o rio Vizela. A partir desta base, o autor procedeu a uma série de “actualizações”, possivelmente porque detinha um conhecimento mais seguro (e directo) da realidade que estava a cartografar, daí que tenha identificado os principais rios do Alto Minho; cartografou a vila dos Arcos [de Valdevez], que não figurava na versão Grandpré e corrigiu uma série de topónimos, dos quais podemos tomar como exemplo a *Barca da Trossa* para *Barca da Trofa* ou *Vilar de Vuge* para *Vilar da Veiga*.

Tendo identificado esta relação entre os dois mapas – no fundo trata-se de uma nova versão do mapa de Grandpré, mas manuscrita – e ainda que possamos admitir que o autor também possa ter acedido ao mapa de Lescolles, dado que a sua formação de engenheiro militar estava a decorrer em Viana, restava-nos saber se esta “nova” versão teria sido utilizada por Carpinetti, como fonte para completar o seu mapa da Província, visto que o mapa de Brandão data de, pelo menos, 1758, anterior, portanto, ao mapa de Carpinetti. Contudo, uma análise mais atenta, permite-nos verificar que, as alterações introduzidas por Gonçalo Brandão, não foram tidas em conta por Carpinetti, que manteve os mesmos topónimos fornecidos pela versão Grandpré e também não cartografou a vila dos Arcos de Valdevez. Carpinetti não teve, por isso, acesso a este mapa, que deve ter tido uma circulação muito restrita e reservada aos meios políticos e militares.

Conhecemos ainda outras versões manuscritas do *Mapa da Província de Entre Douro e Minho*, do século XVIII, realizadas por militares, como são exemplo a *Carta Geográfica da Província do Minho* [post. 1758] (figura 7), de José Monteiro de Carvalho, ajudante de engenheiro na Província de Trás-os-Montes¹⁹⁹ e do mapa *Província do Minho* de António Bernardo da Costa²⁰⁰ [post. 1762] (figura 8). Ambos estão, presentemente, no Arquivo dos Services Historiques de l'Armée de Terre (S.H.A.T.), em Vincennes, França.²⁰¹

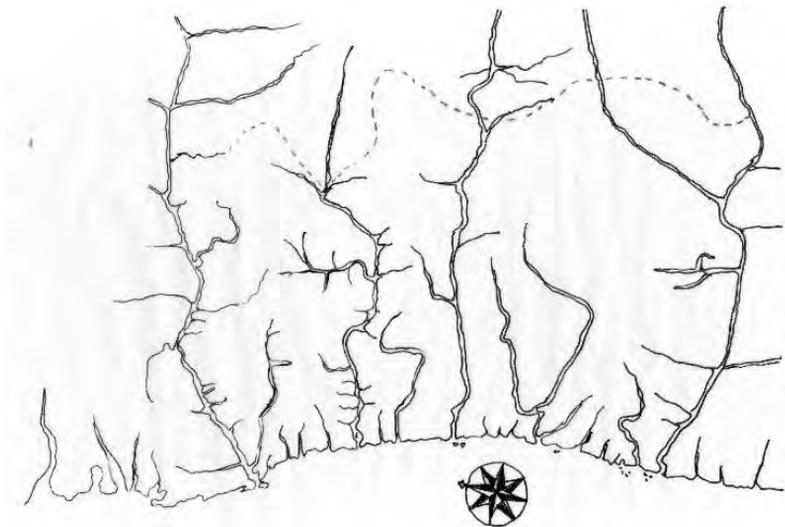
O primeiro é um mapa manuscrito a preto e branco, notando-se até alguns esboços preparatórios a lápis que não foram passados a tinta. Foi aguarelado unicamente na figuração das povoações fortificadas, cidades e vilas, algumas sedes de freguesia e ainda, na rede viária. Esta figura, apenas, as estradas que ligam o Porto a Braga, a Viana, a Guimarães e a Arrifana de Sousa, bem como as estradas que ligavam Braga a Ponte da Barca, a Viana e a Chaves (por Ruivães). A figuração deste fenómeno parece revelar que o autor terá tido acesso aos exemplares cartográficos de Laurent ou de Tomás Lopez, pois a figuração da rede viária é idêntica.

A inclusão da rosa-dos-ventos no centro do mapa, a individualização da Comarca do Porto por uma linha tracejada, bem como o facto de só representar com um símbolo amuralhado as praças-fortes e o facto de figurar a vila dos Arcos, aproximam este mapa da versão de Gonçalo Luís da Silva Brandão, de 1758, o que poderá significar que os mapas manuscritos realizados por militares, circulavam entre si, ou então este autor, que era Ajudante Engenheiro na Província de Trás-os-Montes, terá tido a sua formação “técnica” na mesma escola e com os mesmos métodos de Silva Brandão.²⁰²

O segundo exemplar é já um mapa colorido, que tem a particularidade de não incluir qualquer povoação fortificada, representando todas as povoações com uma casa ou conjunto de casas. Na generalidade, parece corresponder a uma cópia da versão do mapa de Carpinetti, dado que representa o rio Vizela e identifica o rio Sousa.

Os topónimos *Refoyos de Lima* e *Meixedo* denunciam uma aproximação àquela versão, o que significa que o mapa deverá ser

Mapa de Grandpré 1730



Mapa de Gonçalo Luís da Silva Brandão, 1753

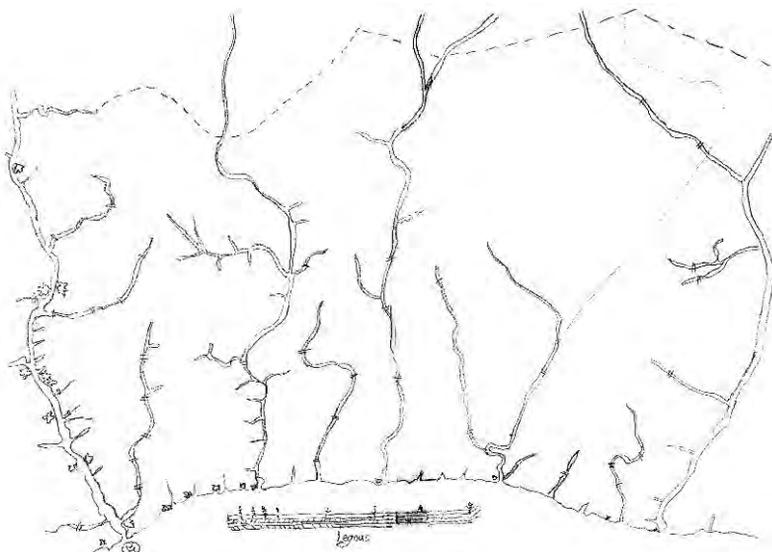


Figura 6

O ALTO MINHO NA OBRA DO ENGENHEIRO MILITAR
CUSTÓDIO JOSÉ GOMES DE VILLASBOAS



Figura 7: José Monteiro de CARVALHO – *Carta Geográfica da Província do Minho* [post. 1758] (S.H.A.T.).

posterior a 1762 e anterior a 1808, quando a colecção de mapas manuscritos portugueses existentes no S.H.A.T. foi levada dos arquivos de Lisboa para Paris. Dado que este autor iniciou a sua



Figura 8: António Bernardo COSTA – *Provincia do Minho*
[post. 1762] (S.H.A.T.)

carreira em 1779, podemos admitir que o mapa foi elaborado num dos anos imediatamente antes, ainda na fase académica do autor, ou imediatamente após aquele ano.

Estes dois exemplares devem corresponder ao resultado de me-ros exercícios de cópia para aperfeiçoamento da técnica de repro-dução e de desenho dos candidatos a engenheiros.

Para finalizarmos a análise à cartografia regional da Província de Entre Douro e Minho até à década de 90 do século XVIII, resta-nos analisar um mapa elaborado em 1786, pelo engenheiro Champalimaud²⁰³ (figura 12).

Trata-se do *Mappa Topografico da Provincia Entre Douro e Minho mostrando os principais passos susceptíveis de defesa no tempo de guerra e a sua força, com as notas necessarias para a intelligencia de hum Official General etc. Levantado e riscado, por Ordem de Sua Magestade Fidelíssima pello sargento Mor Engenheiro Jozé Champalimaud de Nussane em 1786*. É um mapa colorido, em 25 folhas coladas em tela e de grandes dimensões, 187 x 145 cm em folha de 189 x 153 cm. Não possui legenda, e a escala gráfica de duas léguas “ordinárias de Portugal”, que se pode calcular em cerca de 1/68 587 (de acordo com o S.H.A.T. a escala é de 1/68 972), o que atesta bem o grau de pormenor do mapa. O título e a legenda estão no canto inferior esquerdo, dentro de uma artística cartela, enquanto que, na margem direita, existem três blocos de texto: o primeiro, intitulado *Breve descrição da Provincia de Entre Douro e Minho*, o segundo *Exlicações da de-fesa d’esta Provincia* e o terceiro *Defesa da parte do Mar*.²⁰⁴ Seria necessário e, até, imprescindível, dedicar um estudo mais comple-to e exaustivo a este mapa que, julgámos inédito. Convém referir que apenas tivemos acesso a uma cópia reduzida da versão origi-nal, e será essa que analisaremos. Contudo, não podemos deixar de referir que a versão original também se encontra em Vincennes sob a mesma cota mas, por razões que não conseguimos apurar, não o pudemos analisar, aquando da nossa investigação naquele arquivo francês.

A *Carte de la Province D’Entre Douro et Minho Réduite de cel-le levée par l’Ingénieur Champalimaud en 1786*, é um mapa ma-nuscrito, colorido, com dimensões aproximadas de 57 x 44,6 cm, e possuiu uma escala gráfica que corresponde a cerca de 1/305 000. Nota-se a esquadria que serviu para a elaboração do mapa,

assim como, alguma informação complementar que, pelo facto de ter sido registada a lápis, está, praticamente, ilegível.²⁰⁵

O mapa figura a Província de Entre Douro e Minho, delimitada a Norte pela “Galice” cujo limite foi feito por uma linha amarela; a Este por uma linha cor de rosa, pela Província de “os Montes”; a Sul, delimitada por uma linha amarela, pela “Beira”. O relevo, não foi figurado por qualquer elemento gráfico, tendo o autor optado por inscrever o nome das montanhas antecedido de “Montes de...”. Encontramos uma rede hidrográfica muito densa e pormenorizada, identificando os cursos de água mais importantes. As povoações foram representadas por dois símbolos diferentes: um círculo maior para as vilas e as cidades e um círculo menor para as freguesias. A excepção parece ser a vila de Viana, que foi figurada como se se tratasse de uma planta de arruamentos, o que permite supor que o autor conhecia bem a configuração urbana daquela vila. Verifica-se, também, uma maior concentração de topónimos na região compreendida entre os rios Cávado e Lima, tendo sido, alguns deles, inscritos num “português afrancesado”.

Para além das povoações, o autor assinalou algumas pontes, mosteiros, igrejas ou capelas, identificou as principais portelas de passagem, figurou alguns castelos medievais e os fortes da província, o que dá conta das preocupações militares. A rede viária é também muito densa e completa, o que indicia que o autor deveria possuir um conhecimento directo e pormenorizado das vias de comunicação. Ela foi representada por linhas a preto, tendo algumas vias sido pintadas de amarelo.

A propósito do original deste mapa, alude Custódio Gomes de Villasboas, num parecer enviado ao secretário da Academia das Ciências, José Correia da Serra, datado de 1789, sobre a medição das coordenadas geográficas para a elaboração de cartografia terrestre do nosso país, propondo o estabelecimento de um meridiano de referência desde Coimbra até ao “(...) meio da Provincia do Minho; e o que mais he que até ficará formado o Mappa daquela Provincia se se verificar e confirmar por bom (com as observações feitas na Meridiana) o que o Engenheiro Mr. Champalimaud apresentou á Rainha N. Senhora há couza de 4 annos, sendo a mesma

Senhora servida permitir que se examine para evitar o trabalho de fazer outro”,²⁰⁶

Em resumo, estamos em presença de um mapa bastante completo e pormenorizado da Província de Entre Douro e Minho. É, mesmo, o mais completo mapa desta Província, entre todos os que foram feitos antes da década de 1790 e que, pelas suas características gerais, deve ter servido outros propósitos, que não apenas militares, tal como interesses administrativos, judiciais, fiscais, políticos, comerciais...

No decorrer das nossas investigações, encontrámos outros exemplares cartográficos manuscritos da segunda metade do século XVIII. Dos quatro mapas que vamos analisar de seguida, os três primeiros exemplares referem-se, em exclusivo, a cartografia militar elaborada por autores estrangeiros ao serviço do Exército português aquando da Guerra dos Sete Anos. Os exemplares analisados não constituem, propriamente, mapas completos da província, já que, para responderem em exclusivo aos interesses militares, apenas figuram os seus limites. Em todo o caso, pareceu-nos oportuno a sua análise, no intuito de tentarmos identificar possíveis relações entre a cartografia militar e a cartografia não militar.

O último mapa, pertence a um outro tipo de cartografia, tendo sido elaborado num contexto diferente e respondendo a propósitos e objectivos específicos da Administração Central.

A análise destas cartas revelou-se essencial para se compreender a evolução da cartografia regional portuguesa.

Em Janeiro de 1763, depois de terminadas as principais acções militares, mas ainda antes dos dois países assinarem o tratado de Paz, o que só aconteceu no mês seguinte, o Governador das Armas da Província de Tras-os-Montes, e simultaneamente, Comandante General do Exército volante da Província do Minho, George Cary, ordenou o levantamento de um mapa da fronteira da Província de Entre Douro e Minho, com nítidos propósitos geo-estratégicos. O *Mappa da Fronteira da Provincia do Minho Feitto por ordem do Illmº e Exmº S.or D. Jorge Cary do Conselho de S. Magestade*

Tenenete General de Seus Exercitos Governador da provinci de Tras dos Montes e Comandante General do Exercito Volante da mesma Provincia, da do Minho, e Partido do Porto &^a, desenhado com auxílio de bússola por Jean Benoit Python²⁰⁷ (ou João Bento Pithon), encontra-se, no G.E.A.E.M., onde se conservam dois exemplares, mas também existe uma terceira cópia, esta conservada no S.H.A.T., em Vincennes²⁰⁸ (figura 9).

Trata-se de um mapa manuscrito, colorido, de dimensões 62 x 44,5 cm, com uma escala aproximada de 1/255 000 e representa os limites da dita Província, dando especial destaque a todos os elementos geo-estratégicos, especialmente, os pontos militares defensivos. Todo o “interior” da Província está vazia de informação, e foi aí que o autor colocou a legenda e a rosa-dos-ventos, ou uma estrela em amarelo e azul. O título figura dentro de uma cartela que representa um pergaminho desenrolado, colocado no canto superior direito.

O relevo foi representado por uma mancha de cor. As povoações figuradas no mapa, hierarquizadas em “Praça de Guerra”; “Cidade”; “Villa” e “Lugar”, são apenas aquelas que se localizam nos limites da Província, ou ao longo dos itinerários cartografados: a estrada do Porto a Viana e daí a Melgaço. Na mesma legenda, o autor indica os “Castellos”, os “Entrincheiramentos” e as “Partes honde se pode desembarcar”, elementos que permitiam planejar a defesa da Província. Para além destes elementos, o autor assinala todas as pontes sobre o rio Tâmega, que servia de limite entre o Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes, pois em caso de invasão, o inimigo tentaria passar o rio, inevitavelmente, naqueles pontos.

Em 1763, foi elaborada a *Carta Topografica da Raya desta provincia do Minho que divide o Reyno da Galliza, as Provincias de Traz-os-Montes, e Porto; na qual se mostra também a disquirição [sic] dos districtos, e postos em que há trincheiras, e redutos feitos de novo, e reedificados em vestigios antigos, peças de Artilharia, e moniçoens, e em q. Postos da Raya Seca estão plantadas; e que ordenanças os guarnecem, e com que armas estão armadas pelos Postos da mesma Raya seca em defeza da prezente guerra oposta a este Reyno pelo inimigo Castelhana; mandado fazer pelo Illm^o.*

*E Exm^o. S^{or} Luís de Albuquerque de Mendonça Furtado Marechal de campo dos Exércitos de Sua Mag^e. E Gn^{al}. Das Armas desta Província. Vianna 8 de Março de 1763 feita pelo capitão José Maria Cavagna.*²⁰⁹

É um mapa manuscrito, colorido, com dimensões de 93 x 78 cm, com uma escala aproximadamente de 1/190 000 e que se conserva nos acervos do actual Instituto Geográfico Nacional.²¹⁰

O carácter militar deste mapa acentua-se pelo facto de só representar uma pequena faixa de território ao longo dos limites provinciais, permanecendo o interior vazio de informação. Apesar de no mapa não figurar qualquer legenda, o autor representa o povoamento através de pequenos rectângulos vermelhos, quer ao longo dos limites de fronteira, quer ao longo das vias de comunicação terrestres assinaladas com uma linha pontuada. A cada elemento de interesse e de relevância militar (os redutos, trincheiras e peças de artilharia referidos no título), o autor atribuiu uma numeração, num total de 117 pontos, tendo registado a explicação de cada um nas margens do território cartografado.²¹¹

Também em 1763, o Conde de Schaumburg-Lippe ordenou a Francisco d'Alincourt, outro oficial estrangeiro (francês) ao serviço de Portugal,²¹² para proceder à cópia do exemplar elaborado por Cavagna e que reintitulou de *Mappa da Província do Minho da divizão do Reino de Galiza, Província de Traz os Montes e Comarca do Porto*, que se encontra no S.H.A.T.²¹³ (figura 14). É um mapa manuscrito, colorido, composto por duas folhas de 68 x 42 cm cada, e com uma escala aproximada de 1/191 000.

O mapa figura o mesmo território, não lhe introduzindo qualquer alteração significativa. De qualquer forma, o facto de o Conde Lippe ordenar uma cópia do mapa de Cavagna (e a própria existência de várias cópias do mapa de Python), demonstra que, por um lado, a cartografia era um elemento essencial na planificação militar portuguesa e, por outro, até aquele momento, não deveria existir um levantamento tão rigoroso da fronteira do Minho e, por isso mesmo, este mapa poderia ter utilidade no futuro.

Estes exemplares constituem o perfeito exemplo da cartografia militar do século XVIII. O espaço representado restringia-se, qua-

se exclusivamente, ao teatro de operações ou, por vezes, a alguns itinerários (ou a linha de fronteira), daí o vazio de informação no interior. Esta opção justificava-se pela relativa imobilidade dos exércitos e o carácter restrito das movimentações bélicas.

De um tipo diferente, parece ser o *Mapa de Portugal*, elaborado em 1774, por Carlos Alberto de Menezes, acompanhado de um conjunto de mapas regionais, das províncias portuguesas, sobre os Correios de Portugal.²¹⁴ O mapa que representa a *Província do Minho e Trás-os-Montes*, possui algumas características comuns aos “Mapas das Províncias”, tanto da versão Carpinetti, como da versão de Tomás Lopez, que se pode verificar pela configuração do rio Tâmega. No entanto, não estamos na presença de uma nova versão deste tipo de mapas, mas antes numa (re)utilização simplificada dos mesmos fundos de mapa.

As províncias do Norte de Portugal encontram-se divididas em Comarcas e o autor indica algumas das vilas e respectivos termos que as compõem, indicando também o número de freguesias que constituem cada um dos termos representados.

Comparativamente aos “Mapas das Províncias”, este mapa apresenta um menor número de topónimos, ainda que tenha distinguido vários tipos de localidades: “Cabeça de Comarca e Arcebisado; Cabeça de Comarca e Bispado; Cabeça de Comarca e Prelazia Episcopal da Ordem de Christo; Cabeça de Comarca do Priorado da Ordem de Malta; Cabeça de Comarca; Praça de Armas; Villa com Magistrado; Vila de Juiz Leigo”. O autor acrescentou ainda um símbolo para designar os “Lugar[es] que se pode crear villa” e que constitui um elemento muito importante pois parece indicar a utilização da cartografia enquanto instrumento de planeamento da Administração Central e Regional.

A carta não figura elementos militares, até porque é um mapa destinado aos correios, mas, por isso mesmo, não deixa de ser estranho o facto de não estar figurada a rede viária da Província. Trata-se, em resumo, de um importante documento, que não surge directamente ligado aos interesses militares – ainda que a transmissão de informações interessasse aos meios castrenses. Em todo

o caso, estamos na presença daquele que poderá ser, porventura, um dos mais antigos mapas temáticos do nosso país.²¹⁵

Como tivemos oportunidade de analisar, a construção de imagens cartográficas da Província de Entre Douro e Minho, ao longo dos séculos XVII e XVIII, assentou em dois meios de produção diferentes: a cartografia manuscrita e a cartografia impressa.

Verificámos, também, que estes modos de produção estavam relacionados com os objectivos e públicos definidos para cada tipo de exemplar cartográfico. Deste modo, a cartografia manuscrita foi, toda ela, elaborada por engenheiros militares, normalmente estrangeiros ao serviço do exército nacional, enquadrados num contexto de guerra e de ameaça de invasão do território perante forças inimigas espanholas ou franco-espanholas: o primeiro exemplar de cartografia manuscrita do Minho data da Guerra da Restauração (1661), os restantes, foram elaborados aquando da Guerra dos Sete Anos (1762), exceptuando o mapa de Champalimaud, que data de 1786.

Por sua vez, o primeiro mapa impresso surgiu ainda no decorrer da primeira metade do século XVIII, 1730-36, destinado a “ilustrar” uma descrição da Província. No entanto, não nos parece que este mapa regional corresponda a um levantamento cartográfico moderno, pois não incorporava algumas das técnicas que já se utilizavam em levantamentos efectuados no estrangeiro, nomeadamente em França, tal como seria a pretensão inicial de Manuel de Azevedo Fortes.

Todavia, para um público mais familiarizado e, habitualmente, “consumidor” de produtos cartográficos, realizaram-se várias edições do “Atlas das Províncias de Portugal”, onde se incluía o mapa do Minho – em Portugal e no estrangeiro – ao longo de todo o século XVIII e prolongando-se mesmo pelo século XIX, divulgando e perpetuando a mesma imagem (ou outras muito semelhantes) da Província de Entre Douro e Minho, por um universo cada vez maior de leitores. Ainda que, em Portugal, o público consumidor fosse em menor número, a verdade é que o Atlas de Carpinetti conheceu duas edições no século XVIII e foi, sucessivamente, reimpresso nas décadas seguintes.

Em todo o caso, como tivemos oportunidade de demonstrar, no início da década de 1790 existiam vários exemplares cartográficos que poderiam ter sido utilizados como fonte para a produção de nova cartografia da Província de Entre Douro e Minho, tendo em vista a sua reorganização administrativa, até porque, os mapas eram, cada vez mais pormenorizados e incluíam um maior número de informações, fornecendo imagens mais completas do que as habituais representações militares.

II PARTE

“Sempre foi de muita importância, para os soberanos, e para o Estado, o conhecimento particular de cada um dos territórios do seu domínio (...) porque mal se governa o paiz que se não conhece”.

Custódio José Gomes de Villasboas, *Descrição Topographica das Commarcas Fronterias da Provincia do Minho*, 1800.

CAPÍTULO III

O Engenheiro Villasboas: percurso bio-bibliográfico

Os mapas, mais do que uma representação, são uma construção do espaço e não meras reproduções da “realidade”. Dito de outra forma, o espaço e os fenómenos figurados num mapa correspondem, antes de mais, às leituras e interpretações do seu autor e reflectem vários aspectos do contexto pessoal, social, político, cultural e técnico-científico no qual foi elaborado.²¹⁶ Assim sendo, para a compreensão de um qualquer mapa, torna-se fundamental conhecer o percurso bio-bibliográfico do seu autor.

Procuraremos, aqui, reconstituir de forma tanto mais completa quanto possível, a vida de Custódio José Gomes de Villasboas, o autor do mais conhecido mapa do Entre Douro e Minho, do século XVIII, assinalando os momentos e os acontecimentos mais marcantes da sua biografia, assim como toda a obra legada conhecida, dando especial relevo à produção cartográfica.

1 – O militar e o cientista

Custódio José Gomes de Villasboas, terá nascido em Alvelos, Barcelos, em Abril de 1771 e faleceu em Braga, no dia 18 de Março de 1809, assassinado pela população, juntamente com Bernardim Freire de Andrade, General responsável pela defesa da Província do Minho, ambos acusados de “jacobinismo” e traição, por terem, alegadamente, abandonado os postos de defesa da província, face à temida invasão francesa sob o comando do Marechal Soult.²¹⁷ Era sobrinho e afilhado de Custódio Gomes de Villasboas, Brigadeiro de Artilharia e lente na Real Academia de Marinha e, por esta

razão, o seu percurso biográfico é, frequentemente, confundido com o do tio.²¹⁸

O seu nome não constava, ainda, da lista de oficiais do Corpo de Engenheiros datada de 18 de Dezembro de 1791,²¹⁹ pois só foi promovido a Segundo Tenente do Real Corpo de Engenheiros a 3 de Novembro de 1792, quando servia no Regimento de Artilharia da Província do Algarve.²²⁰

Em Abril de 1795, altura em que estava a ultimar os levantamentos da carta da Província de Entre Douro e Minho, foi promovido a 1.º Tenente. Quatro anos depois, em Abril de 1799, quando viu aprovada a sua proposta para elaborar a *Descrição Geográfica e Económica da Provincia do Minho*, era já Capitão de Engenheiros, promovido em Fevereiro desse mesmo ano; em 1805, quando se dedicava às obras de encanamento do rio Lima, assinou uma planta das obras com o posto de Sargento-Mor de Engenheiros²²¹ e, a partir de 1806, são conhecidas algumas referências que o qualificam como Major.²²²

Em 1798, ano em que foi criada a Real Sociedade Marítima, Geográfica e Militar, Villasboas tornou-se num dos seus membros colaboradores, tendo apresentado aí, alguns trabalhos.²²³

Também foi correspondente da Academia das Ciências de Lisboa, tendo composto uma memória que permaneceu manuscrita, intitulada *Memoria sobre o modo mais vantajoso de remediar os inconvenientes das Prezas d'agoa para regar os campos, fazer os rios navegáveis, prevenir o seu areamento, profundar os Portos de Mar, e outros uzos*.²²⁴

Quando morreu em 1809, desempenhava o cargo de Quartel Mestre do General Bernardim Freire de Andrade, preparando a defesa da Província de Entre Douro e Minho. A última referência a um posto militar, está no título da obra *Cadastro da Província do Minho*, datado de 1826, existente na Biblioteca Nacional, indicando Villasboas como “Tenente-Coronel de Engenheiros”.

Desde o início da década de 1790 (talvez 1793-94) e até, pelo menos, 1803, Villasboas trabalhou como engenheiro demarcante, tendo levantado O *Mappa da Provincia do Minho*, assim como o seu *Cadastro*, cumprindo as determinações da Lei de Reforma das

Comarcas de 1790: sendo necessário reformular a configuração da divisão administrativa do reino, tornava-se urgente conhecer os limites das unidades, para se introduzirem as alterações necessárias. Uma vez que terá prestado serviço no Regimento de Artilharia do Algarve, onde se encontrava José Sande de Vasconcelos, que dinamizava a produção cartográfica daquela província, será de admitir a hipótese de ter adquirido alguns ensinamentos deste e da sua escola ou, pelo menos, de ter tido conhecimento da sua produção e das técnicas utilizadas, o que o qualificaria para desempenhar a tarefa de Engenheiro Demarcante do Minho, logo na primeira metade da década de 1790, cuja função seria a de fazer o levantamento cartográfico da província.

Assim, ao elaborar o *Mappa da Província do Minho*, o engenheiro Villasboas cumpria um dos requisitos da Lei, uma vez que se esperava que “os mapas topográficos (...) façam ver no todo, e em breve, a justiça e ordem das Demarcações...”²²⁵

Em finais do século XVIII, pese embora os esforços da Coroa, no sentido de aumentar e melhorar os conhecimentos geográficos e cartográficos do nosso país, estes eram, ainda, bastante limitados e imprecisos, sobretudo no que diz respeito à representação da divisão administrativa, pelo que, neste projecto de regulação dos territórios das comarcas, se considerou fundamental a presença de um engenheiro militar, que deveria elaborar um cadastro e um mapa de cada província (com a respectiva divisão interna) e que serviriam de base às novas propostas de demarcação. Saliente-se que, na reunião de 13 de Fevereiro de 1793, os juizes demarcantes solicitaram a presença de dois engenheiros, a fim de elaborarem nova cartografia, mais exacta, de modo a compensarem os erros existentes nos mapas.²²⁶ Refira-se, no entanto, que a maioria do trabalho dos engenheiros não foi terminado, pois estes, ou não compareceram ou tiveram de o abandonar, para procederem aos trabalhos de defesa do reino.

Custódio José Gomes de Villasboas foi uma personalidade controversa e, durante muito tempo, incompreendida. O período da sua formação, que decorre nos finais do século XVIII, é marcado

por profundas transformações sociais. Aconteceram, então, importantes alterações ao nível das mentalidades e dos valores sócio-culturais do Antigo Regime. Para levar a cabo estes objectivos, foi necessário formar um corpo de funcionários estatais, que eram preparados nas várias instituições que suportavam a nova ideologia de Estado.²²⁷

Tendo-se formado na Real Academia de Fortificação, onde teve oportunidade de entrar em contacto com vários autores franceses e, sendo sócio da Academia das Ciências e da Real Sociedade Marítima, Geográfica e Militar – fundada e liderada pelo ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho, ele próprio um “reformista-iluminado”, por muitos apontado como liberal – o autor rapidamente aderiu aos mesmos ideais reformadores que circulavam nestas academias, tal como muitos outros seus contemporâneos e que desempenharam papéis de destaque no regime liberal em Portugal.

Uma das medidas propostas e amplamente debatidas nestes círculos filosóficos e políticos, dizia respeito ao desenvolvimento geral do país, considerando-se obrigação de todos os “espíritos iluminados” contribuir para o aumento do conhecimento da realidade nacional.

É à luz destas concepções que deveremos interpretar a maioria dos trabalhos do engenheiro Villasboas que apresentaram uma dupla vertente: por um lado, os trabalhos oficiais decorrentes da sua condição de membro do Real Corpo de Engenheiros, para uso da Administração Central (a sua função de engenheiro demarcante é disso exemplo); por outro lado, os projectos pessoais enquadrados pelas Academias e Sociedades às quais pertencia, cujo intuito seria o de promover o desenvolvimento público.

Assim, a proposta para a realização de uma *Descrição Geográfica e Económica da Província do Minho*, representa um salto qualitativo no que diz respeito às existentes.²²⁸ Repare-se que as questões levantadas por Villasboas e os objectivos propostos neste trabalho, ultrapassam mesmo a ideias expressas no *Compendio de Observações que formão o plano da viagem política-filosófica...* de José António de Sá, e pretendem impor-se como um novo mar-

co nas descrições geográficas da Província do Minho, visto que as antecessoras eram sucessivas cópias.²²⁹

Elucidativo deste seu espírito, são as palavras que escreveu como introdução para a *Descrição Topographica das Commarcas Fronteiras da Provincia do Minho*: “[...] sempre foi de muita importância, para os soberanos, e para o Estado, o conhecimento particular de cada hum dos territorios do seu dominio, para o bom regimen, e felicidade dos povos, na administração da justiça, para se calcularem as forças militares, e fazer ajustadas combinações sobre o movimento dos exercitos em tempo de guerra; e para discutir os meios de adiantar a cultura geral, a industria, e o comercio, porque mal se governa o paiz que se não conhece”.²³⁰

Parece-nos importante destacar o facto de o autor ter tido o cuidado de não confundir os soberanos com o Estado, como era corrente no Antigo Regime, particularmente no auge do Despotismo Iluminado. O conhecimento do território como meio para assegurar o bem da Nação e a felicidade dos povos era, agora, concebido como obrigação do Estado e não só como forma de afirmação de poder absoluto por parte do soberano. Foram, certamente, estes ideais que terão motivado o engenheiro Villasboas a fazer algumas reflexões pessoais sobre a forma de promover o desenvolvimento das actividades económicas da Província do Minho, mais concretamente no vale do rio Cávado, não se limitando a responder às perguntas enviadas pelo governador de justiça do Porto.²³¹

Paradoxalmente, as suas acções enquanto director das obras de regulação na foz do rio Cávado – que se iniciaram em 1795 e se prolongaram pelos anos iniciais do século XIX – granjearam-lhe várias inimizades e alguns ódios pessoais.²³² De facto, fazia parte das incumbências do director do projecto, responsabilizar-se pelo lançamento de impostos extraordinários sobre as populações, que deveriam ser utilizados para custearem as obras, assim como ordenar a destruição de qualquer construção ou artefacto – moinhos, azenhas, engenhos de pesca, etc. – que de alguma forma dificultassem os trabalhos, para além de ter efectuado as necessárias expropriações dos terrenos localizados nas margens do rio.²³³ Os sucessivos atrasos e adiamentos das obras – Custódio José Gomes

Villasboas conseguiu uma prorrogação de dez anos para a sua conclusão²³⁴ – e as enormes despesas envolvidas, contribuíram para o descontentamento geral das populações.²³⁵

A acrescentar a estes factos, surgiu um outro episódio na vida deste engenheiro que se revestiu de grande importância para o seu fatídico destino. Aquando da proclamação da soberania nacional na cidade do Porto, em Junho de 1808, formou-se a Junta Provisional do Supremo Governo – liderada pelo Bispo do Porto –, tendo-se criado, logo em seguida, várias outras, um pouco por todo o Norte do país.

Contudo, o Capitão de Artilharia, e “restaurador” do Reino, João Mariz e o Tenente-Coronel de Engenheiros, Luís Cândido Cordeiro Pinheiro Furtado, manifestaram-se contra algumas das decisões da Junta do Porto e tentaram tomar o poder, mas foram mal sucedidos.²³⁶

Luís Cândido Furtado, além de superior hierárquico de Villasboas, seria também seu amigo pessoal e, aparentemente, ambos comunicavam das mesmas ideias quanto ao destino da Junta do Porto. Em todo o caso, apesar da sua concordância, Villasboas nunca se envolveu directamente na tentativa de revolta contra o General Bernardim Freire de Andrade, daqui tendo resultado uma dupla consequência que se revelou determinante quanto ao seu futuro. O facto de partilhar os ideais dos revoltosos, foi tido por mais um indício de Villasboas ser “afrancesado” e, por essa razão, foi preso e enviado para o forte de Viana, em Junho de 1808.²³⁷ No entanto, por não se ter envolvido na revolta foi, em Janeiro de 1809, absolvido e nomeado Quartel-Mestre General, integrado no Estado-Maior de Bernardim Freire de Andrade.

Tendo-se difundido a fama de “afrancesado” a quase todos os elementos do Estado-Maior da defesa da Província de Entre Douro e Minho, foi com muita dificuldade que se conseguiram preparar algumas obras de defesa face a uma nova invasão francesa, desta vez comandada pelo Marechal Soult e iniciada em Março de 1809. Estando reunido em Braga e, alegadamente, contra a opinião generalizada do seu Estado Maior, que o aconselhava a recuar para a cidade do Porto para, a partir daí, resistir ao invasor, Bernardim

Freire de Andrade tentou uma primeira resistência contra o exército francês ente Salomonde e Carvalho de Este. Contudo, compreendendo a inutilidade de defesa, o General Bernardim Freire ordenou o recuo das tropas portuguesas para o Porto, o que foi interpretado pelas populações de Braga como um sintoma de cobardia e, pior ainda, de colaboração com os invasores, por não se tentar uma defesa desesperada. Motivada por todo o rancor e suspeitas anteriores, a população capturou quase todos os oficiais nas imediações de Braga, levando-os presos até aquela cidade, onde foram assassinados e esquartejados sem qualquer julgamento prévio. Nos dias seguintes, a casa de Villasboas, em Esposende, era assaltada e incendiada, tendo-se perdido com o fogo muitos dos seus documentos, bem como a biblioteca e os instrumentos científicos de seu tio, o Brigadeiro Villasboas.²³⁸ Pretendia-se apagar a memória do Engenheiro Villasboas, pelo que, logo em Agosto de 1809, uma representação da vila de Barcelos requeria à Junta Provisional do Supremo Governo, a suspensão das obras de encanamento do rio Cávado, alegando incompetência no projecto inicial e considerando as obras inúteis e dispendiosas.²³⁹

Contudo, aos poucos, a sua memória, o seu valor e o seu trabalho foram reabilitados e reconhecidos. Assim, em finais de Novembro de 1809, um Conselho de Guerra ilibava de qualquer suspeita e louvava o mérito de todos os elementos que compunham o Estado Maior do Minho. Esta decisão foi publicada na Ordem do Dia do Exército, assinada por Beresford, a 20 de Dezembro.²⁴⁰

Em 1820, Cândido Xavier, nas suas *Considerações sobre a Statistica*, referindo-se a um *Resumo Statistico da Povoação da Provincia do Minho*,” afirmava [...] he extrahido de hum trabalho longo e feito com o maior escrupulo, do qual, para não sermos demasiado extensos, guardamos, por ora, todos os elementos parciaes e autographos, recolhidos pelo benemerito Engenheiro Custodio José Gomes de Villasboas, que por serviço da patria perdeu tão cedo huma vida, que sempre consagrára tão efficaizmente á utilidade d’ella”²⁴¹. Dois anos volvidos, Adrien Balbi, autor do *Essai Statistique sur le Royaume de Portugal et d’Algarve...*, publicado em Paris, reconheceu o trabalho de Villasboas para os

estudos geográfico-estatísticos em Portugal, destacando a realização do *Mappa da Província do Minho d'Entre Douro e Minho*.²⁴²

Aparentemente, o maior contributo para o reconhecimento da vida e obra de Villasboas terá sido dado pelo escritor Arnaldo Gama, que o transformou numa das personagens do seu romance histórico *O Sargento-Mór de Vilar*. Este livro, que narra os episódios da defesa de Braga e da Província do Minho, aquando da invasão francesa, foi publicado, pela primeira vez e em dois volumes, em 1863-1864, tendo sido sucessivamente reeditado, pelo menos em 1885-1886, 1935, 1945, 1951 e 1964.

Neste romance, o engenheiro Villasboas desempenhava um papel secundário, mas essencial para o desenrolar da acção, tendo mesmo merecido uma resenha biográfica – a par da de Bernardim Freire de Andrade – o mesmo não sucedendo aos restantes oficiais que compunham o Estado Maior do Minho. Em poucos parágrafos, Arnaldo Gama dava conta das acusações e suspeitas populares que recaíam sobre o oficial de engenharia, logo esclarecendo que estas eram infundadas e injustas: “[...] fora uma monstruosa injustiça porque o único crime do Engenheiro Villasboas era o de ter partilhado com o Capitão Mariz e Luís Cândido Furtado o pensamento de criarem um Governo sensato e forte, que provesse ao armamento geral do país, excluindo Beresford e os ingleses de toda a influência naquele grande feito nacional. O povo não via porém as coisas assim; e Bernardim Freire estava despopularizado e notado de jacobismo, não só pelas únicas providências sensatas que em tal conjuntura se deviam e podiam tomar, mas também por ter por Quartel-mestre-general o engenheiro Villasboas”.²⁴³

Numa das mais importantes passagens da obra, foi descrito o ambiente que caracterizava o Estado Maior da Província do Minho, enquanto preparava a estratégia de defesa face ao exército de Soult que, entretanto, já avançava em direcção a Braga. Aí se pode ler a forma como o General Bernardim Freire considerava todas as possibilidades, enquanto o engenheiro Villasboas, debruçado sobre uma mesa, analisava, atentamente, um mapa e depois aconselhava a recuar para a cidade do Porto.²⁴⁴ Parece-nos particularmente interessante esta analogia entre o Engenheiro Militar e o empre-

go da cartografia no planeamento estratégico das acções militares, compreendendo-se, ao mesmo tempo, o papel desempenhado por Villasboas: não só era o especialista na cartografia e leitura topográfica (essencial na arte militar), como também era um profundo conhecedor do terreno tornando-se, por isso mesmo, num dos mais hábeis estrategos militares da Província. De seguida, é descrito o episódio vivido nas fortificações de Carvalho de Este e a forma como foi ordenada a retirada do exército português, perante o abandono dos defensores de Ruivães e Salamonde. Na confusão que se formou, os oficiais do Estado Maior do Minho foram aprisionados e mortos pela população que os acusaram de traição, com requintes de crueldade. Para a descrição dos acontecimentos, Arnaldo Gama baseou-se nalguns relatos contemporâneos, desviando-se um pouco da ficção, dando seguimento ao relato histórico.

As, pelo menos, seis edições deste livro terão contribuído para reabilitar a imagem e a memória do Engenheiro Villasboas junto das gerações posteriores. Prova disso são as investigações de Bernardino Amândio – seu principal biógrafo – que deram a conhecer o contributo daquele oficial em prol do desenvolvimento local de Esposende, do vale do Cávado e, em última análise, de toda a Província do Minho.²⁴⁵

2 – Os mapas, as estatísticas e os projectos

Entre os finais do século XVIII e a primeira década do século XIX, o engenheiro militar Custódio José Gomes de Villasboas era, certamente, um dos mais profundos conhecedores da geografia da Província de Entre Douro e Minho. Devido a estes conhecimentos geográfico-estratégicos, acumulados e aperfeiçoados ao longo dos sucessivos trabalhos e das várias viagens que realizou pelo território daquela província, o engenheiro Villasboas seria, sem dúvida, o oficial mais indicado para desempenhar a tarefa de Quartel-Mestre do exército da Província do Minho, uma vez que competia a este posto, entre outras funções, a responsabilidade de assegurar a logística, as linhas de comunicação e de abastecimento do exército, assim como, realizar os reconhecimentos topográficos. Por todas as razões, as suas obras constituem importantes fontes para qualquer

estudo de carácter histórico sobre o Entre Douro e Minho, naquele período. Contudo, não nos podemos esquecer que, a maior parte dos trabalhos de Villasboas, foram realizados em dois contextos específicos: enquanto funcionário do “aparelho” do Estado e enquanto membro de Sociedades e Academias científicas.

Desta forma, a reconstituição da sua vida e obra tornou-se essencial para acompanharmos, recorrendo a exemplos concretos, o processo de institucionalização da cartografia nacional, ao mesmo tempo que nos permitiu recolher informações práticas acerca da utilização da Cartografia e da Geografia, enquanto instrumentos de controlo e de poder do Estado, mas também sobre a “sociabilidade científica” portuguesa dos finais do Antigo Regime.²⁴⁶

Poder-se-á organizar em 4 categorias diferentes o universo dos trabalhos de Villasboas os trabalhos cartográficos, as estatísticas, as memórias geográficas; e outros trabalhos de índole diversa.

Ainda que, de seguida, apresentemos a lista completa das obras cartográficas do autor, os mapas da Província do Minho (os do conjunto da província e os dois exemplares que representam o Alto Minho) serão alvo de um estudo detalhado nos capítulos seguintes, pelo que, apenas nos debruçamos no final deste ponto, sobre os outros trabalhos cartográficos, porventura, menos conhecidos.

– *Mappa da Provincia d’Entre Douro e Minho* – levantado entre 1794-95 e completado em 1798. Nenhum estudo completo foi feito sobre o mapa, pese embora exista uma abordagem por António CRUZ (1970, pp. 81-87) e tenha sido reproduzido por Amado MENDES (1980). A provável primeira versão do mapa, deve corresponder ao exemplar que se encontra na Biblioteca Nacional de Portugal, no Núcleo de Iconografia, com a cota D. 94 R. Este mapa conheceu várias variantes, manuscritas e impressas, nos anos que se seguiram, como por exemplo, o exemplar que se conserva no Intituto Geográfico Português, sob a cota CA60.

– *Planta do projecto e estado presente das Obras de Encanamento do Rio Cávado* em 1800. Publicada como anexo à obra de António CRUZ (1970) e tendo sido analisada por Bernardino AMÂNDIO (1994, pp. 42-46). O documento original encontra-se no núcleo de

reservados da Biblioteca Pública Municipal do Porto, sob a cota Pasta 18 (3).

– Desenho *Topographico de huma porção do Conselho de Lindozo...* em 1803. Mapa n.º 68 do Catálogo de Cartas Antigas da Mapoteca do actual Instituto Geográfico Português.

– *Planta das Obras Hidráulicas (...)* no porto de Vianna em 1805. Publicada por Bernardino AMÂNDIO (1994, p. 99) e Mário Gonçalves FERNANDES (1995, p. 60-62)

– *Planta da Villa de Barcellos para intelligencia de informação sobre o aquartelamento de hum Regimento de Cavallaria na ditta Villa* em 1806. Actualmente conservada no A. D. S. E., sob a cota 682-1-4-7.

– *Cadastrro da Província do Minho*, levantado entre 1794-95. Publicado por António CRUZ (1970). O documento original, manuscrito, encontra-se no núcleo de reservados da Biblioteca Nacional de Portugal, COD 944.

– *Memória sobre as Forças Militares da Província do Minho e da Galiza, com observações sobre a guerra ofensiva e defensiva* em 1796. António Pedro VICENTE (1971, pp. 203-235), publicou a versão desta *Memória* traduzida em francês e que se encontra nos arquivos dos S.H.A.T, Carton 1354, Portugal.

– *Análise dos postos e comunicações da Província do Minho com a Galiza, bem como das gargantas dos Montes que prendem a Ribeira do Minho com a do Lima, com uma discussão breve sobre a defesa relativa, designando as avenidas que deve seguir a tropa em caso de retirada* (Manuscrito não datado existente no Arquivo Distrital de Braga sob a cota ms 912⁴).

– *Descrição Topographica da Commarcas Fronteiras da Província do Minho* em 1800. Publicada por Fernando SOUSA e Jorge ALVES (1997, 102-162). O manuscrito original, encontra-se no Arquivo Histórico Militar, em Lisboa, maço 2, n.º 7.

– *Considerações sobre as praças e postos da Fronteira do Minho relativamente ao Estado Maior e Guarnição que lhe compete em tempo de paz* em 1805. Encontra-se no Arquivo Histórico Militar, em Lisboa, 3.ª Divisão, 9.ª Secção, caixa 2, n.º 27.

– *Plano para a Descrição Geográfica e Económica da Província do Minho* aprovado em 1799. O *Plano* foi impresso em Lisboa, na tipografia de António Rodrigues Galhardo, por ordem da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino. O original manuscrito encontra-se no Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas, integrando o processo relativo às obras de encanamento do rio Cávado. Publicado por António CRUZ (1970, p. 105-128).

– *Memoria sobre o modo mais vantajoso de remediar os inconvenientes das Prezas d'agoa para regar os campos, fazer os rios navegáveis, prevenir o seu areamento, profundar os Portos de Mar, e outros uzos*. Apresentada à Academia das Ciências de Lisboa, esta memória permaneceu manuscrita.

– *Exposição das observações astronómicas feitas no Porto para determinar a posição desta cidade* [1799]. Faz parte da lista de trabalhos apresentados à Sociedade Real Marítima e Militar, publicado por Avelino Teixeira da Mota, 1972, p. 261.

– *Resposta aos Quesitos apresentados pelo Governador de Justiça do Porto* [Visconde de Balsemão], em 1802. Este documento integra um conjunto denominado *Rezisto dos Officios e Ordens sobre Plantaçoins de Arvores nas Provincias do Norte 1803*, de autoria do Visconde de Balsemão. Publicado por António CRUZ (1970, pp. 89-128) e Bernardino AMÂNDIO, (1994, pp. 48-78). Este *Rezisto*, manuscrito, encontra-se na Biblioteca Pública Municipal do Porto, sob a cota Cod. n.º 294. Existe, ainda, uma cópia manuscrita, mas apenas da *Resposta aos Quesitos*, conservada no Arquivo Distrital de Braga, com a cota ms n.º 912⁷.

Quanto aos trabalhos estatísticos, o mais importante foi, sem dúvida, o cadastro populacional da Província de Entre Douro e Minho, levado a efeito entre 1794-95, de acordo com as directrizes da reforma administrativa que então se processava. António Cruz publicou, pela primeira vez em 1970 a versão do cadastro, conservada na Biblioteca Nacional, com o título original *Cadastro da Provincia do Minho feito pelo Tenente Coronel de Engenheiros Custodio Joze Gomes Villas Boas*.²⁴⁷

Trata-se de uma estatística demográfica de toda a Província, distinguindo a população por sexo e dividindo-a entre os indivíduos maiores e menores de 14 anos; indica ainda o número de fogos, assim como os quantitativos de população religiosa, segundo sexo e o número de conventos existentes. Para cada um destes parâmetros, o autor registou o total por freguesia, concelho, termo, vila ou cidade, obtendo-se, deste modo, o total por comarca. O cadastro, indica ainda o padroeiro de cada freguesia, a dignidade do respectivo pároco, os rendimentos dos dízimos. O autor criou, ainda, um espaço para observações relativas a cada freguesia.

Outros dois elementos, ainda que não sejam estritamente de carácter demográfico, religioso, ou económico, parecem igualmente importantes para se proceder à reestruturação das comarcas: a distância da sede de cada freguesia, em léguas, à cabeça da comarca e o “rumo” em que se situam.²⁴⁸ Quanto ao primeiro parâmetro, parece relacionar-se com um dos objectivos principais da Reforma das Comarcas, que pretendia estabelecer uma distância equitativa entre a capital de comarca e as restantes localidades sob sua jurisdição.²⁴⁹

Relativamente ao segundo parâmetro, o levantamento do rumo dos lugares parece indicar, claramente, uma preocupação do autor em coligir elementos suficientes para proceder à construção de um *Mappa da Provincia do Minho*, ou, em alternativa, seriam dados que permitiam localizar a freguesia no mapa.

Podemos considerar dentro desta categoria os dados demográficos incluídos nas descrições geográficas realizadas pelo autor, assim como os quadros estatísticos que figuram nos mapas da Província do Minho, nas versões de 1794 e de 1798. Na primeira versão daquele mapa, grande parte dos dados ali registados eram iguais aos que figuravam no cadastro, contudo, na versão posterior verificaram-se algumas alterações e correcções a alguns dos números avançados anteriormente, pelo que se deduz que o autor terá feito novos cálculos e elaborado uma nova estatística.

De qualquer modo, não restam dúvidas de que o cadastro de Villasboas é muito completo e minucioso para a sua época, rompendo com as tradicionais formas de levantamento de cadastros

populacionais, ainda que se possam apontar algumas incorrecções aos números aí registados.²⁵⁰

Para além do cadastro populacional, este engenheiro militar foi responsável por elaborar relatórios, memórias descritivas e planos, todos relativos à parte Norte da Província de Entre Douro e Minho. Entre estes, merecem destaque a *Memória sobre as Forças Militares da Província do Minho e da Galiza, com observações sobre a guerra ofensiva e defensiva*, em 1796. O autor procede a uma análise dos pontos defensivos da fronteira da província e aponta algumas estratégias para uma invasão à Província da Galiza. Esta *Memória*, encontra-se traduzida em francês, com a designação “*Memoire sur les Forces Militaires des Provinces du Minho & de la Galice, avec des observations sur la Guerre Offensive et Déffensive*”, achando-se nos S.H.A.T., em Vincennes e, ao que tudo indica, terá sido levada até ali pelos exércitos franceses, no quadro da primeira invasão de Portugal, para utilizações posteriores.²⁵¹

Outra obra importante, também de índole exclusivamente militar, é a *Análise dos postos e comunicações da Província do Minho com a Galiza, bem como das gargantas dos Montes que prendem a Ribeira do Minho com a do Lima, com uma discussão breve sobre a defesa relativa, designando as avenidas que deve seguir a tropa em caso de retirada*. Nesta *Análise*, o autor parece ter utilizado muita da informação da *Memória* de 1796, por isso é provável que esta obra seja posterior a esta data, uma vez que é também um estudo dos pontos defensivos das linhas de penetração para o interior da Província de Entre Douro e Minho, sobretudo na região compreendida entre os rios Minho e Lima.

Na sessão de abertura da Sociedade Real Marítima, Geográfica e Militar em 1798, por iniciativa do engenheiro Villasboas, foi apresentado um conjunto de observações, de forma a determinar a longitude da cidade do Porto e, em 1801, noutra sessão da mesma Sociedade, Custódio Villasboas apresentou a *Descrição Topographica da Commarcas Fronteiras da Província do Minho*, relativa a 1800, indicando que a acompanhava um mapa da região em análise.²⁵² A obra foi dividida em quatro partes: a primeira cor-

responde a uma descrição geográfica daquela parte da Província de Entre Douro e Minho, em particular das áreas de fronteira e da montanha; na segunda parte, o autor faz uma breve descrição da Comarca de Valença e, na terceira, apresenta uma descrição da Comarca de Viana, assim como dos respectivos concelhos, coutos e termos. O autor aproveita a oportunidade para actualizar os efectivos populacionais do cadastro de 1794 e, também, do quadro estatístico do *Mappa da Província do Minho*, de 1798. A quarta parte, corresponde a uma *Discussão* sobre os aspectos económicos da região, ou seja, sobre a agricultura e o comércio. Esta obra poderia ser o esboço da Descrição Geográfica e Económica de toda a Província de Entre Douro e Minho, que o autor pretendia realizar.

De carácter militar, parecem ser as duas últimas referências aos trabalhos e memórias descritivas de Villasboas: as *Considerações sobre as praças e postos da Fronteira do Minho relativamente ao Estado Maior e Guarnição que lhe compete em tempo de paz*, datada de 15 de Junho 1805,²⁵³ e a *Resposta às instruções sobre o estabelecimento de um regimento de Cavalaria na vila de Barcelos, pelo Major Engenheiro Custódio José Gomes de Villasboas*, de 1806. Esta última era acompanhada por uma planta daquela vila.²⁵⁴

Para além destes trabalhos de maior vulto, o autor elaborou outros, de carácter diferente destas observações geográficas e militares. Merece destaque o seu Plano *para a Descrição Geográfica e Económica da Província do Minho*, aprovado por alvará régio, em 1799, certamente aproveitando os seus conhecimentos sobre a Província.²⁵⁵ Infelizmente, esta *Descrição Geográfica* não passou do plano.

Outros trabalhos de Villasboas, correspondem às respostas a dois inquéritos a ele dirigidos. O primeiro, é a *Resposta aos Quesitos apresentados pelo Governador de Justiça do Porto*, em 1802, a propósito da navegabilidade do rio Cávado.²⁵⁶ O segundo é o relatório que apresentou ao Visconde de Balsemão, e que constitui a *Resposta aos Quesitos apresentados pelo Visconde de Balsemão* em 1803, cujo um dos objectivos era o de avaliar as potencialidades do vale inferior do Cávado, para aí se desenvolver a cultura da seda.²⁵⁷ As informações recolhidas foram, mais tarde, aproveitadas

pelo Visconde de Balsemão, para elaborar a sua *Memória Sobre o Estado da Agricultura da Província do Minho...*²⁵⁸

Coube, ainda, a este militar, a direcção e a condução de importantes obras públicas, assim como de outras missões de interesse estatal, realizadas na Província de Entre Douro e Minho, na última década do século XVIII e nos primeiros anos do século XIX. A partir de 1795, Villasboas acumulou as funções de Director das obras de encanamento do rio Cávado, cujo objectivo era o de o tornar navegável, promovendo, ao mesmo tempo, o desenvolvimento económico da região.

Apesar de não nos ter legado qualquer memória descritiva sobre o porto de Esposende, Villasboas deixou-nos uma importante *Planta do projecto e estado presente das Obras de Encanamento do Rio Cávado...*²⁵⁹

É uma planta manuscrita, colorida, de grandes dimensões (127 x 85 cm), com uma esquadria a preto. Na parte inferior da planta, ao centro, encontra-se um quadro onde foi registado o título completo e o nome do autor: *Planta do projecto e estado presente das Obras de Encanamento do Rio Cávado, com a Sonda da Costa, e Rumos, ou marcas que se devem seguir para entrar na Barra de Esposende, e na Anceada dos Cavallos de Fão. No anno de 1800 por Custódio Jozé Gomes de Villasboas, Capitão Engrº., e Director das mesmas obras.* Sob o nome do autor, está uma escala em braças, a partir da qual calculámos a escala numérica aproximada de 1/8500. No canto inferior esquerdo, está uma rosa-dos-ventos, semelhante àquela que o autor desenhou no *Mappa da Provincia do Minho* de 1798.

A planta figura o espaço compreendido entre a foz do rio Cávado e a confluência com o rio Tinto, a cerca de 8 km de distância da costa e assinala as obras entretanto já realizadas, bem como os projectos que deveriam ser concluídos e as plantas, com os aruamentos principais de Esposende, de Fão e da Barca do Lago. Assinalam-se também as colinas que serviam de “balizas de sinalização” para a navegação marítima que pretendia entrar na barra.

Entre as obras realizadas, algumas das quais ainda hoje subsistem, merecem destaque a construção do molhe, na margem norte da desembocadura do rio e outros dois, em frente de Esposende e de Fão. Para a realização destas obras, todas construídas em pedra, demoliu-se parte do Forte de Esposende e exploraram-se várias pedreiras existentes na área e que também figuram na planta. Ao longo das margens, foi realizada uma extensa obra de estacaria em madeira, com o intuito de as regularizar.

De qualquer forma, a obra mais marcante, foi a construção do “Marachão da Serra”, ainda existente e que consistiu na construção de um canal no leito do rio Cávado, de modo a cortar um meandro que existia junto da confluência do rio Tinto. Esta obra permitiu, por um lado, ganhar vários terrenos para a prática agrícola, incluindo o espaço de uma lagoa que se formava na época de cheias e, por outro lado, possibilitou a regularização do curso, evitando o seu assoreamento. Após a morte do autor, o projecto não mais foi retomado.

Em 1805, no seguimento da acumulação de experiência em obras hidráulicas, foi nomeado responsável pelo projecto de encanamento do rio Lima e melhoramento do porto de Viana (do Castelo). Este projecto, do qual só sobrevive a Planta, não foi iniciado, devido ao rápido desenrolar dos acontecimentos políticos e militares, após a primeira invasão francesa. De facto, no princípio do século XIX, o comércio marítimo de Viana estava em decadência. As más condições da barra e do porto daquela vila faziam com que, os próprios negociantes de Viana reclamassem por obras no estuário, também com o objectivo de minorar os efeitos das cheias que inundavam, frequentemente, a parte marginal do núcleo urbano.²⁶⁰ Um primeiro projecto foi delineado em 1799, sob responsabilidade de José Auffdiener, mas não teve seguimento.²⁶¹ Assim, em 1804, a Câmara de Viana enviou uma petição junto da Corte para que o plano de encanamento aprovado para o rio Cávado, pudesse ser aplicado ao rio Lima, o que veio a suceder logo no ano seguinte.

A planta, à qual só tivemos acesso através da reprodução inserida na obra de Bernardino Amândio (que por sua vez é uma cópia feita por Couto G^{es}, a partir do original), tem por título *Planta das*

Obras Hydráulicas projectadas novamente no Porto de Viana para um melhoramento da Barra, desassoreamento do Rio, surgidouro, amarração e abrigo de Embarcações, com relação ao projecto da Ponte indicada na mesma Planta e surge incluído num pequeno rectângulo no canto inferior esquerdo da planta. Sob o título, há uma pequena nota: N.B As setas A. B. C. D mostram a unidade de acção que as diferentes direcções da corrente produzidas pelas obras projectadas, exercitam contra os depozitos da arêa no Cabedello. A planta tem o nome do autor, identificando-o como *Sargento Mor Engenheiro*. A escala gráfica em palmos, permite calculá-la em ca 1/8300.

A planta figura todo o espaço compreendido entre a foz do rio Lima e a ermida de S. Lourenço. Foram figuradas as obras a implementar em ambas as margens do estuário, nomeadamente os diversos cais e diques. Infelizmente, o autor não representou qualquer parte da planta de Viana, tal como fez no caso de Esposende, mas figurou o convento beneditino existente naquela vila, defronte do qual estavam projectadas duas pontes, uma em madeira e outra em pedra. Só a primeira foi concluída, no período de 1818-1820.²⁶² Reveste-se de interesse, a forma como o autor projectou as obras necessárias para desassorear a restinga que se formou na margem sul do rio, tendo previsto mesmo os desvios a efectuar na corrente.

Em 1803, o engenheiro Villasboas foi solicitado para cartografar os limites internacionais no Concelho de Lindoso, visto que, esses eram, frequentemente, motivo de disputa entre portugueses e galegos. Deste modo, surge o *Desenho Topographico de huma porção do Conselho de Lindoso na parte que confina com o Reino de Galiza, aonde se representa a linha de limites conforme a posse dos habitantes de lindoso, e segundo os titulos antigos que se achão registados nos Arquivos da Torre do Tombo, e da Sé de Braga, que uniformemente fazem a demarcação pelo cume das serras do Quinjo e das Eiras, mas que os galegos confinantes, pertendem que sirvão de limites os dois pequenos Rios Cabril e Tibo ou Varzea; cujo desenho foi feito de Ordem do Ill^{mo}. E Ex^{mo}. Senhor Gonçalo Pereira Caldas Tenente General dos Exercitos de S.A.R*

*e Governador das Armas da Província do Minho por Custodio Jozé Gomes de Villasboas Capitão do Real Corpo d'Engenheiros Anno de 1803.*²⁶³

É um mapa manuscrito, colorido, com uma esquadria a preto, com as dimensões de 49 x 35 cm, orientado com Nordeste no topo, de acordo com a rosa-dos-ventos que se localiza na parte inferior da planta, ao centro (figura 10). Possui uma escala em braças, que nos permite calculá-la em *ca* 1/ 18 650. O espaço figurado estende-se desde a confluência dos rios Tibo e Castro (Laboreiro), até à Portela de Ruivas, na direcção Norte-Sul e desde o lugar de Compostela, na Galiza, até à freguesia de Lindoso, no sentido Este-Oeste.

O autor figurou o castelo de Lindoso e as trincheiras que completavam o sistema defensivo daquela parte da fronteira; em redor da povoação, estão representados os campos de cultivo. Nos vales, desenhou uma série de pequenas árvores em perspectiva e o relevo foi representado por *hachures* e as serras principais foram identificadas, quer no lado português, quer no lado galego.²⁶⁴ Sobre a linha de cumeada, foi traçada a linha de fronteira que separa o *Reino da Galiza = Bispado d'Orense do Reino de Portugal = Arcebispado de Braga*.

Na origem deste mapa, parece estar a ocupação das terras de cultivo e de pastos portugueses pelos moradores das freguesias galegas vizinhas que, deste modo, não pagariam os tributos devidos aos portugueses. Com o intuito de denunciar esta situação e de restaurar a soberania portuguesa sobre aquelas terras, as populações de Lindoso enviaram uma petição ao juiz demarcante do Minho, que deve ter dado seguimento aos protestos e procurou tomar conhecimento da situação. Daí, a construção deste mapa, que corresponde a mais um trabalho enquadrado na reforma das comarcas.²⁶⁵

Em 1806, Villasboas foi incumbido de prestar informações para o aquartelamento de um regimento de cavalaria em Barcelos. Para além da memória descritiva e que constitui a *Resposta às instruções sobre o estabelecimento de um regimento de Cavalaria na vila de Barcelos, pelo Major Engenheiro Custódio José Gomes*

de Villasboas,²⁶⁶ o autor elaborou a *Planta da Villa de Barcellos para intelligencia da informação sobre o aquartelamento de hum Regimento de Cavallaria na ditta Villa*²⁶⁷ (figura 11).

É uma planta manuscrita, em papel, colorida, de dimensões 71x49 cm e possui uma escala em palmos, que nos permite calcular a escala numérica em *ca.* 1/ 18 200. Na margem da planta, está o carimbo do Arquivo Militar e, no canto inferior direito, figura uma rosa-dos-ventos, idêntica àquela que usou para a planta do Lindoso: um círculo com uma cruz, representando os pontos cardeais. Trata-se, muito provavelmente, da mais antiga planta de Barcelos.

A planta figura a vila de Barcelos e respectivos arruamentos, individualizando cada edifício e respectiva propriedade. Para tal, o autor recorreu a duas cores distintas: o vermelho, para a generalidade dos edifícios e o amarelo que indica as casas térreas que poderiam ser adaptadas a cavalaria. Embora Villasboas não tenha esclarecido o significado da utilização das cores, estas, uma vez mais, revelam a permanência dos ensinamentos de Azevedo Fortes que, já na sua obra, *O Engenheiro Português* de 1728, esclarecia que os edifícios seriam “aguados” de vermelho e/ou carmim, ao passo que “toda a obra em projecto para executar, se lava de amarello”.²⁶⁸ Fora do espaço “urbano”, o mapa figura aquilo que parece corresponder a campos de cultivo e alguns outros ocupados com árvores desenhadas em perspectiva. Na margem oposta do rio Cávado, surgem alguns dos arruamentos de Barcelinhos.

Como se pode compreender, o trabalho do engenheiro militar, merece uma análise mais completa e cuidada, na medida em que é capaz de fornecer informações importantes sobre a Província de Entre Douro e Minho, em finais do século XVIII.

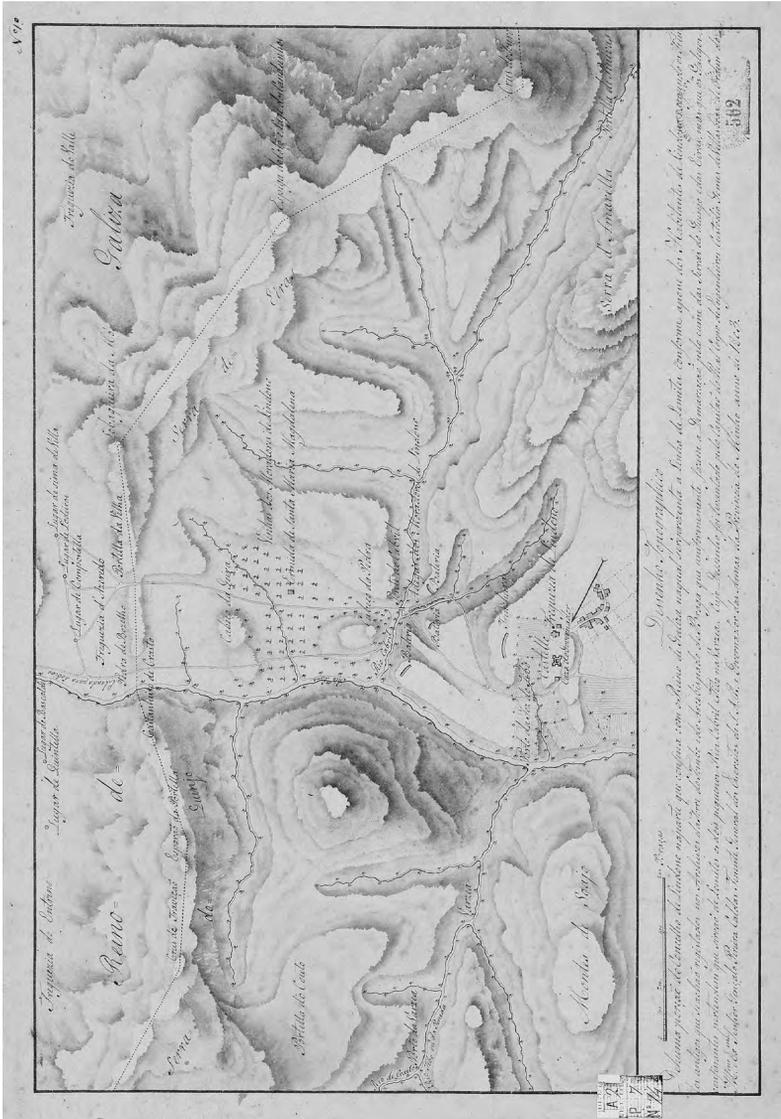


Figura 10: Custódio José Gomes de VILLASBOAS, - Desenho Topographico de huma porção do Conselho de Lindoso... 1803

CAPÍTULO IV

O Entre Douro e Minho na Cartografia do Engenheiro Villasboas

Visto que esta análise se centra na cartografia da Província do Entre Douro e Minho, a primeira preocupação foi a de reunir os trabalhos do engenheiro Villasboas desenvolvidos naquela Província, principalmente os seus trabalhos cartográficos, pois só dessa forma se tornaria possível estudar a evolução do povoamento e as modificações na sua estrutura ou de outro fenómeno cartográfico representado, assim como a evolução das formas de representação gráfica, utilizando a cartografia antiga como fonte histórica privilegiada.²⁶⁹

Desta forma, tentámos reconstituir as “carto-biografias” das diferentes versões do *Mappa da Província de Entre Douro e Minho* (1794-1796), tanto manuscritas, como impressas, o que implicou a realização de uma análise individual a cada um dos exemplares recolhidos e a reconstituição de todo contexto político e ideológico que serviu de cenário para a sua realização.

No que diz respeito à situação política-governativa interna portuguesa, em finais do século XVIII, procurava-se dar seguimento às determinações da Lei de Reforma das Comarcas de 19 de Julho de 1790. Como referimos no início deste estudo, constatou-se que a divisão administrativa da Província de Entre Douro e Minho, caracterizava-se pela existência de um elevado grau de fragmentação do espaço, que dificultava a acção da Administração Central.²⁷⁰

Assim, para a implementação desta reforma administrativa, seria necessário cartografar a divisão administrativa existente, tanto mais pormenorizadamente quanto possível, de forma a poder planear-se as alterações aos limites das circunscrições internas da

provincia. Como já tivemos ocasião de demonstrar, no início da última década do século XVIII, não havia qualquer mapa capaz de responder a estas necessidades, pelo que o Engenheiro “demarcante”, Custódio José Gomes de Villasboas, levantou o *Mappa da Província do Minho d’ Entre Douro e Minho*, entre 1794-96.²⁷¹

A nível externo, o quadro geopolítico sofreu importantes alterações decorrentes da Revolução Francesa de 1789 e que tiveram impactos importantes na sociedade portuguesa. Numa primeira fase, a diplomacia portuguesa tudo fez para manter uma posição de neutralidade face aos acontecimentos verificados em França, mas, em 1793, a execução do rei Luís XVI, precipitou as nações europeias numa coligação, cujo objectivo principal, passaria pelo derrube do governo revolucionário. É deste modo que Portugal acabou por assinar um tratado com a Inglaterra e a Espanha, no sentido de intervirem contra a França revolucionária. Como consequência foi enviada para a Catalunha uma Divisão Auxiliar, composta por cerca de 5500 homens – colocada ao serviço do exército espanhol – e que travou algumas batalhas contra os franceses, entre 1793 e 1795, naquela que ficou conhecida entre nós como a Campanha do Rossilhão, mas não trouxe qualquer vantagem para a diplomacia portuguesa, pelo contrário, colocou o nosso país numa difícil posição de beligerante contra a França republicana.²⁷²

Os anos que se seguiram à guerra foram muito volúveis, na medida em que Portugal procurou manter “uma neutralidade impossível”,²⁷³ face ao instável clima político-militar que se vivia na Europa, pelo que, neste período, novamente a guerra esteve eminentemente. Em 1797, com o intuito de pressionar o nosso governo a aceitar as condições de paz, Godoy, primeiro ministro de Espanha, concentrou um forte exército na fronteira portuguesa, respondendo o governo português de forma semelhante, tendo-se reunido ao exército nacional, reforços enviados pela Inglaterra. A guerra, de forma efectiva, só se materializou em 1801, ano em que ocorreu a invasão franco-espanhola, mais conhecida por “Guerra das Laranjas”.²⁷⁴

Previendo, desde 1796, uma nova guerra com Espanha, a Coroa Portuguesa decidiu tomar algumas medidas no sentido de prepa-

rar uma defesa, tão eficaz quanto possível, contra a nova ameaça. Deste modo, a estratégia seguida pelos nossos governantes, foi a da via tradicional, ou seja, deu-se preferência à contratação de técnicos militares estrangeiros (mercenários), muito onerosos para as finanças reais, em vez de se proceder à constituição de um verdadeiro exército nacional. Assim, em finais da década de 1790, era possível encontrar diversos oficiais britânicos, germânicos e franceses – geralmente realistas que fugiam ao novo regime político francês – entre as tropas portuguesas, tendo-se contratado mesmo, a partir de 1796, alguns oficiais estrangeiros para liderarem o Exército português.

Contudo, a par destas medidas, já classificadas de “inadequadas” e que contrariavam as próprias determinações do Conde de Lippe, tomaram-se outras decisões importantes na preparação da defesa do Reino.²⁷⁵ Assim, foi ordenado ao Exército, mais especialmente ao Real Corpo de Engenheiros, que realizasse uma série de memórias, geralmente acompanhadas por mapas, sobre as condições gerais de defesa da fronteira e do território português.

A existência de várias cópias do *Mappa da Província do Minho d’Entre Douro e Minho* nos diferentes arquivos militares, demonstra o grande interesse da instituição militar para com o tipo de informação nele contido. Por outro lado, como teremos oportunidade de verificar, o mapa incorpora várias informações de carácter militar, cuja figuração pode estar associada a esta necessidade de defesa.

Devemos, ainda, fazer algumas considerações aos mapas de Villasboas que consideramos importantes. A primeira, é para dar conta da existência de dois mapas no Instituto Geográfico Português, intitulados *Mappa Topgraphico das Villas, e Terras q formavão a Comarca d’Arganil antes da Lei de 19 de Julho de 1790... Joze Carlos Magni o fez no anno de 1790* e o *Mappa Topgraphico da Comarca d’Arganil com os Termos, Conselhos, e Julgados q parece conveniente annexar, e de novo crear...*,²⁷⁶ ao que tudo indica também daquele autor. Estes dois mapas parecem indicar que, mais do que uma inovação, a cartografia do engenheiro militar Custódio José Gomes de Villasboas, representaria já uma

continuidade das técnicas e métodos cartográficos utilizados em Portugal, no que diz respeito à cartografia regional-administrativa.

A segunda consideração seria com o intuito de procurarmos os “primórdios” da cartografia de cariz administrativo, nomeadamente com os mapas das *Correições da Guarda, Santarém e Tomar*,²⁷⁷ atribuídos a João Teixeira de Albernaz no século XVII. Na sua análise ao mapa, Suzanne Daveau diz-nos que “os limites administrativos, que permitem ler com clareza a imbricação das diversas correições, são de traçado rígido, perfeitamente rectilíneo, sem nenhuma pretensão à exactidão de pormenor (...) com certeza destinado a um administrador, é um documento que a clareza torna eficaz, apesar das suas limitações. Permite a qualquer responsável saber logo quais são as povoações importantes incluídas na correição e quais as correições confinantes (...). Testemunha a aparição de uma cartografia de tipo administrativo, baseada na compilação de material anterior”.²⁷⁸

Ainda que se trate de um exemplar mais antigo, as semelhanças com o mapa de Villasboas são bastante evidentes, o que nos leva a considerar que o esquematismo das divisões administrativas, poderia relacionar-se com uma tradição da cartografia administrativa no nosso país. Esta possibilidade torna-se mais consistente se tivermos em conta outros mapas, praticamente contemporâneo do de Villasboas: o *Mapa Geográfico do Reino do Algarve* de Baltazar de Azevedo Coutinho, realizado em 1791 e a *Configuração geográfica d’ R.^{no} d’Alg.^e mandado fazer e derigido pello Conde de Val d’Reys (...) e executado pello Tenente Cor.^{el} Engenr.^o Jozé d’Sande de Vas.^{cos}* (sem data). Uma vez mais é Suzanne Daveau quem nos dá notícia do primeiro mapa. É, também, um mapa de grandes dimensões e apresenta bastantes informações nos quadros anexos (inclusive sobre a população e economia), “verifica-se que o mapa indica, antes de tudo, as divisões administrativas (três comarcas, subdivididas em termos). Estas divisões são realçadas a cores no mapa (...) mas as preocupações administrativas e económicas dominam”.²⁷⁹

As semelhanças entre este exemplar e o *Mappa da Província do Minho d’ Entre Douro e Minho*, são bastante evidentes, e não

nos surpreendíamos se este mapa tivesse sido utilizado na reforma administrativa da Província do Algarve. É, certamente, um exemplar que terá de ser cuidadosamente analisado, especialmente depois de sabermos, como já referimos, que no início da década de 1790, Villasboas cumpria serviço no Regimento de Artilharia do Algarve e que, por isso, poderia ter ali recebido lições de cartografia. Dadas as características em comum com o mapa da *Correição da Guarda*, Suzanne Daveau havia já levantado a hipótese de existir uma tradição cartográfica para mapas de uso administrativo e esta é uma hipótese que sai reforçada perante a confrontação dos três exemplares.

Finalmente, uma outra perspectiva sobre a evolução da cartografia administrativa portuguesa pode ser dada a partir da leitura da carta que o brigadeiro Custódio Gomes de Villasboas (tio do engenheiro homónimo) escreveu ao secretário da Academia das Ciências de Lisboa, José Correia da Serra, em Outubro de 1789, dando-lhe o seu parecer acerca do método de levantamento para a realização do Mapa de Portugal.

Desde logo, aquele oficial declarava ser necessário determinar, com rigor, as coordenadas geográficas de alguns pontos do nosso País por forma a servirem de base para os levantamentos, indicando que “[...] a execução desta obra requer muito tempo, muita gente, e muito trabalho, e não pode ser executada so pelos socios da Academia; he preciso que entrem nella os Engenheiros; e que sejam distribuidos pelas Provincias com muita Ordem (...) e he preciso tirar hum Mappa de cada Provedoria, ou de Cada Comarca para formar ideia clara de cada huma dellas...”. Mais adiante, o autor, reconhecendo a dificuldade extrema de se realizar um levantamento nacional por comarca, dizia “depois de muitas combinações, e diversas reflexões assento que a melhor destribuição que se pode fazer he dividir o Reyno todo em 24 Mappas e mandar hua partida de 2 ou 3 Engenheiros para tirar cada um delles”.²⁸⁰ O autor propunha então que o levantamento fosse feito por províncias, distribuídas da seguinte forma: 2 mapas para o Minho; 2 mapas para o Algarve; 4 mapas para Trás-os-Montes; 6 mapas para a Beira; 5 mapas para a Estremadura e finalmen-

te, outros 5 para o Alentejo. Para cada província, o autor deixou uma série de instruções acerca da melhor forma de efectuar o levantamento cartográfico, procurando uma certa uniformidade de métodos. Relativamente à Província de Entre Douro e Minho e, tal como já referimos, o Brigadeiro Villasboas afirmava que o mapa de Champalimaud, levantado em 1786, deveria ser analisado pois se fosse considerado apto, não haveria necessidade de se fazer um novo. Contudo, no texto onde Champalimaud procede a uma breve descrição da província, afirma que “[a Província de Entre Douro e Minho] divide-se em cinco Comarcas [...] as quais se não faz menção no Mappa por serem os lugares, uns pertencentes a Coroa e os outros a Caza do Infantado, tam confusam.¹⁰ entre lassados que não he possível riscar as suas justas limitações [...]”²⁸¹, deste modo, não seria possível efectuar uma reforma administrativa sem a figuração dos limites das diferentes circunscrições, pelo que, se teve de proceder ao levantamento de um novo *Mappa da Provincia do Minho*.

Antes de avançarmos na análise dos exemplares, devemos esclarecer a metodologia seguida ao longo deste capítulo. Começámos por reunir o maior número possível de exemplares do mapa, de modo a podermos fazer uma análise comparada, pois só deste modo se tornou possível detectar as alterações introduzidas nos diferentes exemplares, isto de forma a distinguirmos as versões do autor das respectivas cópias.

Naturalmente que esta metodologia, ainda que assente na comparação criteriosa entre os elementos do mapa, o fundo do mapa, os fenómenos figurados e os símbolos utilizados, foi encarada com alguma reserva, a fim de evitarmos qualquer conclusão precipitada. Também foi necessário ter em atenção os objectivos, os propósitos e o contexto em que foram elaboradas as cópias e as diversas versões, bem como o percurso biográfico dos seus autores (copiadores, desenhadores, etc.) para podermos sequencializar correctamente cada uma das versões e compreendermos as possíveis alterações introduzidas.

Na análise aos diferentes fenómenos de cada exemplar, não utilizamos a mesma ordem empregue na análise aos exemplares do

Capítulo II. Procurámos encontrar uma hierarquia na figuração dos fenómenos, destacando aqueles que se adaptavam às exigências da reforma territorial: a divisão administrativa, o relevo, a rede hidrográfica, o povoamento e a população, a rede viária e os elementos económicos.

Será, ainda, oportuno esclarecer a terminologia que seguimos na classificação dos diferentes exemplares cartográficos. Assim, um mesmo mapa pode ter diferentes “versões” desde que tenham sido feitos a partir da mesma base, mesmo que, incorporem algumas alterações. Por exemplo, o mapa de 1798 foi considerado uma versão do de 1794-96. No entanto, a partir de um determinado mapa, podem surgir diferentes “variantes”, manuscritas ou impressas, incorporando algumas alterações, realizadas por outros autores. Neste caso, o mapa impresso em Londres em 1813, é uma variante do mapa de 1794-96. Por sua vez, as cópias referem-se, como o próprio nome indica, a uma reprodução de um determinado exemplar, que pode ter sido feita por outra pessoa que não o autor do original, desde que essa informação esteja mencionada.

De forma a estruturar a nossa análise aos vários exemplares, decidimos estabelecer três pontos de referência: a versão manuscrita do *Mapa da Província do Minho...* de 1794 (e respectivas cópias), a versão de 1798 (e sua cópia), também manuscrita e o mapa de 1813, uma vez que constitui a primeira variante impressa. Partindo destas referências, analisaremos as respectivas cópias ou variantes, elaboradas posteriormente. Dado que inventariámos vários exemplares, tanto manuscritas como impressos (estes do século XIX), de modo a facilitar a sua leitura, decidimos agrupá-los em dois diferentes núcleos. Assim, estabelecemos um primeiro núcleo que inclui apenas os exemplares manuscritos e um segundo núcleo que engloba os exemplares impressos, subdividido em três variantes distintas: o “Mapa Trant” (1813), o “Mapa J.B.P.” (1832) e “O Mapa do Depósito dos Trabalhos Geodésicos do Reino” (1861), assim denominadas por registarem o nome dos seus respectivos autores (ou patrocinadores) ou da instituição responsável.

Convém, finalmente, esclarecer que as análises desenvolvidas neste capítulo foram, necessariamente, limitadas, uma vez que se

procurou traçar a “história de vida” do mapa para, depois, avançarmos para a sua “desconstrução”.

1 – O *Mappa da Provincia d’Entre Douro e Minho* (1796)

Tendo presente todos estes pressupostos, estabelecemos como “mapa primeiro” aquele que, previsivelmente estaria mais próximo do “original”, o exemplar do mapa do Entre Douro e Minho que se conserva na Biblioteca Nacional, em Lisboa, tendo por título *Mappa da Provincia d’Entre Douro e Minho levantado em 1794 e 1795 de par com as indagações Economico-Politicas; tudo para servir a Regulação das Commarcas da mesma Provincia, e outros objectos de utilidade Publica. Por Custodio Joze Gomes Villas-boas.*²⁸²

Esta decisão baseou-se em dois pontos essenciais: por um lado, este é o único exemplar que regista apenas o nome do autor, já que as cópias seguintes indicam também o seu posto militar e outras funções desempenhadas por Villasboas, o que permite datar, com maior rigor, a sua realização em anos posteriores a 1794-95. Por outro lado, é o único exemplar que exhibe um quadro estatístico-populacional, cujos valores se referem exclusivamente a 1794, uma vez que os outros exemplares que figuram um quadro estatístico, apresentam valores respeitantes a 1798 ou a 1800, momentos em que o autor introduziu algumas alterações e actualizações aos dados coligidos para o cadastro.

Pese embora a indicação no título do mapa, que data os levantamentos cartográficos entre 1794-95, consideramos que o exemplar só terá sido concluído no ano seguinte, o que se confirma pelas palavras do próprio autor, pois quando lhe foi pedido um relatório sobre a defesa militar da província, em 1796, começa a sua memória por dizer que se achava ocupado em ultimar o *Mappa da Provincia do Minho*.²⁸³ Assim, esta versão será datada de 1796. Contudo, tal não significa que o exemplar que vamos analisar seja, de facto, de 1794-96 pois, tal como teremos oportunidade de confirmar, existem outros elementos que nos permitiram avançar uma outra datação.

O mapa em análise é manuscrito, aguarelado, com dimensões de 124 x 97cm, o que nos leva a pensar que se trata de um “mapa de gabinete”, mesmo construído para ser exposto, visto que o seu tamanho o tornaria pouco prático para ser utilizado como “mapa de campo”. Figura uma escala gráfica de duas léguas de 18 ao grau, que podemos calcular ca. 1/96 500.

O mapa encontra-se dentro de uma esquadria e, na margem esquerda possui o carimbo do “Arquivo Militar”, assim como a indicação “P7. N° 8”, no canto inferior esquerdo, denunciando a sua proveniência e esclarecendo, aparentemente, a dúvida sobre se este mapa acompanhava o cadastro populacional que também se conserva naquela instituição. Como já demonstrámos no capítulo anterior, o cadastro apresenta algumas características que nos permitiram concluir que, tal como o mapa, foi elaborado no contexto da reforma administrativa. Verificámos, também, a existência de elementos que remetiam para o mapa, nomeadamente, o rumo de cada uma das freguesias e a respectiva distância á sede de comarca. Deste modo, não restam dúvidas que os dois documentos se complementavam. Contudo, os exemplares que se conservam na Biblioteca Nacional, em Lisboa, têm proveniências diferentes. Enquanto que o mapa é proveniente do Arquivo [Histórico] Militar, o cadastro proveio da antiga Livraria de Mão do Mosteiro de Alcobaça.²⁸⁴

O título e a identificação do autor foram colocados no canto inferior esquerdo, logo seguidos da legenda, designada por *Explicação das Cores e Sinaes*, incluindo nove símbolos diferentes, assim como as sete cores utilizadas na delimitação de cada uma das comarcas representadas. No entanto, é provável que com o correr dos anos, estas se tenham alterado. As cores utilizadas parecem ter sido o verde, para a Comarca de Valença; vermelho para a Comarca de Viana; o amarelo para a Comarca de Barcelos; o roxo para a Comarca de Braga; o azul para a Comarca de Guimarães; uma outra tonalidade de verde para a Comarca de Penafiel e o cor-de-laranja para a Comarca do Porto.

No que se refere aos símbolos presentes na legenda, estes reportam-se a cinco domínios: os símbolos para aglomerados po-

pulacionais ou de povoamento (*ciudades e vilas; lugares arruados; freguesias ou paróquias*); os símbolos para edifícios religiosos (*conventos paróquias; conventos; ermidas*); os símbolos militares (*sítios em que pode acampar tropa*); os símbolos “senhoriais” (*casas e quintas notáveis*) e o símbolo de *estalagens*, importante para todos aqueles que pretendiam viajar através da Província. Cada símbolo, ou conjunto de símbolos, será analisado com mais detalhe no decorrer do processo de desconstrução do mapa. Por enquanto, vamos centrar a nossa atenção nas duas formas de hierarquia ali patentes.

Tanto a representação do povoamento como a dos elementos religiosos obedeceram a uma hierarquia visual: os lugares mais importantes e, supostamente, os mais populosos (ciudades e vilas) foram representados por um símbolo de maior dimensão e que por isso mesmo, se destaca em relação aos restantes lugares. Por sua vez, na figuração dos símbolos religiosos foi dado um maior destaque gráfico aos conventos-paróquias, e só depois aos conventos e finalmente às ermidas, explicitando-se, deste modo, a hierarquia nos edifícios da Igreja Católica.

Desta forma, a hierarquia gráfica, permitia evidenciar a estrutura social da época. De facto, se atendermos aos fenómenos simbolizados na legenda, compreendemos que a organização social do espaço, estabeleceu-se em torno de três poderes: o poder religioso, o poder militar e o poder da classe social dominante (a nobreza).

A utilização dos diferentes símbolos religiosos, indica a omnipresença da Igreja na sociedade, assim como o seu domínio territorial. Por sua vez, a presença de um símbolo militar, dá conta das preocupações da Administração Central com a defesa da província, perante a ameaça de invasão do Reino. Finalmente, a existência de um símbolo para indicar as casas e as quintas da nobreza teratentemente, individualiza o poder de uma determinada classe social. Este símbolo localiza as residências das famílias notáveis de uma forma mais “marcada” do que, por exemplo, uma freguesia, ou um lugar arruado.²⁸⁵ De qualquer modo, as hierarquias, sociais ou outras, evidenciam-se melhor se analisarmos todos os fenómenos do mapa, para além daqueles que não figuram na legenda.

Para finalizarmos a análise aos elementos do mapa, resta-nos dizer que, localizado no canto superior direito, encontra-se um *Quadro e Numeração Geral* para o ano de 1794, onde o autor registou os valores de alguns dos parâmetros demográficos coligidos no cadastro, ainda que esta informação seja válida, exclusivamente, para o total de cada uma das comarcas. Existe uma concordância entre os valores figurados neste quadro e os valores totais para cada comarca, registados no cadastro populacional, levantado pelo autor no mesmo ano.

O mapa representa o território correspondente à antiga Província de Entre Douro e Minho, limitada a Norte pelo rio Minho e pelo Reino da Galiza, a Sul pelo rio Douro e pela Província da Beira, a Oeste pelo “Mar Oceano” e a Este pelo sistema montanhoso Gerês-Marão, pela Província de Trás-os-Montes e pelo Reino da Galiza. Estes dois territórios encontram-se separados por uma linha tracejada inscrita sobre a cumeada da serra do Gerês e parece constituir a única representação da fronteira política, ainda que nada conste na legenda.

Sobre este território foi “lançada” a divisão administrativa correspondente às sete comarcas que compunham a província, identificando-se rapidamente a extensão, o “desenho” ou recorte dos limites de cada comarca. Para além destes limites, o autor representa uma subdivisão que inclui os limites dos coutos, honras, concelhos e termos de cada comarca, cujos limites se encontram representados com a mesma cor da comarca à qual pertencem. Devemos referir que os limites figurados são bastante geométricos, tendo o autor utilizado linhas e ângulos rectos na sua configuração, sendo que muitos dos rios e das cordilheiras montanhosas, configurem limites administrativos.

Deste modo, não nos é possível, pelo menos por agora, determinar se esta representação corresponde a uma delimitação tão fiel quanto possível de cada uma das unidades territoriais, o que não surpreende, se tivermos em consideração os objectivos propostos pela Reforma das Comarcas: sendo necessário reformular os limites das comarcas do reino, tornava-se urgente conhecer os limites, para se introduzirem as alterações necessárias,²⁸⁶ ou se, pelo con-

trário, corresponde à sua remodelação, no seguimento da implementação da Lei de 1790, ou ainda, se corresponde a uma mera simplificação ou esquematização dos limites.²⁸⁷ Esta última hipótese parece-nos a mais provável, pois para a discussão acerca da reorganização administrativa à escala regional, não seria necessário figurar os contornos das unidades territoriais, de forma absolutamente rigorosa, até porque, se fosse necessário discutir os limites administrativos, o mapa teria de ser construído numa escala que permitisse um maior pormenor topográfico.

Um exemplo paradigmático é o do Concelho do Lindoso, onde portugueses e galegos disputavam as terras que se situavam nos limites fronteiriços, tendo a câmara local denunciado essa situação ao Juiz Demarcante do Minho, o que, no entender de Maria Cristina Nogueira da Silva, parece estar na origem do *Desenho topográfico de uma porção do concelho de Lindoso na parte que confina com o reino da Galiza*,²⁸⁸ também realizado por Custódio José Gomes de Villasboas em 1803 (nesse ano o mapa já estava elaborado) e que parece confirmar a necessidade de, nestes casos específicos, se elaborar cartografia de pormenor.

Efectivamente, o *Mappa da Província do Minho* dá conta da fragmentação espacial, bem como de uma sobreposição de jurisdições.²⁸⁹ Sendo a divisão administrativa o fenómeno mais visível, ainda que não o único, mas o que mais se destaca do fundo do mapa – até porque é a primeira vez que os limites administrativos da Província de Entre Douro e Minho são cartografados com um elevado grau de pormenor – será lícito afirmar que estaremos na presença daquilo que poderemos denominar, um mapa administrativo.

No *Mappa da Província do Minho de Entre Douro e Minho*, as colinas foram cartografadas de acordo com uma projecção horizontal, no entanto, o autor optou pela representação sob a forma de “aguada” em tons de cinzento, em vez das *hachures*, mas que dá também uma noção muito mais apurada do que as representações mais comuns até então, relativamente à direcção, extensão e declive das vertentes das cadeias montanhosas ou das colinas.²⁹⁰ Efectivamente, as áreas de relevo acidentado estão assinaladas por

uma aguada de cinzento, à qual foi atribuída uma escala gradativa de tons progressivamente mais escuros, parecendo corresponder aos diferentes patamares de altitudes, sendo que as áreas mais elevadas estão representadas a negro e as áreas menos elevadas a cinzento mais claro. A esta representação, o autor acrescenta o topónimo que identifica os principais acidentes orográficos, sempre antecedido da designação de “Serra”. Deste modo e, provavelmente, pela primeira vez numa representação das “montanhas” da Província de Entre Douro e Minho, manifestava-se a preocupação em identificar, claramente, os acidentes orográficos e localizá-los correctamente nas suas posições relativas, contrariando a tendência habitual na cartografia desta província.

Outro fenómeno que se destaca, é a rede hidrográfica. Pela sua extensão e largura, salientam-se seis importantes cursos de água: os rios Minho, Lima, Cávado, Ave, Douro e Tâmega, aos quais se juntam outros “menores”: os rios Âncora, Vez, Neiva, Homem, Leça, Ferreira, Sousa. A técnica de figuração das linhas de água, parece ser idêntica para todos os rios, pois foram representados por “linhas onduladas”, especialmente aqueles que correm em áreas de relevo acidentado, tornando-se progressivamente mais regulares à medida que se aproximam do litoral. Os principais cursos de água são identificados pelo nome, excepto os de menor importância que estão representados, muitas vezes, sem qualquer referência.

A direcção predominante dos principais cursos regista, contudo, alguns erros de figuração. Assim, o rio Minho, que tem uma direcção geral NNE-SSW, apresenta, no mapa de Villasboas e no seu troço terminal, desde Valença até à foz, uma direcção predominante de NE-SW muito pronunciada, mas de Valença a Melgaço, apresenta uma direcção geral quase E-W; o rio Lima, cujo curso segue também uma direcção predominante NNE-SSW, neste mapa está representado com uma direcção quase E-W, excepto na sua parte terminal, a partir de Ponte de Lima até à foz, onde a sua direcção já é NE-SW; o rio Cávado, só na sua parte terminal, um pouco a montante de Barcelos, apresenta a direcção correcta, mas daí até à fronteira Este da província, a sua direcção é, também, E-W. De qualquer forma, a representação da rede hidrográfica da

Província sofreu uma evolução qualitativa relativamente aos mapas anteriores: a sua configuração é muito mais completa e rigorosa, já porque inclui alguns cursos que não figuravam nas representações cartográficas anteriores e identifica-os, corrigindo a sua direcção predominante, a sua extensão e o seu local de origem.

A análise ao desenho da área, em torno da foz do rio Cávado, possibilitou a identificação de um elemento que reforça a hipótese avançada de datação do mapa. De facto, em 1795, momento em que o *Mappa da Provincia do Minho* estaria a ser ultimado, o engenheiro Villasboas foi escolhido para coordenar o Projecto de Encanamento e Navegação do rio Cávado, tendo elaborado um plano das obras a iniciar, entre as quais, a construção de um molhe e de várias eclusas.²⁹¹ Uma vez que os levantamentos cartográficos só se realizaram entre 1794-95, não faria sentido se o mapa figurasse todas as obras realizadas, já que estas ainda não se tinham iniciado. No entanto, detecta-se uma regulação na configuração do estuário do Cávado, bem como uma alteração ao curso do rio, num local um pouco a montante da foz, o que parece indicar que este exemplar tenha sido terminado após 1795.

A representação do povoamento, também mereceu um cuidado especial por parte do autor. Desde logo, e como já tivemos oportunidade de ver na análise da legenda, foi estabelecida uma hierarquia de símbolos na representação dos núcleos populacionais, organizados em três categorias diferentes: *ciudades e vilas; lugares arruados; freguesias ou paróquias*. Esta informação era complementada pelo quadro estatístico anexo, cuja informação era, essencialmente, de carácter demográfico e económico.

A figuração do quadro estatístico surge na sequência da maior atenção dispensada pelos cartógrafos aos fenómenos quantificáveis (economia, demografia, etc.), o que só sucedeu a partir da segunda metade do século XVIII. No entanto, como as técnicas de cartografia temática eram, ainda, muito insipientes, a figuração deste tipo de fenómenos fazia-se, nestes primeiros momentos, inscrevendo o número directamente no mapa ou figurando-os num quadro estatístico à margem do mapa, já que não se tinha definido os símbolos apropriados para a expressão gráfica de valores nu-

méricos. Foi necessário esperar pela década de 1830-40 para que, em França, surgisse a simbologia adequada para a representação (carto)gráfica de efectivos populacionais.²⁹²

Outro importante elemento do mapa é a rede viária. O mapa figura as principais vias de comunicação de toda a Província, indicando também os diversos pontos de passagem sobre os rios, como pontes, mesmo aquelas que não estão associadas a qualquer via, vaus e barcas de passagem. A configuração da rede viária, afigurava-se da maior importância, já que, a acessibilidade à sede de comarca (considerando, entre outros, a transitabilidade dos caminhos, estradas e pontes), era um factor a ter em conta na futura reorganização administrativa.

Para além desta informação, a figuração da rede viária, a localização dos pontos de passagem sobre os rios e a identificação das portelas, constituía uma informação de elevado interesse para as instituições militares, de modo a poderem organizar a defesa da Província e a preverem as movimentações militares, tanto ofensivas como defensivas. Esta informação era também importante para a Administração e para o Comércio, pois as comunicações para o interior da Província dependiam, largamente, das vias terrestres, ainda que, quase sempre, de má qualidade.

Associadas às vias de comunicação, aparecem as estalagens como pontos de apoio para quem tinha de percorrer as distâncias que separavam os diferentes lugares desta Província. A sua presença no mapa indicia, ao mesmo tempo, a morosidade das viagens, o que não nos surpreende se tivermos em conta o relevo bastante acidentado da Província e os inúmeros cursos de água que era necessário ultrapassar, e uma elevada mobilidade interna, pelo que, havia a necessidade dos viajantes recorrerem às estalagens para pernoitarem em cada viagem.²⁹³

A acentuar o carácter militar do mapa, para além do símbolo que assinala os locais onde era possível o acampamento de tropas, estão assinalados os fortes, tanto aqueles que asseguravam a defesa do litoral, como os que se distribuía ao longo do vale do Minho, incluindo os da margem galega, e os que protegiam uma das prin-

cipais vias de acesso ao interior da Província, a estrada Monção-Braga, vigiando e controlando a passagem na Portela do Extremo.

Quanto aos elementos económicos, não nos parece que o mapa tenha sido elaborado com o propósito de “mostrar” as características económicas da província. No Alto Minho, o autor assinalou aquilo que parece ser uma “levada de água” que, partindo de um ribeiro originário da serra d’Arga, fazia mover um conjunto de moinhos que se localizavam próximo de Vilar de Mouros, no vale do rio Coura. Este é, juntamente com as duas fábricas de papel, na margem esquerda do rio Vizela, os únicos elementos de carácter económico, que figuram no mapa, isto se não considerarmos a informação anexa, no quadro estatístico, e que indica número de feiras realizadas em cada ano, nas diferentes comarcas, ou ainda as barcas de passagem e as estalagens da província que também se inscreviam no quadro das actividades económicas da província.

A existência de duas fábricas de papel no rio Vizela permite avançar com uma outra provável data de realização do mapa. Efectivamente, até 1810, existiram três fábricas de papel nas proximidades da freguesia de Vizela. A primeira foi constituída em 1789, pertencia à família Alvares Ribeira que viu o seu alvará confirmado dez anos mais tarde. Esta seria uma das fábricas representadas no mapa. No entanto, a segunda fábrica só se terá estabelecido em 1802 e pertencia a Francisco Joaquim Moreira de Sá, tendo recebido alvará régio em 1805. A fábrica foi abandonada pelo dono, que fugiu para o Brasil, aquando das invasões francesas, tendo sido, ao que tudo indica, destruída pelos soldados franceses. A terceira fábrica, fundada por Francisco José Ribeiro em Moreira de Cónegos, só surgiu em 1810.²⁹⁴

A existência de duas fábricas de papel no mapa leva-nos a supor que o mapa, ou foi realizado em data posterior a 1802, ou terá sofrido uma “actualização” na altura em que a fábrica foi criada. Uma terceira hipótese pode ser levantada, pois também poderá ter existido uma outra fábrica de papel antes de 1802, embora dela não tenhamos encontrado notícia.

A figuração de elementos económicos no mapa, dá conta de uma nova concepção do território em função da sua dimensão econó-

mica. Esta nova visão, apoiava-se nos ideais filosófico-iluministas da época, que concebiam o território não só na sua dimensão histórico-geográfico, mas também como suporte das actividades e das produções.²⁹⁵

Entre as várias versões e variantes do *Mappa da Provincia do Minho de Entre Douro e Minho*, aquela que conheceu maior difusão e, por conseguinte, um maior número de exemplares copiados, foi a versão de 1794-96.

Quase todas as cópias, apresentam o mesmo título genérico: *Mappa da Provincia d'Entre Douro e Minho. Levantado em 1794 e 1795 de par com as indagações Economico-Políticas tudo p^a. Servir à Regulação das Comarcas da mesma Provincia e outros objectos de utilidade Publica por Custodio José Gomes de Villas Boas Cavalleiro da Ordem de Christo, Major do Real Corpo de Engenheiros, Socio da Academia Real das sciencias, Membro da Sociedade Real Marítima de Lisboa.*

O aspecto que se salienta neste título é a referência à patente de Major, o que nos permite atribuir às cópias uma data posterior a 1805, pois só neste ano Villasboas foi promovido àquele posto. Uma vez que a maioria dos exemplares possuem um quadro estatístico-demográfico anexo (exceptuando dois exemplares que adiante analisaremos), procuraremos, com base nesta informação, datar com mais precisão cada uma dos mapas em análise.

Entre os vários exemplares, iniciaremos a nossa análise, pelo do Arquivo Histórico Militar, em Lisboa. O exemplar é manuscrito, aguarelado, e tem por título *Mappa da Provincia de entre Douro e Minho Levantado em 1794 e 1795 de par com as indagações Economico – Políticas tudo para servir à Regulação das Comarcas da mesma Provincia, e outros objectos de utilidade Publica: por Custodio Jozé Gomes de Villas boas, Cavalleiro da Ordem de Christo, Major do Real Corpo d'Engenheiros, socio d'Academia Real das Sciencias, Membro da Sociedade R. Marítima de Lisboa,*²⁹⁶ inscrito num rectângulo na parte inferior esquerda do mapa.

No quadro ao lado, foi registada a *explicação das cores e sig-naes*, indicando-se para cada uma das comarcas da Província a cor

respectiva, com uma correspondência igual à do exemplar original. Nesse quadro, está também indicada a simbologia utilizada na representação de alguns dos fenómenos registados e, embora não se tenha verificado qualquer alteração nos fenómenos figurados, a simbologia é diferente da utilizada no original, excepto aquele que indica *sítio em que pode acampar tropa*.

Sob a legenda, foram registadas duas escalas gráficas: uma em braças outra em léguas portuguesas de 18 ao grau e ainda com a indicação de que a proporção com o terreno é de 1/? (ilegível). A orientação é dada por uma flecha encimada por uma flor-de-lis, localizada no canto inferior esquerdo do mapa.

No canto superior direito e ainda fora da mancha cartográfica, foi incluído um quadro estatístico com a indicação de que os valores seriam válidos para o ano de 1800, ainda que, os números ali inscritos, sejam os mesmos do quadro estatístico de 1794-96.

O mapa também figura uma divisão administrativa com contornos muito geométricos. O relevo foi representado por *hachures*, complementadas por um sombreado, tendo sido os principais acidentes orográficos identificados pelo autor.

Os restantes fenómenos figurados não sofreram, praticamente, qualquer alteração: a rede hidrográfica, a rede viária, os elementos militares e as únicas actividades económicas parecem corresponder a um decalque do original.

Directamente relacionado com este exemplar, parece ser o mapa composto por três folhas, que se encontra no Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar, em Lisboa, sendo a sua dimensão total cerca de 110 x 135 cm, sendo a escala numérica, calculada a partir da escala gráfica, ca. 1/97 200.²⁹⁷

Este mapa parece, à partida, corresponder a um esboço da versão do mapa de 1794-96, ou uma espécie de *croquis* preparatório de novas cópias, pois foi desenhado a tinta-da-china, sobre papel vegetal, colado em papel cenográfico. De facto, estamos convencidos que este exemplar corresponderá a um decalque do mapa do Arquivo Histórico Militar.

O título, *Mappa da Provincia d'Entre Douro e Minho Levantado em 1794 e 1795 de par com as indagações Economico – Politicas tudo para servir à Regulação das Comarcas da mesma Provincia, e outros objectos de utilidade Publica: por Custodio Jozé Gomes de Villas boas, Cavalleiro da Ordem de Christo, Major do Real Corpo d'Engenheiros, socio d'Academia Real das Sciencias, Membro da Sociedade Real Marítima de Lisboa*, bem como a legenda, localizam-se no verso do mapa, aí indicando-se as cores a utilizar para a delimitação da divisão administrativa da província que, mais uma vez, seriam iguais ao documento original (figura 12).

A restante simbologia da legenda reporta-se aos mesmos fenómenos representados nos exemplares anteriores, sendo a sua configuração igual ao mapa que se conserva no Arquivo Histórico Militar. A orientação do mapa, também foi figurada no canto inferior esquerdo da folha Sudoeste do mapa, com uma linha Norte-Sul, em forma de flecha.

A divisão administrativa não sofreu alterações, ainda que os seus limites não tenham sido coloridos. O relevo foi delimitado por linhas, não se tratando, no entanto, de curvas de nível, antes parecendo uma representação incompleta, ou numa fase preparatória, pois para a figuração final do relevo, faltaria a aguada ou as “penadas”, de forma a criar *hachures* ou “falsas *hachures*”.²⁹⁸ De qualquer forma, os principais acidentes orográficos foram identificados pelo autor, tendo sido a *serra de Perre* registada com um tipo de letra diferente dos demais e tenha individualizado o *Outeiro Maior* (na serra da Peneda) e o *Monte do Moinho de Vento* (próximo da vila de Caminha).

Os restantes fenómenos figurados não sofreram qualquer alteração. O facto de, no título, estar registado a patente do autor, indicando-o como Major do Real Corpo de Engenheiros, coloca a data de realização deste mapa e do exemplar anterior como posteriores a 1805.

Uma outra cópia manuscrita da versão de 1794, também conservada no Arquivo da Direcção dos Serviços de Engenharia, tem por título *Mappa da Provincia d'Entre Douro e Minho Levantado*

em 1794 e 1795, de par com as indagações *Economico-Políticas tudo para servir à Regulação das Comarcas da mesma Província e outros objectos de utilidade publica por Custodio Jozé Gomes Villasboas*²⁹⁹ (figura 13). Embora o título não contenha qualquer outra informação adicional que nos permita datá-lo com maior rigor, uma análise à sua ficha, elaborada naquele arquivo, permitiu verificar que na elaboração do mapa foi utilizado papel *Ruse & Turners*, datado de 1808, pelo que esta cópia terá sido feita neste ano ou nos anos seguintes.

O mapa é composto por duas folhas coladas, com uma dimensão aproximada de 130 x 94 cm. No canto inferior esquerdo, foi registado o carimbo do Arquivo Militar, com a indicação P7 n^o8 e, no verso, apresenta o do “Commando Geral d’Engenharia”, com o número 19. No canto superior direito, fora da esquadria do mapa, está o *Quadro e Numeração Geral*, com valores referentes ao ano de 1794.

Possui uma escala gráfica de duas léguas de 18 ao grau, que nos permite calcular uma escala aproximadamente de 1/97 200. A legenda, localizada na parte inferior do mapa, indica as cores a utilizar para a delimitação da divisão administrativa da província, introduzindo algumas alterações. Assim, a Comarca de Braga foi representada pela cor rosa/carmim; a Comarca Guimarães, pela cor castanho-escuro; a Comarca de Penafiel, a cor azul; e a Comarca do Porto, a castanho claro. As comarcas de Valença, Viana e Barcelos, mantinham as cores originais.

A restante simbologia representada na legenda, refere-se aos mesmos fenómenos representados nas anteriores variantes, ainda que, mais uma vez, a configuração dos símbolos sofra uma ligeira alteração, quer em relação ao original, quer comparativamente às outras cópias.

A divisão administrativa aqui figurada é muito idêntica à dos exemplares anteriores. O relevo foi delimitado por “falsas *hachures*”, às quais foi acrescentado um sombreado mais escuro nos principais acidentes orográficos, nomeadamente na serra da Peneda, tendo sido identificadas as serras da Província, individualizando, mais uma vez, o *Outeiro Maior* e o *Monte do Moinho de Vento*.

O ENTRE DOURO E MINHO NA CARTOGRAFIA
DO ENGENHEIRO VILLASBOAS

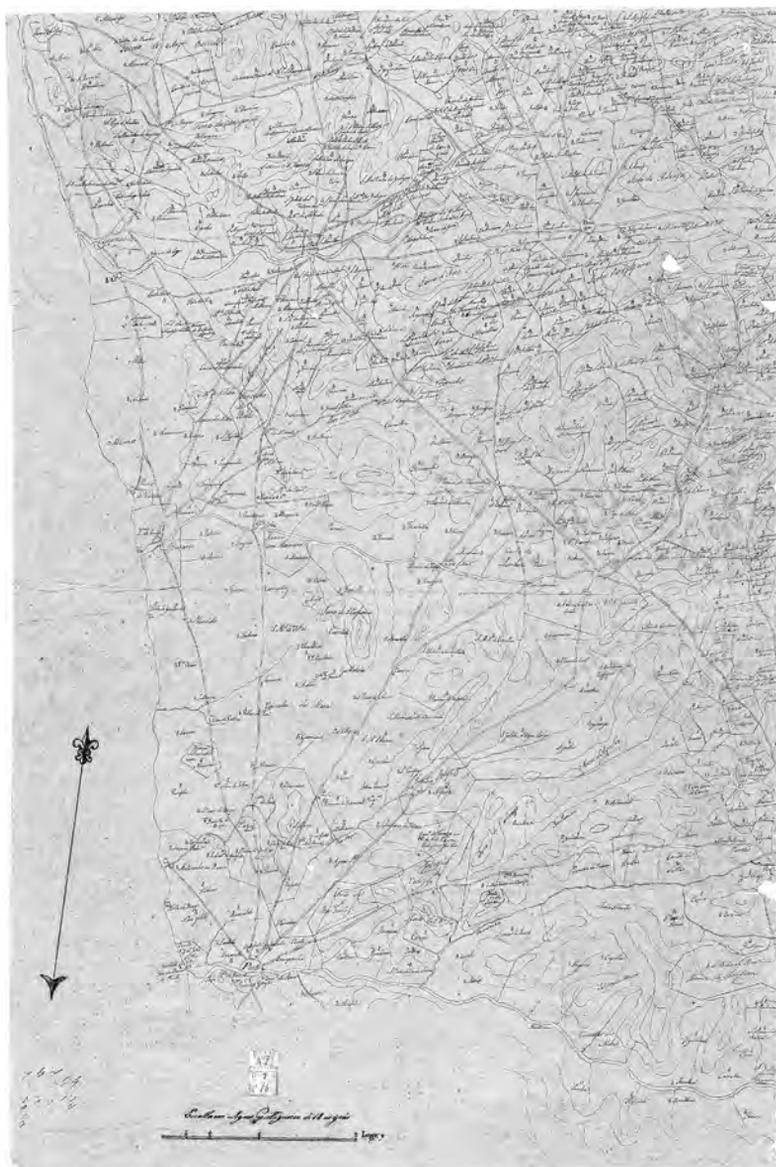


Figura 12: [Custódio José Gomes de VILLASBOAS] – [Folha SW do] *Mappa da Provincia de entre Douro e Minho Levantado em 1794 e 1795*, Post 1805 G.E.A.E.M.

A rede hidrográfica não sofreu modificações, salientando-se a representação das mudanças na configuração da foz do rio Cávado, em Esposende, resultantes das obras de encanamento daquele rio. Os restantes fenómenos figurados mantiveram-se sem qualquer alteração, exceptuando a indicação das termas de Monção, Vizela e Gerês que não tinham merecido qualquer referência nos exemplares anteriormente analisados.

O título e o carimbo permitem estabelecer um paralelismo com o mapa da Biblioteca Nacional, pois ambos podem ser cópias de um mesmo modelo ou, um pode ser a cópia do outro, ou apenas estarem arquivados no mesmo conjunto de documentação.

Uma outra cópia desta versão, também no mesmo Arquivo da Direcção dos Serviços de Engenharia, tem por título *Mappa da Provincia d'Entre Douro e Minho Levantado em 1794 e 1795 de par com as indagações Economico – Politicas tudo para servir à Regulação das Comarcas da mesma Provincia, e outros objectos de utilidade Publica: por Custodio Jozé Gomes de Villasboas, Cavalleiro da Ordem de Christo, Major do Real Corpo d'Engenheiros, socio d'Academia Real das Sciencias, Membro da Sociedade R. Marítima de Lisboa*³⁰⁰ (figura 15).

Este exemplar, composto por oito folhas, com uma dimensão total aproximada de 131 x 98 cm, também possui o carimbo do Arquivo Militar, com a indicação P7 nº8, no canto inferior esquerdo. No canto superior direito, fora da esquadria do mapa, figura o *Quadro e Numeração Geral*, indicando que estes valores se reportam ao ano de 1794.

Possui uma escala gráfica de duas léguas portuguesas de 18 ao grau, que nos permite calcular uma escala aproximadamente de 1/96 500. O exemplar não possui orientação, mas o título do mapa e a legenda foram registados num rectângulo no canto inferior esquerdo, indicando as cores utilizadas na delimitação das diferentes comarcas da Província. Esta cópia manteve as cores do exemplar original.

O ENTRE DOURO E MINHO NA CARTOGRAFIA
DO ENGENHEIRO VILLASBOAS



Figura 13: [Custódio José Gomes de VILLASBOAS] – Mappa da Provincia d'Entre Douro e Minho Levantado em 1794 e 1795 G.E.A.E.M.

Uma vez mais, verifica-se uma permanência dos mesmos fenómenos representados nas anteriores variantes e a configuração dos símbolos é, praticamente idêntica à do exemplar anterior.

Existe, ao lado de alguns dos símbolos da legenda e registada a lápis, uma outra proposta para a configuração dos símbolos, válida para os *lugares arruados, paróquias, conventos paróquias, conventos, ermidas, casas e estalagens*. Trata-se, provavelmente, de uma alternativa para utilização futura na realização de uma nova cópia.

A divisão administrativa figurada mantém os seus limites geométricos, com a cor correspondente a cada uma das comarcas da Província. O relevo foi delimitado por “falsas *hachures*”, às quais foi acrescentado um sombreado mais escuro, por uma mancha de pontos para os principais acidentes orográficos, ainda que, o território representado, seja bastante acidentado.

A rede hidrográfica, tal como todos os restantes fenómenos figurados, não sofreu alterações. Salienta-se, no entanto, a existência de um comentário adicional inscrito a lápis no mapa, referindo que a povoação de *Louredo*, na margem sul do rio Cávado, é a capital do Concelho de *Ribeira de Vade*? O facto de ser composto por oito folhas coladas, permite supor que terá constituído um mapa de campo.

Outra cópia manuscrita da versão de 1794-95, também conservada no G.E.A.E.M., é o *Mappa da Provincia d'Entre Douro e Minho Levantado em 1794 e 1795 de par com as indagações Economico-Políticas tudo para servir à Regulação das Comarcas da mesma Provincia e outros objectos de utilidade publica por Custodio Jozé Gomes Villasboas, Major do Real Corpo d'Engenheiros – Copiado e Reduzido no R.1 Arcº. Militar em Novembro de 1809, pelo Major Franzini*³⁰¹ (figura 15).

Antes de avançarmos na análise deste exemplar, convém esclarecer que o autor/copiador deste exemplar, o Major Franzini, é Marino Miguel Franzini, filho de Miguel Franzini que, juntamente com Miguel António de Ciera, tinham sido contratados em Itália por ordem do Marquês de Pombal, a fim de realizarem a renovação do ensino da matemática em Portugal, aquando da refor-

O ENTRE DOURO E MINHO NA CARTOGRAFIA
DO ENGENHEIRO VILLASBOAS



Figura 14: [Custódio José Gomes de VILLASBOAS] – *Mappa da Provincia d'Entre Douro e Minho Levantado em 1794 e 1795 post. 1805, G.E.A.E.M.*

ma da Universidade de Coimbra. Miguel Marino Franzini era, na primeira década do século XIX, desenhador no Arquivo Militar, prática para a qual tinha particular apetência.³⁰² Mais tarde, após a Revolução Liberal, desempenhou importantes funções para o Estado, participando nas reformas territoriais e administrativas da década de 1830, destacando-se como figura importante do liberalismo português.³⁰³

O exemplar em análise, com cerca de 89 x 72 cm, é composto por duas folhas, possui no verso o carimbo do “Comando Geral d’Engenharia – Arquivo de Desenhos” nº 19. No canto superior direito, dentro de um cartucho oval de duplo traço, encontra-se o título e, na parte inferior do mapa, foi colocado o quadro estatístico-demográfico, agora denominado *Estado das Comarcas em 1794*.

No canto inferior esquerdo, encontra-se uma cartela onde figura a *explicação dos sinais*, assim como a escala gráfica de *2 leg^a geográficas de 20 por Grao ou 2540 Braças*. *Proporção com o terreno 1/146 725*. Os cálculos que efectuámos indicam uma escala numérica ca 1/148 000. A orientação foi registada sobre o oceano, no litoral sul da província. Fora da esquadria, encontra-se uma importante informação registada a lápis, indicando que *foi restituída tendo estado em poder do Sr. General G. Sousa (?)*.

A configuração dos símbolos na legenda corresponde à proposta registada a lápis no exemplar anterior, podendo isto significar que o autor terá utilizado o mapa anterior como fonte para esta nova cópia.

Quanto aos restantes fenómenos figurados, salienta-se o facto de a divisão administrativa não ter sido representada. Os principais acidentes orográficos foram figurados com diferentes tons de cinzento, sendo mais escuros nas serras do Gerês e da Cabreira do que nos restantes.

A rede hidrográfica, aguarelada a azul, não sofreu alterações comparativamente aos exemplares anteriores, mas verifica-se a existência de alguns nomes inscritos a lápis, identificando as linhas de água, que podem ter sido acrescentados posteriormente. Refira-se, a este propósito, que existem outros topónimos visíveis

O ENTRE DOURO E MINHO NA CARTOGRAFIA
DO ENGENHEIRO VILLASBOAS



Figura 15: Major [Marino Miguel] FRANZINI - *Mappa da Provincia d'Entre Douro e Minho* 1809 G.E.A.E.M.

no mapa, também a lápis. As obras de encanamento do rio Cávado não estão presentes no mapa.

A existência de apenas uma fábrica de papel no rio Vizela, faz-nos supor que Franzini teve acesso à versão original (ou primeira) do mapa de Villasboas.

Por último, fica a análise a um exemplar manuscrito, conservado no Services Historiques de l'Armée de Terre, em Vincennes.³⁰⁴ Devemos esclarecer que, neste Arquivo, encontrámos duas referências ao *Mappa da Província do Minho de Entre Douro e Minho*, mas apenas conseguimos aceder a um dos exemplares.³⁰⁵

Trata-se de um mapa manuscrito, colorido, composto, originalmente, por quatro folhas, ainda que actualmente só tenham sobrevivido três folhas, coladas sobre tela. O título do mapa, *Entre Douro et Minho, Envoyé par le cap^e Harmois le 25 juillet 1898* (sic), foi registado no canto superior esquerdo da folha NW da Província, a lápis.³⁰⁶ No canto inferior esquerdo da folha SW, foi desenhada uma escala gráfica de 3 léguas portuguesas de 18 ao grau, sobre a qual foi registada, a lápis, uma escala numérica de 1/96 955. Os nossos cálculos apontam para uma escala numérica de ca. 1/97 500. O nome do autor/copiador foi inscrito no canto inferior direito da folha SE. Não há qualquer indicação de legenda ou de explicação, nem de coordenadas geográficas ou de orientação.

A ausência da legenda que, provavelmente, deveria localizar-se na folha que falta, impossibilita a realização uma análise mais detalhada à simbologia utilizada, mas, ainda assim, é visível que a representação das povoações foi diferenciada graficamente, sendo possível distinguir as cidades e as vilas (representadas com um círculo maior a vermelho, ou com as suas muralhas) das restantes povoações figuradas apenas com um círculo pequeno vermelho. Registam-se, ainda, vários símbolos comuns aos outros mapas, para representar os conventos, casas e quintas notáveis, locais para acampar tropa e as estalagens.

O mapa figura a divisão administrativa, com a configuração geométrica dos seus limites, aguarelados com a cor correspondente a cada comarca. O relevo foi representado por *hachures*, sombre-

ado a tons de castanho sobre as vertentes, deixando em branco o topo das serras que foram identificadas.

A rede hidrográfica, aguarelada a azul, parece completa e as principais linhas de água foram identificadas. A rede viária tem a particularidade de figurar a estrada entre Viana e Ponte de Lima pela margem Norte do rio Lima, interrompida na povoação de Lanheses, a meio caminho entre aquelas duas importante vilas do Alto Minho.

Quanto aos elementos económicos, o mapa regista um fenómeno importante, já que assinala algumas das feiras realizadas na província, nomeadamente a de S. Luzia de Penella (no Concelho de Albergaria), a feira do Cô (Concelho de Aguiar de Sousa) e Freamunde (na honra daquele nome), o que permite supor que a fonte deve ser próxima da versão de 1798, pois a referência aos locais com feira, só surgiu nessa versão.

A configuração do relevo, da desembocadura dos principais rios da Província, sobretudo a foz do rio Minho onde estão assinaladas as duas barras de Caminha (infelizmente não nos é possível confirmar a configuração da foz do rio Cávado), assim como de algumas cidades ou vilas da província, especialmente Porto e Viana, tornam o mapa muito próximo da versão do Arquivo Histórico Militar ou de uma cópia directa. Hipótese confirmada pelo facto de figurar uma ponte entre a cidade do Porto e Vila Nova de Gaia.

A existência do “mapa Harmois” no arquivo militar francês, poderá relacionar-se com a actividade do engenheiro militar francês em Madrid, aquando da invasão francesa, em 1823 – conhecida como os “cem mil filhos de Saint Louis” e cujo objectivo era derrubar o recém instaurado regime constitucional e restaurar no poder Fernando VII. De facto, os oficiais do Génie, incorporados naquele exército, tinham por missão fazer um levantamento cartográfico-militar da Península Ibérica, incluindo Portugal e, embora o projecto não tivesse sido concluído, foram elaborados alguns exemplares cartográficos. Nesta época, também se procedeu à cópia de exemplares existentes nos diversos arquivos espanhóis, que enriqueceram, ainda mais, o espólio dos arquivos militares franceses.³⁰⁷ Talvez este capitão tenha acedido a um exemplar

do “*Mappa da Provincia do Minho*”, copiando-o e remetendo-o, mais tarde, para o arquivo do Génie. Todavia, esta possibilidade carece de confirmação.

O mais provável é que a existência deste mapa em Vincennes, à semelhança de outros existentes no arquivo do S.H.A.T., poderá estar ligada à actuação do *Génie* francês em Portugal, especialmente do seu comandante, Coronel Vincent, incorporado no exército da primeira invasão francesa a Portugal em 1807, comandado por Junot.

Uma das primeiras medidas levadas a cabo pelo Corpo de Engenharia Militar do Exército francês, em território nacional, foi o de recolher o maior número possível de informações de carácter geográfico-militar (mapas e memórias descritivas), relativas à defesa da fronteira terrestre, com vista a uma nova utilização em futuras invasões. Sabendo que o responsável pela Estado Maior da Inspeção Geral das Fronteiras, em Portugal, era o também oficial francês Marquês de la Rozière, facilmente se conclui que o *Génie* conseguiu agrupar um importante acervo documental, rapidamente transferido para França, como se comprova pela listagem das obras recolhidas pelo Coronel Vincent, publicada por António Pedro Vicente.³⁰⁸ Nesta lista, incluem-se vários exemplares cartográficos e memórias descritivas da Província do Minho, admitindo-se que um dos mapas pudesse ser o de Villasboas.

Em 1798, por iniciativa de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, foi criada a Sociedade Real Marítima, Militar e Geográfica, que como já referimos tinha, também, por objectivo, o de imprimir e publicar a cartografia nacional, de forma a reduzir a tradicional dependência portuguesa face à produção cartográfica estrangeira.

Custódio José Gomes de Villasboas, tornou-se, desde a fundação, num dos sócios desta Sociedade. No mesmo ano da criação da Sociedade Real, Villasboas elaborou uma nova versão do *Mappa da Provincia do Minho*, que tem por título *Mappa da Provincia d’Entre Douro e Minho, com o Quadro da sua População dividida em classes, e outras particularidades Economico-Políticas: completado no ano de 1798 por Custódio*

*Jozé Gomes de Villasboas Primeiro Tenente do Real Corpo de Engenheiros, Socio d'Academia Real das Sciencias de Lisboa Membro da Sociedade Real Hydrographica e Militar e Director das Obras do Encanamento e Navegação do Rio Cavado*³⁰⁹ (figura 17). O facto de o autor se identificar como membro desta Sociedade Real (ainda que a tenha referido como “Hidrográfica” e não Marítima) e elaborar um novo mapa do Entre Douro e Minho, dois anos após a conclusão da primeira versão, incluindo aí algumas alterações no quadro estatístico inserto na carta, bem como os valores das coordenadas geográficas da cidade do Porto, faz-nos supor que este mapa foi elaborado com o propósito de ser apresentado à dita Sociedade, ainda que não conste das listagens dos trabalhos ali apresentados, no ano da sua fundação.



Figura 17, pormenor da representação do relevo no mapa de Franzini

Esta é uma hipótese que procuraremos consolidar à medida que avançarmos na nossa análise, mas podemos, desde já, avançar que o mapa fazia parte do espólio cartográfico da Sociedade que foi transportado para o Rio de Janeiro, após fuga da Família Real, perante a ameaça francesa em 1807, tendo ali permanecido nas seis décadas posteriores. O exemplar hoje existente em Portugal foi devolvido pelas autoridades brasileiras, aquando do Convénio Cartográfico Luso-Brasileiro, de 1867 bem como alguns outros trabalhos de Villasboas.³¹⁰

Trata-se de um mapa manuscrito, aguarelado, bastante colorido, com as dimensões de 124 x 97 cm, o que nos leva a concluir que, provavelmente, é um “mapa de luxo” para ser exibido, já que notámos ter o autor colocado bastante cuidado na sua aparência e apresentação.

Este aspecto remete-nos para a questão da sobrevivência do mapa: se o mapa se conservou num gabinete, ou no arquivo de uma importante instituição, poderia ter chegado aos nossos dias no perfeito estado de conservação em que se encontra. Ora, habitualmente, a sobrevivência da cartografia antiga está associada a um processo selectivo, bem mais favorável aos mapas que foram construídos para serem “exibidos” ou para constituírem elementos de trabalho num gabinete, do que aqueles mapas ditos “utilitários”, ou de “campo” que, devido ao uso, se perderam ou se gastaram.

O mapa está orientado com o Norte no topo onde, no canto superior esquerdo se encontra desenhada uma “rosa-dos-ventos”, colorida a verde e cor-de-laranja. Em todo o caso, na parte inferior e já fora da esquadria, foi inscrita a palavra “Sul”. Na parte superior direita, o autor juntou dois quadros que servem de complemento à leitura e interpretação do mapa: um quadro estatístico da população da província, apresentada segundo as comarcas, distinguindo-a por sexos e dividindo-a entre os indivíduos maiores e os menores de 14 anos. Este quadro, completado em 1798, corresponde a uma actualização de alguns dos valores do cadastro populacional, coligido pelo mesmo autor em 1794/95 assim como, de alguns valores do quadro estatístico que figuravam na primeira versão do mapa.

O ENTRE DOURO E MINHO NA CARTOGRAFIA
DO ENGENHEIRO VILLASBOAS



Figura 17: Custódio José Gomes de VILLAS BOAS - *Mappa da Provincia d'Entre Douro e Minho, (...) 1798 (I.G.P.)*

O outro quadro, situado sob o primeiro, tem por título *Observações sobre o Mappa Geografico da Provincia e sobre o Quadro junto...* e nele, o autor aproveitou para, num pequeno texto, esclarecer a forma como procedeu ao levantamento do mapa, bem como sobre o processo de recolha da informação necessária para a representação dos limites administrativos. Estas *observações*, tornar-se-iam necessárias em duas circunstâncias diferentes: poderiam esclarecer um público pouco familiarizado com as técnicas de levantamento topográficos e com as circunstâncias em que decorreu a elaboração do mapa ou, sendo a Sociedade Real Marítima e Militar uma instituição científica e sendo o seu fim fazer mapas correctos, talvez fosse importante demonstrar todo o processo “científico” da feitura do mapa. De facto, se na primeira versão, o autor não incluiu qualquer referência à forma como o mapa foi levantado e elaborado, foi porque este se destinava a um público restrito, que estaria a acompanhar o processo de levantamento e construção do mapa, nomeadamente, o juiz demarcante da província, alguns membros da administração do reino e os próprios militares.

Para além do título, que se encontra no canto inferior esquerdo, o autor adicionou uma escala gráfica, de uma légua de 2818 braças, a partir da qual podemos calcular a escala numérica em *ca.* 1/97 200. Foi atribuído o mesmo valor de longitude para a cidade do Porto e para a vila de Valença, referidas ao meridiano da ilha do Ferro (Canárias). O autor afirma ainda, numa nota à margem, que a cidade do Porto – por consequência também Valença – se localizava a cerca de 29 minutos a Este do meridiano de Lisboa, ou 9° 29’ do meridiano da ilha do Ferro, o que representa um cálculo bastante rigoroso. A latitude da cidade do Porto, contabilizada em 41° 8’ 20”, também se afirma rigorosa, o que deixa antever um certo cuidado no seu cálculo por parte do autor, ao mesmo tempo que funciona como um indicador do rigor matemático que se pretendia impor na cartografia terrestre portuguesa.³¹¹

A partir das coordenadas do Porto, o autor deduziu a posição das restantes localidades, mas contabilizam-se vários erros na posição relativa de algumas. Deste modo, os valores avançados por Villasboas foram corrigidos aquando da apresentação da sua

Descrição Topográfica das Comarcas Fronteiras do Minho, datada de 1800. Nessa obra, o autor não introduz qualquer alteração no valor da latitude do Porto mas corrige a sua longitude: 9° 30'. As coordenadas geográficas de Valença também foram alteradas indicando, agora, 9° 31' 25" de longitude, ou seja 1' 25" E do meridiano da cidade do Porto ou 31' 25" do de Lisboa.³¹²

Para finalizarmos a análise aos elementos do mapa, resta-nos analisar a legenda que o autor dividiu em duas partes: a *Explicação das Cores* e a *Explicação dos Signaes*, num total de sete cores e nove símbolos diferentes. As cores são utilizadas, exclusivamente, na diferenciação das diversas unidades administrativas, ainda que o autor tenha representado alguns cursos de água a uma mesma cor, mas tal não vem figurado na legenda. Toda a restante simbologia figura no mapa. Devemos registar, no entanto, que há símbolos que foram cartografados, mas não estão identificados na legenda.

O mapa representa o território correspondente à antiga Província d'Entre Douro e Minho, limitada a Norte pelo rio Minho e pelo Reino da Galiza, a Sul pelo rio Douro e pela Província da Beira, a Oeste pelo "Mar Oceano" e a Este pelo sistema montanhoso Gerês-Marão, pela Província de Trás-os-Montes e pelo Reino da Galiza. Estes dois territórios encontram-se separados por uma linha tracejada, inscrita sobre a cumeada da serra do Gerês, que parece constituir a única representação da fronteira política, ainda que nada conste na legenda. Sobre este território, foi "lançada" a divisão administrativa correspondente às sete comarcas que compunham a Província e a cada uma foi atribuída uma cor diferente permitindo identificar mais rapidamente a extensão e o "desenho" ou recorte dos limites. Para além destes, o autor representou uma subdivisão que inclui os limites dos coutos, honras, concelhos e termos, que se encontram representados com a mesma cor da comarca à qual pertencem. Numa nota à margem, Villasboas dá conta que as terras que pertenciam às Comarcas do Porto e de Barcelos, mas que se localizavam na Província da Beira, assim como aquelas que pertenciam a Braga, em Trás-os-Montes, não foram representadas, uma vez que o espaço cartografado correspondia ao território compreendido entre os rios Douro e Minho.

O autor procurou dar conta do elevado grau de fragmentação administrativa da província, chamando a atenção para o facto de a um mesmo espaço, corresponderem diferentes territórios, referentes a uma ou várias jurisdições, levando o autor a acrescentar na legenda um sinal "... [que] designa aquellas Freguezias, que limitando com diversas Jurisdicções, fica o seu território parcialmente dividido entre as mesmas Jurisdicções, o que se conhece pela Demarcação que conta o circulo de Pontinhos”.

Para terminarmos a análise da divisão administrativa, observemos a configuração dos limites representados no mapa. Como atrás dissemos, os limites administrativos eram pouco precisos e, muitas vezes, originavam disputas entre entidades vizinhas, por essa razão, cartografá-los não era tarefa fácil e é o próprio autor que nos indica, em nota inscrita num quadro anexo, que “para a complicada demarcação das Jurisdicções, servi-me de Informações dos habitantes, e off.^{es} de Justiça de Cada districto”. Mesmo assim, será de esperar imprecisões nos limites figurados no mapa, até porque, alguns deles, estão simplificados: é o caso de uma grande parte dos enclaves territoriais, representados de uma forma geral, por círculos ou semi-círculos, parecendo denunciar a utilização de um compasso (tomemos como exemplo o “desenho” do Couto de Nogueira, no Alto Minho) e ainda de outros limites, que parecem terem sido simplificados formando linhas “rectas”, mas não com as formas geométricas utilizadas na versão anterior. Isto leva-nos a pensar que o objectivo primeiro do mapa, seria o de mostrar a configuração e a repartição espacial da divisão administrativa-jurídica da Província, isto é, a localização e a extensão das diversas entidades locais.

O outro fenómeno que se destaca é o relevo, cuja representação sofreu uma grande alteração, comparativamente à versão de 1794-96. Os principais acidentes orográficos foram figurados por uma sucessão de pequenos “montes triangulares”, com o cume “em branco” e a base pintada a preto, aparentemente, sem qualquer proporcionalidade em relação à sua altitude, que não é mencionada.

No entanto, não deixa de ser estranho o esquematismo e o simplismo gráfico utilizados para representar o relevo, especialmen-

te num mapa que, supostamente, resultou de levantamentos topográficos, tanto mais que, na versão anterior, o relevo foi figurado numa projecção plana, através de uma espécie de *hachures* aguarrelada a cinzento, pelo que seria de esperar um maior rigor na sua configuração.

Observando mais atentamente o mapa, podemos verificar que autor não representou todos os “montes” do mesmo tamanho, podendo-se mesmo estabelecer uma oposição entre os maciços montanhosos de maior e de menor dimensão. Esta diferenciação é particularmente visível, se compararmos o “maciço” das serras da Peneda e do Gerês, que ocupam uma maior extensão, com as colinas mais próximas do litoral, em menor número e que não ocupam uma superfície tão alargada, pelo menos, graficamente. O autor identifica a maior parte dos acidentes orográficos, inscrevendo sobre os pequenos “montes triangulares” a denominação de “serras” ou “montes”, seguido do respectivo nome, deduzindo-se uma clara intenção de identificação, pelo menos, dos grandes conjuntos montanhosos, como são o caso das serras da Peneda, Amarela, do Gerês, da Cabreira, do Marão, de Arga... Neste mapa, Villasboas identifica, muito precisamente, três elevações: os dois montes que utilizou para a base da cadeia de triangulação, o Monte da Franqueira e o da Portela do Ladrão e o Outeiro Maior, na Serra da Peneda.

A repartição destes montes parece estar disposta de modo a individualizar, pelo menos algumas bacias hidrográficas, como se verifica em relação aos rios Coura, Mouro, Vez, Vade ou ainda, na separação dos cursos dos rios Leça, Ferreira e Sousa. Isto poderá significar que alguns destes montes desenhados pelo autor, não correspondam, efectivamente, a elevações assinaláveis, simbolizando unicamente a linha divisória de águas. O único elemento associado ao relevo montanhoso aparece cartografado com um símbolo que, curiosamente, não está referido na legenda e reporta-se a algumas áreas (geralmente fundo de vales) das Serras do Gerês, Amarela e da Peneda. Trata-se do símbolo que representa os “bosques” e é o autor que o diz, quando cartografa o sítio da Cova d’Andorinha, perto de S. Pedro de Rates, referindo-se ao bosque aí existente.

Não deixa de ser curioso o facto de o autor ter adicionado este tipo de informação apenas nos locais próximos de Esposende, denunciando um maior conhecimento da sua área de vivência.

No entanto, parece-nos que a principal intenção foi sugerir e mostrar o carácter montanhoso da Província, especialmente o limite Este da mesma, onde a sucessão de “montanhas” apenas é interrompida pelos vales dos principais rios, daí que o grau de pormenor seja mínimo e não, como ocorre com outros exemplares, utilizado para ocultar ou disfarçar o fraco levantamento de informações no terreno³¹³. O grande inconveniente da utilização desta simbologia é sobrepor-se, muitas vezes, a outra informação, que fica oculta sobre os montículos, tornando mais difícil a leitura de conjunto.

Também se destaca a rede hidrográfica, não se registando, no entanto, alterações significativas na configuração da versão anterior, excepto no desenho da parte terminal do rio Cávado, em resultado das obras de encanamento que, durante os três anos que decorreram, modificaram a configuração da foz do rio. Pode-se observar os molhes da entrada do porto de Esposende, o que não se verifica no *Mappa da Provincia do Minho*, elaborado entre 1794-1795. Desta forma, Villasboas terá aproveitado a oportunidade para divulgar o seu trabalho no projecto de navegabilidade do rio Cávado e que começava a ser posto em causa pelas populações locais.

A representação dos lugares habitados e respectivos topónimos, mereceu um grande destaque entre os fenómenos figurados. Bastará analisar a legenda para se verificar que o autor estipulou uma hierarquia de três “classes” aos lugares habitados, representando cada um deles com um símbolo gráfico diferente, assim distribuídos: “Cidades ou Villas que tem Juiz de Fora”; “Terras de povo junto, e arruado, de que algumas tem o título de Villa”; “Centro ou lugar da Igreja de cada Freguezia”.

De qualquer modo, a representação do povoamento é complementada com a informação demográfica inserta no quadro que o autor localizou no canto superior direito. Embora não tenhamos os dados para cada um dos aglomerados, é possível reconstituir o “tamanho” de cada uma das Comarcas que compõem a Província.

Outro interessante fenómeno presente no mapa é a rede viária. A grande diferença em relação à versão de 1794-96 reside no facto de o autor ter anexado alguma informação sobre o estado de transitabilidade das estradas e a povoação de destino, no caso de se tratarem de estradas que continuam para a Província de Trás-os-Montes. Numa altura em que se propunham grandes reformas territoriais, as acessibilidades (incluindo o estado de transitabilidade, e as distâncias...), contribuían para promover uma hierarquização dos lugares, assim como serviam de argumento para as diferentes reivindicações camarárias.

Tome-se como exemplo a proposta de união do concelho de Castro Laboreiro com Melgaço, ficando ambos dependentes do Juiz de Fora desta última vila. Isto significaria que os habitantes de Castro Laboreiro, sempre que tivessem necessidade de recorrer a este oficial de justiça, teriam de deslocar-se a Melgaço, daí que a sua Câmara se tenha oposto a esta união, invocando, precisamente, a distância e as dificuldades oferecidas pelo percurso.³¹⁴ Tendo em conta a sua actuação como Engenheiro Demarcante, não surpreende que no mapa tenha sido registada esta informação. Também não podemos esquecer que a rede viária e o estado de conservação das estradas, era uma informação que interessava às instituições militares, de modo a poderem organizar a defesa da Província e a preverem as movimentações militares, quer as de carácter ofensivo, quer as defensivas.

Associadas às vias de comunicação, aparecem, uma vez mais, as estalagens como pontos de apoio para quem tem de percorrer as distâncias que separam os diferentes lugares desta Província. Também neste fenómeno não se registam alterações significativas, comparativamente, à versão anterior. O mapa continua a figurar as mesmas “Cazas antigas, ou notaveis por alguma circunstancia”.

Os “elementos religiosos” foram registados no mapa. O autor, utilizou três símbolos diferentes para representar aquilo que poderá ser associado ao “domínio territorial” da Igreja, assim como à sua organização interna. Deste modo, figuram os “Conventos de Frades, ou Freiras, cujas ordens se declaram nos seus compõe^{te} sitios”; os “Conventos que ao mesmo tempo servem de Paroquias

curadas pelos Religiozos” e os “Sanctuarios em que se fazem Romagens, como no Mappa se declara”; as “Ermidas notaveis pela sua situação”, representam-se pelo mesmo símbolo. Se a estes três ou quatro símbolos do mesmo espaço religioso, juntarmos cada freguesia, para cuja representação foi considerada a igreja paroquial, rapidamente concluimos acerca da religiosidade das populações, bem como, do domínio territorial exercido pela Igreja, em toda a Província.

Os aspectos económicos do Entre Douro e Minho não mereceram especial atenção, por parte do autor, aquando da primeira versão do *Mappa da Provincia do Minho*. De qualquer modo, aquando da segunda, Villasboas deu uma maior relevância aos aspectos económicos. Assim, as feiras identificam os principais locais de trocas comerciais existentes na Província e promovem uma espécie de hierarquização de localidades, pois, tal como referiram várias representações camarárias, muitos habitantes de certos concelhos, deslocavam-se à sede de outros concelhos onde se realizavam feiras, sendo este um bom argumento para justificar o pedido de anexação por parte de um em relação a outros, entendidos como comercial e economicamente dependentes do primeiro³¹⁵.

A representação das feiras no mapa revela a adopção de uma técnica diferente de figuração do fenómeno, comparativamente aos exemplares da versão de 1794-96. De facto, enquanto que na primeira versão, o autor registou no quadro estatístico anexo o número de feiras por cada comarca, na versão de 1798, o autor optou por escrever, no mapa, os locais e os dias em que se realizavam as feiras, pelo que esta informação já não consta no quadro estatístico anexo.

Os moinhos do rio Coura e a levada de água da serra d’Arga já não figuram nesta versão mas, em compensação, surgem outros elementos elucidativos da actividade económica da Província: no estuário dos rios Minho e Lima foram assinaladas algumas salinas. Na foz deste último rio, o autor identifica o cais de S. Lourenço (tal como já o havia feito na versão anterior) e, na praia imediatamente a sul da foz do rio Lima, surge a indicação de “embarcadouro”, ambas indiciando, ainda que de forma indirecta, a exis-

tência de uma actividade naval significativa, na vila de Viana. Por sua vez, na foz do rio Cávado, já se registam as obras de encaçamento, cujo intuito seria o de o tornar navegável, em proveito da revitalização económica da Província, especialmente a área do vale do rio Cávado. No vale do rio Este, foi cartografado uma espécie de sistema de drenagem ou de irrigação, provavelmente para apoio à agricultura ou à manufactura; nas margens do rio Vizela e nas proximidades da localidade com aquele nome, o autor assinalou, novamente, a presença de duas fábricas de papel. Já que este mapa não oferece muitas dúvidas acerca da sua datação, a existência destas duas fábricas parece reforçar a possibilidade de existência de uma fábrica de papel anterior a 1802.

Junto do litoral, o autor indica que a Póvoa do Varzim é uma localidade de “muita pescaria”. As estalagens e as barcas de passagem mantêm-se também como símbolos de actividades económicas.

A versão de 1798 não registou um tão grande número de cópias como a anterior de 1794-96. Apesar de só considerarmos, neste estudo, as cópias integrais dos mapas em análise, não deixa de ser oportuno fazermos uma breve análise a dois mapas do Alto Minho elaborados por Villasboas. São aí representadas duas áreas parciais da província que correspondiam, de forma genérica, aos territórios das Comarcas de Valença e de Viana.

Um dos mapas, tem por título *Mapa das Fronteiras do Minho, por Custódio José Gomes Villasboas*,³¹⁶ o outro, intitula-se *Mapa das Fronteiras da Província do Minho Offerecido à Real Sociedade Marítima de Lisboa, por Custódio José Gomes de Villasboas, Capitão Engr^o. e Membro da mesma Sociedade 1800*.³¹⁷

É possível que o primeiro exemplar constitua um documento anexo a uma das descrições geográfico-militares que o autor realizou sobre o Alto Minho, nomeadamente, a de 1796, a *Memória sobre as Forças Militares da Província do Minho e da Galiza, com observações sobre a guerra ofensiva e defensiva*. Em data posterior, embora não determinada, redigiu a *Análise dos postos e comunicações da Província do Minho com a Galiza, bem como das gargantas dos Montes que prendem a Ribeira do Minho com*

a do Lima, com uma discussão breve sobre a defesa relativa, designando as avenidas que deve seguir a tropa em caso de retirada, ou finalmente, datada de 1805, as Considerações sobre as Praças e Postos da Fronteira do Minho, relativamente ao Estado Maior, e Guarnição que lhe compete em tempo de Paz.

A inclusão de mapas anexos às memórias descritivas das diversas regiões era prática comum na engenharia militar, especialmente na escola francesa que, acrescente-se, sempre exerceu grande influência sobre a Engenharia Militar portuguesa.³¹⁸ No entanto, os exemplares destas memórias por nós consultados, não estavam acompanhadas de qualquer mapa, nem tão pouco, incluíam qualquer referência directa à sua existência. Não obstante, foi possível inferir uma relação entre os dois documentos. De facto o *Mapa das Fronteiras do Minho* inclui algumas pequenas descrições das fortalezas da fronteira da Província do Minho, o que parece relacionar-se com o teor das memórias escritas, especialmente a de 1805. Assim, poderemos admitir que os mapas actualmente existentes no G.E.A.E.M..., tenham servido, originalmente, como complemento das memórias e foram, mais tarde, guardados no arquivo cartográfico da Engenharia Militar portuguesa, enquanto que as memórias escritas se conservam noutros arquivos nacionais.

O *Mapa das Fronteiras da Província do Minho*, enquadrado numa esquadria de linha dupla, possui, no canto superior esquerdo, uma rosa-dos-ventos, de concepção muito simplificada e, no centro, na parte inferior, a legenda (figura 18). O mapa é manuscrito, aguarelado, de dimensões 83 x 64 cm e possui uma escala gráfica em braças, calculando-se em cerca de 1/95 000, valor muito próximo do *Mappa da Província do Minho*, de 1798. Figura um território que se estende desde o rio Minho, no limite Norte, até ao vale do rio Cávado, no limite Sudeste e parece corresponder às comarcas fronteiras do Alto Minho, notando-se, ainda, a quadrícula a lápis utilizada pelo autor, para a realização do mapa.

Quanto aos fenómenos inventariados na legenda, estes dizem respeito às localidades e seus respectivos topónimos. Foram considerados apenas quatro símbolos, respeitantes às *freguesias*, con-

O ENTRE DOURO E MINHO NA CARTOGRAFIA
DO ENGENHEIRO VILLASBOAS

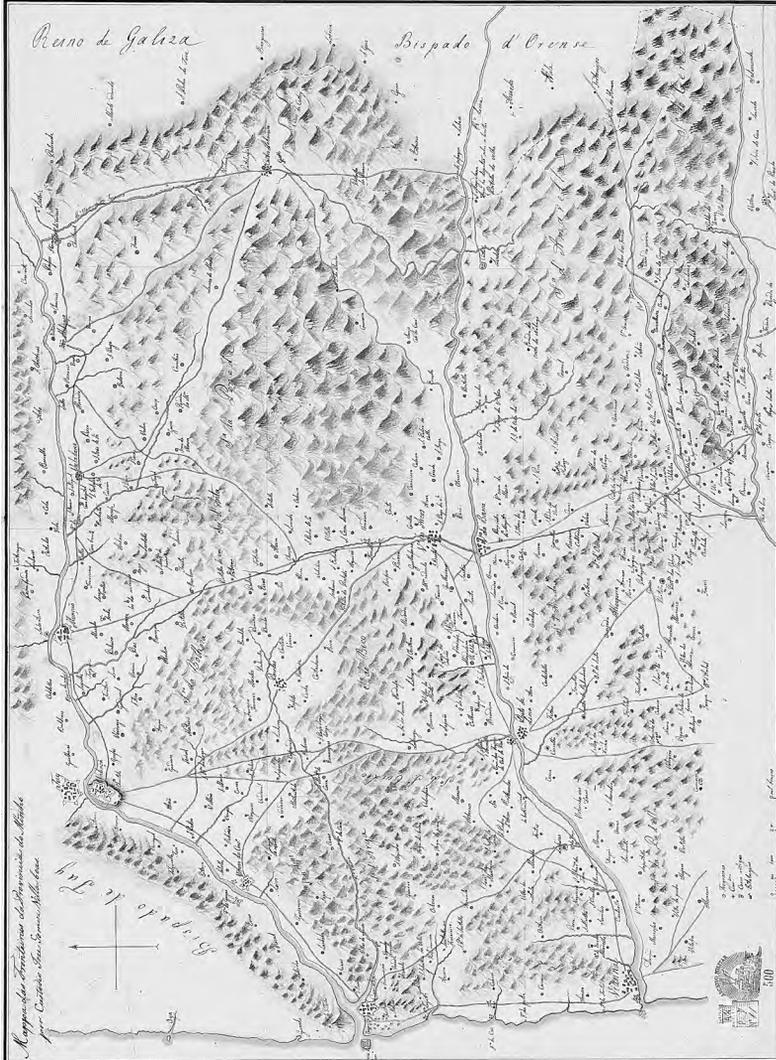


Figura 18: Custódio José Gomes de VILLAS BOAS – *Mapa das Fronteiras da Provincia do Minho*, post. 1798 G.E.A.E.M.

ventos, casas antigas, e estalagens, no entanto, as localidades que apresentavam um povoamento concentrado, por isso, não apenas as vilas do Alto Minho (Gerês, Valadares, Caldas do Gerês e S. Gregório, incluem-se neste rol), foram representadas por um símbolo de maior dimensão. Os fenómenos representados, especialmente os fenómenos topográficos, e as técnicas de representação são idênticos aos do mapa de 1798.

O relevo, uma vez mais, é figurado através da sucessão de pequenos montes triangulares, desenhados a cor cinzenta, aumentando o seu tamanho e extensão, na parte interior do território cartografado. A rede hidrográfica é bastante completa, ainda que não corresponda a uma cópia fiel da rede hidrográfica do mapa de 1798, pois existem algumas alterações importantes, nomeadamente, pelo facto de incluir várias linhas de água que não figuravam na versão de 1798. A este propósito, refira-se que o nome *ribeira da Várzea* foi acrescentado ao mapa, a lápis. O desenho do litoral, também não sofreu alterações significativas. Associadas à rede hidrográfica, surgem as barcas de passagem, sobretudo no rio Minho e no rio Lima, assim como as pontes que foram identificadas.

A rede viária não apresenta alterações significativas. Para além destes fenómenos, o mapa mostra as defesas do litoral e da fronteira inscrevendo algumas considerações sobre aquelas posições defensivas, o que parece relacionar-se directamente com as memórias ou descrições sobre aquela parte da Província do Minho.

Saliente-se que a divisão administrativa não foi representada, possivelmente porque esse fenómeno não interessava aos objectivos do autor, que seriam principalmente de índole militar. Acrescenta-se ainda que, junto da povoação de Lindoso, o autor registou a disputa territorial entre portugueses e galegos, naquela parte da fronteira terrestre, tal como havia feito no mapa de 1798.

Perante estas características gerais, será mesmo de admitir que este mapa do Alto Minho corresponda a um decalque de parte da versão do *Mappa da Província do Minho do Minho* de 1798, tendo o autor aproveitado o trabalho anteriormente realizado, para o adaptar aos seus objectivos.

Por sua vez, o *Mapa das Fronteiras da Província do Minho Offerecido à Real Sociedade Marítima de Lisboa*, datado de 1800, pode relacionar-se, com bastante segurança com a *Descrição Topographica da Comarcas Fronteiras da Província do Minho*, relativa a 1800, apresentada numa sessão da Real Sociedade Marítima Geográfica e Militar, realizada no ano seguinte³¹⁹ (figura 19). Isto mesmo afirma o autor na introdução desta obra: “[...] he por isso, que tendo-me abalançado á empresa de fazer a descrição geographica, e economica das provincias do Minho, julguei dever antecipar-me, offerecendo a esta Real Sociedade, hum mappa com a descrição das fronteiras que abrangem, na sua total extenção, as comarcas de Valença e Vianna [...]”³²⁰

Este mapa é muito idêntico ao anterior: enquadrado numa dupla esquadria a negro, possui, no canto superior esquerdo, uma rosa-dos-ventos, semelhante àquela que figura no mapa de 1798. Trata-se de um manuscrito, aguarelado, de dimensões aproximadas 76 x 57 cm e possui uma escala gráfica de 3600 braças, que se pode calcular em cerca de 1/96 000, figurando o mesmo território que se estende desde o rio Minho, no limite Norte, até ao vale do rio Cávado, no limite Sudeste, notando-se, também, a quadrícula a lápis utilizada pelo autor, para a realização cartográfica.

Na legenda, situada na parte inferior da carta, estão representados seis símbolos que, de certa forma, hierarquizam os lugares representados. Deste modo, o autor considerou os *conventos monachaes*, e ao mesmo tempo *freguezias*; *conventos de Religiosos Mendicantes*; *sanctuarios*; *casas antigas*; *estalagens* e as *freguezias*. Como se comprova, foi dado um destaque especial aos elementos religiosos inscritos no território, invertendo a ordem hierárquica presente, nas legendas do *Mapa das Fronteiras do Minho* e, na versão de 1798, do *Mappa da Província do Minho de Entre Douro e Minho*, já que nestes dois exemplares o autor destacava, em primeiro lugar, as localidades com o título de cidade ou vila e ainda aquelas com povoamento concentrado, referindo, de seguida, as freguesia “civis” e só depois surgiam os elementos eclesiásticos.

A representação da topografia da região não sofreu, praticamente, qualquer alteração, sendo o relevo figurado por pequenos mon-

tes. A rede hidrográfica foi aguarelada a azul/verde, mas o autor não identificou todas as linhas de água representadas, à semelhança do que ocorreu no mapa anterior; a configuração da linha de costa é muito idêntica.

Os restantes fenómenos, também não se alteraram de forma significativa. Diferenciando-se do anterior, neste exemplar, o autor representou a divisão administrativa e identificou os locais de realização de feiras, fazendo a ligação entre o documento cartográfico e a memória descritiva, já que esta está organizada por comarcas.

Pese embora as familiaridades existentes entre os dois mapas, as diferenças evidenciadas resultam, fundamentalmente, dos diferentes objectivos que o autor pretendia atingir, bem como do contexto geral na génese de cada um, isto é, enquanto que o primeiro mapa se pode filiar, quase exclusivamente, em objectivos militares e de defesa territorial, o segundo foi elaborado para ser oferecido a uma instituição que não era exclusivamente militar, por isso, o mapa teria de ser diferente.

Desta forma, o autor limitou-se a redesenhar uma parte da Província do Entre Douro e Minho, recorrendo à informação coligida na versão de 1798 do mapa daquela Província, seleccionando ou dando visibilidade ora a um ou outro fenómeno, de acordo com os objectivos pretendidos para uma ou outra instituição.

Quanto às cópias integrais da versão do mapa de 1798, sabemos que foi realizada, pelo menos, uma cópia, por Inácio José Leão.³²¹ Deste autor, sabemos que foi promovido a Capitão de Engenheiros de estradas e pontes, em 1790, e conservou essa patente até ao primeiro trimestre de 1800.³²² Nesse ano, enquanto trabalhava no Gabinete de Desenho do Arquivo Militar, foi promovido a Major e, mais tarde, a Sargento-Mor.³²³ Sabemos também que, em meados da década de 1790, este engenheiro colaborou nos levantamentos populacionais das vilas de Coruche e de Salvaterra de Magos.³²⁴ A última referência que encontrámos a este autor, remonta a 1809, indicando-o como “estropiado” e, por essa razão, inábil para desenhador.³²⁵

O ENTRE DOURO E MINHO NA CARTOGRAFIA
DO ENGENHEIRO VILLASBOAS

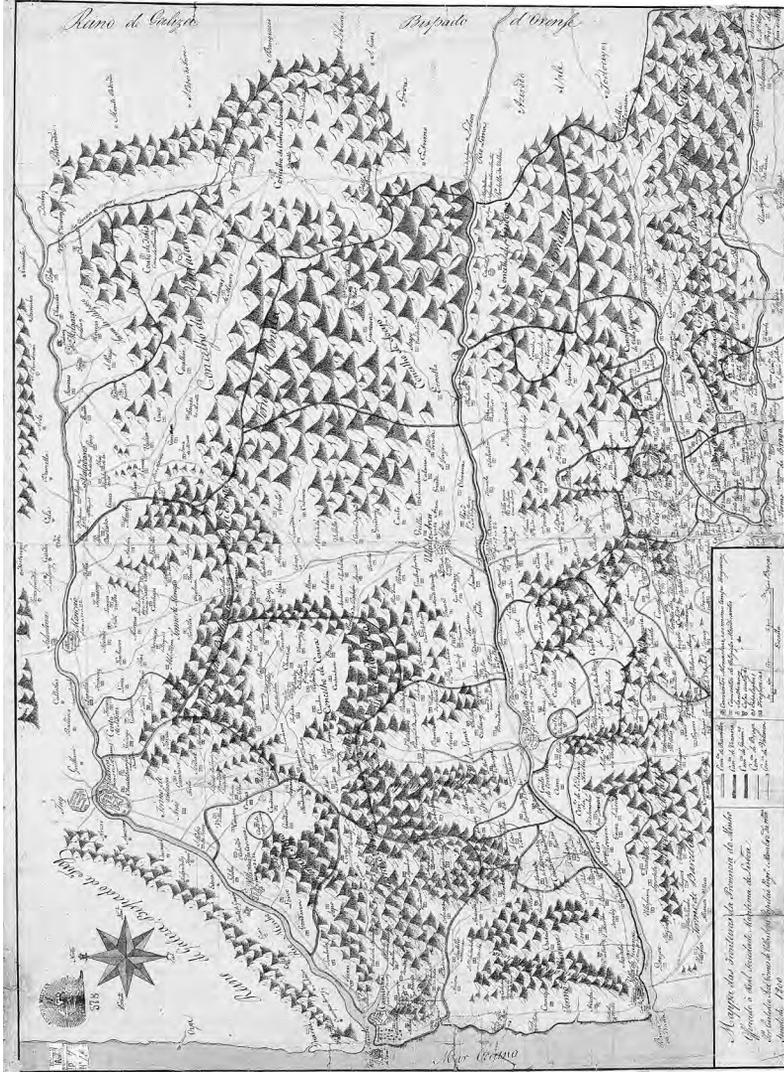


Figura 19: Custódio José Gomes de VILAS BOAS – Mappa das Fronteiras da Provincia do Minho
Offercido à Real Sociedade Maritima de Lisboa, 1800 G.E.A.E.M.

Foi, então, na condição de desenhador do Arquivo Militar que, em 1804, Inácio José Leão, realizou a cópia do *Mappa da Província do Minho d' Entre Douro e Minho*, na versão que Villasboas terá oferecido à Real Sociedade Marítima e Militar no ano de 1798.

O mapa tem por título *Mappa da Provincia d'Entre Douro e Minho, com o Quadro da sua População dividida em classes, e outras particularidades Economico-Políticas: completado no ano de 1798 por Custódio Jozé Gomes de Villasboas Primeiro Tenente do Real Corpo de Engenheiros, Socio d'Academia Real das Sciencias de Lisboa Membro da Sociedade Real Hydrographica e Militar e Director das Obras do Encanamento e Navegação do Rio Cavado Desenhado por Ignácio Jozé Leão, Sargento Mór do mesmo Corpo no ano de 1804* (figura 20). É um mapa manuscrito, colorido, de dimensões ligeiramente superiores às da versão de 1798: 149 x 110 cm, sendo a escala aproximada 1/96 500, enquadrado numa esquadria a negro, que separa a mancha gráfica dos quadros anexos, uma vez que o autor optou por colocar o título, as legendas, e as explicações, na parte inferior do mapa e daí, talvez, as maiores dimensões desta cópia.

O mapa figura todo o território compreendido entre os rios Minho e Lima, limitado a Norte e a Nordeste pelo *Reino da Galiza*, a Este pela *Parte da Província de Trás-os-Montes*, a Sul pela *Parte da Província da Beira* e a Oeste pelo *Mar Oceano*. Sobre o oceano, em frente à foz do rio Cávado, foi desenhada uma Rosa-dos-Ventos, identificando os diferentes rumos, assinalando o Norte através de uma flor-de-lis.

O texto da “explicação” é igual ao da versão de 1798, mas, no que diz respeito à legenda, o autor/copiador introduz-lhe algumas alterações, tanto nos símbolos utilizados, acrescentando outros fenómenos, como na sua explicação. Enquanto que a hierarquia dos lugares povoados é mantida, tal como na versão de 1798, a restante simbologia é alterada. Assim, foi acrescentado um símbolo para designar o “A Queducto das Freiras de Villa do Conde”; quanto ao “sítio em que pode acampar tropa”, representado por um único símbolo nas versões e cópias anteriores, José Inácio Leão optou por utilizar quatro símbolos diferentes para cada lo-

O ENTRE DOURO E MINHO NA CARTOGRAFIA
DO ENGENHEIRO VILLASBOAS



Figura 20: Inácio José LEÃO - *Mappa da Provincia d'Entre Douro e Minho, com o Quadro da sua População dividida em classes, e outras particularidades Economico-Políticas: completado no ano de 1798 por Custódio Jozé Gomes de Villasboas 1804 (I.G.P.)*

cal assinalado, estando cada símbolo hierarquizado graficamente, em função da extensão de cada local e do número de homens que poderia comportar.

Quanto aos fenómenos inscritos e representados no mapa, não se registaram alterações significativas: a divisão administrativa manteve-se, assim como o relevo, que continua sendo representado por pequenos montes, sobre os quais foi inscrito o respectivo topónimo a vermelho, não se verificando qualquer mudança; a rede hidrográfica, também se mantém inalterada, quer na sua configuração geral, quer nos cursos de água figurados e nos seus respectivos nomes. A rede viária, os fortes, as barcas de passagem, as pontes, as feiras, as estalagens, as portelas, as fábricas de papel, o encaçamento dos rios Cávado e Este, a base topográfica, a vegetação, os comentários sobre algumas características de diferentes locais, como o Montado dos Cavaleiros, a chã de Castro Laboreiro, ou a disputa de limites entre as populações do Lindoso e as populações galegas vizinhas, parecem cópias fiéis da versão anterior.

No entanto, o autor introduz algumas alterações: já não figura o projecto de irrigação no rio Este; os comentários sobre o estado de transitabilidade das estradas não foram registados e foi acrescentada uma fábrica de chapéus, junto da povoação galega de Lóbios, no vale do Lima.

Em síntese, trata-se de uma cópia da versão de 1798, do *Mappa da Província do Minho*, realizada no Arquivo Militar, provavelmente com o intuito de aí ficar arquivada, pois a versão de 1798, foi, originalmente, oferecida à Real Academia Geográfica e Militar de Lisboa. Sendo uma cópia realizada seis anos após a feitura do original, admitimos a hipótese de terem sido realizadas algumas alterações, no sentido de actualizar ou de corrigir as informações do mapa “modelo”.

Dado que, presentemente, este mapa constitui parte do acervo cartográfico do actual Instituto Geográfico Português e não existe no Arquivo Militar, faz-nos supor que este exemplar foi (mais) um dos muitos mapas levados para o Brasil, aquando da fuga da Família Real e devolvidos, por aquele país, pelos Convénios Luso-

-Brasileiros, à semelhança, aliás, do ocorrido com o exemplar da versão de 1798.

No Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar, há um mapa que, ao que tudo indica, terá sido utilizado como instrumento de organização da administração militar da Província de Entre Douro e Minho. Trata-se do *Mappa geografico da vigesima segunda, e vigesima terceira Brigadas de Ordenanças devididas cada huma em oito Capitancias møres segundo o novo Plano; feito em Fevereiro de 1803 pellos Officiaes Engenheiros o Major João Manuel da S^a [Silva] e o Primeiro Tenente Joze Carlos de Fig.do [Figueiredo]*³²⁶ (figura 21).

É um exemplar colorido, cuja escala gráfica de duas léguas, permite calcular uma proporção de ca. 1/ 96 500, claramente a escala dos mapas de Villasboas. O mapa figura o território compreendido entre os rios Lima e Ave-Vizela.

Se analisarmos atentamente este exemplar, constatamos que a rede viária, alguma simbologia (mantém as “estalagens” e as “casas notáveis”), a divisão administrativa por termos, a própria configuração da rosa-dos-ventos, assim como das obras de encanamento na foz do rio Cávado, parecem denunciar a utilização do mapa de Villasboas, na versão de 1798. A clara utilização militar do mapa, completa-se com a existência de vários quadros estatístico anexos, que figuram o número de fogos existentes em cada uma das oito capitâncias que compõem cada Brigada de Ordenanças, permitindo, desse modo, que as autoridades militares conseguissem calcular e localizar o número de ordenanças que poderiam obter, aquando de um recrutamento, assim como de outros quadros onde foram registados os limites geográficos de cada uma das oito companhias das 22^a e 23^a brigadas de Ordenanças.

Esta tentativa de reforma militar, aliás mal sucedida, levada a cabo em 1803 pretendia modificar o sistema de recrutamento militar e implicava grandes alterações orgânicas no aparelho militar português, pelo que suscitou forte resistência e oposição por parte dos comandos militares pertencentes à alta nobreza, que se materializaram nos chamados “motins de Campo de Ourique”.³²⁷

Este plano de reforma das Ordenanças necessitava de um importante trabalho preparatório.

Segundo Manuel Amaral, “o que se propunha era dividir o país em 3 Divisões Militares Territoriais e em 24 Brigadas de Ordenanças, cada uma das quais daria origem a 1 regimento de Infantaria a 2 batalhões. Cada brigada de ordenanças seria dividida em 8 distritos – as Capitánias-mores, equivalentes às oito companhias de Fusileiros de cada um dos Regimentos, e cada Capitania-mor em 8 companhias de Ordenanças equivalentes às secções das companhias.

O plano, por isso, necessitava de definir previamente o território das 24 Brigadas, que tinham que ter uma população equiparada, assim como escolher criteriosamente as personalidades que as dirigiriam, já que o cargo seria uma novidade e de muita importância. Tinha que assentar num conhecimento demográfico bastante alargado, só possível com base no numeramento de 1801”.³²⁸

Muito naturalmente que, para a Província do Entre Douro e Minho, o cadastro populacional levantado por Villasboas se revelou particularmente útil para este propósito.

Por sua vez, também a *Carta Topographica Demonstrativa dos Limites dos 8 Regimentos De Milicias, Do Governo das Armas do Minho*, também conservado no G.E.A.E.M.,³²⁹ pelo fundo de mapa utilizado, pela configuração da rede hidrográfica, a própria toponímia e a utilização de alguns símbolos, parece denunciar a utilização de uma das versões do mapa de Villasboas, como “base” (figura 22).

Este exemplar, tal como o anterior, comprova a (re)utilização do Mapa de Villasboas pelas instituições militares, desta vez a propósito de uma nova tentativa de reforma militar que envolveu as milícias e as ordenanças efectuada entre 1806 e 1807, mas que, face à Primeira Invasão Francesa, também não foi implementada.³³⁰

Finalmente, na Biblioteca Nacional de Portugal, integrando o núcleo da Iconografia, encontra-se a *Carta da Provincia do Minho para intelligencia das operações da Defeza projectadas em 1807*³³¹ (figura 23). Ayres de Carvalho indica que, no verso do mapa está a

O ENTRE DOURO E MINHO NA CARTOGRAFIA
DO ENGENHEIRO VILLASBOAS

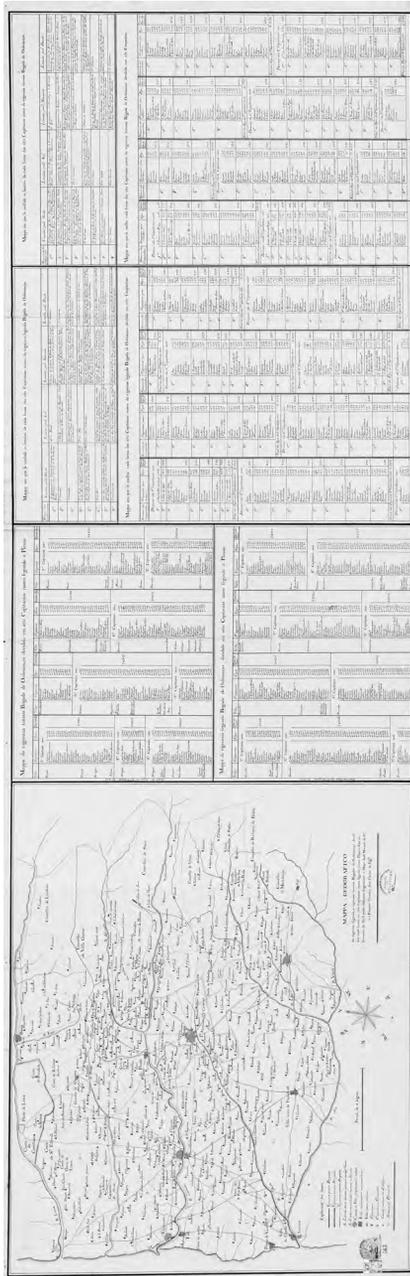


Figura 21: SILVA, Major João Manuel da e FIGUEIREDO, Primeiro tenente Jozé Carlos de – *Mappa geografico da vigesima segunda, e vigesima terceira Brigadas de Ordenanças devididas cada huma em oito Capitancias mōres segundo o novo Plano; feito em Fevereiro de 1803 G.E.A.E.M.*

indicação “de Thomas Norton” e, por essa razão, atribui a sua origem ou pertença a um oficial inglês com aquele nome. Infelizmente não foi possível confirmar esta informação.

Trata-se de um mapa manuscrito, com uma dimensão total de 35 x 40 cm dividido em quatro partes coladas sobre tela, o que permite concluir tratar-se de um exemplar de campo.

O título foi registado no canto superior direito contendo uma indicação por baixo: “Pelo Diccionario de Vorgiero a cidade do Porto de população 50 000 habitantes e a de Braga 12 000. A nehua das outras vilas a população”.

O mapa decalca os principais elementos de um mapa de Villasboas, nomeadamente a informação relativa à topografia, à hidrografia, ao povoamento e à rede viária da Província, ainda que um pouco simplificados, dado que o mapa não tem a mesma escala.

Pelo aspecto geral o mapa mais parece um esboço ou uma cópia-borrão, que parece denunciar uma certa urgência na sua realização para, ao que tudo indica, apoiar os preparativos de defesa face à crescente ameaça de invsão do reino em 1807.

A ter pertencido a um oficial inglês, poderá ter sido a um membro da Leal Legião Lusitana que operou naquela província entre 1808 e 1809. A indicação no mapa da “bateria de Linhares”, numa posição de cobertura da Portela do Homem na serra do Gerês, parece corroborar esta possibilidade na medida em que a defesa daquela posição foi atribuída àquela unidade militar.³³²

2 – O *Mappa do Districto entre os rios Douro e Minho* (1813)

Quanto aos exemplares impressos do mapa de 1794-95, são conhecidas, pelos menos, três versões integrais distintas: a primeira datada de 1813, a segunda de 1832 e, a última, de 1861. A primeira imagem impressa, por ser aquela que está mais próxima da primeira versão manuscrita do *Mappa da Provincia do Minho*, merece-nos uma análise mais detalhada (figura 24).

No decorrer da Guerra Peninsular, operou-se uma importante reorganização do exército português, liderada por oficiais britânicos, que ocupavam os principais postos de chefia militar.³³³ Neste contexto, no ano de 1813, Wellington nomeou, para Governador das

O ENTRE DOURO E MINHO NA CARTOGRAFIA
DO ENGENHEIRO VILLASBOAS



Figura 22: *Carta Topographica Demonstrativa dos Limites dos 8 Regimentos De Milicias, Do Governo das Armas do Minho, post 1806, G.E.A.E.M.*

O ALTO MINHO NA OBRA DO ENGENHEIRO MILITAR
CUSTÓDIO JOSÉ GOMES DE VILLASBOAS



Figura 23 – Carta da Provincia do Minho para intelligencia das operações da Defeza projectadas em 1807 (B.N.P.)

Armas do Partido do Porto, o oficial de nacionalidade irlandesa Nicholas Trant. Este oficial nasceu em Cork, em 1768 e, embora tenha completado a sua formação militar em França, logo depois da Revolução de 1789, colocou-se ao serviço do exército inglês. Neste cargo, serviu em Portugal, entre 1797 e 1798, sob as or-

dens de Sir Charles Stuart. Após as campanhas em África (Cabo e Egípto), demitiu-se do seu posto de oficial do exército inglês, mas rapidamente retomou a actividade militar pois, em 1808, aquando das invasões francesas, regressou a Portugal ocupando o posto de Brigadeiro do Exército Português, operando de forma independente do Estado Maior Britânico. Vendo o seu valor reconhecido por Wellington e Napier (mas não por Beresford), o Estado português atribuiu-lhe um soldo vitalício, bem como propriedades no Brasil, nunca reclamadas, mesmo após a sua saída definitiva do nosso país, acabando por falecer em 1839.³³⁴

Ao que tudo indica, Trant teve acesso a um exemplar manuscrito do mapa de Villasboas (possivelmente uma cópia), obtido através do tenente engenheiro Matos. Uma vez na posse do exemplar e compreendendo de imediato a importância e a utilidade daquele documento, o oficial britânico não perdeu tempo em enviá-lo para Londres, onde o fez imprimir à sua custa e sem qualquer autorização do Estado Maior Português,³³⁵ na oficina de Samuel John Neele, a 12 de Agosto de 1813.³³⁶ No mesmo dia, Neele imprimia a também célebre “Planta Redonda do Porto”, dedicada ao Brigadeiro Trant por George Balck, o seu suposto autor.³³⁷

Já em Portugal e estando em posse das cópias impressas, Trant enviou alguns exemplares para a Secretaria de Estado da Guerra que, não tendo tido conhecimento da impressão, nem dado tal autorização, ordenou a confiscação de toda a edição impressa em Londres. No processo individual de Custódio Gomes de Villasboas (tio), no Arquivo Histórico Militar, encontra-se o registo de um ofício datado de 21 de Outubro de 1852, enviado pelo Ministério da Guerra, no nome do Marechal Saldanha, para o Comandante Geral do Corpo de Engenheiros, que nos esclarece um pouco mais acerca da recepção do mapa impresso.

Neste ofício, com carácter “urgente”, eram pedidas informações sobre as cópias do mapa mandado imprimir por Trant, existentes no Arquivo Militar. A resposta do General F. da Silva Costa, Comandante Geral do Corpo de Engenheiros, era clara: existia um original em duas folhas, assim como duas cópias, também em duas folhas, todos manuscritos; para além destes exempla-

res, ainda existiam quarenta exemplares impressos em Londres.³³⁸ Este interesse ganha maior expressão se tivermos em conta que o primeiro governo regenerador tomara posse nesse ano de 1852, e iniciavam-se uma série de projectos de obras públicas, com o intuito de promover o desenvolvimento do País, nomeadamente através da construção de estradas e caminhos, portos marítimo e fluviais, pontes, caminhos de ferro, etc., especialmente após a criação do Ministério das Obras Públicas Comércio e Indústria, em Agosto desse ano, e levados a cabo, pelo menos em grande parte, pela Engenharia Militar. Naturalmente que, muitos destes projectos, se desenvolveriam na Província de Entre Douro e Minho, pelo que a cartografia seria um importante instrumento de planeamento territorial e sócio-económico, daí que também seja possível relacionar este renovado interesse pelo “mapa de Trant”, com o desenvolvimento das obras públicas naquela província, levado a cabo pela Regeneração.

A este propósito, refira-se que Filipe Folque, o técnico responsável pelo levantamento da *Carta Chorographica do Reino*,³³⁹ solicitava autorização para proceder à demarcação dos limites das freguesias e dos concelhos, bem como levantar a respectiva *Carta Chorographica*, em todos os concelhos cobertos com triangulações secundárias. A sua pretensão seria atendida pouco depois, tendo o Ministério do Reino autorizado o levantamento da dita carta, nos distritos administrativos.³⁴⁰ Assim sendo, o mapa poderia constituir uma boa base de trabalho preparatório para se iniciarem os levantamentos.

Há, ainda, uma terceira hipótese que pode explicar o interesse da Administração Central no mapa “Trant”. A partir de 1851, os governos de Portugal e de Espanha, tendo em vista a assinatura de um tratado de reconhecimento dos limites daqueles dois países, concertaram esforços, no sentido de estabelecer comissões mistas para o levantamento cartográfico da fronteira luso-espanhola. As primeiras equipas desenvolveram os seus trabalhos na fronteira do Minho, entre 1856-1863 e, no ano seguinte, foi assinado o “Tratado de Limites” pelos dois países ibéricos. O mapa constituiria, então, uma boa base de trabalho, tanto mais que, a Carta Corográfica na

O ENTRE DOURO E MINHO NA CARTOGRAFIA
DO ENGENHEIRO VILLASBOAS

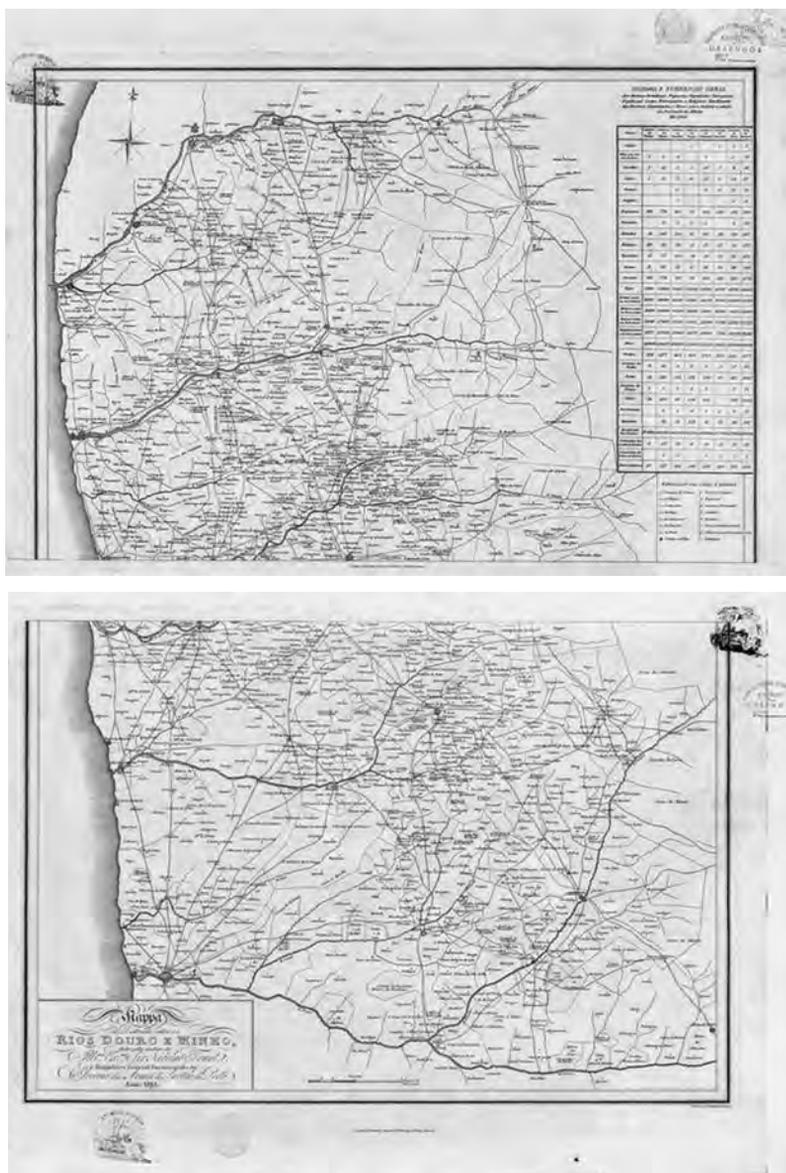


Figura 24: *Mappa dos Districtos entre os Rios Douro e Minho...*,1813, gravado por Samuel John Neele. (I.G.P.)

escala 1/100 000, útil para os levantamentos de conjunto, ainda não estava totalmente levantada.³⁴¹

Durante a nossa pesquisa, apenas encontramos referência a cinco exemplares que, presentemente, se conservam no Instituto Geográfico Português (dois), outro no Arquivo Histórico Ultramarino, o exemplar que se conserva no Serviço Histórico Militar, em Madrid e, finalmente, o exemplar da Biblioteca do Exército.³⁴² Não deixa de ser curioso notar que, nem no Arquivo Histórico Militar, nem no Arquivo Histórico de Engenharia Militar, exista qualquer exemplar desta carta impressa.

Em todo este processo, importa, para já, reter dois aspectos importantes: primeiro, a produção e/ou reprodução de cartografia de utilidade militar (com características topográficas) dependia da aprovação da Secretaria da Guerra, ou de outra instituição militar; segundo, o nosso País ainda não possuía os meios técnicos e/ou humanos necessários para empreender a gravação e impressão de cartografia, daí que o mapa tenha sido impresso no estrangeiro (em Londres, numa oficina especializada), à semelhança do que ocorreu com outros exemplares cartográficos portugueses.³⁴³

O exemplar que serve de referência nesta nossa análise, é o que se encontra no G.E.A.E.M., intitulado *Mappa do Districto entre os RIOS DOURO E MINHO, feito pela ordem do ILL^{mo}. Ex^{mo}. Sir Nicolao Trant, Brigadeiro General Encarregado do Governo das Armes do Partido do Porto. Anno 1813.*³⁴⁴ Trata-se de um mapa impresso a p&b sobre papel, em duas folhas separadas, a metade Norte e a metade Sul da Província, cada uma com dimensões aproximadas 60 x 44 cm. O mapa encontra-se envolvido por uma dupla esquadria, uma primeira com duplo traço fino, a segunda com um traço a cheio entre dois traços finos. Fora da dupla esquadria, na parte central da folha Sul da Província, encontra-se a inscrição: *London. Published August 12th. 1813 by S. J. Neele, Strand*, logo secundada de outra informação sobre o impressor, colocada no canto inferior direito da mesma folha *Neele sc 352 Strand. London*. Desta forma, não resta qualquer dúvida sobre a identidade do gravador/impressor, nem do aproveitamento do mapa como importante veículo publicitário para o seu trabalho.

Quanto ao mapa propriamente dito, este figura o território da Província de Entre Douro e Minho. Dentro da “mancha gráfica”, existe uma rosa-dos-ventos, colocada no canto superior esquerdo. Na parte inferior, no centro, foi colocada uma escala gráfica de *2 legoas de 18 ao grao*, aproximadamente 1/ 196 000 e inclui, ainda, um *Quadro e Numeração Geral das diversas Jurisdicções, Freguesias, Dignidades Paroquiaes, População, Corpo Eclesiastico e Religioso Rendimento dos Dízimos Commendas e Feiras para indicar o estado da Provincia do Minho Em 1800*, colocado no canto superior direito; imediatamente por baixo, dentro de um pequeno quadro, foi expressa a *Explicação das Cores e Signaes*, ainda que o mapa não tenha cor.³⁴⁵

A restante legenda, comporta um espaço para as cores que identificariam a diferentes comarcas da Província, seguido dos símbolos das *Cidades e Villas, Lugares arruados, Freguesias, Conventos Paroquiaes, Conventos, Ermidas, Cazas e Quintas notaveis, Sítios em que pode acampar tropa e Estalagens*. Na globalidade, mantinha-se a hierarquia patente nas diversas variantes manuscritas.

Quanto aos fenómenos representados neste exemplar, mantém-se a divisão administrativa, numa versão muito idêntica à do mapa de 1794, apresentando os limites geométricos, ainda que a ausência de cor não permita fazer a delimitação correcta de cada uma das comarcas da Província. Contrariamente a todos os outros exemplares, o relevo não foi representado, apenas está identificado, tendo o gravador inscrito o nome dos acidentes orográficos segundo a sua localização, à semelhança da maioria das versões manuscritas.

A configuração geral da rede hidrográfica não parece ter sofrido alterações significativas, comparativamente aos exemplares manuscritos, salientando-se, contudo, o facto de não estarem representadas as obras de encanamento rio Cávado, em Esposende, o que, em princípio, poderá filiar este mapa na versão de 1794-95.

As pontes estão identificadas, mas as barcas de passagem não foram todas representadas, pelos menos nos rios Minho e Douro, embora tenham sido assinaladas as do rio Cávado. A rede viária, parece estar completa. Os restantes fenómenos figurados, quase

representam uma continuidade em relação aos exemplares manuscritos, destacando-se, mais uma vez, as fortificações da Província, nomeadamente os fortes do litoral, bem como os que se localizavam ao longo do vale do rio Minho, em ambas as margens e os do interior da Província (Portela do Extremo). Quanto aos elementos económicos, para além da levada de água e os moinhos da serra de Arga, também foram representadas as duas fábricas de papel no rio Vizela.

A configuração geral da mancha gráfica, o espaço cartografado nas duas folhas (metades Norte e Sul da Província), os elementos representados, a configuração específica das foz dos rios Lima e Cávado, assim como a representação de Viana e da cidade do Porto (apesar de na versão “Trant”, figurar uma ponte, o que só aparece figurado na cópia conservada em Vincennes), a localização das fábricas de papel no rio Vizela, e o facto de o quadro demográfico-estatístico reportar-se ao ano de 1800, indica-nos que o exemplar manuscrito ao qual Trant teve acesso, deve ter sido semelhante ao do A.H.M, ou de uma variante próxima.

Em 1832, surgiu uma nova versão impressa do *Mapa da Província*, da qual ainda subsistem, pelo menos, cinco exemplares. Destes, três conservam-se no G.E.A.E.M. (um exemplar está incompleto), um na Biblioteca Pública Municipal do Porto e um outro no Instituto Geográfico Português.³⁴⁶ Nesta análise, utilizaremos, preferencialmente, os exemplares que representam toda a Província de Entre Douro e Minho, existentes no G.E.A.E.M.

Os mapas têm por título *Carta da Província do Minho por J.B.P. 1832*. São mapas impressos a preto (litografados), com dimensões totais aproximadas de 91 x 66 cm – correspondendo à junção de 4 folhas, no caso do mapa sob a cota 3061/I – e 94 x 66 cm, para o exemplar 3061/II, composto por doze folhas coladas sobre tela, permitindo dobrá-lo e guardá-lo mais facilmente, assemelhando-se a um “mapa de campo” (figura 25).

O mapa não possui legenda, mas inclui uma rosa-dos-ventos no canto superior esquerdo, cujo desenho é muito semelhante ao da versão “Trant”; também não foi incluído qualquer quadro estatísti-

O ENTRE DOURO E MINHO NA CARTOGRAFIA
DO ENGENHEIRO VILLASBOAS



Figura 25: J.B.P - *Carta da Provincia do Minho*, 1832 (G.E.A.E.M.)

co relativo à Província. O título e o nome do suposto autor foram inscritos no canto inferior esquerdo da folha SW da Província, assim como uma escala gráfica de três léguas (=12,1 cm) que nos permite calcular a escala em cerca de 1/153 000. Na folha SE, foi inscrito o nome do gravador/impressor e o local de impressão: *Lemos fecit. na O.R. Lith.*

A propósito da sua gravação, devemos ter em conta que a Oficina Régia Litográfica (*O.R. Lith.*) foi criada em 1824, sendo dois dos seus principais impulsionadores os ministros liberais Mouzinho da Silveira, que desempenhou, como se sabe, um importante papel na reforma administrativa de 1836, e Cândido José Xavier que, desde Paris, dava conta das vantagens para o nosso País, em instituir uma oficina litográfica, que representava, na altura, uma importante inovação na técnica da impressão.³⁴⁷ A indicação *Lemos fecit.*, deverá referir-se a A. C. Lemos, cuja litografia se situava no Largo do Quintela nº 1, em Lisboa, responsável pela litografia da *Planta Topographica da Cidade do Porto [...] em 1839* de J.C. Lima e da *Planta Militar do Porto*, onde assina A.C. de Lemos Lith, Off. R. Lith.³⁴⁸

Numa primeira análise, a imagem da Província de Entre Douro e Minho, ainda que numa escala diferente, parece manter-se inalterada, quando comparada com os exemplares das versões anteriores, quer as manuscritas, quer as versões impressas.

Quanto aos fenómenos figurados no mapa salienta-se, de imediato, o facto de não ter sido representada qualquer divisão administrativa ou política. O relevo foi figurado por *hachures* e os montes e as serras foram identificados com o respectivo nome, podendo-se estabelecer uma oposição entre a parte Norte da Província, mais montanhosa e a parte menos montanhosa, do Sul. A rede hidrográfica parece bastante completa, ainda que o autor não tenha identificado algumas das principais linhas de água. Também não foram representadas as obras de encanamento do rio Cávado, em Esposende, o que permitirá filiar este mapa, mais remotamente, na versão de 1794-95, pois esta ainda não figurava aquelas obras, ou, mais recentemente, na carta impressa em Londres, a pedido do Brigadeiro Trant.

As pontes estão identificadas, mas as barcas de passagem não foram todas representadas, pelos menos nos rios Minho e Douro, embora tenham sido assinaladas as do rio Cávado, à semelhança do “mapa Trant”. A rede viária parece estar completa. Os restantes fenómenos figurados, não sofreram qualquer alteração de registo.

Ainda que não nos tenha sido possível, pelo menos para já, identificar o autor a partir das suas iniciais, J.B.P., o que seria muito importante para compreendermos os objectivos tidos em conta para uma nova impressão do *Mapa da Provincia*, tentaremos reconstituir, o melhor possível, o contexto que terá estado na origem da construção desta nova versão do mapa.

Como se sabe, naquele ano de 1832, iniciou-se o cerco da cidade do Porto, após o desembarque das tropas liberais, lideradas pelo próprio D. Pedro IV. Se, por um lado, a estratégia do Estado Maior liberal passava por controlar o País, a partir da cidade do Porto, seria de admitir a possibilidade de se travarem combates e movimentações militares no território da Província de Entre Douro e Minho, o que de facto se verificou. Por outro lado, as forças absolutistas, que já se encontravam naquela Província, também necessitariam daquele mapa, a fim de preparem as suas movimentações. A admitir esta hipótese, a autoria do mapa poderia ser atribuída a qualquer uma das partes envolvidas na guerra civil. De qualquer modo, devemos fazer o paralelismo com um outro mapa, existente no Instituto Geográfico Português, intitulado *Carte Topographique Militaire des Lignes au Nord et au Sud du Douro...*, também litografado por Lemos e impresso na Oficina Régia Litográfica, no ano de 1833.³⁴⁹ Existe, ainda, na Câmara Municipal do Porto-Casa Vitorino Ribeiro, a *Carta Topographica das linhas do Porto*, levantada e publicada pelo Coronel Moreira mas litografada por Lemos.³⁵⁰ Como se pode observar, ao gravador poderia ter sido encomendada a realização de alguns mapas para fins militares. Admitindo que as forças absolutistas controlaram a Oficina Régia, pelo menos até meados de 1833, teríamos de atribuir a ordem de impressão do mapa ao governo de D. Miguel, para fins militares.

Para além desta hipótese de contextualização, podemos admitir uma outra, que se relaciona com a preocupação sentida pelos primeiros governos liberais em dar continuidade à reforma administrativa-judicial que, como já referimos, tinha sido planeada, e de certo modo iniciada, na última década do século XVIII, pois só assim seria possível implementar os novos ideais. Após a discussão parlamentar para a elaboração da Constituição, que previa uma divisão territorial em províncias e concelhos, a Comissão de Estatística das Cortes Legislativas de 1823, liderada por Marino Miguel Franzini, ficou responsável pela implementação desta reforma, que implicava uma profunda reestruturação da divisão territorial, desde os novos limites das províncias, concelhos e também das paróquias que, no entanto, não chegou a ser concretizada.³⁵¹ Saliente-se que, Marino Miguel Franzini, era um profundo conhecedor da cartografia existente no Arquivo Militar, uma vez que havia sido desenhador/copiador naquela instituição.

Toda esta discussão é interrompida, quando D. Miguel sobe ao trono e restabelece o regime absolutista. Ainda que um tanto paradoxalmente, foi o período da guerra civil (1832-34) que permitiu ao ministro Mouzinho da Silveira implementar as reformas administrativas, há muito reclamadas pelos políticos liberais. Estas foram conseguidas, através da promulgação de três Decretos de Lei: o primeiro, datado de 16 de Maio de 1832, o segundo, de 28 de Junho de 1833 e o terceiro, de 3 de Junho de 1834, sendo estes os mais importantes para se compreenderem as alterações introduzidas nos novos “desenhos” e configurações dos limites administrativos, sobretudo no que respeita às províncias e às comarcas, já que as alterações nos limites dos concelhos e das paróquias foram menos significativas. Refira-se, a propósito, que os enclaves territoriais existentes, apontados como importantes obstáculos para a aplicação da justiça, foram, com a reforma territorial de 1834, finalmente, suprimidos ou reduzidos.³⁵² De qualquer modo, só pela lei de 25 de Abril de 1835 (na prática uma nova reforma territorial), se originou o moderno sistema administrativo, baseado em distritos, concelhos e freguesias.

Neste contexto, o mapa de J.B.P., poderá ter sido utilizado na(s) reforma(s) administrativa(s) expressa(s) na legislação do período da guerra civil e implementada nos anos seguintes, tendo conduzido a uma constante reformulação da divisão territorial.

Independentemente das razões iniciais que levaram à gravação e impressão desta versão do mapa de Villasboas, a sua utilização não ficou por aqui. De facto, os indícios que se encontram nalguns dos exemplares conhecidos, permitem-nos afirmar que foi esta a versão distribuída e usada pelas autoridades, tanto civis como militares, na tentativa de sufocar aquela que ficou conhecida como a “Revolta do Minho” em 1846, na prática uma nova Guerra Civil.

Ao analisarmos com mais detalhe o exemplar que se encontra no G.E.A.E.M. com a cota 3601/II (exemplar de campo), verificamos que figura, sobretudo na parte Sul da Província, alguns topónimos acrescentados a lápis, entre os quais o de “Felgueiras”, “Paços de Ferreira”, “Barrosas”, “Negrellos”, “Paredes”, “Louzada”. Estas anotações, parecem relacionar-se com os itinerários seguidos pelas colunas militares enviadas a partir da cidade do Porto pelo governo de Costa Cabral, no sentido de controlar os revoltosos. Efectivamente, podemos estar na presença de um documento utilizado pelas autoridades governamentais ou militares, no sentido de identificar e localizar as povoações revoltosas.³⁵³

O facto de o mapa estar seccionado em 12 partes coladas sobre tela de forma a transformar um mapa de gabinete num mapa de campo, denuncia o seu uso no terreno, o mesmo sucedendo com o exemplar que se encontra na B.P.M.P., e que sabemos terá pertencido ao Governo Civil do Porto, cujo Governador era, em 1846, a autoridade que coordenava as acções político-militares de contra-revolução.

O Mappa da Província do Minho d’ Entre Douro e Minho, na sua versão impressa em Londres, vai conhecer uma nova imagem, já na segunda metade do século XIX, dilatando o seu prazo de sobrevivência e de utilidade.

O novo exemplar é, em tudo, muito idêntico à “versão Trant”, que lhe terá servido de base, pelo que o podemos qualificar de có-

pia. Verifica-se, no entanto, uma alteração nalgumas das palavras do título, já que o novo gravador substituiu as palavras *Nicolao* por *Nicolau* e *armes* por *armas*, denominando-se agora *Mappa do Districto entre os RIOS DOURO E MINHO feito por ordem do ILL^{mo}. Ex^{mo}. Sir Nicolau Trant, Brigadeiro General Encarregado do Governo das Armas do Partido do Porto. Anno 1813*³⁵⁴ (figura 26).

Trata-se de um mapa impresso a preto sobre papel, numa só folha, de dimensões aproximadas 70 x 50 cm, enquadradas numa esquadria dupla, a traço fino, no interior, e mais largo, no exterior. Na parte externa da esquadria, em baixo, foram apagadas as referências ao anterior impressor, apresentando, agora, no canto inferior esquerdo, sob o título, a indicação *Novamente gravado e publicado no Deposito dos Trabalhos Geodesicos em 1861*, completado com o nome do gravador, no canto inferior direito, *Rebello g^r*³⁵⁵. Dentro da mancha gráfica e ainda na parte inferior do mapa, encontra-se uma escala gráfica de duas léguas de 18 ao grau, que nos permite calcular a escala do mapa em cerca de 1/193 000.

Os fenómenos figurados no mapa, bem como a sua representação gráfica, não sofreram qualquer alteração significativa, comparativamente à versão de 1813, pelo que não vamos proceder a uma análise exaustiva do seu conteúdo, centrando a nossa análise, preferencialmente, no contexto que conduziu à necessidade da sua reimpressão.

Em nossa opinião, esta reimpressão surge para se adequar às necessidades da *Direcção dos Trabalhos Geodésicos e Topográficos*, que incluíam o necessário reconhecimento territorial e a sua representação cartográfica, na sequência da política de fomento económico e de obras públicas, dirigida por Fontes Pereira de Melo. Pese embora esta política, que ficará conhecida como “fontismo”, tenha sido iniciada durante a década de 1850, a partir da década seguinte, iniciaram-se muitas obras públicas, um pouco por todo o País. Entre as mais importantes, destaca-se o projecto de levantamento topográfico à escala 1/100 000 a *Carta Chorográfica do Reino*, apoiado numa base de triangulação geodésica.

Devemos ter em conta que, no início da década de 1860, os levantamentos cartográficos preparatórios, para a elaboração da

Carta Geral do Reino, apesar de já iniciados noutras áreas do país e de as primeiras folhas já terem sido impressas, nomeadamente a folha de Sintra, ainda não se tinham concretizado nos distritos do Noroeste português, o que só virá a acontecer nas décadas seguintes, pelo que será legítimo, relacionar a necessidade de reimpressão do mapa, com a preparação para estes trabalhos. Além deste projecto, destaca-se ainda a construção da Carta Geológica e o desenvolvimento de políticas florestais. A intenção passava por aproveitar um recurso endógeno e, desse modo, promover o crescimento da economia nacional.

Este projecto de promover a floresta portuguesa, coordenado pela *Direcção Geral dos Trabalhos Geodésicos* (mais tarde constituído em *Instituto Geográfico*), iniciado em 1866, culminou com a apresentação do *Relatório Acerca da Arborização Geral do Reino*, em 1868, reunindo o trabalho preparatório de vários anos, levado a cabo por engenheiros de várias especialidades, em todo o território continental português. Convém referir que o projecto de florestação implicou um verdadeiro plano de (re)conhecimento e de inventariação territorial, e de capacidade de uso de solo, onde a cartografia dava um importante contributo, não apenas como suporte para os trabalhos de campo, mas também como forma de materializar os levantamentos efectuados e as conclusões obtidas.³⁵⁶ É particularmente elucidativo o facto de, anexo ao supracitado *Relatório*, surgir um mapa dos incultos de Portugal na escala 1/500 000.³⁵⁷

Para além do trabalho de inventariação da ocupação do solo florestal ou da extensão dos incultos e, porque o corpo técnico-científico especializado era, nesta altura, muito incipiente e estava mal preparado para desempenhar tal função, tomou-se a decisão de aproveitar estes trabalhos para desenvolver, em simultâneo, os outros projectos como a triangulação geodésica, e a carta geológica, daí também, o facto de algumas das informações contidas no *Relatório*, terem sido coligidas por engenheiros militares, engenheiros geógrafos, agrónomos e silvicultores.³⁵⁸ Na sequência destes trabalhos, foi elaborada alguma cartografia da Província de

Entre Douro e Minho, pelos técnicos responsáveis ali a trabalhar e que poderiam ter utilizado este mapa como base.³⁵⁹

Quanto ao mapa “Trant”, na sua versão impressa no Depósito dos Trabalhos Geodésicos, fica clarificada a sua utilização como mapa de campo, assim como mapa de base para a elaboração de cartografia temática, na sequência dos trabalhos desenvolvidos entre 1867-1868. Assim, socorrendo-nos uma vez mais do *Relatório...*, constatamos que o engenheiro J. Thomaz da Costa, utilizou a folha Norte do “mapa Trant” como mapa de base, para aí lançar as manchas de solo agrícola.³⁶⁰

Deste modo, parece-nos plausível que uma das principais razões justificativas para a reimpressão do “mapa Trant” em 1861, para além de todos os restantes projectos eminentemente de carácter cartográfico, também parece estar relacionada com esta política de fomento agro-florestal. De qualquer forma, devemos ter em conta que, antes da edição das folhas da *Carta Chorografica do Reino* na escala 1/100 000 – o que no caso da Província de Entre Douro e Minho só se concretizou no último quartel do século XIX³⁶¹ – o *Mapa da Província* era, tanto nas suas edições impressas, como nas suas diversas variantes manuscritas, a melhor, a mais fiável e a mais completa imagem cartográfica daquela província portuguesa.

Nesta sequência da utilização da cartografia, como instrumento de planeamento de obras públicas, devemos fazer referência à existência de três mapas insertos na obra de José Vieira “O Minho Pitoresco”.³⁶² São três exemplares impressos representando, respectivamente, os distritos de Viana do Castelo, de Braga e do Porto, cujo fenómeno principal parecem ser as infra-estruturas rodo e ferroviárias já construídas e a construir nos anos seguintes, complementando a política de fomento iniciada anteriormente pelo governo português.³⁶³

A *Carta do Districto de Vianna do Castello com a Indicação das Novas Estradas das Tres Ordens*, em 30 de Junho de 1883, é um mapa colorido, com cerca de 28 x 40 cm, com uma escala aproximada de 1/200 000. O mapa figura os concelhos que pertencem ao distrito de Viana do Castelo, identificados por cores

diferentes, ainda que o principal fenómeno representado fosse as vias de comunicação terrestres, as existentes e aquelas que estavam a ser planeadas, onde se incluía a linha de caminho de ferro de Viana a Valença.

O fundo do mapa (admitindo que possa ser na variante do “Depósito dos Trabalhos Geodésicos”), tal como alguns dos fenómenos figurados – nomeadamente o relevo (embora só tenham sido registados os nomes dos principais acidentes orográficos e não a sua figuração gráfica), a rede hidrográfica, os topónimos e os fortes do Alto Minho, parecem corresponder ao “mapa Trant”.

A *Carta do Districto de Braga – Indicações das Novas Estradas até 1884* é, também, um mapa colorido, com dimensões aproximadas de 30 x 48 cm, sendo a sua escala cerca de 1/200 000. Este mapa é a “continuação” do anterior, destacando-se as vias de comunicação terrestre a desenvolver, no distrito, naqueles anos.

Finalmente, a *Carta do Districto do Porto com a Indicação das Novas Estradas até 1885*, também colorido, de dimensões aproximadas de 27 x 40 cm e figurando duas escalas, uma gráfica e outra numérica (cerca de 1/200 000), completa a imagem da Província de Entre Douro e Minho.³⁶⁴

Uma vez analisados os diferentes exemplares cartográficos, decidimos sintetizar as principais observações num quadro resumo (quadro 2):

Uma primeira conclusão a retirar da confrontação dos exemplares manuscritos das versões de 1794-1796 e de 1798, é o facto de possuírem uma escala semelhante, variando entre 1/96 500 e 1/97 200. A escolha da escala dos mapas foi abordada pelo Brigadeiro Villasboas (tio), na carta que enviou ao Abade Correia da Serra, em 1789. Aí, foi sugerido um “petipé de 2 polegadas até 2 emeia por legoa”, cerca de 1/110 000 a 1/90 000, considerando-se a légua comum de 18 ao grau – porque essa era, aproximadamente, a escala utilizada no projecto de levantamento cartográfico de França.³⁶⁵

Naturalmente, a definição da escala de um mapa é sempre uma opção consciente, premeditada e cuidada, pois dela depende o número e o tipo de fenómenos representados e, por consequência, o número de símbolos a incluir, bem como o grau de pormenor do

Quadro resumo das principais características dos diferentes exemplares do Mapa da Província d'Entre Douro e Minho

Características específicas	B.N.L		A.H.M		Mapas A.H.E.M.			Mapas I.G.P		Trant	J.B.P	D.T.G	Minho Pioressco	S.H.A.T
	Data 1794		Nº 1892 I-II-III	Nº 1889 Franzini	Nº 1890	Nº 1891	Data 1798	Data 1804	Data 1813					
Nº de Folhas	1	3/4	3	1	1	1	1	1	2	varia c/ exemplar	1	3	3 (inc.)	
Posto Militar do Autor	---	Majôr	Majôr	Majôr	---	Majôr	1º Tenente	1º Tenente	---	---	---	---	---	
Divisão Administrativa	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim (Atualizada)	Sim	
Qd. Estatístico	Ano 1794	Ano 1800	Não	Ano 1794	Ano 1794	Ano 1794	Ano 1798	Ano 1798	Ano 1800	Não	Sim 1800	Não	?	
Encanamento do rio	Sim	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não (Ilha)	Não (Ilha)	Não (Ilha)	Não	?	
Fábricas de papel no rio Vizela	Duas	?	?	Uma	Duas	?	Duas	Duas	Duas?	Duas	Duas	Não	Uma	
Moinhos serra d'Arga	Sim	Sim	Sim	?	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	
Feiras	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim	
Configuração Porto, Viana ^{*1} ;	X	X	?	?	?	?	Não	Não	X	X	X	Não	X	
Simbologia convenções	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	?	
Orientação	---	Canto Inf. Esq.	Canto Inf. Esq.	Canto Inf. Esq.	?	?	Canto Sup. Lado Esq.	Canto Sup. Esq.	Canto Sup. Esq.	Canto Sup. Esq.	Canto Sup. Esq.	Canto Sup. Esq.	?	
Escala ^{*2}	1/96.500	---	1/97.200	1/148000	1/97.200	1/96.500	1/97.200	1/96.500	1/196.000	1/153.000	1/193.000	1/200.000	1/97.500	

*1 – Decidiu-se comparar a configuração da cidade do Porto e da vila de Viana porque, nalguns exemplares, não foram figurados com o símbolo correspondente ao da legenda, antes tiveram uma figuração própria.

*2 – Cálculos aproximados, realizados a partir das informações contidas nas escalas gráficas, figuradas nos respectivos exemplares.

mapa. No entanto, essa opção estará condicionada pelos objectivos a atingir pelo mapa e, naturalmente, pelas condições técnicas da época.³⁶⁶

No caso deste mapa, pretendia-se proceder a um reordenamento administrativo da Província de Entre Douro e Minho, pelo que seria fundamental observar, num só golpe de vista, todo o território. Assim, esta escala combinaria as características ideais, já porque possibilitava um bom pormenor topográfico, permitindo um levantamento mais ou menos rigoroso de diferentes fenómenos, já porque o mapa teria as dimensões ideais, adequadas ao tamanho do papel: “feita esta divizão ficção as larguras dos dous Mappas [as duas folhas da Província do Minho] de 8 ou 10 legoas, e correspondem bem á largura do papel”.³⁶⁷ A escolha da escala pode ter estado mais facilitada pelo facto do processo de levantamento, os métodos, os aparelhos e as técnicas utilizadas, já terem sido testados e comprovados em França.

A segunda constatação, relativamente aos mapas manuscritos, diz respeito à possibilidade de terem existido, não uma, mas duas versões diferentes do mapa de 1794-96. Desta forma, uma das versões corresponderia ao exemplar da Biblioteca Nacional de Portugal que figura as obras de encanamento do rio Cávado, pelo que seria posterior a 1796. Os mapas nº 1890 do G.E.A.E.M., admitindo que foi copiado a partir de um outro modelo, confirmam a existência desta versão.

Por sua vez, o exemplar conservado no A.H.M., apesar de se poder datá-lo de um ano posterior a 1805, deve ser cópia de um exemplar que, ao contrário do exemplar da B.N.P, não figura as obras na foz do rio Cávado. O quadro estatístico referente a 1800 (e não a 1794) pode ter correspondido a uma actualização dos valores demográficos sem, no entanto, se ter procedido a qualquer alteração no fundo do mapa ou aos fenómenos representados. O mapa nº 1892 do G.E.A.E.M. corresponde a uma cópia desta versão. A cópia reduzida de Franzini apresenta mais aspectos comuns a esta versão do que aquela do mapa da B.N.P.

Desta forma, a versão do *Mappa da Provincia do Minho*, de 1798, corresponderia a uma versão com características próprias.

Quanto aos exemplares impressos, as suas escalas variam entre 1/150 000 e 1/200 000, pelo que a definição da escala deve ter estado ligada muito mais às condições/limitações das técnicas de impressão da época, assim como ao custo de produção.

A confrontação entre os exemplares manuscritos e os mapas impressos, evidenciam uma semelhança entre o mapa “Trant” e o mapa do A.H.M, cuja versão manuscrita, à qual Trant teve acesso, foi copiada, reduzida e impressa em Londres, em 1813. Este primeiro mapa impresso esteve na base das restantes versões, cópias e variantes impressas do *Mappa da Província do Minho*. Assim, o mapa de J.B.P, de 1832, corresponde a um aproveitamento do fundo do mapa de 1813, bem como da maioria dos fenómenos figurados e da simbologia utilizada. No entanto, o seu autor/gravador procedeu a algumas alterações, nomeadamente, ao não incluir o quadro estatístico nem a divisão administrativa.

O mapa do Depósito dos Trabalhos Geodésicos corresponde, como já se disse, a uma reimpressão/regravação do mapa “Trant”, pelo que foram escassas as alterações introduzidas. Por sua vez, os mapas insertos no *Minho Pitoresco* correspondem a uma utilização do fundo do mapa “Trant”, mas as alterações introduzidas foram significativas, desde logo, a rede hidrográfica sofreu alguns ajustes e a divisão administrativa figurada já não era a do Antigo Regime, mas sim as novas demarcações liberais, representando os distritos e concelhos.

A cópia manuscrita conservada no S.H.A.T, parece incorporar a maior parte das características do mapa “Trant”, mas assinala algumas feiras, que só foram representadas na versão de 1798.

Esta análise às sucessivas versões do *Mappa da Província do Minho de Entre Douro e Minho* e respectivas variantes manuscritas e impressas, permite-nos compreender que estamos na presença de um mapa regional, que representa um “salto” qualitativo na representação cartográfica desta Província, mercê, certamente, dos avanços técnicos que entretanto se foram processando na cartografia, particularmente nos levantamentos terrestres, instrumentos de medição, etc. Sabemos, pelo próprio autor, que as novas técnicas

foram utilizadas no levantamento do mapa, pelo menos da versão de 1798. Os progressos na formação académica e técnica dos engenheiros militares e no maior empenho e interesse por parte da Administração Central no aumento do (re)conhecimento cartográfico do território nacional, permitiram também, como é óbvio, a evolução qualitativa da cartografia de que temos vindo a falar.

Para além destes factores, há que ter conta todo o contexto geopolítico e geoestratégico da época, que fazia pairar, a ameaça de invasão do território português por forças estrangeiras, pelo que era necessário elaborar planos de defesa e ataques militares, ou de reordenamento das estruturas militares, o que implicaria um novo reconhecimento do território, apoiado em cartografia actualizada. Estes propósitos militares, mantiveram-se aquando da Guerra Civil, em 1832-1834. Bem como aquando das Revoltas da Maria da Fonte e da Patuleia, entre 1846 e 1847.

Tendo em conta estas características, parece-nos que a utilização militar do *Mappa da Província d' Entre Douro e Minho*, ainda que de forma indirecta, também terá passado pelo planeamento e reestruturação da organização militar daquela província. A este propósito, convém referir o relatório elaborado por Neves Costa, também ele um engenheiro militar contemporâneo de Villasboas, em 1841. Neves Costa, fora incumbido, em 1837, de examinar os documentos cartográficos e topográficos existentes no Arquivo Militar, com o intuito de se proceder à elaboração de um plano nacional de defesa militar. Ao examinar os documentos da Província do Minho, Neves Costa refere-se ao mapa de Villasboas como sendo a melhor das cartas existentes para aquela província, ainda que pelas suas características, não constituísse uma boa representação militar do território, tal não significando que, no início do século XIX, o mapa não desempenhasse uma boa função militar.³⁶⁸

De qualquer modo, temos de ter em conta que este mapa constituiu, durante muitas décadas, a melhor imagem cartográfica do Entre Douro e Minho (mas não a única), justificando-se, por isso, as suas várias versões, até porque o mapa poderia servir vários objectivos, instituições e personalidades. No entanto,

salientamos que, especialmente as variantes impressas, tanto a inicial de 1813, como a versão de 1832, a de 1861 e a versão de 1885, justificaram-se, mais pela necessidade de “planeamento/ordenamento territorial” por parte do Estado, do que para fins directamente militares, o que coloca o mapa como antecessor da cartografia topográfica nacional.

CAPÍTULO V

O Alto Minho em finais do século XVIII: demografia, economia e estratégia militar

Quando iniciámos este trabalho, definimos, como um dos nossos objectivos prioritários, demonstrar a utilidade da cartografia antiga como fonte para a reconstituição da História das Populações, considerada no sentido do passado de uma comunidade. Assim, este capítulo, deverá ser entendido como um exercício de desconstrução do *Mappa da Província do Minho d' Entre Douro e Minho* de Custódio José Gomes de Villasboas,³⁶⁹ especialmente enquadrada numa perspectiva de Geografia Histórica das Populações, ainda que, a análise isolada de cada um dos fenómenos representados no mapa, ou as diferentes combinações entre si, tenham determinado as temáticas abordadas.

No entanto, e como já o afirmámos, esta análise não se estendeu a toda a Província, restringindo-se ao Alto Minho. Esta nossa opção foi determinada pela existência de dois exemplares cartográficos e de três diferentes memórias e relatórios sobre este espaço, realizados pelo engenheiro Villasboas. Assim, quando nos referirmos ao *Mappa da Província do Minho*, também estamos a considerar estes mapas do Alto Minho.

Como se disse, o corpo principal deste capítulo assenta na análise de cada um dos fenómenos figurados no *Mappa da Província do Minho*. Deste modo, a metodologia mais apropriada passou pela análise da sua figuração cartográfica. Assim, sob um fundo de mapa actual, reconstituímos os elementos físicos, como o relevo ou a rede hidrográfica, e os elementos humanos, como a rede viária,

a distribuição do povoamento, etc. A altitude e, de certa forma, o relevo foram representados pelas áreas superiores aos 400m o que nos parece adequado para demonstrar a grande irregularidade topográfica da região, assim como para podermos fazer a oposição entre o povoamento de “montanha” e de “vale”.³⁷⁰ Estas áreas correspondem, grosso modo, aos principais acidentes orográficos figurados por Villasboas. Assim, no território entre os rios Minho e Lima, partindo do litoral para o interior, sucedem-se as serras de St^a. Luzia, serra d’Arga, serra do Sopo, serra da Labruja, serra de Miranda e, finalmente, a serra da Peneda. A sul do rio Lima, foram identificadas as serras da Padela, Oural, Amarela e Gerês.

No que concerne à rede hidrográfica, decidimos figurar apenas os rios que consideramos principais (normalmente associados à distribuição do povoamento e das actividades agrícolas), de modo a reduzirmos a margem de erro da reconstituição, uma vez que o autor não identifica todos os cursos de água, ao mesmo tempo que não sobre-carregávamos a imagem cartográfica. Quanto à rede viária, procurou-se seguir, o mais fielmente possível, os traçados propostos por Villasboas. Contudo, as ligações entre as diversas localidades seguem percursos um pouco diferentes daqueles que eram utilizados em 1798 e que, entretanto, caíram em desuso. A rede viária, como se pode observar, organizava-se em torno de 4 eixos de direcção predominante Norte/Sul – Caminha-Esposende; Valença-Braga; Valença-Barcelos e Monção-Braga – e 3 eixos Este/Oeste – Melgaço-Caminha; Lindoso-Viana; Portela do Homem-Esposende, mas ligando um grande número de pequenas localidades.

Optámos por não figurar isoladamente cada um dos fenómenos representados, procurando, antes, combiná-los entre si, formando uma base cartográfica composta pelos elementos topográficos/corográficos, à qual se associou cada um dos fenómenos humanos representados, nomeadamente, a distribuição do povoamento, os elementos económicos e os elementos militares.

Na análise da distribuição da população decidiu-se representar, por símbolos gráficos diferentes, cada uma das tipologias de povoamento definidas por Villasboas na legenda do *Mapa da Província*.

No entanto, para completarmos a nossa análise, elaborámos um mapa da distribuição da população, onde se figuraram os valores absolutos da população, por freguesia, coligidos por Villasboas, no *Cadastro da Província do Minho em 1794*,³⁷¹ dando, assim, pela primeira vez, visibilidade espacial aos dados ali reunidos já que, em finais do século XVIII, as técnicas de cartografia temática eram, ainda, muito insipientes, pelo que, habitualmente, os mapas acompanhavam os dados populacionais (ou outros) para os localizar, mas os dados estatísticos não eram, de facto, figurados no mapa.³⁷²

Tal como já o afirmámos, esta nossa análise não incidiu sobre todo o território da Província de Entre Douro, ficando restringindo ao Alto Minho. Desta forma, a nossa área de estudo engloba várias unidades territoriais integradas em quatro comarcas diferentes, nomeadamente:

Comarca de Valença: 1 - Vila e Termo de Valença; 2 - Vila e termo de Caminha; 3 - Concelho de Valadares; 4 - Couto de Fiães;

Comarca de Viana 5 - Vila e termo de Viana; 6 - Vila e Termo de Ponte de Lima; 7 - Vila e Termo de Ponte da Barca; 8 - Vila e Termo de Arcos de Valdevez; 9 - Vila e Termo de Vila Nova de Cerveira; 10 - Couto de Lanheses; 11 - Vila e Termo de Monção; 12 - Couto de Bertiandos; 13 - Concelho de Coura; 14 - Concelho de Sanfins; 15 - Concelho de Soajo; 16 - Concelho de Geraz do Lima; 17 - Concelho de Santo Estevão da Facha; 18 - Concelho de Rebordões; 19 - Couto de Queijada e Bolhosa; 20 - Concelho de Albergaria de Penela; 21 - Concelho de Aboim da Nóbrega; 22 - Concelho de Lindoso; 23 - Concelho de Pico de Regalados; 24 - Couto de Sabariz; 25 - Couto de Gomide; 26 - Couto de Valdreu; 27 - Couto de Cibões; 28 - Concelho de Vila Garcia; 29 - Concelho de Amares; 30 - Couto de Rendufe; 31 - Concelho de Santa Marta de Bouro; 32 - Couto de Bouro; 33 - Couto de Paredes Secas; 34 - Concelho de Terras de Bouro; 35 - Couto do Souto;

Comarca de Braga 36 - Couto da Feitosa;

Comarca de Barcelos 37 - Vila e Termo de Melgaço; 38 - Concelho de Castro Laboreiro; 39 - Couto da Correlhã; 40 - Couto de Nogueira; 41 - Couto de Gondufe.

Perfazendo um total de 159 659 habitantes, distribuídos por 340 freguesias.

Convém referir que, no caso das freguesias partilhadas por diferentes jurisdições, algumas correspondendo a freguesias ou lugares “meeiros”, isto é, quando parte de uma freguesia pertencia a um concelho e a outra parte a um outro concelho diferente, mesmo que fossem de comarcas diferentes, o valor considerado corresponde ao somatório das partes, não se fazendo qualquer distinção de jurisdições. Um exemplo ilustrativo pode ser dado pelas freguesias de Arcozelo e Rio Mau – figuradas com o total da sua população – uma vez que, parte das suas populações foi contabilizada na Comarca de Viana e a outra parte foi considerada na Comarca de Barcelos, que se situa fora da nossa área de estudo.

Os resultados obtidos a partir da comparação destes dois mapas foram, ainda, confrontados com a análise da 1ª edição das folhas do *Mapa do Reino*, na escala 1/100 000, que nos permitiu fazer um estudo mais rigoroso da distribuição do povoamento no Alto Minho, ainda que este mapa tenha surgido quase um século depois do de Villasboas.

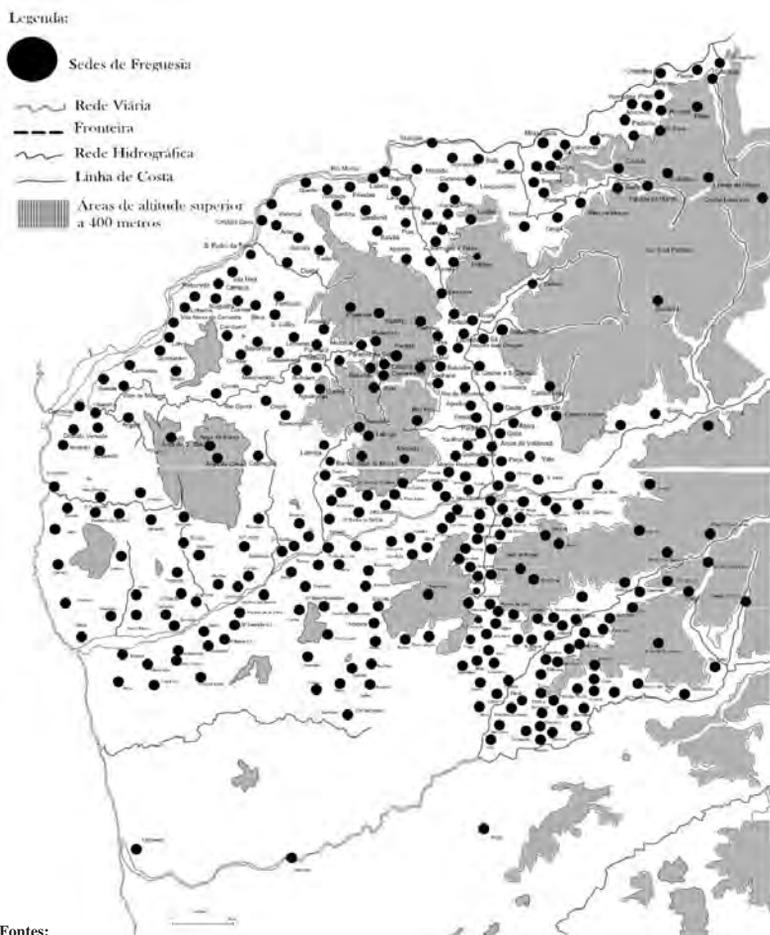
Para a reconstituição dos fenómenos económicos e militares, socorremo-nos, frequentemente, das memórias e descrições do autor, complementando a informação com alguns dados fornecidos por estudos mais ou menos recentes sobre a região e temática.

1 – A distribuição da população e o povoamento

Uma rápida análise aos exemplares manuscritos do *Mapa da Provincia* permitiu verificar que a figuração dos lugares habitados e respectivos topónimos apresentava-se com grande destaque, entre os fenómenos presentes. Daí retirámos as sedes de freguesia figuradas por Villasboas para o Alto Minho, construindo uma nova interpretação cartográfica que permite analisar a distribuição dos núcleos de povoamento (mapa 1).

A análise do mapa da distribuição das sedes de freguesia, permitiu-nos individualizar três unidades de ocupação populacional. A primeira, correspondia às áreas de relevo acidentado, a “montanha”, e de maior altitude (superior a 400 metros), localizadas no

O ALTO MINHO EM FINAIS DO SÉCULO XVIII:
DEMOGRAFIA, ECONOMIA E ESTRATÉGIA MILITAR



Fontes:

Cadastro da Província do Minho, 1794.

Mappa da Província de Entre Douro e Minho (...), 1798.

Carta de Portugal 1/ 100 000, folha n° 1 (Valença), 1966 e folha n° 5 (Braga), 1970.

Mapa 1: Distribuição das Sedes de Freguesia das “Comarcas Fronteiras da Província do Minho” em 1794

interior. As montanhas constituíam os grandes “vazios”, na medida em que, os núcleos populacionais eram em número reduzido (apenas 45 freguesias) e estes concentravam-se, especialmente, nas áreas de menor altitude. O relevo acidentado e a altitude elevada, o solo rochoso e improdutivo, e um clima mais frio, ventoso

e com abundantes precipitações (e mesmo neve), eram algumas das características das áreas de montanha que impuseram, certamente, importantes condicionantes ao povoamento humano, mas nunca constituíram obstáculos inultrapassáveis para as populações, capazes de aproveitarem os condicionanismos do meio de forma a tornar habitáveis áreas que, à partida, não o eram. As montanhas do Alto Minho constituíram um perfeito exemplo desta adaptação, tendo os habitantes procurado os vales mais amplos, as superfícies aplanadas e os locais mais abrigados, para aí fixarem o povoamento, os campos de cultivo ou as pastagens.

Tomemos como exemplo, a povoação de Castro Laboreiro, localizada na serra da Peneda, uma área de elevada altitude no extremo Nordeste do Alto Minho e isolada dos demais núcleos populacionais, onde a produção agrícola, tal como, a criação de gado se tornavam tarefas difíceis. Em 1794, apresentava uma população de 1359 habitantes,³⁷³ valor superior ao da maioria das freguesias serranas que, raramente, ultrapassavam os 600 habitantes. A sua posição permitia-lhe um controlo sobre o planalto e respectivas vias de comunicação, que se estendiam para a Galiza, servindo de entreposto entre as populações galegas e portuguesas do vale do Lima e as populações da Ribeira Minho, obtendo vantagens com a possibilidade de trocas comerciais que ali se efectuavam.³⁷⁴ Observando com mais atenção a distribuição nos núcleos populacionais no maciço da Peneda, constata-se que estes se localizam próximo dos vales mais importantes. Vejam-se no vale do rio Mouro, as freguesias de Couço, Gave, Parada de Monte e Cubalhão.

A área composta pelas serras da Bolhosa, Corno do Bico e Miranda (concelhos de Paredes de Coura, Ponte de Lima e Arcos de Valdevez), parece constituir a excepção neste padrão da distribuição do povoamento, já que aí se localizavam várias sedes de freguesia. Contudo, se observarmos atentamente as suas posições, verificamos que a maioria se situava nas cabeceiras dos vales, ou próximas de vias de comunicação importantes, restando, unicamente, três núcleos nas áreas mais isoladas deste maciço serrano.³⁷⁵ Por sua vez, as três freguesias que se localizavam na serra d'Arga, parecem estar isoladas da área circundante.

Nas montanhas a Sul do rio Lima, o padrão mantém-se, podendo-se constatar que os núcleos populacionais situados nas áreas de maior altitude, procuravam localizar-se nas proximidades dos vales (neste caso, o do rio Homem) ou das vias de comunicação.

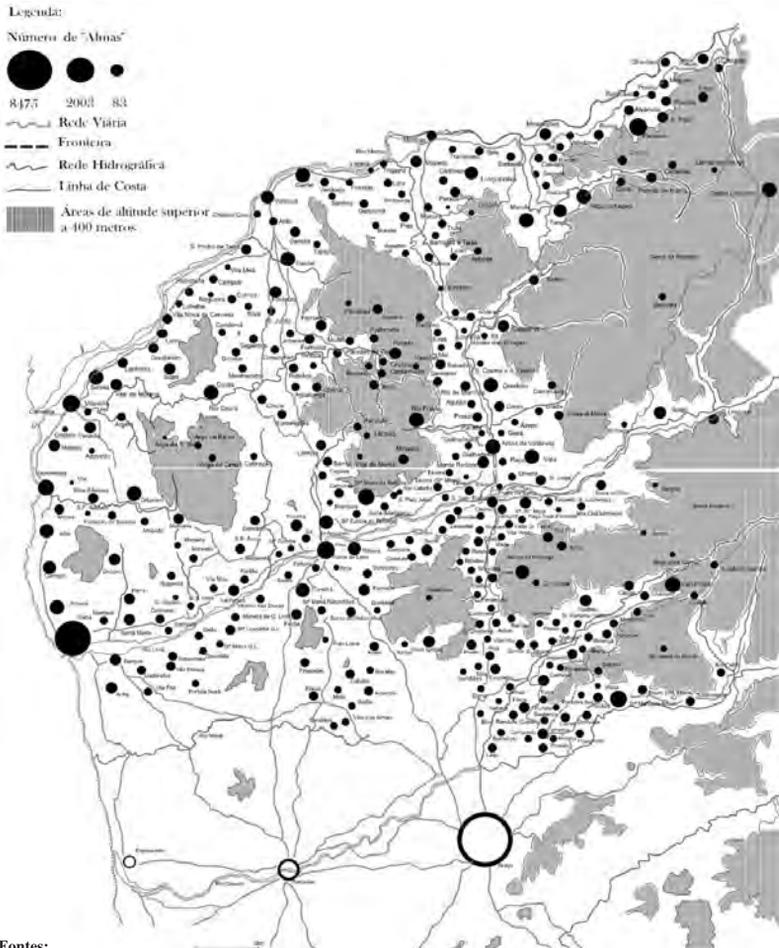
A segunda unidade de distribuição do povoamento, era composta pelas áreas de menor altitude, correspondendo ao fundo dos vales e a meia vertente (a denominada “ribeira”). Merece destaque a elevada concentração de núcleos populacionais nos vales dos rios Homem (no dizer de Villasboas: “fertil ribeira d’Homem”) e parte do vale médio do Cávado, assim como, no alinhamento dos vales dos rios Vade, formando um núcleo central de povoamento, cuja origem se pode explicar pela maior fertilidade dos solos e pela proximidade das principais vias de comunicação, bem como por razões de carácter defensivo, já que se mantinham a uma distância relativamente segura do litoral, frequentemente assolado por ataques de piratas, corsários e salteadores.

Finalmente a terceira unidade, corresponde a toda faixa litoral entre os rios Lima e Minho, prolongando-se pelo vale deste último, destacando-se pela sua elevada concentração de núcleos populacionais.

Com o intuito de comprovarmos estas primeiras constatações, decorrentes da análise da distribuição dos núcleos de povoamento, decidimos cartografar a distribuição da população por freguesia, de acordo com os valores registados, no cadastro da Província, por Villasboas. O resultado final foi figurado no mapa 2.

Pela observação do mapa comprova-se o generalizado baixo volume populacional das freguesias, com a excepção daquelas que eram sedes de concelho. De facto, a grande maioria das freguesias das “Comarcas da Fronteira do Minho”, apresentava uma população inferior a 500 habitantes (a média de habitantes por freguesia era de 470 indivíduos) e apenas vinte e quatro freguesias tinham mais de 1000 habitantes. Viana, era a vila mais populosa com 8475 habitantes, seguindo-se Ponte de Lima com 2003, contrastando com as freguesias de Arga de S. João, com 88 ou de Ermida, 83 habitantes.

O ALTO MINHO NA OBRA DO ENGENHEIRO MILITAR
CUSTÓDIO JOSÉ GOMES DE VILLASBOAS



Fontes:

Cadastro da Província do Minho, 1794.
Mapa da Província de Entre Douro e Minho (...), 1798.
Carta de Portugal 1/ 100 000, folha n° 1 (Valença), 1966 e folha n° 5 (Braga), 1970.

Mapa 2: Distribuição da População por Freguesia nas das “Comarcas Fronteiras da Província do Minho” em 1794

Assim, verifica-se que as grandes concentrações de núcleos populacionais anteriormente identificados, correspondiam a freguesias pouco populosas, ainda que, no vale superior do rio Minho, no vale do rio Mouro, e no vale do rio Vez, as freguesias apresen-

tassem um maior volume populacional. No entanto, era na faixa litoral entre Caminha e Viana onde se localizavam algumas das maiores freguesias.

Este mapa, permite comprovar a influência do relevo e da altitude como factores condicionantes da repartição da população. Com efeito, as povoações serranas não só eram em menor número, como também eram, na generalidade, pouco populosas. As freguesias das serras de Bolhosa, Corno do Bico e Miranda, sobretudo aquelas que se localizam nas cabeceiras do vale do rio Coura, parecem constituir a excepção, já que aí se localizavam várias sedes de freguesia.

Em síntese, a distribuição do povoamento estava, em finais do século XVIII, fortemente condicionada pelo relevo acidentado que caracterizava a região. Desse modo, a população tendia a localizar-se nos vales dos rios, dando origem a alguns alinhamentos, que se tornam mais visíveis quando, ao relevo e à hidrografia, associamos a rede viária, ainda que esta também fosse condicionada pelo relevo.

A análise aos mapas 1 e 2, permitiu-nos verificar que a distribuição da população do Alto Minho, seguia as principais “linhas” de comunicação, as duas principais vias de comunicação fluvial e as principais vias terrestres.³⁷⁶ Assim, um primeiro “eixo”, era constituído pelo vale do Minho, desde Caminha em direcção Nordeste até Cristóval. Um outro alinhamento principal, partia de Viana do Castelo, estendendo-se pelo vale do rio Lima, especialmente até à vila de Ponte da Barca. O terceiro “eixo”, era formado pelo vale dos rios Gadanha, Vez e Vade onde, durante o período medieval, foi construída, ou reconstruída, uma das principais vias de comunicação entre o Noroeste português e a Galiza que, partindo de Braga em direcção a Santiago de Compostela, atravessava o rio Lima em Ponte da Barca, e seguia para Monção. Finalmente, também se verifica a influência da antiga via romana (a XIX) que ligava Braga a Valença por Ponte de Lima.

A distribuição dos núcleos populacionais no Alto Minho, em finais do século XVIII, reflecte, pelo menos em parte, uma organização antiga do povoamento. Efectivamente, o padrão de distri-

buição do povoamento no Entre Douro e Minho – caracterizado por uma elevada dispersão – inicia-se durante a romanização com a ocupação do fundo dos vales e a meia vertente, em detrimento dos pontos mais elevados, anteriormente ocupados por povoados castrejos, modelo de organização espacial que se prolongou por toda a Idade Média.

Esta primeira leitura da distribuição do povoamento, complementada pela distribuição da população, não forneceu qualquer informação acerca da forma e do tipo de povoamento dominante no Alto Minho, no século XVIII. Devemos acrescentar, no entanto, que a análise desta temática não se torna fácil, até porque, nos mapas regionais setecentistas, não era habitual figurar-se esse tipo de informação. Contudo, a escolha da escala do mapa, terá permitido ao autor representar, não só a distribuição, como também, o tipo de povoamento.

De facto, ao analisarmos a legenda do *Mappa da Província do Minho de Entre Douro e Minho*, podemos verificar que o autor, definiu uma hierarquia de três “classes” para os lugares habitados representando, cada um deles, com um símbolo gráfico diferente.

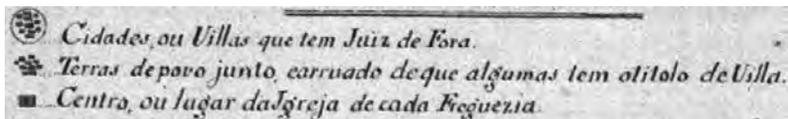


Figura 27: Excerto da legenda do Mappa da Província d’ Entre Douro e Minho em 1798 por Custódio José Gomes de Villasboas

A hierarquia estabelecida entre os núcleos populacionais conferia uma maior importância às cidades (ainda que estas não existissem na nossa área de estudo) e vilas que possuíssem “Juiz de Fora”.³⁷⁷ Tratava-se então, fundamentalmente, de uma hierarquia administrativa-judicial, assente na distinção entre as povoações com estatuto adequado para serem sedes de concelho ou vilas, por possuírem Juizes de Fora, e todas as outras unidades administrativas que, mesmo sendo sedes de concelho, coutos ou honras, não possuíam as características adequadas para a aplicação do direito da Administração Central.

Numa primeira análise, pese embora a diferenciação gráfica do estatuto das diferentes povoações, parece não existir uma correspondência proporcional entre os diferentes símbolos e os efectivos populacionais de cada localidade cartografada – sobretudo no que diz respeito à configuração das vilas do Alto Minho – pelo que, o estatuto dos núcleos populacionais não teria sido estabelecido por critério demográficos. Contudo, só a representação dos dados populacionais contidos no cadastro, nos possibilitará confirmar esta hipótese.

A hierarquia dos lugares habitados estabelecida na legenda, define, ao mesmo tempo, uma tipologia de povoamento. Desta forma, podemos considerar que esta terá sido uma das primeiras tentativas de representação do povoamento da Província de Entre Douro e Minho, já que os mapas anteriores não faziam qualquer distinção quanto ao tipo de povoamento.

Deste modo, os dois primeiros símbolos da legenda – o que representa as “cidades ou vilas” e as “Terras de povo junto, e arruado de que algumas tem o título de Villa” – estavam reservados aos grandes aglomerados populacionais, cuja forma de povoamento seria, tendencialmente, mais concentrado.³⁷⁸ À partida, as vilas e praças-fortes da raia do Minho – Caminha, Vila Nova de Cerveira, Valença, Monção e Melgaço – já estavam classificadas como localidades de povoamento concentrado, desempenhando até algumas funções urbanas, enquadradas dentro da tratadística de fortificação dos séculos XVII e XVIII.³⁷⁹

Com o primeiro símbolo, para além das praças militares, também figuram as vilas de Viana (da Foz do Lima), Ponte de Lima, Ponte de Barca e Arcos de Valdevez, porque todas possuíam Juiz de Fora e, certamente, apresentavam uma estrutura mais próxima da aglomeração do que da dispersão. O segundo símbolo, foi utilizado na representação das localidades de S. Gregório (Melgaço), Valadares, Paredes (de Coura), Portela de Vade, Pico de Regalados (correspondente à freguesia de S. Paio, mas também denominada “Vila de Regalados”), Albergaria, Vilarinho das Furnas e as Caldas do Gerês. Isto poderia significar que todas as restantes freguesias, mesmo aquelas que apresentassem efectivos populacionais supe-

riores aos da cabeça do concelho, não possuíam um povoamento “concentrado”.

O Mapa parece dar conta da existência de um povoamento do tipo “híbrido”, que se caracterizaria por combinar uma generalizada disseminação com outros núcleos populacionais, cuja tipologia estaria mais próxima da aglomeração, à semelhança do que se passaria na vizinha Galiza, daí a existência do símbolo “terras de povo junto” na legenda.³⁸⁰

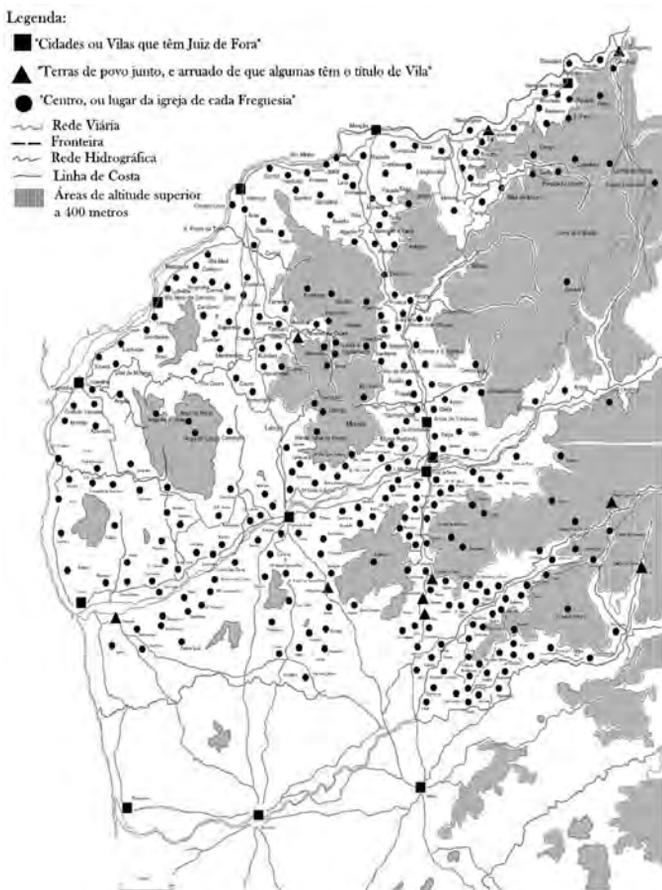
No mapa 3, decidiu-se figurar a distribuição das três diferentes formas de povoamento, definidas por Villasboas, em 1794-96. Constata-se, de imediato, uma grande dispersão dos núcleos populacionais. Pode-se observar, também, um maior número de núcleos de povoamento concentrado, no território entre os rios Minho e Lima e que se localizam próximos dos principais eixos de comunicação terrestre, sendo mais evidente ao longo do vale do Minho. Naturalmente que esta divisão estava condicionada pela existência das principais vilas, de origem medieval. A Sul do rio Lima, só existem 5 locais de “povo junto”, sendo que dois deles se situavam na serra do Gerês, Vilarinho das Furnas e Caldas do Gerês; os outros três, nas principais portelas das duas vias de comunicação Norte-Sul: o lugar de Albergaria na estrada Braga-Ponte de Lima, o lugar de Portela de Vade e Pico de Regalados, ambos na estrada Braga-Ponte da Barca.

Contudo, a estrutura do povoamento do Alto Minho, revelada a partir da leitura do mapa e do cadastro de Villasboas, teria de ser confrontada e/ou confirmada com outras fontes recorrendo-se, também, a outras metodologias de análise.

Assim, os resultados obtidos a partir da leitura do mapa de Villasboas, foram confrontados com as folhas nº 1 e 4 da primeira edição da *Carta Geral do Reino* (1887-1895) na escala 1/100 000, na medida em que, como se tratou do primeiro levantamento topográfico realizado em moldes modernos, no nosso país, permitiu-nos analisar de uma forma mais completa a distribuição do povoamento, pois essa escala permite observar a distribuição dos fogos.³⁸¹

Ainda que a reconstituição do povoamento tenha sido feita a partir de uma fonte cartográfica elaborada cerca de 100 anos após

O ALTO MINHO EM FINAIS DO SÉCULO XVIII:
DEMOGRAFIA, ECONOMIA E ESTRATÉGIA MILITAR



Fontes:

Cadastro da Província do Minho, 1794.

Mapa da Província de Entre Douro e Minho (...), 1798.

Carta de Portugal 1/ 100 000, folha n° 1 (Valença), 1966 e folha n° 5 (Braga), 1970.

Mapa 3: Distribuição do Tipo de Povoamento das "Comarcas Fronteiras da Província do Minho" em 1794

o *Mapa da Província do Minho*, estamos convictos que a distribuição, a configuração e a hierarquia do povoamento, mantinham as mesmas características anteriores, não sofrendo grandes alterações nesse espaço de tempo.³⁸²

Contudo, uma vez que o principal objectivo deste ensaio era o de confirmarmos as observações realizadas a partir das fontes

principais e não o de procedermos a um estudo exaustivo de uma nova fonte cartográfica, optámos por analisar somente a fronteira Comarca de Valença, situada na margem esquerda do Minho internacional, devido a três principais razões: primeira, por procurarmos visualizar e testar um pequeno espaço à escala local, segunda, por ser uma das comarcas do Alto Minho que apresentava menor repartição espacial, pois “apenas” era constituída por quatro unidades administrativas que formavam uma espécie de “enclaves” espalhados pelo Alto Minho – a Vila de Valença e seu Termo, a Vila de Caminha e seu Termo, o Concelho de Valadares e o Couto de Fiães,³⁸³ a terceira, prendeu-se com o facto dessas quatro unidades administrativas se estenderem complementarmente ao longo do rio Minho, incluindo as populações e o povoamento do litoral, das ribeiras (vales) e da montanha.

Convém referir que, após a Revolução Liberal de 1820, foram implementadas várias reformas administrativas que acabaram por substituir as Comarcas por outras unidades.³⁸⁴ Deste modo, dada a impossibilidade de reconstituirmos os limites da antiga Comarca de Valença, decidimos representar o povoamento das freguesias que a compunham, marcando os fogos assinalados nas folhas da *Carta Geral do Reino*. O resultado figurado no mapa 4, corresponde a uma síntese dessa representação.

No Termo de Caminha, a freguesia que apresentava, claramente, um povoamento concentrado, era a de N^a Senhora da Assunção, na vila de Caminha. Na freguesia de Seixas, verificava-se uma forte aglomeração de fogos, junto da estrada real Caminha-Melgaço; Gontinhães, localizada na foz do rio Âncora, também apresentava uma forte concentração de fogos, comparando com as outras freguesias situadas no vale do rio Âncora, ainda que não fosse possível classificar o seu povoamento do tipo “aglomerado”.

De um modo geral, o povoamento dos vales e áreas aplanadas era disperso, formando pequenos “lugares de casas esparsas, ou lugarejos de forma indefinida”,³⁸⁵ como se comprova pelo conjunto das freguesias, formado por Venade, Vilarelho, Azevedo e Argela. Nas áreas com altitudes mais elevadas e de relevo acidentado, o povoamento tendia a concentrar-se em “lugares de casa juntas”,

de contornos mais claros mas compostos por um pequeno número de fogos. Tal parece ser o caso dos conjuntos formados pelas três freguesias das Argas.

No Termo de Valença, havia uma repartição do povoamento pela veiga do Minho, originando pequenos “lugarejos”, alinhados ao longo das principais vias de comunicação. Naturalmente, a única excepção era a própria vila de Valença, cujo povoamento se aproximaria do tipo urbano. Quanto ao Concelho de Valadares, cujas características orográficas estabeleceram uma oposição entre a ribeira e a montanha, a distribuição e morfologia do povoamento correspondia ao padrão identificado para o povoamento da Província Minho. Assim, nas áreas de ribeira, o povoamento alinhava-se ao longo do rio Minho e do vale do rio Mouro.

A sede do concelho, também localizada na ribeira, formava um lugar mais compacto e verificou-se que a freguesia de Paderne, se caracterizava por uma elevada dispersão do povoamento. Desta forma, confirmavam-se as informações contidas no *Mappa da Provincia do Minho* de Villasboas, na medida em que o autor, tinha figurado a sede do Concelho de Valadares com o símbolo de “terras de povo junto...” e a freguesia de Paderne, cujo volume populacional era o mais elevado do concelho, foi representada com o símbolo de “centro da freguesia”, utilizada para o tipo de povoamento disperso.

As freguesias de Seivães, Segude, Pedame, Tangil, que se alinhavam na parte inferior do vale do Mouro, formavam um povoamento quase contínuo, decorrente da elevada dispersão dos lugares habitados, tornando impossível individualizar, perfeitamente, o núcleo principal de cada uma destas freguesias.

Nas áreas de montanha, o povoamento tornava-se, progressivamente, mais concentrado. No vale superior do rio Mouro, as freguesias de Riba de Mouro, Gave e Couço, apresentavam um povoamento composto por alguns lugares, próximos entre si, mas, nas áreas de maior altitude (superiores a 500m), individualizavam-se, lugares de casas juntas, compactos e perfeitamente delimitados, como era o caso nas freguesias de Cubalhão, Parada do Monte, Lamas de Mouro e Fiães.

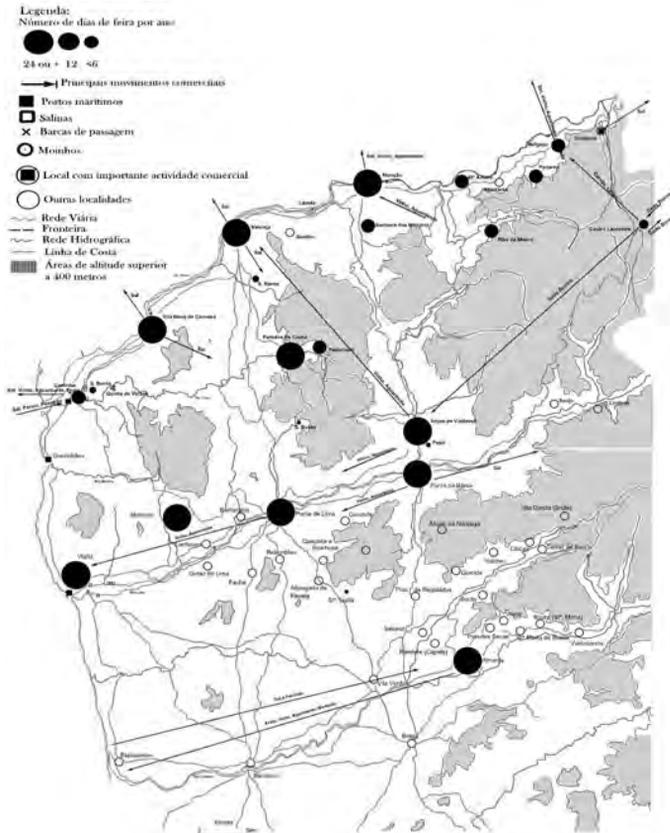
Em resumo, a morfologia geral do povoamento do Alto Minho caracterizava-se pela sua elevada dispersão, especialmente nas áreas de menor altitude, formando pequenos lugares ou lugarejos. Esta tipologia, só se modificava no caso das vilas existentes, especialmente aquelas que se encontravam dentro de uma cerca fortificada, e no caso dos lugares que, por variadas circunstâncias, como seja o de constituírem locais de passagem e de trânsito (como Portela de Vade e Albergaria), locais de trocas comerciais e de contrabando (tal como S. Gregório), por serem cabeça de concelhos e de aí concentrarem algumas funções administrativas (de que são exemplo Valadares, Pico de Regalados e Paredes de Coura) ou aqueles lugares que se localizados em áreas mais elevadas e de relevo acidentado (Vilarinho das Furnas), estabeleceram, também, um tipo de povoamento mais agrupado. Em todo o caso o padrão de distribuição do povoamento não seria o da absoluta dispersão do povoamento.

2 – As actividades económicas

O *Mappa da Província do Minho d' Entre Douro e Minho*, figura alguns elementos caracterizadores da dinâmica económica e comercial da província. Assim, para a análise das actividades económicas no Alto Minho, procedemos a uma tentativa de reconstituição cartográfica destas actividades. O mapa 5, corresponde a uma interpretação feita, essencialmente, a partir de alguns dos trabalhos de Custódio José Gomes de Villasboas, nomeadamente o *Mappa da Província do Minho* (e todas as suas variantes), assim como o cadastro populacional que o mesmo autor compilou e a sua descrição topográfica do “Alto Minho”. A estes, juntámos elementos provenientes de outras fontes coevas, bem como de alguns estudos de história económica, realizados para o mesmo espaço e período de análise e que, para além de incluírem outras fontes, levantaram outras questões e adicionaram outros pontos de vista.

Uma vez que as feiras e sua periodicidade eram os elementos económicos/comerciais mais importantes, representados, somente, nalgumas versões do *Mappa da Província do Minho d'Entre*

O ALTO MINHO NA OBRA DO ENGENHEIRO MILITAR
CUSTÓDIO JOSÉ GOMES DE VILLASBOAS



Fontes:

- Cadastro da Província do Minho, 1794.
- Mapa da Província de Entre Douro e Minho (...), 1798.
- Carta de Portugal 1/ 100 000, folha nº 1 (Valença), 1966 e folha nº 5 (Braga), 1970.
- Descrição topographica das Commarcas Fronteiras da Província do Minho, 1800.
- Memória sobre a Província do Minho pelo 2º Visconde de Balsemão.
- Resposta dada pelo Capitão-engenheiro Custódio José Gomes de Villasboas aos 18 Quesitos apresentados pelo Governador de Justiça do Porto, 1802.

Mapa 5: As Actividades Económicas não agrícolas e os Movimentos Comerciais das “Comarcas Fronteiras da Província do Minho” em 1794

Douro e Minho, decidimos figurar os locais onde estas se realizavam, contabilizando o número de dias de feira por ano.

De forma a visualizarmos melhor os circuitos comerciais que animavam esta parte da Província, além de incluímos a rede hidrográfica e a rede viária, cartografámos as vilas, as sedes de conce-

lho e as sedes de couto. Para além destes locais, incluímos outros dois que, ainda que não pertencessem a alguma daquelas categorias, pelas suas características e tradição comercial, funcionavam como pólos de dinamização económica ou tinham o papel de entrepostos comerciais, como eram o caso de Gontinhais e S. Gregório (Cristóval, no Termo de Melgaço).

Em todo caso, antes de avançarmos na nossa reconstituição da dinâmica económica e comercial, considerámos importante fazer uma breve caracterização da estrutura económica do Alto Minho, de carácter marcadamente rural, a partir das informações legadas pelo próprio Villasboas, sobretudo nalgumas das suas memórias. Salientamos, que o nosso principal objectivo não passava pela reconstituição da geografia histórico-económica da Província de Entre Douro e Minho, mas sim, o de esboçar a leitura económica a partir da fonte cartográfica.

A agricultura estava na base de toda a economia da região minhota, especialmente aquela que se desenvolvia na Ribeira, concentrando a maioria da população activa. Mesmo aqueles que não trabalhavam directamente na agricultura, dedicavam-se a outros ofícios que dela dependiam e/ou a complementavam como os ferreiros, os carpinteiros, os cesteiros, entre outros.³⁸⁶ Era uma agricultura de subsistência, praticada em parcelas de pequena dimensão e que exigia um contínuo esforço na tentativa de superar as dificuldades sentidas, seja porque havia que pagar o “dízimo e as pensões das terras”,³⁸⁷ seja porque esta era uma actividade fortemente dependente das condições naturais e, caso estas não permitissem um bom ano agrícola, certamente seriam esperadas crises de subsistência.

Para minimizarem esta dependência e também para tornarem os solos mais férteis, as populações deslocavam-se às vertentes das serras, para aí recolherem matos, urzes e tojo, utilizados como fertilizantes naturais e como combustível doméstico. A este propósito, Villasboas defende a necessidade de preservação dos baldios pelas populações, opondo-se a qualquer tentativa de arroteamento destas áreas.³⁸⁸

As principais produções eram o milho, o feijão, o vinho, algum centeio (nas áreas de maior altitude), fruta, gado (especialmente bovino) e, sobretudo na “Ribeira Lima”, azeite. A todas estas dificuldades, procuravam os agricultores responder com estratégias que lhes permitissem sobreviver com os parcos rendimentos obtidos, desenvolvendo uma policultura intensiva, que privilegiava as espécies mais reprodutivas, nomeadamente o milho mais, introduzido no século XVI e estendendo a área agrícola para as vertentes das colinas e das montanhas, através da construção de socalcos, de modo a responderem adequadamente à procura de terras cultiváveis e a aproveitarem as águas de rega, indispensáveis ao cultivo.³⁸⁹

Para além desta produção generalizada de milho, devemos destacar algumas áreas “especializadas” na produção vinícola, nomeadamente o vale superior do rio Minho (Monção e Melgaço), o vale inferior e médio do rio Lima (Ponte de Lima, Ponte da Barca e Arcos de Valdevez) e as terras de Entre Homem e Cávado, cuja vitalidade foi, desde logo, muito importante para a dinamização dos circuitos comerciais internos e externos da região.³⁹⁰

Os lavradores possuíam algumas cabeças de gado, geralmente gado bovino, que utilizavam na actividade agrícola como animais de tracção, mas também poderiam ser vendidos nas feiras ou usados como veículo de transporte de mercadorias e, dessa forma, os agregados familiares conseguiam obter rendimentos extra. O gado era alimentado nos prados de Inverno ou, especialmente no Verão, eram levados para as pastagens das serras, prática bastante frequente, mesmo na Ribeira Lima e sobretudo em terras de Coura, reforçando, ainda mais, os elos de ligação entre a “ribeira” e a “montanha”.

Uma grande parte deste trabalho era, essencialmente, feminino, já que uma percentagem considerável dos homens migrava, para outras regiões de Portugal, da Galiza ou para o Ultramar, como forma de conseguirem outros rendimentos, capazes de minorarem as dificuldades sentidas, ficando as mulheres a dirigir os trabalhos agrícolas.³⁹¹

Nas áreas serranas, a criação de gado, através da pastorícia de montanha, tinha uma importância superior à das áreas ribeirinhas.

A existência de movimentos sazonais de transferência de gado, às escalas local e supra-local, comprovam a importância desta actividade para a economia serrana, embora não se possa falar de “transumância”, para qualificar todos estes movimentos. Assim, para a maioria das populações da montanha, os movimentos pastoris resumiam-se a transferir os gados dos vales serranos ou junto das povoações, onde permaneciam durante o Inverno, para as áreas mais elevadas onde abundavam os pastos. Nas serras da Peneda e do Soajo, este movimento era acompanhado por toda a população que também se deslocava entre as áreas de maior altitude no Verão (as denominadas “Brandas”) e as áreas de menor altitude, onde permaneciam durante os meses de Inverno, denominando-se essas aglomerações “Inverneiras”.³⁹²

Deste modo, explica-se a opção de Villasboas ao assinalar no mapa da versão de 1798, o sítio da freguesia de Castro Laboreiro e o lugar da Inverneira, um pouco mais a Sul do primeiro e confirma-se a existência destes movimentos sazonais na serra da Peneda.

Para além de contribuir directamente para o sustento das populações – numa área onde se tornava difícil a obtenção de produtos agrícolas, a pastorícia permitia a obtenção de alguns rendimentos, através da venda de cabeças de gado nas diversas feiras que se realizavam na região. Era esta a situação em que se encontrava Castro Laboreiro, desempenhando o papel de entreposto português na troca (ou compra e venda) de gado e de outros produtos, com as populações galegas vizinhas, que preferiam este ponto de passagem, sempre que pretendiam deslocar-se para o interior Alto Minho, ou com as populações ribeirinhas. Muitas vezes estas transacções eram motivadas pela necessidade de sobrevivência, face à má produção agrícola ou à impossibilidade de sustentarem o gado devido aos rigores climáticos.³⁹³

Pese embora as diferenças que pudessem existir entre os estilos de vida das populações da “Ribeira” e as da “Montanha”, a actividade económica principal era a agro-pecuária, ainda que a agricultura predominasse nas ribeiras, pois aí as condições climáticas, edáficas, hidrográficas e topográficas, permitiam uma maior fertilidade e, consequentemente, maior produtividade agrícola, ao pas-

so que criação de gado, era mais frequente e adquiria uma maior expressão nas áreas de montanha, locais onde a prática agrícola, condicionada pelos solos mais pobres e o clima menos favorável, não permitia a obtenção de rendimentos suficientes, mas onde abundavam as áreas de pasto.³⁹⁴

Encontramos então dois sistemas de produção que, longe de serem antagónicos, se complementavam mutuamente, contribuindo para a sobrevivência das populações, tanto as da “ribeira” como as da “montanha”.

Durante o reinado de D. Maria I, deu-se continuidade ao fomento industrial, iniciado durante o governo pombalino e que perdeu até aos anos das invasões francesas. Na Província de Entre Douro e Minho, também se verificaram alguns efeitos do surto industrial mas, rapidamente, estabeleceu-se uma oposição entre o Alto Minho e o restante território da Província, o Baixo Minho. Esta distribuição espacial, é corroborada pela análise das versões do *Mappa da Província do Minho d' Entre Douro e Minho*. Ainda que a carta não seja exclusivamente de índole económica, pode-se verificar que os principais elementos industriais assinalados, as duas fábricas de papel no vale do rio Vizela, situavam-se na parte Sul da Província, sendo a única excepção, uma fábrica de chapéus situada em Lóbios (na Galiza), na margem direita do rio Lima, assinalada na versão manuscrita de 1798. No caso das fábricas de papel, a sua figuração pode relacionar-se com o facto de serem de recente criação (entre 1797 e 1802) e ainda por representarem um importante marco na inovação industrial do fabrico do papel em Portugal, na medida em que ali se realizaram as primeiras experiências do uso de madeira para a pasta de papel.³⁹⁵

Na versão do *Mappa da Província do Minho*, de 1798, para além destas fábricas foi representado aquilo que parece ser um sistema hidráulico no rio Este e que também poderia estar relacionado com o desenvolvimento de actividades industriais, tratando-se, nesse caso, de ruínas de antigos moinhos de papel ali existentes e cuja reabilitação tinha sido discutida por diversas vezes.³⁹⁶

Por sua vez, no Alto Minho, as actividades manufactureiras ocupavam, apenas, uma pequena parte da população, geralmente a das vilas e de locais de povoamento concentrado, já que a ruralidade era a característica predominante.³⁹⁷

Em todo caso, a leitura do *Mapa da Província*, deixa adivinhar a existência de outras actividades na área de estudo, ligadas ao aproveitamento da energia hídrica a partir de alguns rios e ribeiros, para fazer movimentar moinhos, azenhas ou pequenas serrações, mas que ocupariam um número limitado de pessoas.³⁹⁸ Verificámos que na serra d'Arga, próximo de Vilar de Mouros, foi representado aquilo que parece constituir uma levada de água, a partir de um ribeiro próximo da freguesia de Arga de S. João e que conduzia a um conjunto de moinhos, no vale do rio Coura.³⁹⁹ Poderiam tratar-se de “vulgares” moinhos de água, utilizados na moagem dos cereais, mas nesse caso, não faria sentido que o autor tivesse representado unicamente estes e ignorado os restantes. Assim, estes moinhos seriam de um tipo diferente, que permitiam um outro aproveitamento, o que os tornaria especiais, ao ponto de merecerem ser figurados no mapa. Há, de facto, referência à utilização deste aproveitamento hidráulico para moagem de enxofre e areia, utilizados como matéria-prima para as fábricas de louça de Caminha e de Vilar de Mouros. No entanto, a fábrica de Vilar de Mouros só foi criada em 1855, muito depois da elaboração do mapa mas, terão existido duas fábricas de louça em Caminha que encerraram, uma cerca de 1840 e a outra em 1856.⁴⁰⁰ Contudo, não conseguimos confirmar a existência destas fábricas nos finais do século XVIII (e também não surgem na listagem de Acúrsio das Neves, em 1814),⁴⁰¹ pelo que admitimos a utilização destes moinhos para o tratamento do linho, os denominados “fulões”, já que o linho constituía uma das principais produções das populações da serra d'Arga.

A produção do linho, que até permitia comercializar panos e diversas peças de vestuário confeccionadas neste tipo de material e, deste modo, constituir um bom complemento para as actividades agrícolas, adquiria uma importância significativa na economia alto minhota. De facto, dado que o cultivo do linho podia ser articu-

lado com as restantes culturas agrícolas, na medida em que era plantado no Inverno, altura em que os campos se convertiam em prados, numerosas famílias dedicavam-se à sua comercialização. Sendo esta uma produção, essencialmente, doméstica, não encontramos qualquer referência à existência de fábricas ou sociedades manufactureiras de linho.⁴⁰²

O autor assinalou no *Mapa da Província do Minho* (versões de 1798 e 1804), uma salina – ou o local onde se procedia à exploração de sal – na margem esquerda do rio Lima, defronte da freguesia de Darque, que seria, anos mais tarde abandonada. Curiosamente, as restantes salinas do rio Lima, todas localizadas na margem direita entre a Papanata e Santa Marta de Portozelo, num total de quatro explorações em funcionamento, pelo menos até 1813, não foram representadas.⁴⁰³

Na margem esquerda do estuário do rio Minho, junto da confluência do rio Coura, foi figurada uma exploração de salicultura, a mais importante e a maior, mas não foram representadas as outras explorações (duas) que existiam na foz do rio Coura, na margem esquerda, ainda que uma delas já estivesse abandonada.⁴⁰⁴

De qualquer modo, a produção de sal na região, que se fazia desde, pelo menos, a Idade Média,⁴⁰⁵ era manifestamente insuficiente para alimentar a procura local. Por essa razão, “importava-se” sal da região de Aveiro que era, posteriormente, (re)distribuído a partir dos portos marítimos de Viana e Caminha, e dos portos fluviais, para o interior e para a Galiza.⁴⁰⁶ No caso das freguesias localizadas no território de Entre Homem e Cávado, o abastecimento de sal estava garantido pelos mercadores que o transportavam desde Esposende/Fão, para a Província de Trás-os-Montes (Chaves e Montalegre), seguindo o curso do rio Cávado.⁴⁰⁷ Adiante, analisaremos com maior detalhe este importante movimento comercial.

O *Mappa da Provincia do Minho*, na versão de 1798, dá conta, ainda, de outras actividades económicas, nomeadamente, as barcas de passagem, localizando uma no rio Minho, entre Lapela e Monção e uma outra no rio Lima, já em território espanhol, perto de Lóbios. Na foz do rio Lima, foi representado o cais de S. Lourenço, localizado na margem esquerda do rio, frente a Viana

e identificou uma enseada, situada logo a Sul da foz do Lima, como “ancoradouro”, o que deixa antever uma certa actividade naval naquela vila. A existência de um comentário sobre a Póvoa de Varzim, informando que aí se realizavam “grande[s] pescaria[s]”, demonstra que esta actividade económica seria mais importante nessa parte da província, do que no Alto Minho, para o qual não existe qualquer referência à actividade que, em termos gerais, apresentava indícios de decadência.⁴⁰⁸

3 – Os circuitos comerciais

Quanto ao comércio, e no que diz respeito ao comércio externo do Alto Minho, este era assegurado, principalmente, pelos portos marítimos de Viana e Caminha mas, devemos, também, ter em conta o papel desempenhado pelo porto de Esposende, por onde se escoavam alguns dos produtos originários do território de Entre Homem e Cávado. No entanto, em finais do século XVIII, o tráfico comercial dos portos marítimos do Noroeste português, apresentava, na sua generalidade, fortes indícios de decadência, especialmente sentidos na vila de Viana que, outrora, havia desempenhado um papel importante no comércio ultramarino português, mas estava, agora, remetida a um papel secundário, mercê dos privilégios concedidos à Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, instituída em 1757.

De facto, a criação daquela companhia pelo governo de Pombal, estipulou um monopólio do comércio dos vinhos e aguardentes que passou realizar-se, em exclusivo, pela barra do Porto, prejudicando seriamente o tráfico comercial de Viana, agravado pela tentativa de limitação do comércio com a Galiza (em 1773, proibia-se a entrada na cidade de Viana, de pescado galego), bem como pelo facto de estar proibida a entrada de vinhos, nas barras do Porto e de Lisboa, que eram, havia muito tempo, os principais mercados receptores do movimento comercial, realizado a partir de Viana e de Caminha.⁴⁰⁹

Deste modo, e na tentativa de ultrapassarem as dificuldades sentidas, as populações estabeleceram outros circuitos comerciais, sendo um dos principais aquele que era realizado no interior da

região, assegurado pelas feiras, que possibilitava aos agricultores e às várias comunidades locais, a compra e venda de produtos necessários para as suas actividades, não só de diferentes produtos agrícolas, como também vestuário, gado ou instrumentos agrícolas. Muitos viam nesse modo a oportunidade de obterem mais alguns rendimentos que não conseguiam apenas com a actividade agrícola.

As feiras constituem elementos fulcrais para compreendermos alguns dos mecanismos de funcionamento da economia destas sociedades rurais, até porque elas justificavam a existência de algumas destas actividades e transmitiam uma imagem de dinamismo económico que, muitas vezes, passava despercebida. Importa destacar, também, as trocas comerciais que se efectuavam entre esta região portuguesa e a Galiza, ao longo da linha de fronteira que, na prática, não funcionaria como obstáculo às relações entre os povos vizinhos.⁴¹⁰

Pela análise do mapa 5, podemos verificar que eram 23 os locais onde se realizavam feiras, ao longo dos principais eixos de comunicação da área em análise. No vale do Minho, existiam feiras em Caminha, S. Bento (perto de Seixas), Vila Nova de Cerveira, Valença, S. Bento da Porta Aberta (Termo de Valença), Monção, S^a dos Milagres (Termo de Monção), Santo Amaro, Paderne, Riba de Mouro (todas no Concelho de Valadares), e Melgaço. Podemos, ainda, incluir as duas feiras que se realizavam no Concelho de Paredes de Coura: uma, que ocorria na sede de concelho, a outra, na freguesia de Padornelo. No vale do rio Lima, existiam as feiras de Viana do Castelo, Meixedo, Ponte de Lima, Ponte da Barca, Arcos de Valdevez, Paçô e S. Bento (ambas do termo dos Arcos). Finalmente, na parte Sul do Alto Minho, apenas se registam duas feiras, a de S.^{ta} Luzia (no Concelho de Albergaria) e a de Amares.

Para avaliarmos a importância destas actividades na dinamização do comércio local/regional, bastará referir que, só no Alto Minho, por ano, realizavam-se cerca de 327 feiras. Se tivermos em conta os 52 Domingos por ano, e, supondo, que numa sociedade do Antigo Regime, o descanso dominical era cumprido escrupulosamente, obtemos a média de quase uma feira por dia útil contabilizadas, fossem elas bimensais, mensais, ou anuais.

Nos finais do século XVIII, as feiras continuavam a desempenhar uma importante função económica e comercial funcionando, também, como indicador indirecto dos fluxos de circulação interna. Como facilmente se compreende pela leitura do mapa 5, os circuitos comerciais organizavam-se em torno dos dois principais eixos de comunicação: o vale do rio Minho e o vale do rio Lima. Por uma questão metodológica, analisaremos separadamente cada um deles.

Na foz do rio Minho localizava-se a vila de Caminha que, embora sem importância primordial no comércio externo internacional, apresentava-se como um porto de apoio para a navegação de cabotagem entre o litoral português e a costa galega. A vila funcionava, ao mesmo tempo, como um ponto de escoamento dos produtos provenientes do vale do Minho e como um ponto de abastecimento de todo o interior.

Tomemos como exemplo o abastecimento de sal para as populações do vale do Minho (incluindo as populações da “montanha”) e para a Galiza. O abastecimento de sal para a Galiza resultava numa importante actividade, já que era essencial para a indústria de conserva (salga) de peixe das Rias Baixas. Por sua vez, as sardinhas salgadas eram, depois, comercializadas para Portugal, que era o principal consumidor deste produto galego.⁴¹¹

Uma vez chegado a Caminha, o sal era transportado para o interior em barcos que subiam o rio Minho.⁴¹² Este tráfego fluvial mantinha-se mais ou menos constante e regular, até à localidade de Lapela, que representava o limite da navegabilidade deste rio e, a partir daí, era transportado em carros até à povoação fronteiriça de S. Gregório.⁴¹³ Nesta localidade, existia um armazém de sal onde os mercadores galegos da Província de Ourense se abasteciam.⁴¹⁴

Será, também, de admitir que o abastecimento de sal às populações do vale e das montanhas, se fizesse a partir das localidades onde se realizavam feiras, para um e outro lado do rio, assim como a partir de todas as localidades que funcionavam como portos fluviais. As populações mais próximas, poderiam deslocar-se até aos locais onde se realizavam as feiras, ou onde era desem-

barcado o sal, para aí se abastecerem, o mesmo acontecendo, não raras vezes com as populações serranas. Aliás, estão documentadas as trocas comerciais entre as populações de Castro Laboreiro e as da Ribeira do Minho, realizadas em S. Gregório, onde os habitantes serranos levavam produtos lenhosos e o carvão e em troca recebiam sal. Recorde-se que o sal era um elemento preponderante e essencial para a preservação de alguns tipos de alimentos, pelo que era importante e muito valioso para as comunidades rurais e as das montanhas.

À semelhança do sal, muitos outros produtos seriam comercializados desta forma: eram transportados até Caminha e, daí, para as povoações do vale do Minho, através da circulação fluvial ou do transporte terrestre, pela estrada real, paralela ao rio, onde, posteriormente, eram redistribuídos para todo o interior. Para além do sal, importava-se para esta região, ferro, cal, bacalhau, arroz, açúcar... Mas se Caminha era o ponto de entrada de produtos externos, também seria ponto de saída das produções do vale do Minho, sobretudo o vinho, as aguardentes, o feijão e o milho, ainda que o comércio dos produtos vinícolas tenha decaído, como dissemos, com o estabelecimento do monopólio das vinhas do Alto Douro.⁴¹⁵

À medida que a importância marítima de Viana decaía, tanto no mercado internacional, como no inter-regional para a Galiza, as povoações da ribeira Minho desempenharam uma importância fundamental no escoamento de alguns produtos locais assim como para o contrabando de sal para aquela província espanhola.⁴¹⁶ O rio Minho, por ser navegável numa grande parte do seu trajecto, constituía a principal via comercial desta região, especialmente quando se articulava com outras vias, já que, a maior parte das povoações onde se realizavam as feiras, localizavam-se em pontos fulcrais dos eixos de comunicação terrestres, para o interior desta área de Entre Minho e Lima, assim como para a Galiza: Caminha, Vila Nova de Cerveira, Valença, Monção, Valadares e Melgaço, situavam-se em locais de cruzamento entre a estrada real do vale do Minho, e as vias que faziam a ligação com o vale do rio Lima. As ligações terrestres entre estes dois vales, permitiam fazer a (re)distribuição dos produtos, a partir das principais povoações da

ribeira e, ao mesmo tempo, faziam convergir sobre os mercados ribeirinhos, a produção do interior, não só do vale, como também de áreas mais afastadas, como era o caso dos vinhos da região de Arcos de Valdevez, que abasteciam Valença e Monção, áreas mais deficitárias neste tipo de produto, especialmente a primeira.⁴¹⁷

Villasboas alude a este tipo de tráfego, quando refere que os agricultores das regiões próximas dos dois grandes rios (Lima e Minho), na tentativa de procurarem obter outros rendimentos, para além da agro-pecuária, ofereciam os seus préstimos como “carreiros” (com os carros puxados pelos bois de criação), transportando os produtos, tanto no movimento de chegada, como de saída.⁴¹⁸

De qualquer forma, o transporte de mercadorias não estava dependente unicamente destes “carreiros”, já que existiam almocreves que percorriam o interior da região, chegando mesmo aos locais mais isolados.⁴¹⁹ Naturalmente que esta actividade desenvolvia-se em toda a Província e não apenas no vale do rio Minho. No entanto, aqui, para além dos almocreves portugueses, também confluíam os galegos, responsáveis por algumas das trocas inter-regionais existentes.⁴²⁰ As deslocações destes viajantes, eram apoiadas pelas várias estalagens, pelo que o número destas e respectiva localização, também nos fornecem importantes indicações acerca dos fluxos comerciais, ou de outro tipo.

Por esta razão, decidimos incluir, na nossa interpretação cartográfica, as estalagens assinaladas no mapa de Villasboas (versão de 1798 e cópia de 1804). A sua distribuição parece confirmar a estrada Braga-Monção como uma das mais importantes vias de comunicação e via comercial, do interior desta parte da Província de Entre Douro e Minho, promovendo as ligações no sentido Norte-Sul e Sul-Norte, já que por aí passava uma boa parte dos movimentos comerciais efectuados entre as populações dos vales dos rios Minho, Lima e Cávado. Refira-se que, ao longo deste percurso, existiam duas estalagens entre Braga e Ponte da Barca e outras duas daí até Monção; por sua vez, na estrada Braga-Valença, apenas se contabilizavam duas estalagens, uma a Sul e outra a Norte de Ponte de Lima.

Nas restantes estradas do Alto Minho apenas existiam estalagens na estrada Viana-Melgaço, uma no troço Viana-Gontinhães e duas entre Monção e Melgaço, confirmando-se, desta forma, a informação de Villasboas acerca da importância desta via, que deveria assegurar o tráfego comercial terrestre, entre o litoral e o interior norte do Alto Minho.⁴²¹ Desta forma, também foi possível estabelecer uma hierarquia nas vias de comunicação terrestre, das quais dependiam muitos dos fluxos comerciais.

Para além das ligações ao interior sul da região, também se estabeleciam relações comerciais com as povoações galegas marginais ao rio Minho, existindo, para esse efeito, várias barcas de passagem a ligar as duas margens,⁴²² o que permite supor que a “área de influência” das feiras portuguesas e das restantes transacções do vale do Minho, se estendia também para Norte, ainda que para abordarmos convenientemente este assunto, fosse necessário reconstituir os circuitos comerciais galegos da fronteira com Portugal.⁴²³ Em todo o caso, resulta interessante a análise do mapa *Mercados e Feiras no Século XVIII*, segundo Rosario Miralbés, relativo à Galiza, onde se assinalam as regiões com mercados e/ou feiras no século XVIII. Como se constata, na margem galega do rio Minho também se realizavam feiras e/ou mercados, deixando antever relações transfronteiriças intensas.⁴²⁴

Aliás, esta seria a principal explicação para a existência da feira de Castro Laboreiro (ainda que só se realizasse nos meses de Verão) localizada numa pequena área no extremo Nordeste do Alto Minho, isolada a Sul por montanhas e, por essa razão, mais “ligada” à Galiza a Este e a Norte.⁴²⁵ Deste modo também se explicaria a existência de uma feira na povoação galega fronteira a Castro Laboreiro que, como se vê na figura, era a única que se realizava naquela parte da fronteira portuguesa.

Só a existência de um movimento comercial entre estas áreas fronteiriças de Portugal e a Galiza, levaria Villasboas a denunciar a importação de gado galego, que seria, provavelmente, o produto local mais comercializado, até porque atraía “negociantes” vindos das Ribeiras Lima e Minho.⁴²⁶ A comercialização de gado bovino, representava uma fuga de capital da região, situação agravada pe-

los “regatões” que, comprando e revendendo o gado de feira em feira, contribuía para a oscilação dos preços, daqui não beneficiando o comércio e a produção local. Esta situação também foi descrita pelo 2º Visconde de Balsemão na sua *Memória sobre a Província do Minho*.⁴²⁷

No conjunto, o vale do Minho, era a área onde se realizavam mais feiras, contudo, parece-nos pertinente fazermos uma análise diferenciada entre o vale inferior e o vale superior do rio Minho.⁴²⁸ Se contabilizarmos o número de dias de feira por ano, entre Caminha, na foz do rio e a vila de Monção, obtemos 85 dias de feira por ano, sete locais diferentes, animadas pelo tráfego fluvial que seria mais facilitado nesta parte do vale. Teremos, ainda, de ter em conta que os locais onde ocorriam estas feiras correspondiam, praticamente, às vilas, locais cujo povoamento de tipo aglomerado e mercê de um maior volume demográfico, se tornavam importantes “centros de consumo” à escala local e, até, regional. Por outro lado, funcionavam como entrepostos comerciais situados nos mais importantes nós do tráfego viário e fluvial. As vilas eram, pois, locais privilegiados de trocas.

Articulando com a parte inferior do vale do Minho, podemos individualizar um outro pequeno “núcleo comercial”, constituído por dois locais de feira no concelho de Paredes de Coura, contabilizando um total de 37 feiras anuais. Uma das razões explicativas poderá ser, por um lado, a dimensão populacional, já que o vale superior do rio Coura era mais povoado do que o restante vale, ao que se juntava o facto de Paredes de Coura constituir um núcleo de povoamento concentrado, formando um aglomerado urbano, certamente, mais propício para a realização de trocas comerciais. Por outro lado, também devemos ter em conta, o relativo isolamento desta área, devido ao relevo, pelo que a realização das feiras seria uma forma de se tornarem mais autónomos no abastecimento das suas populações.⁴²⁹ De qualquer forma, é o próprio Villasboas, na sua *Descrição Topographica*, quem confirma estarmos na presença de uma das áreas mais férteis desta parte da Província, no que é corroborado pelo 2º Visconde de Balsemão, até porque, dadas as

características topográficas da área, era possível articular as produções típicas da ribeira e as da montanha.⁴³⁰

Também o vale superior do rio Minho se apresentava como uma área bastante povoada, e, por isso mesmo, com “centros consumidores” relativamente importantes, ainda que quase nenhum apresentasse povoamento concentrado, exceção feita para a sede do concelho de Valadares (a feira de S. Amaro realizava-se próximo desta localidade) e o lugar de S. Cristóvão (freguesia de Cristóval no Termo de Melgaço) junto da fronteira, onde apesar de aí não se realizar qualquer feira, apresentava-se como uma localidade importante para o comércio com a Galiza.

No vale superior do Minho português, ocorriam 54 dias de feira, realizadas em cinco locais diferentes, isto se contabilizarmos a feira sazonal (no Verão) de Castro Laboreiro, o que, por si só, revela uma certa vitalidade comercial, ainda que menos importante que a do vale inferior, na medida em que a duração de cada feira era menor. De qualquer forma, tudo leva a crer que estas povoações desenvolveram circuitos comerciais quase autónomos, em relação aos que se estabeleceram na parte inferior do vale. Enquanto nesta última o circuito comercial que se estabelecia era ao longo do rio, entre a foz e o limite de navegação fluvial, tendo o porto de Caminha como porta de entrada e de saída para alguns dos seus produtos, no vale superior, as relações comerciais pareciam estabelecer-se, preferencialmente, com as populações vizinhas da Galiza, assim como com as das áreas montanhosas do interior da região, beneficiando de uma maior densidade da rede viária, que ligava as diferentes localidades entre si, ainda que a maioria das estradas fosse de má qualidade e que, por esta razão, contribuíssem para o relativo isolamento desta área.

Importa referir que, para além de bastante povoado, o vale superior do Minho era uma área fértil em termos agro-pecuários. Ali se produzia o vinho alvarinho, colhiam-se milho e frutas, criava-se gado e obtinham-se boas pescarias nos rios Minho e Mouro, para além de se recolherem benefícios com comércio de sal que chegava do litoral.

No vale do rio Mouro, mercê do seu volume populacional, parece ter-se desenvolvido um circuito auto-suficiente, uma vez que, a feira mensal em Riba de Mouro, funcionava como ponto de ligação entre a montanha e a ribeira, para além de que, as diversas vias terrestres permitiam articular este circuito com os dos vales do Minho e do Lima.

Tal como podemos observar na nossa reconstituição cartográfica, a Ribeira Lima parece ser outra das áreas mais dinâmicas do Alto Minho, realizando-se aí várias feiras, repartidas por sete locais diferentes, num total de 124 dias por ano. A distribuição dos locais com feira, apresentava uma configuração e uma localização bastante semelhante ao vale do Minho, podendo-se, de igual forma, estabelecer uma oposição entre o vale inferior e o vale superior do curso do rio Lima, sendo que, os locais com feira, situavam-se todos no vale inferior.⁴³¹ À semelhança do que ocorria com o rio Minho, também o rio Lima constituía um importante eixo estruturante da ligação entre o litoral e o interior da região.

Os produtos provenientes, por via marítima, de outras regiões, vindos não só de outras áreas do nosso país, como também de outras partes do império ultramarino, assim como de outros países europeus, tinham como porta de entrada a vila de Viana, ainda que, nos finais do século XVIII, já tivesse perdido a importância comercial que chegou a possuir no século XVII, responsável pelo importante crescimento urbano e pela consolidação do estatuto comercial da vila.⁴³² A partir dali, as mercadorias eram distribuídas, não só pelo Alto Minho, como também um pouco por toda a Província, pelas áreas a Sul do rio Lima, bem como para a Galiza.

Para montante, os produtos seriam levados ao longo do rio, por transporte fluvial até ao Carregadouro, lugar situado entre Ponte de Lima e Ponte da Barca, seguindo depois pelas estradas que acompanhavam o vale, quer pela margem Norte, quer pela margem Sul do rio, sendo que a primeira se dirigia, através da área montanhosa da região, para Castro Laboreiro e a segunda, em direcção à fronteira de Lindoso.

Se retomarmos o exemplo do comércio de sal, veremos que este era levado desde Viana até Ponte da Barca, onde era armazenado antes de ser vendido para a Galiza.⁴³³ Ao longo deste percurso, vão surgindo as localidades onde se realizam as feiras: Meixedo, Ponte de Lima, Ponte da Barca, Arcos de Valdevez, Paçô e S. Bento, a partir das quais os produtos eram redistribuídos para as povoações mais dispersas, mas para onde confluíam, também, as mais diversas produções da área.

O rio detinha, então, um papel relevante no abastecimento e escoamento de produtos: as importações entravam na barra de Viana e eram transportados em barcos, rio acima. No sentido inverso, as embarcações transportavam as produções locais do vale, escoadas para outras regiões, a partir do porto de Viana. Foi, certamente, o reconhecimento, por parte das diversas autoridades competentes e mesmo por parte das populações locais, da importância desempenhada pelo rio Lima, enquanto via de comunicação com o interior, essencial, quer no abastecimento, quer no escoamento dos produtos da Província, que terá motivado a insistência em tornar mais navegável o rio.

Particularmente importante, parece ter sido o papel desempenhado pela feira de Ponte de Lima, já que esta vila se situava numa encruzilhada de caminhos que conectavam as principais povoações do Alto Minho: aqui convergiam as estradas provenientes de Oeste, desde Viana, Caminha, passando por Meixedo; pelo Norte ligava-se a Valença, seguindo a antiga via romana e a Paredes de Coura; para Este, seguia em direcção a Arcos de Valdevez e a Ponte da Barca; finalmente para Sul, uma estrada dirigia-se a Braga e outra a Barcelos. Também devemos ter em conta que Ponte de Lima constituía o principal porto fluvial do rio Lima, logo depois de Viana. Este grande “nó viário” contribuiria, certamente, para facilitar o acesso à feira de Ponte de Lima, muito conhecida pelo comércio de gado, até porque este constituía uma importante mercadoria que, por si só, animava muitas das feiras realizadas nesta área.

A Sul do rio Lima, especialmente nas áreas mais próximas de Ponte de Lima, não existem feiras, o que nos permitirá supor que

a “área de influência” desta localidade, se estendia para além da nossa área de estudo.

Igualmente importante para a actividade comercial do vale do Lima, seria o papel desempenhado pelas vilas de Ponte da Barca e de Arcos de Valdevez, onde se realizavam importantes feiras. Refira-se, desde já, que ambas se situavam na estrada Braga-Monção que, como já afirmámos, constituía um importante eixo, ligando o vale do Minho ao do Cávado, pelo que a ela confluíam muita da produção das áreas envolventes e, a partir delas, muitos produtos eram escoados, quer para a Ribeira Lima, quer para as Ribeiras do Minho e do Cávado.

Particularmente elucidativo desta situação, era o comércio de vinhos da Ribeira Lima, cuja produção, proveniente dos Arcos e de Ponte da Barca, seria escoada por transporte fluvial, a partir do cais do Carregadouro, mas também abastecia os mercados consumidores situados no vale do Minho a Norte, ou outros localizados a Sul do rio Lima. Por sua vez, e dado que, contrariamente ao que ocorria no vale do Minho, não existia qualquer feira no vale superior do Lima, também as populações daquela parte do vale dependiam destas feiras para se abastecerem de produtos que não conseguiam produzir.⁴³⁴

No território Sul da Comarca de Viana, contabilizam-se, apenas, dois locais com feira, num total de 25 dias anuais, sendo a mais importante, a feira realizada em Amares. Se atentarmos na configuração da rede viária, verifica-se, de imediato, que se poderiam estabelecer ligações quer ao vale do Lima, quer ao vale do Cávado, onde as populações poderiam fazer as suas trocas comerciais. Devemos, ainda, ter em conta que, embora não estejam identificadas, neste território compreendido entre os rios Lima e Cávado, realizavam-se outras feiras (por exemplo, em Barcelos, Vila Verde ou Braga), que embora se localizassem noutra Comarca, seriam, certamente, frequentadas pelas populações da Comarca de Viana.

Ao que tudo indica, a feira de Amares parece ter desempenhado um papel semelhante ao das feiras dos Arcos e de Ponte da Barca. De facto, e tal como acontecia com aquelas duas feiras, também esta se realizava no limite, com a área mais montanhosa do vale

do Cávado. Deste modo, a povoação de Amares, também ela um lugar “arruado”, de feições “urbanas”, tornava-se o entreposto comercial indicado, para aí acontecerem as trocas entre os produtos da ribeira (Homem e Cávado) e os da montanha. Era, ainda, um dos últimos entrepostos do vale do Cávado, onde seria possível encontrar alguns dos produtos provenientes do litoral (nomeadamente sal e pescado) e por onde seria escoada a produção local, sobretudo vinho, aguardente e frutas. Por outro lado, certamente que as populações do Entre Homem e Cávado, beneficiavam da proximidade com a cidade de Braga, essa sim, um importante entreposto comercial regional, situado num ponto de charneira nos movimentos comerciais, entre a parte Norte da Província de Entre Douro e Minho e a metade Sul, especialmente com a cidade do Porto e tendo por principal eixo, a estrada Monção-Braga-Porto.⁴³⁵

Em suma, a sociedade e a economia das populações do Alto Minho, em finais do século XVIII, apareceram-nos fortemente condicionadas pelos elementos naturais que caracterizavam aquele território. Região de forte densidade populacional, encontrava-se dividida em dois grandes conjuntos morfológicos: a Ribeira, densamente ocupada que compreendia os grandes vales e a Montanha, de fraca densidade populacional. A este propósito, Villasboas referia que “[...] todas as ribeiras que a ondeação das serras forma são ocupadas por freguesias muito juntas que fazem uma povoação continuada, guardando entre si ordinariamente a distância de um quarto ou meia legoa, a não contar o proprio numero daquellas que se achão mais dispersas no interior das serras”⁴³⁶. Esta distribuição populacional, justificava-se pela maior aptidão agrícola dos solos das ribeiras, contrariamente aos das regiões montanhosas, mais pobres e, mais propícios às pastagens, o que, em parte, explicava alguns dos “vazios humanos” das serras alto-minhotas.

A oposição Ribeira/Montanha, longe de contribuir para o absoluto isolamento das respectivas populações, propiciava actividades de inter-relação entre os dois “mundos”, pois a actividade agrícola, apesar de se localizar, preferencialmente, nos vales, exigia uma complementaridade com a montanha. Era aos “montes” (mui-

tas vezes baldios), que o agricultor ia procurar os adubos naturais com que fertilizava os campos. No sentido inverso, os habitantes da “montanha” recorriam à “ribeira” para aí se abastecerem de produtos que não produziam. Deste modo, facilmente se podiam estabelecer trocas e relações comerciais entre estes dois espaços, na maior parte das vezes, apenas com carácter local e das quais as feiras deixam um importante testemunho.

Do ponto de vista económico, as populações do Alto Minho revelavam uma forte tradição rural, de estrutura doméstica e de subsistência, assente no cultivo do milho, do vinho e da criação de gado. Contudo, a generalidade da produção obtida era pouco importante e não permitia a obtenção de excedentes suficientes para exportação para outras áreas, especialmente numa época em que o comércio de vinhos e de aguardentes passou a ser monopólio da Companhia do Alto Douro, limitando uma das mais importantes exportações regionais: os vinhos de Monção e da Ribeira Lima.

Desta forma, o circuito comercial mais dinâmico, seria o realizado no interior da área em análise, cuja esfera de influência se estendia também à vizinha província da Galiza. Estas ligações comerciais, especialmente ao longo da raia seca, parecem denunciar um crescimento no dinamismo do comércio terrestre em detrimento do comércio marítimo com esta província espanhola, o que a ser verdade, confirma a existência de uma redeslocação dos circuitos comerciais externos do litoral para o interior, a partir do momento em que foram tomadas medidas para se limitar o comércio entre Viana e os demais portos da Galiza. Não obstante, o comércio externo com outras áreas do país e mesmo com as colónias, realizado preferencialmente por via marítima, manteve-se e conheceu mesmo uma certa prosperidade nos finais do século XVIII e inícios do século XIX, e nem mesmo as invasões francesas conseguiram inverter, completamente, esta tendência.⁴³⁷

O comércio interno, por sua vez, dependia das feiras que se realizavam, em grande número, ao longo dos principais vales e nas localidades mais populosas, certamente onde um maior número de consumidores faria animar o comércio local e onde uma maior variedade de produtos incentivaria um maior intercâmbio. Estes

circuitos comerciais assentes nas feiras, apoiavam-se nas vias de comunicação terrestres e fluviais, por onde transitavam mercadorias e pessoas. No final do século XVIII, a rede viária do Minho mantinha, praticamente sem qualquer alteração significativa, os grandes traços da fisionomia do traçado romano-medieval. Não nos devemos esquecer que, a rede viária, estava fortemente condicionada pelo relevo e pela hidrografia, obstáculos difíceis de ultrapassar com a tecnologia de então. Não surpreende, por isso, que as fontes documentais se refiram à má construção e estado de conservação das estradas e caminhos, apontando, ainda, o insuficiente número de pontes para se vencerem os rios e ribeiros da região,⁴³⁸ o que dificultava a comunicação entre as povoações e, conseqüentemente, o comércio e o progresso da agricultura.⁴³⁹

Este tema mereceu, desde sempre, a atenção da Academia das Ciências de Lisboa e de todas as agremiações e sociedades criadas com idênticos fins que, através dos seus sócios e correspondentes, inspirados nos ideais fisiocráticos e iluministas da época, pretendiam contribuir para o desenvolvimento económico e o bem estar do país, considerando, para isso, ser necessário desenvolver as infra-estruturas de apoio à economia, ou seja, construção ou renovação de portos marítimos ou fluviais, melhoramento e construção de estradas e pontes, fomento da navegabilidade de alguns rios e da construção naval, etc.

Podemos referir o papel da Sociedade Económica dos Bons Compatriotas, Amigos do Bem Público de Ponte de Lima, que patrocinou alguns dos principais projectos de navegabilidade e encanamento dos rios do Noroeste português, nomeadamente do rio Lima, bem como a reestruturação do porto de mar e Viana (do Castelo), ainda que não tenha tido sucesso, porque estes planos não foram concretizados.⁴⁴⁰ Villasboas, que considera estas obras vitais para a dinamização económica da província, ao demonstrar as vantagens do transporte fluvial em detrimento do transporte terrestre, advoga que seria através da navegação fluvial que se efectuariam as principais trocas comerciais entre o interior e o litoral, pois esta permitia o transporte de uma maior quantidade de mercadorias e

de forma mais rápida, ao mesmo tempo que a renovação dos portos do Noroeste relançaria o comércio externo.⁴⁴¹

Se existissem dúvidas sobre os benefícios extraídos destes projectos, uma avaliação feita pela Câmara Municipal de Viana, a propósito do financiamento das obras de encanamento do rio Lima (cuja maior contribuição seria dada pelos comerciantes vianenses) propõe “que as Vilas de Ponte, Arcos e Barca, a de Barcelos, Caminha e Vila Nova, Valença, Monção, Valadares e Melgaço contribuam semelhantemente para a obra; pois que dela hão-de receber também seus interesses se se julgarem realizados os que propõem os mesmos negociantes”,⁴⁴² o que confirma um maior dinamismo económico do vale (inferior) do Lima, cuja vitalidade do seu circuito económico, influenciaria não só todo o Alto Minho, como também algumas áreas a Sul do mesmo rio.

De qualquer modo, as propostas para a dinamização económica da região, não se esgotariam na navegabilidade do rio Lima: Villasboas propõe o aproveitamento das águas de muitos dos ribeiros existentes, tanto para o estabelecimento de sistemas de rega (talvez como aquele que figura no seu mapa para o rio Este), e do qual beneficiaria a agricultura local, como para o aproveitamento industrial, nomeadamente as fábricas de papel (semelhantes àquelas que localizou no rio Vizela), e de algodão, nos rios Coura, Vez e Vade, com a vantagem de se criarem inúmeros postos de trabalho, empregando-se a mão-de-obra que, regularmente, abandonava a província em busca de melhores oportunidades.

Outra das medidas a implementar, seria o aproveitamento dos recursos locais, nomeadamente os recursos silvícolas, que abundavam nas serras da Peneda e, sobretudo, na do Gerês, dado que se tratava de madeira de boa qualidade para a construção naval e poderia ser facilmente transportada pelos rios, diminuindo-se, deste modo, a necessidade de importação de madeira estrangeira, o que se fazia anualmente para se suprirem as necessidades locais.⁴⁴³ Será esta, porventura, a razão que terá levado o autor do *Mappa da Província do Minho* a assinalar a existência daquilo que parece ser um bosque, na serra da Peneda, com um símbolo que não figura na legenda do mapa. Em todo o caso, parece-nos importante

salientar que a economia da região não assentava, em exclusivo, numa economia agrícola de subsistência.

4 – A Defesa das Comarcas fronteiriças

Como já tivemos oportunidade de afirmar, o engenheiro Villasboas, legou várias memórias de cariz militar defensivo e ofensivo, algumas delas acompanhadas de um mapa. Em todo o caso, e porque o contexto político, diplomático e militar dos finais do século XVIII fazia pairar no ar a ameaça de guerra com Espanha, os elementos militares, não deixaram de estar presentes nos mapas de Villasboas, fossem eles originais, cópias ou variantes.

Desta forma, foi possível fazer uma leitura geoestratégica defensiva para a Província do Minho, a partir das informações figuradas no mapa. Nesta leitura, apenas recorremos aos exemplares manuscritos, nomeadamente o exemplar da Biblioteca Nacional (versão 1794-96) e os exemplares da versão de 1798. Estas versões foram confrontadas com o mapa impresso na versão Trant (1813), pois este foi elaborado também num contexto de guerra, ainda que ligeiramente diferente, mas revela um claro aproveitamento das potencialidades do mapa de Villasboas para os interesses militares. O resultado final, foi sintetizado no mapa 6. Estas informações foram complementadas com as memórias escritas por Villasboas.

Entre os diversos elementos de carácter militar figurados nos diferentes mapas os que mais facilmente se destacam, são os fortes, praças-fortes e outras obras militares, dispostos ao longo da fronteira e do litoral e que constituíam uma espécie de “linha” de defesa da Província. Devemos, contudo, ressaltar que nem todas estas obras de carácter eminentemente defensivo se apresentavam em perfeitas condições para resistirem a um ataque inimigo. Efectivamente, a maior parte das grandes obras militares havia sido construída aquando da Guerra da Restauração, tendo sofridos sucessivos melhoramentos nas décadas seguintes mas, entretanto, as concepções de estratégia e de tática militar, haviam mudado significativamente, relegando o papel desempenhado pelas fortifi-

que, a defesa da raia seca se estabelecia em locais estratégicos que correspondiam às entradas naturais. De facto, devido ao relevo, qualquer exército vindo de Espanha, porque não poderia manobrar com facilidade em terrenos de montanha, teria de procurar estas entradas, desde há muito conhecidas e protegidas. Em 1796, Villasboas identificava quatro passagens principais: o vale do rio Homem, o vale do rio Lima, o planalto de Castro Laboreiro e o vale do rio Minho.

Assim, a linha de defesa da fronteira terrestre era assegurada pela “casa da guarda” existente em Vilarinho das Furnas, uma bateria com 4 peças de artilharia, complementadas por uns entrincheiramentos na serra Amarela, cuja função seria a de vigiar a Portela do Homem, por onde passava a antiga via romana de Braga a Astorga, ainda em uso, e onde poderia entrar o exército inimigo.⁴⁴⁵ Com o intuito de evitar a sua utilização numa possível invasão, os habitantes de Vilarinho da Furna, haviam destruído a ponte que cruzava o rio Homem, durante a Guerra de 1640. Uma vez que não mais foi recuperada e sabendo que o vale do rio Homem era bastante estreito, a defesa desta entrada natural era considerada fácil, entendendo-se, também, como pouco provável a sua utilização em caso de invasão, tendo Villasboas aconselhado ser suficiente recuperar as obras de defesa já existentes. Em todo o caso, os habitantes de Vilarinho da Furna estiveram isentos de prestarem serviço militar, em troca de assegurarem a defesa desta passagem, algo que, entretanto tinha sido mudado com uma nova lei de recrutamento militar.⁴⁴⁶

A linha de defesa da raia terrestre do Alto Minho (e da própria Província) continuava pela segunda linha de comunicação natural com a Galiza: o vale do Lima. Na sua entrada em território português, o rio corre num vale muito estreito e apertado, com vertentes declivosas, sendo a única via de comunicação, a estrada situada na margem esquerda, que era vigiada e controlada pelo castelo do Lindoso, assim caracterizado pelo autor: “[...] é um castello bastante alto, com muralha, e huma especie de baluartes, em que mal pode manobrar a artilharia: tem dentro quarteis para 50 ou 60 homens, e 7 peças de ferro, algumas arruinadas: o terreno

circunvizinho he altibaixo, por isso oferece esconderigios, que do castello se não descobrem [...]”.⁴⁴⁷ O mesmo autor já havia referido, em 1796, que o forte era de pequeno valor e, devido às alterações ocorridas nas concepções estratégicas, ao longo de todo o século XVIII, os exércitos já não arriscavam um ataque directo às muralhas bastionadas, a menos que isso representasse a conquista de um objectivo militar essencial, ou a obtenção de um importante saque, o que não era o caso.⁴⁴⁸

De qualquer forma, a situação do Lindoso era especial. Como já tínhamos comentado, havia uma permanente disputa entre as populações do Lindoso e as galegas, em relação aos limites daquela parte da fronteira, levando a uma situação de “guerra continuada”.⁴⁴⁹

Com o intuito de melhorar a defesa daquela passagem, Villasboas sugeria que a artilharia do castelo fosse levada para a margem portuguesa do rio Cabril, que servia ali de fronteira, e se construíssem duas baterias de campanha, e que através de fogo cruzado, seria suficiente para sustentar uma tentativa de invasão. Este novo sistema defensivo seria assegurado por 32 artilheiros e outros tantos soldados de infantaria, coadjuvados pela população local. Podemos ver este sistema de trincheiras e de baterias no *Desenho Topographico de uma porção do terreno do Concelho de Lindoso...* elaborado por Villasboas, em 1803, para ilustrar a disputa territorial naquela parte da fronteira (figura 29). Quanto ao castelo, ser-lhe-ia reservada uma função de quartel das tropas.⁴⁵⁰

O território fronteiriço entre os vales dos rios Lima e Minho, era ocupado pela vasta serra da Peneda, considerada intransponível por um exército moderno, não obstante os caminhos existentes no planalto de Castro Laboreiro, por onde comunicavam as populações locais, de ambos os lados. Em todo o caso, estas estradas estavam, como se pode ler no mapa de 1798, em muito mau estado de conservação, dificultando a progressão de um qualquer exército que pretendesse viajar com todo o seu trem de artilharia e provisões. Na eventualidade de esta situação ocorrer, era aconselhado um ataque imediato nesta área, de forma a limitar as possibilidades do inimigo. De qualquer forma, para a vigilância e protecção desta área, existia o castelo de Castro Laboreiro, de planta medie-

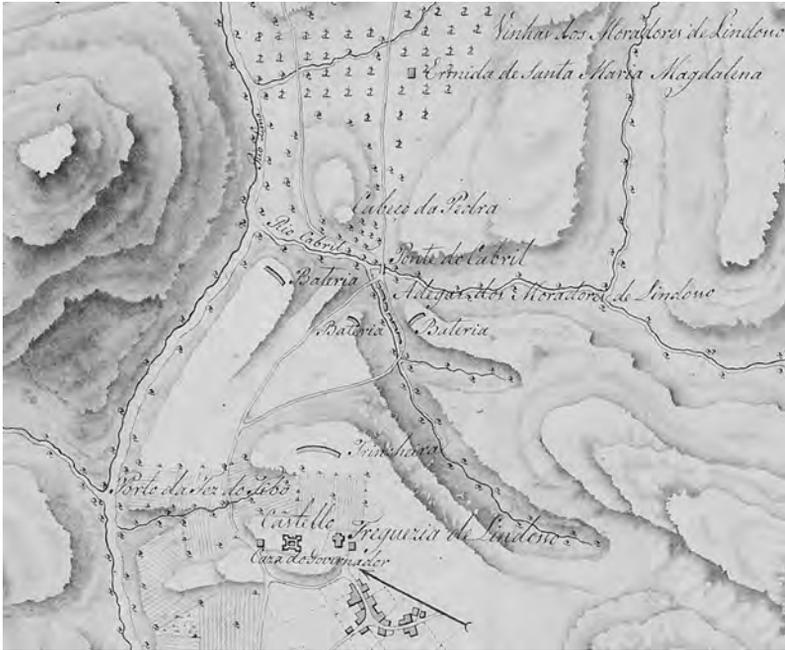


Figura 28 – Pormenor do *Desenho Topographico do Lindoso*

val reformulada ao longo dos anos de acordo com as exigências militares, equipado com algumas peças de artilharia.⁴⁵¹

Desde Castro Laboreiro, à entrada do rio Minho, a fronteira era estabelecida pelo vale do rio Trancoso – também designado por “rio das Várzeas” – cujo vale de margens abruptas era considerado impenetrável. Os únicos pontos de passagem seriam as duas pontes assinaladas no mapa: a Ponte de Pouzafolles, ainda em área de montanha, e a Ponte das Várzeas, construída em madeira no lugar de S. Gregório. Por ocasião da Guerra Fantástica (ou Guerra dos Sete Anos), em 1762, foi construído um pequeno reduto para vigiar a estrada do vale do rio Minho, embora tivesse sido considerado arruinado em 1800.⁴⁵²

A partir da foz do Trancoso, a fronteira entre Portugal e a Galiza passava a ser estabelecida pelo curso do rio Minho, considerado

por Villasboas “[um] formidável fosso aquatico das praças fronteiras, com 80 a 100 braças de largura media, e barreira de força activa que em tempo de guerra equivale a muita tropa e reduplica a defesa daquellas praças.⁴⁵³

A primeira das defesas da fronteira Norte do Alto Minho, seguindo o curso do rio de montante para jusante, era a vila de Melgaço, equipada com 15 canhões e uma “obra coroa” (fortificação exterior à muralha), sobre a estrada para a Galiza. O castelo, de muralha circular e antiga, não era considerado apto para a defesa, pelo que, Villasboas o indicava para servir de quartel e armazém de víveres das tropas estacionadas naquela parte do território.

Deste modo, a defesa da entrada do rio Minho, deveria ser feita no rio Trancoso, onde seria necessário construir alguns entrincheiramentos, equipados com os canhões de Melgaço, ao mesmo tempo que se demoliria a ponte das Várzeas, a fim de dificultar o movimento inimigo.

Em caso de invasão, as tropas portuguesas retirar-se-iam para as montanhas oferecendo a maior resistência possível. Combinando as características do terreno com os meios militares, era possível opor uma eficaz resistência ao invasor, apenas com um pequeno número de homens: 32 artilheiros, um batalhão de infantaria e alguma milícia e ordenanças, se o inimigo fosse em número muito superior, poder-se-ia recorrer aos reforços de Monção.⁴⁵⁴

Em 1800, Villasboas indicava já que a ponte das Várzeas estava “arruinada” e o castelo de Melgaço havia sido desguarnecido da sua artilharia, havia pouco tempo.⁴⁵⁵ O autor nada diz sobre uma possível existência dos entrincheiramentos, mas esta informação poderá constituir um indício das preparações para a defesa da Província, seguindo as directrizes apontadas por aquele engenheiro militar.

O seguinte ponto de defesa era a praça de Monção. O vale do rio Minho, desde a sua entrada até esta vila, corria apertado por margens escarpadas, sobretudo a margem Norte, o que dificultava a sua passagem. Vila Boas identificava apenas um local onde seria possível ao inimigo atravessar o rio: o lugar do “salto”, situado a meio caminho entre Melgaço e Valadares (o local está perfeitamente identificado nas diversas variantes do *Mappa da Província*

do Minho). Este ponto fraco, na linha de defesa portuguesa, era já conhecido dos espanhóis que, em conflitos anteriores, haviam tentado ali atravessar o rio, pelo que os portugueses construíram uma bateria provisória, que deveria ser renovada e construída com melhor qualidade.

Um pouco mais a jusante deste local ficava situada a praça-forte de Monção, guardiã da navegação fluvial do Minho e da estrada que conduzia ao interior da província. Era uma fortaleza antiga, reconstruída à maneira “moderna” por Lescolles, no decorrer da Guerra da Restauração. Possuía 10 baluartes, um terraplano e uma espécie de fosso. Em 1800, tinha quartéis para “4 companhias de cavallos, e para hum batalhão d’Infantaria, e 15 peças de guarnição, das quais 9 são de bronze”.⁴⁵⁶

Na margem galega, frente a Monção, ficava o forte de Salvaterra do Minho, construído pelos portugueses no século XVII, considerado, nesta época, de pouco valor. Imediatamente a jusante, localizava-se a “Gandara”, uma pequena planície inculta onde seria possível acamparem 8 a 10 mil homens (versão 1796) ou 4 a 5 mil (versão 1800).

Em todo o caso, a praça de Monção era considerada defeituosa, tendo-se identificado os principais problemas: primeiro, o seu tamanho exigia muita artilharia e uma grande guarnição; segundo, faltavam-lhe os meios necessários para enfrentar uma ameaça real e terceiro, a irregularidade do terreno envolvente, facilitava a aproximação do inimigo. O autor considerava que, sem qualquer intervenção, a praça apenas poderia resistir quinze dias a um cerco. Desta forma, exigiam-se algumas obras de reforço no seu circuito fortificado, aumentando-se a sua artilharia e guarnição. Para além disto, seria necessário fazer alguns entrincheiramentos no exterior da praça, de forma cobrir qualquer ataque inimigo e formar algumas baterias junto da margem, de forma a impedir qualquer tentativa de travessia.⁴⁵⁷

A estrada que partia em direcção Sul, para as vilas de Arcos e ponte da Barca e daí até Braga, seria uma das principais vias para a invasão da Província. Vila Boas evoca alguns episódios históricos de utilização desta via pelo inimigo, de forma a chegar ao

coração do território de Entre Minho e Lima. O autor relembra o “Torneio de Valdevez”, que se terá travado perto dos Arcos, num local conhecido por “Veiga da Matança”, e que foi identificado e localizado nas versões de 1794-96 e 1798, do *Mappa da Província do Minho*.

Relembre-se que durante as campanhas da Restauração, o exército espanhol, depois de conquistar Monção, dirigiu-se à vila dos Arcos, ocupando toda a parte oriental do território de Entre Minho e Lima. Com o intuito de travar os movimentos inimigos, haviam sido construídos dois fortins no sítio da Portela do Extremo, mas que caíram em poder do inimigo. Em 1796, apenas existiam vestígios destes fortes, que não tinham um carácter permanente e nem sequer figuram no mapa de 1798, mas Villasboas aconselhava a sua fortificação.⁴⁵⁸

Continuando o percurso do rio Minho para jusante – que agora corria num vale cada vez mais alargado e de margens, progressivamente mais baixas – à praça de Monção seguia-se a praça-forte de Valença. Nesse espaço, apenas um local se afigurava passível de ser atravessado: o vau de Carrexil. Este local está assinalado nas variantes do Mapa, figurando nas versões de 1794-1796 e de 1813, um pequeno forte na margem portuguesa, identificado como “forte de Carrexil”, ainda que o autor nada tenha dito a seu respeito em qualquer das memórias. A Torre da Lapela, situada um pouco a montante deste local, não poderia ser considerada uma fortificação.

A praça de Valença era tida como o melhor ponto do dispositivo de defesa do vale do Minho, mas apresentava, ainda assim, várias deficiências.⁴⁵⁹ No entanto, a sua posição e manutenção era essencial, pelo que deveria sofrer algumas obras de ampliação, considerando Villasboas que se deveria seguir o sistema de Montalambert e não o de Vauban, revelando, assim, mais uma vez, os recentes ensinamentos teórico-práticos adquiridos durante a sua formação militar.⁴⁶⁰

Em caso de ocupação da praça – na época defendida por 30 canhões em bom estado – e como o inimigo poderia invadir a Província pela estrada que se dirigia a Ponte de Lima, era acon-

selhada a fortificação das portelas da Labruja e Camboa, à semelhança da do Extremo.⁴⁶¹

Um pouco a Sul de Valença, ficava o campo de Tuído, utilizado como local de treinos militares e onde poderia acampar tropa, entre 15 a 20 mil homens (versão 1796), ou 10 a 12 mil (de acordo com a informação do mapa de 1798), ou 5 a 6 mil (versão de 1800)!⁴⁶²

Em direcção à foz do rio Minho, a praça-forte seguinte era a de Vila Nova de Cerveira, situada a duas léguas de distância de Valença. Nas suas memórias geográficas e militares, Villasboas não indica qualquer ponto de passagem do rio Minho, entre aquelas duas praças. Contudo, o facto de ter registado os dois fortes (ou fortins) de S. Pedro da Torre (só nas versões de 1794-96 e de 1813) faz supor que aquele ponto poderia ser utilizado para uma tentativa de travessia do inimigo, tal como tinha sucedido na Guerra da Restauração, quando os espanhóis construíram o forte de S. Luís Gonzaga, na margem portuguesa e criaram uma testa de ponte com o forte galego de Amorim, na margem oposta, o que motivou a construção destes dois fortins por parte dos portugueses. No final do conflito, o forte ficou posse destes mas foi rapidamente abandonado.⁴⁶³

O local apontado por Villasboas como provável ponto de travessia seria Lanhelas, um pouco a jusante de Vila Nova de Cerveira, pois, apesar do mau estado generalizado das defesas daquela praça e do forte de apoio – Lovelhe – ainda era capaz de opor alguma resistência a qualquer tentativa inimiga, ainda para mais se as suas defesas fossem reforçadas com entrincheiramentos na margem do rio, tal como já tinha sido feito em ocasiões anteriores.⁴⁶⁴

Como se comprova pela observação do mapa, defronte de Lanhelas existiam algumas ínsuas que facilitavam a travessia do rio. A partir daí, o inimigo poderia dirigir-se à ponte de Vilar de Mouros, atravessando o rio Coura na ponte medieval e, pela margem esquerda, poderia aproximar-se perigosamente de Caminha, a última praça-forte da linha do Minho, que apesar da sua extensa fortificação, estava mal posicionada e mal guarnecida, podendo ser surpreendida de flanco.⁴⁶⁵

A defesa de Caminha complementava-se com o forte de N^a Senhora da Ínsua, localizado na foz do rio Minho, dispondo de 12 canhões e quartéis para algumas dezenas de homens. A partir de Caminha, a estrada para Viana ficava praticamente livre. O único ponto de maior dificuldade seria a passagem do rio Âncora, cuja foz estava protegida pelo forte da Lagarteira, com 4 canhões, que também vigiava a estrada, mas não poderia oferecer grande resistência. Além disso, a passagem do rio poderia ser feita, como demonstra o mapa de Villasboas, um pouco mais a montante, por uma ponte. Assim, ficava desimpedido o caminho para Viana.

Deste modo, o autor considerava essencial ampliar a capacidade de fortificação da praça de Caminha (à semelhança de Valença e de Monção), e proceder a alguns entrincheiramentos e à construção de baterias na ponte de Vilar de Mouros e no rio Âncora. Nos ribeiros da serra de St^a. Luzia, já depois do rio Âncora, propunha-se construir alguns diques de forma a criar uma espécie de “lago-fosso”, ao mesmo tempo que os entrincheiramentos junto do litoral e os da serra, cruzariam os seus fogos de modo a parar o inimigo. Finalmente, uma bateria no topo de St^a. Luzia de modo a coordenar os seus disparos com os do castelo de Santiago, na foz do rio Lima, poderiam impedir o inimigo de chegar a ocupar a vila de Viana.

Por fim, uma breve análise à defesa costeira. Quando se esperava uma ameaça terrestre, os fortes dispostos ao longo do litoral, entre a foz do rio Minho e a foz do rio Lima, teriam pouca utilidade estratégica, contudo, poderiam oferecer um importante apoio, para impedir qualquer desembarque de auxílio às tropas terrestres. A construção dos fortes remonta à Guerra da Restauração, estando terminados no início do século XVIII. Desde Caminha e para além do forte da Ínsua e da Lagarteira, existiam o forte do Cão, o forte (do Rego) das Fontes (actualmente denominado de “Paçô”, “Montedor”, ou “Carreço”) e o forte de Seixas (actualmente conhecido por “castelo velho” ou “fortim da vinha”).⁴⁶⁶ A barra do rio Lima era protegida pelo castelo (forte) de Santiago e por um fortim existente numa plataforma, sensivelmente a meio do rio.⁴⁶⁷

Conclusão

No decorrer do nosso trabalho, fomos acompanhando o processo de centralização dos poderes e de construção do Estado português entre os séculos XVII e XVIII. Recordámos, também, que a Coroa foi, progressivamente, criando um aparelho institucional e um corpo de funcionários, cuja missão era a de recolher o maior número possível de informações, de carácter demográfico, militar, geográfico e económico, de forma a permitir um maior controlo territorial e tornar a administração mais eficaz.

Durante as duas centúrias, a cartografia desempenhou um papel particularmente importante, tendo-se tornado num dos principais instrumentos do poder central. Ao analisarmos a história da cartografia regional portuguesa, concretamente a da Província do Entre Douro e Minho, constatámos que a utilização desta teve, numa primeira fase, duas vertentes: na primeira, servindo de suporte a decisões militares; na segunda, usada como complemento das descrições geográficas e corográficas do território, ambas servindo propósitos e objectivos diferentes e assumindo, por essa razão, características diferentes.

Assim, os mapas regionais de carácter militar eram, habitualmente, manuscritos, levantados e desenhados por engenheiros militares e de restrita divulgação. A sua produção estava associada a interesses estratégicos e geopolíticos, pelo que, sempre que o País se envolvia num importante conflito, susceptível de ameaçar os seus territórios – como foram os casos da Guerra da Restauração e da Guerra dos Sete Anos – ou quando pretendia alcançar importantes objectivos territoriais no quadro internacional como a delimitação das fronteiras do Brasil – a Coroa tratava de constituir um corpo

de técnicos, muitos dos quais estrangeiros, capazes de concluir os levantamentos cartográficos pretendidos.

Muitos dos exemplares manuscritos hoje existentes, correspondem a cópias efectuadas por engenheiros portugueses (ou aprendizes desse ofício), como forma de aperfeiçoamento das técnicas de desenho cartográfico, sendo parte destas, cópias de exemplares impressos, o que indicia que os mapas manuscritos eram de circulação muito restrita.

Dado que cada exemplar manuscrito foi, muitas vezes, elaborado por autores diferente, a imagem da Província do Minho varia, significativamente, para cada um dos exemplares – como resultado dos objectivos definidos para cada mapa, das técnicas utilizadas e do próprio conhecimento do terreno que cada um dos autores possuía – daqui resultando várias imagens diferentes. Assim sendo, poderemos concluir que estas imagens permaneceram reservadas a uma elite dirigente e/ou militar que, em princípio, não terá contribuído para difundir uma imagem de conjunto da província entre um mais largo público.

Por seu turno, os mapas “ilustrativos” eram, frequentemente, impressos, desenhados ou redenhados por cartógrafos, geógrafos ou simplesmente por técnicos gráficos (gravadores) que se socorriam de diferentes fontes cartográficas e escritas, perpetuando, dessa forma, a mesma imagem ao longo do tempo. Eram mapas pouco precisos, possuíam características generalistas (dependendo das fontes, podia destacar-se um ou outro fenómeno) e tinham, tanto quanto possível, uma ampla divulgação.⁴⁶⁸ Facilmente se constata que a produção destes mapas não dependia só da vontade ou dos interesses estatais mas, quase sempre, de interesses particulares. À medida que as técnicas de reprodução e de impressão gráfica se aperfeiçoaram, o acesso à cartografia deixou de ser um privilégio, apenas ao alcance de uma minoria, e rapidamente transformada num negócio.

Frequentemente, os exemplares foram associados a outras publicações de carácter descritivo – geografias e/ou corografias – como forma de complemento das descrições, ainda que raramente se encontrem nos textos referências explícitas aos mapas. Em todo

o caso, este tipo de publicação permitia divulgar uma determinada imagem cartográfica, perante um público pouco sensibilizado para com a cartografia e que, doutra forma, não teria possibilidade de lhe aceder.

Esta posição tradicional da cartografia terrestre sobre Portugal só se alterou no momento em que a Coroa surgiu como a entidade responsável pelo planeamento e ordenamento do território sob sua administração, com o intuito de o modernizar e de promover o desenvolvimento económico. Para além da construção de inúmeras infra-estruturas públicas – como era o caso dos portos marítimos, o encanamento de rios, a construção de pontes e outros edifícios públicos – a modernização do país exigia que a Administração Central exercesse um efectivo controlo sobre todo o território português, pelo que era fundamental implementar uma reestruturação administrativa.

Assim, especialmente a partir dos meados do século XVIII, a cartografia regional portuguesa desempenhou uma nova função, tornando-se num instrumento de planeamento e ordenamento do território. Devemos referir, no entanto, que já anteriormente haviam sido realizados outras obras públicas, cujos projectos foram elaborados por engenheiros militares, mas verifica-se, agora, e pela primeira vez, a existência de um projecto global, coordenado centralmente pela Coroa, obedecendo a uma estratégia de controlo do espaço.⁴⁶⁹ Estava dado o primeiro passo rumo à institucionalização da cartografia científica, entendida como instrumento de auxílio para a tomada de decisões da administração estatal.⁴⁷⁰

É neste contexto de evolução da cartografia regional terrestre portuguesa que se insere o trabalho do engenheiro militar Villasboas. Ao analisarmos com atenção as principais características dos seus mapas, constatámos que o autor dispensou alguns cuidados especiais na forma como os elaborou, utilizando técnicas de levantamento geodésico, cálculo das coordenadas geográficas e figuração de um conjunto de elementos e de fenómenos para além da topografia – elementos administrativos, sociais, económicos, militares, etc. – capazes de responder a diferentes objectivos e propósitos. Prova disto, é o facto do *Mappa da Província do Minho* ter tido

uma ampla utilização ao longo das décadas seguintes, por parte das autoridades administrativas para os mais diversos fins, pois o mapa constituía o principal e o mais rigoroso fundo cartográfico da Província do Minho, só tendo sido substituído pelas folhas da *Carta Geral do Reino*, levantada de acordo com os modernos conhecimentos e técnicas geodésicas e topográficas, nos finais do século XIX.

A figuração da divisão administrativa regional em destaque, representada, pela primeira vez, de forma completa e recorrendo à coloração, assim como a inclusão de quadros estatísticos demográficos, cujos valores se reportam às unidades territoriais representadas, fazem-nos considerar que estamos na presença do primeiro mapa temático (ou pré-temático) da Província de Entre Douro e Minho e, certamente, num dos primeiros exemplares portugueses deste tipo de cartografia. Este pormenor, levou-nos a estabelecer um paralelismo com a cartografia francesa da mesma época, pois, aquando da reforma administrativa em França – que também decorreu na década de 1790 – surgiram alguns mapas regionais que figuravam quadros estatísticos-demográficos ao lado, denunciando, o progressivo interesse do Estado pela estatística.⁴⁷¹

Contudo, devido à existência de muitas outras informações, para além da divisão administrativa, não se torna fácil classificar o exemplar.⁴⁷² Em todo o caso, estamos convencidos que o mapa constitui um bom exemplar daquilo que se pode designar por “cartografia especial” que, como era característica no século XVIII, assumia um tipo misto ou “híbrido”, pois aliava as características da cartografia geral (topografia, rede hidrográfica, relevo, povoamento...) às características da cartografia temática, como por exemplo a divisão administrativa/jurídica ou os dados populacionais.⁴⁷³ Estes tipos de mapas foram os percussores da cartografia temática portuguesa, que se desenvolveu, sobretudo, a partir de meados do século XIX.⁴⁷⁴

Em todo o caso, a presença da divisão administrativa comprova a utilização deste mapa como um claro instrumento de poder, por parte das autoridades centrais que pretendiam impor uma nova ordem espacial, ao mesmo tempo que tentavam limitar o poder de

outros grupos sociais, concretamente a nobreza e o clero, ao eliminar as honras e os coutos.⁴⁷⁵ Aliás, a existência das instruções sobre os métodos a utilizar no levantamento dos mapas, para cada uma das províncias portuguesas, propostos pelo brigadeiro e lente de artilharia, Custódio Gomes de Villasboas, em 1789, e o facto de o *Mappa da Província do Minho* apresentar inúmeras características que parecem indiciar que as suas reflexões foram tomadas em linha de conta (não esquecer, também, o grau de parentesco entre o teorizador do projecto e o seu autor), vêm demonstrar que a cartografia era considerada, pelas autoridades centrais, como um instrumento de poder.

Assim, o *Mappa da Província do Minho do Entre Douro e Minho* marca, de certa forma, uma ruptura com a tradição cartográfica anterior, ao mesmo tempo em que se afirma como um exemplo do novo rumo da cartografia regional nacional. A leitura espacial dos fenómenos representados na carta e respectivas variantes, comprova a grande utilidade da cartografia que, deste modo, fornecia à Administração uma imagem tanto mais completa e alargada aos vários domínios da sociedade, sobre um determinado território, cujo domínio se tornava cada vez mais facilitado.

Ao fazermos o mesmo exercício, a partir dos mapas e das descrições geográficas de Villasboas, conseguimos reunir um conjunto de informações de carácter demográfico, económico, social, etc., bastante homogéneo, que permitiu obter um “retrato” de um território, das populações e das actividades económicas, entre o final do século XVIII e o início do século XIX (1794-1805). Naturalmente, esta imagem poderá ser complementada e confrontada com outras obtidas a partir de outras fontes.

Para o estudo de História das Populações, as fontes cartográficas revelaram-se muito úteis na análise da distribuição espacial da população e do tipo de povoamento, aspectos que, nem sempre foram tidos em conta em anteriores análises no quadro desse campo do saber. Para além destes fenómenos, e, como os mapas antigos veiculam um conjunto variado de informações – económicas, militares, políticas, topográficas, etc. – a análise populacional nunca resulta isolada, pelo contrário, insere-se num contexto mais

vasto, que engloba, numa perspectiva geohistórica, as paisagens, a economia, a política, a sociedade...

Naturalmente, os resultados finais constituem um contributo interdisciplinar para a História das Populações. Neste campo de investigação, se a Demografia Histórica contribui para o enriquecimento da informação demográfica histórica, a Geografia, recorrendo a fontes cartográficas, fornece uma interpretação espacial dos diversos fenómenos, incluindo os dados demográficos/populacionais. Concluimos, então, que a Geografia e a Cartografia podem ocupar uma posição de charneira dentro da História das Populações, completando-a e complementando-se, com o cruzamento de diferentes fontes. Assim, “os mapas antigos podem ser úteis para controlar e criticar concepções que assentam sobre fontes dispersas e pouco seguras. Transmitindo o conhecimento que se tinha de uma região em dada altura, podem exprimir uma visão subjectiva da realidade, mas podem também constituir a expressão de fontes estatísticas ou outras que, ou não chegaram até nós, ou estão ainda por descobrir.”⁴⁷⁶

A reconstituição do território do Alto Minho, dotou a perspectiva da História das Populações, numa escala de análise regional, pouco usual, entre nós, neste tipo de estudos que, habitualmente privilegiam a escala local (a paróquia e/ou a freguesia).⁴⁷⁷ Deste modo, as informações coligidas, sintetizadas através das diferentes interpretações cartográficas, podem constituir bases de enquadramento e contextualização, para os estudos de carácter local, tanto mais que, as relações regionais (demográficas, comerciais, ou outras), nem sempre são perceptíveis, nem, tão pouco, podem ser apreendidas através do somatório dos vários estudos de micro-análise. Poderíamos apontar como exemplo a mobilidade regional da população, que se poderá relacionar com as vias de comunicação e com os movimentos comerciais identificados.

Em resumo, os resultados obtidos vêm comprovar que as metodologias utilizadas pela História da Cartografia e da Geografia Histórica, para além de incorporarem elementos fundamentais para a compreensão do passado das populações, introduzem novos métodos, novas técnicas e outras fontes de investigação, que são ca-

CONCLUSÃO

pazes de fornecer à História das Populações uma visão espacial diferente dos fenômenos, complementando-se com o contributo dado por outros ramos do saber.

NOTAS

- ¹ Cf. Ana Cristina Nogueira da SILVA (1998, pp. 19 e 20). Ver também António REGUERA RODRÍGUEZ (1993) e atente-se no paralelismo que parece existir entre as linhas de acção política do Despotismo Iluminado espanhol e a acção política portuguesa no mesmo período.
- ² O conceito de Estado surge, aqui, associado à Coroa e à Administração Central.
- ³ Para acompanhar o processo de centralização do poder político, especialmente durante o século XVII, ver a obra de António Manuel HESPANHA, 1994.
- ⁴ Refira-se desde já que, a cartografia terrestre do nosso país, adaptada às necessidades da Administração Central escasseava, à semelhança, aliás, do que ocorria na maioria dos países europeus.
- ⁵ Embora muito semelhante, esta delimitação, também não correspondia aos limites da Provedoria de Viana (cf. Fernando SOUSA e Jorge ALVES, 1997, p.15).
- ⁶ Jacques DUPÂQUIER (1984). Vamos considerar a Demografia Histórica como uma das várias abordagens possíveis para a História das Populações, considerada num sentido mais abrangente do estudo passado de uma população.
- ⁷ Cf. Carla OBERMEYER, 1997, pp. 813-818.
- ⁸ David KERTZER, 1997, pp. 839-846.
- ⁹ Sobre a utilização de cartografia como fonte para a reconstituição de territórios no passado, ver Paul HINDLE, 1998.
- ¹⁰ Ver A. Amorim GIRÃO, 1957, pp. 28-43.
- ¹¹ Consultar, a título de exemplo, a obra de A. Amorim GIRÃO e Fernanda VELHO (1954, pp. 58-68), sobre o *Numeramento Geral do Reino de 1527*.
- ¹² Michael PACIONE, 1987, p. 20.
- ¹³ Maria Fernanda ALEGRIA, 1986, p. 103.
- ¹⁴ A expressão “biografia do mapa” pertence a Brian HARLEY, 1995, p.12
- ¹⁵ Patrick O’FLANAGAN, 1996, p. 33.

- ¹⁶ Paul HINDLE, 1998, pp. vii-xi.
- ¹⁷ Ana Cristina Nogueira da SILVA, 1998, p. 19.
- ¹⁸ Cf. o primeiro capítulo da obra de António Paulo DUARTE, 2003, pp. 25-156.
- ¹⁹ João Carlos GARCIA, 2002, pp. 55-62.
- ²⁰ Para aprofundar o tema do Numeramento de 1527-32, consultar a obra de Júlia GALEGO e Suzanne DAVEAU (1986) e, mais recentemente, de Suzanne DAVEAU (2001, p. 7-39), que aborda a importância das descrições territoriais contidas no Numeramento e a sua utilidade para a Coroa portuguesa, nomeadamente para um possível levantamento cartográfico do país.
- ²¹ Cf. Monique PELLETIER, 2001, pp. 45-50.
- ²² Datam desta época alguns documentos cartográficos sobre o nosso território, que podem testemunhar a preocupação da coroa pela apreensão territorial, tanto a parte continental, como a parte ultramarina (cf. Beatriz Siqueira BUENO, 2001, pp. 267-281 e 2003, pp. 102-107).
- ²³ Entre outras obras sobre esta temática, consultar David BUISSERET, 1992.
- ²⁴ De facto, os principais conflitos que opuseram os diferentes estados europeus ao longo do século XVII não decorreram, em exclusivo, da afirmação do poder de cada soberano ou da necessidade de expansão nacionalista. Efectivamente, os mais importantes tiveram origem em disputas religiosas. Basta lembrar a Guerra dos 30 anos. No entanto, a guerra que os Países Baixos, a Catalunha e Portugal moveram contra Espanha, espelha já a emergência de sentimentos que já poderíamos classificar de nacionalistas, em oposição a uma potência que pretendia afirmar-se sobre as demais. Confirmar as principais motivações bélicas do século XVII, em Rui BEBIANO (2001, p. 93). Sobre o carácter nacionalista da Guerra da Restauração, ver Manuel António Fernandes MOREIRA, 1995, pp. 165-191.
- ²⁵ Margarida Tavares CONCEIÇÃO, 2001, pp. 825-839.
- ²⁶ É de salientar a presença do próprio Pagan em Portugal, nos primeiros anos da Guerra da Restauração, como que aproveitando para testar e/ou confirmar as suas teorias no campo da prática militar. “[...]decerto, terá existido neste período, não apenas uma mera importação de técnicas holandesas e francesas, mas uma experimentação inovadora, de que parece ser exemplo sintomático a presença do Marechal de Campo Blaise François [conde] de Pagan...” (cf. Margarida Tavares da CONCEIÇÃO, 2000, p. 32).

- ²⁷ Para a História da Engenharia Militar Francesa, em particular sobre o papel de Vauban e das suas técnicas de fortificação, ver a obra de Nicolas FAUCHERRE, 1996.
- ²⁸ Tratava-se de proteger e defender as “entradas naturais”, como o exemplo das praças-fortes ao longo da fronteira do Minho, especialmente a de Valença (cf. Rafael MOREIRA, 1986, p. 80).
- ²⁹ Convém lembrar que as táticas de combate da época preconizavam o controlo das praças-fortes que protegiam a linha de fronteira, limitando-se a acção dos exércitos a movimentações curtas em ambos os lados dessa linha. Para aprofundar este tema relacionado com a tática e a estratégia militar, assim como geopolítica e a diplomacia portuguesa neste conflito ver, entre outras, as obras de: Fernando CORTÉS CORTÉS, 1990; Carlos SELVAGEM (1994, pp. 377-383); Rui Alcântara CARREIRA (1995, pp. 1211-1218); João Vieira BORGES (2000, sobretudo as páginas 71-73), António Paulo David DUARTE, 2003, pp. 26-34; Manuel Themudo BARATA e Nuno Severiano TEIXEIRA (dir.), vol. 2, 2004; Rafael VALLADARES, 2006; Fernando Dores COSTA, 2004 e Gabriel ESPÍRITO SANTO, 2005, 2008 e 2009.
- ³⁰ Cf. Carlos CALLIXTO (1989, p. 215). Aquando da Restauração, em 1640, na Província de Entre Douro e Minho, apenas existiam fortificações modernas no litoral, como era o caso da fortaleza de Santiago da Barra em Viana, o forte de S. João Batista em Vila do Conde e o Forte de S. João, na Foz do rio Douro.
- ³¹ Refira-se, contudo, que a preocupação da Coroa pelo desenvolvimento da Engenharia Militar Portuguesa, remontava já ao século XVI e ganhou, até, um certo incremento com a União Ibérica. Foi mesmo na Aula da Esfera do Colégio Jesuíta de Santo Antão que, ainda antes da Restauração, alguns padres estrangeiros que ali leccionavam (Cosmader era um deles), introduziram os conceitos de tratadística matemática e fortificação holandesa e francesa. Bastará referir que Luís Serrão Pimentel, mais tarde Cosmógrafo e Engenheiro Mor do Reino, recebeu ali a sua formação técnica (cf. Beatriz Siqueira BUENO, 1998, p. 98-102 e Gustavo PORTOCARRERO, 2003, p. 31).
- ³² Estes nomes foram retirados de Sousa VITERBO, 1988. A consulta desta obra torna-se pertinente para se compreender o número de engenheiros militares, portugueses e estrangeiros ao serviço de Portugal, neste período. Contudo, ao contrário daquilo que nos indica a nacionalidade destes engenheiros, foi a escola holandesa, aquela que mais influenciou as obras portuguesas construídas neste período (cf. Margarida Tavares

da CONCEIÇÃO, 2000, p 32 e 33 e Beatriz Siqueira BUENO, 2003, p. 139).

- ³³ Uma resenha da História da Engenharia Militar em Portugal, pode ser consultada no trabalho de Rafael MOREIRA (1986, pp. 67-85) e de Miguel SOROMENHO, 2001, pp. 19-24. A chegada de técnicos estrangeiros e o estabelecimento da “Aula de Fortificação”, contribuiu para um período de renovação cartográfica no nosso país, tanto mais que, alguns daqueles engenheiros militares, mesmo depois da guerra, aqui fixaram residência, transmitindo os seus ensinamentos aos portugueses (cf. Suzanne DAVEAU, 1997, p. 36).
- ³⁴ Em Almeida e Penamacor a Escola liderada por Jerónimo Velho funcionava desde 1686, sendo o seu trabalho continuado por seu filho António Velho de Azevedo (cf. Margarida Tavares da CONCEIÇÃO, 2002, pp. 85-86).
- ³⁵ Cf. Rafael MOREIRA (1986, pp. 84-85) e António Matos REIS, 1989.
- ³⁶ Ver a carta que D. João de Sousa, Governador Militar da Província do Minho, enviou ao Secretário de Estado sobre os papéis que se encontraram de Miguel de Lescolles (cf. Luís GUERREIRO, 2001, p. 504).
- ³⁷ Apesar da Guerra da Sucessão de Espanha se ter iniciado logo em 1701, Portugal só se viu envolvido no conflito a partir de 1704 (cf. João Vieira BORGES, 2000, p. 86).
- ³⁸ Sobre a obra de Vilalobos, no que respeita à sua vida de engenheiro militar como de arquitecto civil e religioso, ver a dissertação de Miguel SOROMENHO, 1991, 3 vols.
- ³⁹ Este “Atlas” encontra-se, presentemente, nos arquivos da Sociedade de Geografia de Lisboa. A carta do litoral da província (sob a cota I/G/18), pode ser aquela que D. João de Sousa remeteu ao próprio monarca (D. Pedro II), em Abril de 1693 (cf. Luís R. GUERREIRO, 2001, p. 545).
- ⁴⁰ Margarida Tavares da CONCEIÇÃO, 2002.
- ⁴¹ António Matos REIS (1995, pp. 188 e 189); Mário Clemente FERREIRA (2001), Margareth da Silva PEREIRA (2001, pp. 369-381) e Beatriz Siqueira BUENO, 2003, pp. 339-343.
- ⁴² Cf. Maria Fernanda ALEGRIA e João Carlos GARCIA, 1991, p. 269.
- ⁴³ Sobre o papel desta Academia, ver a obra de Isabel Ferreira da MOTA, 2003.
- ⁴⁴ Jaime CORTESÃO, 1984, vol.II, pp. 327-337.
- ⁴⁵ Margarida tavares da CONCEIÇÃO, 2002, p. 85.
- ⁴⁶ Jaime CORTESÃO, 1984, vol.II, pp. 338-341.
- ⁴⁷ O colaborador mais próximo de Azevedo Fortes talvez tenha sido o Coronel Manuel da Maia que, após a sua morte, lhe vai suceder no posto

de Engenheiro Mor do Reino. Esta hipótese parece ser confirmada pelo facto de o seu nome surgir ligado ao levantamento da *Carta Topográfica que comprehende todo o terreno desde as cidades de Lisboa Ocidental e Oriental té a vila de Mafra...* que se encontra arquivada na Real Academia de la Historia, de Madrid, reproduzida na obra de Carmen MANSO PORTO, 1999, p. 32-33, mapa nº 14.

⁴⁸ Joaquim Veríssimo SERRÃO, 1982, vol. V, pp. 350-352.

⁴⁹ *Ibidem*, pp. 426-428.

⁵⁰ João Pedro FERRO, 1995, pp. 13-18.

⁵¹ António REGUERA RODRÍGUEZ, considera o Despotismo como o Absolutismo mais duro, ou seja, o Estado continua a confundir-se com a pessoa do Rei, que não permite qualquer ingerência. De qualquer forma, a partir da segunda metade do século XVIII, quando o déspota compreende que “(...) la aplicación de los principios ilustrados al arte de gobernar había redundar en beneficio del Estado, y por lo mismo en beneficio propio, se há convertido en un déspota ilustrado” (1993, p. 21). Para o caso português, ver os trabalhos de José Esteves PEREIRA (1983 e 1995) e José Luís CARDOSO (1997).

⁵² Há uma certa controvérsia entre alguns autores, principalmente estrangeiros, que consideram o governo do Marquês de Pombal despótico mas não iluminado. De qualquer modo, e como esta discussão não cabe aqui, consideraremos as reformas levadas a cabo por aquele estadista, integradas nos princípios gerais do denominado “Iluminismo Católico”, dentro do quadro do “Jusnaturalismo”. Para esclarecimento destas dúvidas consultar as obras de Luís de Oliveira RAMOS (1987), António REGUERA RODRÍGUEZ (1993) e Kenneth MAXWELL, 2001, pp. 13-36. Ver, ainda, Ana Cristina Nogueira da SILVA (1998, pp. 23-33). Esta doutrina, concebia que o poder soberano fundamentava-se na vontade e no interesse popular, ou, como ocorria nos países católicos, fundamentava-se na vontade de Deus. O monarca “iluminado” deveria proceder a uma série de reformas de modo a conduzir a sociedade a uma nova ordem, mais racional e capaz de garantir a felicidade dos súbditos. A última autora referida considera que o ímpeto reformista do Marquês de Pombal foi fortemente inspirado no modelo austríaco, que o estadista conhecia bem por ali ter desempenhado funções de embaixador.

⁵³ A recolha destes inquéritos foi coordenada pelo padre Luiz Cardoso, que tinha por objectivo publicar uma *História Geográfica* do país com o material coligido, projecto que nunca concretizou em virtude de ter falecido. Os dados deste Inquérito conservam-se no Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo sob a designação de *Memórias Paroquiais*.

- ⁵⁴ João Pedro FERRO (1995, pp. 26-27). Nenhuma destas contagens populacionais obteve resultados completos, válidos para todo o território ou abrangendo todos os sectores da população.
- ⁵⁵ Sobre a importância da cartografia para o conhecimento do Brasil, nomeadamente do seu útil papel para a demarcação das fronteiras entre as possessões portuguesas e espanholas, consultar, entre outras obras, as de Jaime CORTESÃO (1984), Inácio GUERREIRO (1999, pp. 24-42), André Ferrand de ALMEIDA (1999, pp. 79-92 e 2001), Mário Clemente FERREIRA (2001) e João Carlos GARCIA, 2001.
- ⁵⁶ Esta *viagem* foi analisada por Miguel FARIA (2001), ainda que centrando a análise num outro cientista, José Joaquim Freire, que também integrou a expedição.
- ⁵⁷ Cf. Fernando Pereira MARQUES, 1989, pp. 28-53 e 1999, pp. 30-34.
- ⁵⁸ Rui Meira CRUZ, 1993, p. 11.
- ⁵⁹ José Vicente SERRÃO, 1998, pp. 67-109.
- ⁶⁰ Ver as principais linhas de acção do pensamento económico do Marquês de Pombal, em Manuel Ferreira RODRIGUES e José Amado MENDES (1999, pp. 162-171); Charles. R. BOXER (2001, pp. 179-201) e Eugénia MATA e Nuno VALÈRIO (2003, pp. 121-126).
- ⁶¹ Refira-se que o interesse pelo desenho e cartografia adquiria uma nova importância para as delimitações vinhateiras na Região Demarcada do Douro
- ⁶² Cf. António REGUERA RODRÍGUEZ (1993, pp. 28-29) e José L. GÓMEZ URDÁÑEZ, 2002, pp. 55- 62.
- ⁶³ Para além destes exemplos, e da experiência austríaca, que Pombal bem conhecia, podemos admitir um conhecimento do exemplo russo, em virtude da relativamente frequente a troca de correspondência entre Pombal e Ribeiro Sanches, então ao serviço da Coroa Russa (cf. Ana Cristina Nogueira da SILVA, 1998, p.28 e, fundamentalmente, Kenneth MAXWELL, 2001).
- ⁶⁴ Ana Cristina Nogueira da SILVA, 1998 pp. 32-33.
- ⁶⁵ José SUBTIL, 1998, pp. 419 e 420.
- ⁶⁶ Ver Ana Cristina Nogueira da SILVA e António Manuel HESPANHA, 1998, pp. 38-40.
- ⁶⁷ Deste modo, a década de 1790 foi profícua em “estatísticas” populacionais e económicas se bem que, na maioria dos casos, apenas com carácter local ou regional e entre estas últimas destacam-se os levantamentos das províncias do Entre Douro e Minho e também de Trás-os-Montes. Ainda assim, será necessário esperar por 1801 para vermos concretizado o primeiro “Censo” nacional, como corolário das diversas tentativas

de se medir o país, tal como preconizavam os teorizadores desta nova disciplina que dava pelo nome de “Estadística”. Bastará recordar que, em 1797, António José de Sá, publicava as *Instruções Gerais para se formar o Cadastro ou Mapa Arithmetico – Politico do Reino*.

- ⁶⁸ Cf. José Silvestre RIBEIRO, 1872, t. II, p. 268.
- ⁶⁹ António CRUZ, 1970, pp. 41-45.
- ⁷⁰ Saliente-se o papel desempenhado pelas *Observações da Academia das Ciências* cujo intuito era divulgar os conhecimentos que se produziam sobre o reino.
- ⁷¹ Ver comentários de António CRUZ (1970, pp. 33 – 39) às “Observações económicas sobre a comarca de Setúbal”, de Tomás António de Vila-Nova Portugal, particularmente no que diz respeito à contagem populacional.
- ⁷² Cf. José Silvestre RIBEIRO, 1872, p. 276.
- ⁷³ Para o exemplo espanhol cf. António REGUERA RODRÍGUEZ, 1993, p.32.
- ⁷⁴ Sobre esta Sociedade, ver o trabalho de Maria de Fátima NUNES, 1994, pp. 375-382.
- ⁷⁵ Luís Oliveira RAMOS, 1977, pp. 295 – 297.
- ⁷⁶ Manuel de Lima BEZERRA (1992, vols. I e II). Sobre o autor, ver Maria de Fátima NUNES (1994, pp. 103-113) e, José Esteves PEREIRA, 1995, pp. 193-203.
- ⁷⁷ Monique PELLETIER, 2001, pp. 81-105.
- ⁷⁸ Cristóvão Aires de Magalhães SEPÚLVEDA, 1910, p. 244.
- ⁷⁹ Deveremos referir que o ministro Luís Pinto de Sousa Coutinho, era o representante do governo português em Londres, no ano em que o Ordnance Survey iniciou o levantamento geodésico do Reino Unido, com o intuito de construir uma carta topográfica, o que poderá ter inspirado este governante a patrocinar o mesmo tipo de iniciativa no nosso país. Esta hipótese havia sido já levantada por José RIBEIRO, 1872, p. 142.
- ⁸⁰ Humberto Gabriel MENDES, 1982, pp. 6-11.
- ⁸¹ Todo o processo que conduziu à institucionalização da cartografia portuguesa, foi analisado por Rui Miguel BRANCO, 1999.
- ⁸² Veja-se a obra de Francesc NADAL e Luis URTEAGA (1990, pp. 7-91). Os autores procederam a uma análise da evolução da institucionalização da cartografia topográfica, um pouco por toda a Europa, ainda que centrem a sua atenção no caso espanhol. Ver também José Ignacio MURO, Francesc NADAL e Luís URTEAGA, 1996.
- ⁸³ Cf. Beatriz Siqueira BUENO, 2003, p.172-174.

- ⁸⁴ Para a análise da evolução da Academia Militar e as sucessivas reestruturações sofridas, consultar Dorbalino dos Santos MARTINS, 1990, pp. 12-13.
- ⁸⁵ José Silvestre RIBEIRO, 1872, p.35.
- ⁸⁶ Para analisar a evolução do ensino militar em Portugal, de uma forma breve, consultar Fernando MARQUES (1999, pp. 63-65) e, de uma forma mais completa Rui BEBIANO (2000) sobretudo o capítulo 5 do seu estudo.
- ⁸⁷ Ver José Silvestre RIBEIRO, 1872, p. 30.
- ⁸⁸ Sobre os objectivos na criação desta Academia, ver Manuel Jorge Pereira de CARVALHO, 1995, pp. 95-185.
- ⁸⁹ José Silvestre RIBEIRO, 1872, p.428.
- ⁹⁰ BEZOUT, 1785, p. ii-iv.
- ⁹¹ José Silvestre RIBEIRO, 1872, p.391.
- ⁹² Ver a importância destas instituições, na cidade do Porto, em Anni Günter NONELL, 2002, pp. 56-62.
- ⁹³ Avelino Teixeira da MOTA, 1972, pp. 237 e 238.
- ⁹⁴ Rosalina CUNHA, 1967, p. 57.
- ⁹⁵ Rui Miguel C. BRANCO, 2000, p. 5.
- ⁹⁶ Avelino Teixeira da MOTA, 1965, p. 7.
- ⁹⁷ Sobre a importância desta Sociedade, ver José Maria Dantas PEREIRA (1832); Avelino Teixeira da MOTA (1965, pp. 7-18); Rosalina CUNHA (1967, pp. 57-67); Avelino Teixeira da MOTA (1972, 237-310); Humberto Gabriel MENDES (1983, pp. 1-43) e Maria de Fátima NUNES, 1990, pp. 765-771.
- ⁹⁸ Ana Cristina Nogueira da SILVA e António Manuel HESPANHA, 1998, p. 39.
- ⁹⁹ Cf. Ana Cristina Nogueira da SILVA (1998, p.33). Vamos retomar a obra desta autora que analisou de forma exaustiva toda a gramática da reorganização territorial implícita na Lei de 1790, assim como nos relatórios oficiais que se produziram em virtude da implementação desta lei.
- ¹⁰⁰ O texto da Lei de 19 de Julho de 1790, assim como, o do Alvará de 7 de Janeiro de 1792, foram publicados por Fernando de SOUSA, 1977, pp. 303-319.
- ¹⁰¹ Ver Luís Nuno Espinha da SILVEIRA, 1997, pp. 30-31.
- ¹⁰² Cf. António Manuel HESPANHA (1994, p. 95): “[...] o aparecimento deste problema [da divisão administrativa] nos finais do século XVIII, é, portanto, sintoma do advento de uma nova leitura política do espaço, decorrente, afinal, duma nova matriz de reflexão e de prática política”.

- ^{102a} A Ver Ana Cristina Nogueira da SILVA, 1998. p. 323). A expressão original pertence a Manuel António Hespanha, citado pela autora.
- ¹⁰³ Ana Cristina Nogueira da SILVA, 1998. p. 67.
- ¹⁰⁴ Para a Província de Entre Douro e Minho, foi nomeado como Juiz Demarcante, Francisco António de Faria, e como engenheiro militar destacado para a missão de demarcante, foi nomeado Custódio José Gomes de Villasboas (Ana Cristina Nogueira da SILVA, 1998. p. 21 e 395).
- ¹⁰⁵ “E tomando em consideração, que algumas das Comarcas da Coroa existentes são tão extensas, que os Corregedores delas não podem bem cumprir com a sua obrigação, nem o Povo haver Justiça, que se lhe deve: ordeno, que se regulem, e reformem os Territórios dessas Comarcas; ou anexando alguns distritos a outras, ou formando-se novas Comarcas, como parecer conveniente” – citação da Lei de 1790 em José SUBTIL e Ana Teixeira GASPAR, 1998, pp. 20 e 22.
- ¹⁰⁶ Para além destas funções, os demarcantes deveriam averiguar “a povoação, agricultura, fábricas, comércio e indústria interna de cada um dos distritos das ditas comarcas; os direitos da coroa e da fazenda, o estado de «ruína» ou «melhoriação» em que se achavam os bens dos concelhos; os inconvenientes da diferença dos pesos e medidas e as vantagens da sua uniformização”, Ana Cristina Nogueira da SILVA (1998, pp. 41 e 354-366).
- ¹⁰⁷ André GUILLERME (1998, p.34). A importância do papel desempenhado pelos “engenheiros do rei”, foi reconhecido pelos monarcas franceses, pelo menos desde o século XVI, ainda que somente durante o século XVII, sob os reinados de Louis XIII e Louis XIV, se tenha aperfeiçoado o suporte institucional da engenharia militar/geográfica francesa. Deste modo, em meados do século XVIII, os engenheiros franceses acumulavam já uma vasta experiência no que diz respeito ao estudo e descrição (cartográfica) do território. Se a França – ou a Coroa francesa – se tornou pioneira na utilização da cartografia como instrumento de controlo do espaço para efeitos de administração e não apenas com fins militares, rapidamente foi imitada por outros países, ainda que, em muitos casos, tal só tenha sido possível graças à contratação de técnicos franceses, no que o caso português foi verdadeiramente paradigmático. Sobre o caso francês ver, entre outros, os trabalhos de Monique PELLETIER (2001, pp. 45 – 68)
- ^{107a} A Também em Espanha, desde a primeira metade do século XVIII – e por coincidência (ou talvez não) aquando da subida ao trono de uma nova dinastia (a de Bourbon) de origem francesa – iniciam-se esforços

- no sentido de dotar a Administração Central de um corpo de engenheiros que pudesse actuar de forma semelhante ao francês. Estes esforços, assumem maior destaque no momento em que as ideias iluministas são adoptadas pelos diversos ministros que serviram a Coroa de Espanha: o Marquês de la Ensenada (que ordenou o levantamento de um cadastro do reino), Aranda ou Campomanes. Sobre o trabalho dos engenheiros militares espanhóis e o seu contributo para a descrição do território, ver a as obras de Miguel ALONSO BAQUER (1972), Horacio CAPEL (1982, pp. 125-152); Rudolfo NUÑEZ de las CUEVAS (1987, pp. 53-70) e António REGUERA RODRIGUEZ, 1993, pp. 41-57.
- ¹⁰⁸ Ver Fernando SOUSA (1995, p. 47), a propósito dos trabalhos dos engenheiros militares para alguns levantamentos populacionais.
- ¹⁰⁹ Os primeiros a compreenderem a grande importância e utilidade das memórias militares, foram os franceses, que as utilizaram para os mais diversos fins: desde a reestruturação das praças-fortes e do respectivo espaço envolvente, às grandes obras públicas, desenvolvidas em tempo de paz ou especialmente para efeitos de contagem dos efectivos militares. Para realizar todas estas tarefas, era necessário elaborar apuradas estatísticas, quase sempre de carácter regional, de modo a recolher-se toda a informação útil e necessária. Assim, desde 1604, existia um engenheiro militar em cada província a fazer diversos levantamentos regionais e locais (cf. Monique PELLETIER, 2001, pp 47-48). Em Espanha, foi publicada uma instrução régia no mesmo sentido em 1749 (cf. António REGUERA RODRIGUEZ, 1993, p. 42).
- ¹¹⁰ Cf. António Pedro VICENTE (1971, p. 42 e 1983, p. 195-211). Há outras opiniões que pretendem encontrar pontos comuns entre os métodos prussianos e os portugueses. Apesar da ligação existente com o nosso país – especialmente após a chegada do Conde de Lippe e de vários outros oficiais alemães – não nos parece que tenha sido a escola alemã a influenciar a Engenharia Militar portuguesa, tanto mais porque se continuaram a contratar oficiais engenheiros em França. Sobre esta hipótese de influência alemã, ver Charles RAUEBER, 1991, pp. 165-178.
- ¹¹¹ André GUILLERME, 1998, p.34.
- ¹¹² Tony CAMPBELL, 1989, p.6.
- ¹¹³ Convém mencionar que a grande obra de síntese da cartografia portuguesa, os *Portugaliae Monumenta Cartographica* engloba, fundamentalmente, o período da expansão portuguesa, os séculos XV a XVII.
- ¹¹⁴ Ver de Suzanne DAVEAU (1997, p. 13-43); cf. os catálogos *Cartografia e Diplomacia no Brasil do Século XVIII, A Terra de Vera Cruz: viagens, descrições e mapas do Séc. XVIII* e João Carlos GARCIA, 2001.

- ¹¹⁵ Sobre o Atlas, ver Felipe PEREDA e Fernando MARIAS (2002, pp. 80-83). Sobre a vida e obra deste cartógrafo português, consultar Armando CORTESÃO e Avelino Teixeira da MOTA, 1987, vol. IV, p. 153-160.
- ¹¹⁶ Sobre os vários exemplares de cartografia regional do território nacional continental ver de Suzanne DAVEAU (1997, 37-40) e ainda João Carlos GARCIA, 1998, pp. 43-48.
- ¹¹⁷ Cf. Conde da ERICEIRA (1945) e Gastão de Mello MATTOS, 1940.
- ¹¹⁸ Quando, logo em 1643, D. João IV nomeou o Conde de Castelo Melhor, Governador das Armas da Província de Entre Douro e Minho, incumbiu-o de duas importantes missões “[...] preparar um exército de 1100 homens na Província e organizar as fortificações da raia, para o que se fazia acompanhar de um engenheiros, mapas...”, (cf. Manuel António Fernandes MOREIRA, 1995, p. 181).
- ¹¹⁹ O mapa encontra-se na Biblioteca Pública de Évora, sob a cota Gav. IV, nº 29. Uma reprodução deste exemplar foi incluída no Catálogo *Lugares e Regiões em Mapas Antigos*, com o número 26 (cf. Suzanne DAVEAU, 1997, p. 56).
- ¹²⁰ Francesc NADAL e Luis URTEAGA, 1990, p. 15.
- ¹²¹ Ver Suzanne DAVEAU (1997, p. 38). O Almirante Teixeira da Mota avançou com esta possibilidade pelo facto dos topónimos inscritos no mapa apresentarem indícios de “galicismo”. Sobre a planta e vista do castelo de Castro Laboreiro, ver João GARCIA e Luís MOREIRA, 2009, p. 75- 92.
- ¹²² Um resumo biográfico deste autor pode ser consultado em Sousa VITERBO (1988, vol. II, pp. 67 e 68) (cf., também, Miguel SOROMENHO, 2000, p. 19-20 e 2001, p. 81). Apesar de existir uma certa controvérsia em relação à grafia do nome deste autor, uma vez que lhe foram atribuídas diferentes versões (cf. Matos REIS, 1989, pp. 53-59), vamos optar por Lescolles tal como o autor assinou o mapa que iremos a analisar.
- ¹²³ Cf. a nota 1 no estudo de Miguel SOROMENHO, 2000, p. 23.
- ¹²⁴ José Fernandes PEREIRA e Paulo PEREIRA, 1989, pp. 259-260.
- ¹²⁵ Carlos CALLIXTO (1989, p. 214); António de Matos REIS (1989, pp. 53-58 e 1995, pp. 159-166). Sobre a autoria do projecto da Praça-forte de Chaves cf. Júlio M. MACHADO, 2000, p. 212.
- ¹²⁶ Conferir a biografia deste autor em António Matos REIS, 1989, pp. 53-59 e 1995, pp. 155-200 e João GARCIA e Luís MOREIRA, 2009, pp. 75-92.
- ¹²⁷ Conferir, Rafael MOREIRA (1986, pp. 84-85) e António Matos REIS, 1989.

- ¹²⁸ Actualmente estas *Lições de Artilharia* encontram-se na Biblioteca Nacional de Portugal, no núcleo de reservados sob a cota Cod. 7660. Ver Catálogo *A Ciência do Desenho. A Ilustração na Colecção de Códices da Biblioteca Nacional*, 2001, p. 81.
- ¹²⁹ Este mapa tinha sido identificado por Avelino Teixeira da MOTA (iné-dito, s/d), que o descreveu como sendo “[...] a mais antiga carta especial de tal região de que sabemos[...]. Encontra sob a cota actual Ge D-13875. A sua existência em Paris não está explicada, tanto mais que a maior parte dos trabalhos de Lescolles ficaram em Portugal. Esta foi, aliás, a única obra do autor que encontrámos fora dos arquivos portugueses.
- ¹³⁰ Estamos a considerar exemplares de “cartografia regional” apenas os que representam o conjunto de uma Província.
- ¹³¹ Numa carta que dirigiu a D. Pedro II, Lescolles afirmava: “[...] por bem me fazer m.ce fuy visitar as fortificações e almazens das praças fronteiras desta prou.ca p^a de todo fazer aviso e relação ao dito senhor no seu Con.lho de Guerra com as plantas da maior parte dellas, nas quaes de presente estou trabalhando, e que com brevidade posiuel remeterey [...]” (cf. Alberto CASTRO, 1994, p. 186).
- ¹³² Cf. Miguel SOROMENHO, 2000, pp. 19-23.
- ¹³³ Sobre esta problemática da atribuição da autoria dos desenhos cf. Mário Gonçalves FERNANDES (2002, p. 73), ainda que este investigador não avance com o nome de Lescolles como possível autor.
- ¹³⁴ Luís Figueiredo da GUERRA (1909), considerou que o curso desta Academia se manteve até 1823, ano em que o Quartel-general da Província foi transferido para Braga.
- ¹³⁵ O cálculo da escala deste mapa, a partir dos valores fornecidos pela escala gráfica, processou-se de acordo com a metodologia e os valores de referência propostos por Miguel da Silva MARQUES (2001). Todos os cálculos futuros seguirão esta metodologia.
- ¹³⁶ Helen WALLIS e Arthur ROBINSON, 1982-1987, p.145. Sobre a representação do relevo na cartografia antiga de Portugal, veja-se o trabalho de Maria Fernanda ALEGRIA (1977) e de Maria Helena DIAS e Maria Luísa RODRIGUES, 2003.
- ¹³⁷ Alberto CASTRO (1994, p. 58).
- ¹³⁸ Para se compreender a importância estratégica das pontes, refira-se que existem vários exemplares cartográficos onde os autores não representaram a rede viária, mas assinalaram apenas as pontes que atravessavam os rios principais. Tal foi o caso do mapa de Portugal de Álvaro Seco de 1561.

- ¹³⁹ Cf. João Carlos GARCIA (s/d, pp. 30-32).
- ¹⁴⁰ Em S. Pedro da Torre, os galegos construíram o forte de S. Luiz Gonzaga. Ver José Ramon SORALUCE BLOND (1985, pp. 187-188) e Jaime GARRIDO RODRIGUEZ (2001, pp. 227-229). Tratava-se de uma importante fortificação com capacidade par albergar 2000 homens e 500 cavalos. Ficou concluído em 1657, obedecendo a um plano de traço italiano.
- ¹⁴¹ Ver Gastão de Mello de MATTOS, 1940, p. 12.
- ¹⁴² Para se compreender as movimentações e as operações levadas a cabo pelos exércitos em confronto no vale do Minho, veja-se a obra de Jaime GARRIDO RODRIGUEZ, 2001, pp. 207-209.
- ¹⁴³ Cf. Matos REIS, 1995, p. 160.
- ¹⁴⁴ Um estudo mais aprofundado e específico a este mapa, foi, por mim, apresentado no II Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica, realizado em Lisboa em 2007 e cujo texto completo está editado na página da internet do Instituto Geográfico Português, através do endereço: http://www.igeo.pt/servicos/CDI/Parado/simposio/IISimposioLBCH_files/LuisMiguelMoreira.pdf
- ¹⁴⁵ Cf. Suzanne DAVEAU e Júlia GALEGO, 1995, p. 93 e 94.
- ¹⁴⁶ Algumas das plantas de Vilalobos correspondiam, lembre-se, a versões actualizadas dos desenhos de Lescolles. Como referimos, o resultado final destes levantamentos constitui uma espécie de Atlas ou Álbum, das praças-fortes do Minho, que se encontra na Sociedade de Geografia de Lisboa. Ver os mapas: *Topographia da Costa de Caminha a Vianna & dos Fortes*, sob a cota 1/G/18; *Planta da Villa de Vianna e sua Barra e Castello* (1/G/17); *Planta da Praça de Caminha & suas Vezinhanças* (1/G/19); *Planta da Praça de Caminha* (1/G/20); *Planta de Villa Nova & Seus Aredores* (1/G/21); *Planta da Praça de Melgaço* (1/G/22); *Planta da Fortificação de Villanova de Servra* (1/G/ 23); *Planta de Monção e seus Aredors* .(1/G/ 24) e *Planta da Fortificação de Monção* (1/G/25).
- ¹⁴⁷ Tradicionalmente, considera-se que os resultados finais destes trabalhos ou, pelo menos, os mais visíveis, constituem um pequeno conjunto de mapas regionais e um mapa geral do país, gravados entre 1729 e 1730, por Grandpré, mas publicados em 1736 na *Geografia Histórica* de D. Luís Caetano de Lima. Ver Jaime CORTESÃO (1984, vol II, p. 342) e Suzanne DAVEAU e Júlia GALEGO (1995, p. 95). Sobre o projecto de Azevedo Fortes ver João GARCIA, 2006, p. 141-173.

- ¹⁴⁸ Carmen MANSO PORTO (1999) analisa os mapas: *Carta Topográfica que comprehende todo o terreno desde as cidades de Lisboa Ocidental e Oriental té a vila de Mafra...* (pp. 32-33) e *Planta de todo o destrito de Mafra té a Villa de Torres Vedras...* (pp. 42-43).
- ¹⁴⁹ Citado por Jaime CORTESÃO 1984, vol.II, p. 343.
- ¹⁵⁰ Jaime CORTESÃO (1984, vol. II, pp. 344-345).
- ¹⁵¹ Cf. Beatriz Siqueira BUENO (1998, p. 103) e André Ferrand de ALMEIDA, 2001.
- ¹⁵² Do autor-gravador, pouco se sabe. Luís CHAVES (1927, p. 41) confirma-nos que Grandpré, foi um dos impressores estrangeiros contratados por D. João V, para a Imprensa Régia da Academia de História. Ver tese de mestrado de Ana Sofia Coutinho, 2008.
- ¹⁵³ Cf. *Geografia Historica de todos os Estados Soberanos da Europa...* . Tomo II, Lisboa, na Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1736.
- ¹⁵⁴ Cf. Suzanne DAVEAU, 2001, p. 133.
- ¹⁵⁵ Suzanne DAVEAU e Júlia GALEGO, 1995, pp. 95-98.
- ¹⁵⁶ “Diferentemente das cartas impressas nos Países Baixos, destinadas a auxiliar a actividade mercantil, as plantas militares portuguesas permaneceram manuscritas até às últimas décadas do XVIII, constituindo-se assim, documentos únicos de circulação bastante restrita, não visando qualquer difusão em larga escala...” Beatriz Siqueira BUENO, 1998, p. 102 e 103.
- ¹⁵⁷ O mapa que nos serve de fonte é um exemplar que se encontra inserto no exemplar da obra de Caetano de Lima, conservada na Biblioteca Pública Municipal do Porto, sob a cota H-10-28.
- ¹⁵⁸ Ver o trabalho de Albert BARELLA i MIRÓ (1992, p. 28), sobre a produção de Sanson d’Abeville e dos cartógrafos/impressores seus seguidores que aproveitaram os seus mapas. Cf., por exemplo, os mapas: *Parte Septentrional do Reyno de Portugal* em 1654 de Nicholas Sanson; *Portugalliae et Algarbiae...* [post. 1704] de Johann Baptista Homann; *Partie Septentrionale du Royaume de Portugal* de 1751 por Robert de Vaugandy e *Le Royaume de Portugal divisé en cinq grandes provinces*, de 1762 por Jean Baptiste Nolin. Os mapas referidos encontram-se arquivados na Biblioteca Pública Municipal do Porto (cf. *A Pintura do Mundo*, 1992, pp. 54-58).
- ¹⁵⁹ Cf. Maria Fernanda ALEGRIA, 1977, p.190.
- ¹⁶⁰ Já Sanson d’Abbeville, no seu mapa *Parte Septentrional do Reyno de Portugal*, em 1654, assinalava estas duas localidades, com um símbolo idêntico ao utilizado por Grandpré. Refira-se que Azevedo Fortes considerava que na representação das povoações dever-se-ia utilizar o

- símbolo do conjunto de casas com campanário (cf. Azevedo FORTES, 1722, pp. 196-197).
- ¹⁶¹ Ver o artigo de Margarida DURÃES (1994, pp. 93-113), sobre as várias descrições da Província de Entre Douro e Minho, nos séculos XVI a XVIII.
- ¹⁶² Cf. o *proémio* da obra de Manuel Azevedo FORTES, 1722.
- ¹⁶³ *Ibidem*, p. 112.
- ¹⁶⁴ Manuel Azevedo FORTES (1722, p. 197): “[...] os limites das Províncias, e territórios se notão com hua linha de pontos grossos[...]”.
- ¹⁶⁵ Cf. João Carlos GARCIA, 1996, pp. 293-307.
- ¹⁶⁶ Este exemplar também se encontra na Biblioteca Pública do Porto, sob a cota C-(I)-9.
- ¹⁶⁷ Para aprofundar o contexto da participação portuguesa na Guerra dos Sete Anos e no conflito que manteve com Espanha, ver, por exemplo, as obras de Vasco da Costa SALEMA (1979, pp. 9-56); Joaquim Veríssimo SERRÃO (vol. VI, 1990, pp. 58-63), Carlos SELVAGEM (1994, pp. 475-482) e António BARRENTO, 2006. Carmen MANSO PORTO (1999, pp. XXXVI-XLII) deu a conhecer uma série de mapas sobre a Província de Trás-os-Montes, realizados por engenheiros espanhóis aquando da ocupação daquele território português.
- ¹⁶⁸ No decorrer deste conflito, também se registaram importantes confrontos nas colónias portuguesas da América do Sul: o exército espanhol invadiu e ocupou a Colónia do Sacramento, assim como, alguns territórios do Rio Grande do Sul, que seriam, no entanto, recuperadas por Portugal pelo Tratado de Paz de 1763. Sobre este conflito ver Inácio GUERREIRO (1999, pp. 39 e 40).
- ¹⁶⁹ Tivemos acesso aos exemplares existentes na Biblioteca Nacional, sob a cota CA. 203 P e na Biblioteca Pública de Braga, sob a cota HG 3370 V.
- ¹⁷⁰ Ernesto SOARES, 1940, pp. 157-158.
- ¹⁷¹ Sobre a tenção diplomática/militar entre os dois países ibéricos em 1736, ver Joaquim Veríssimo SERRÃO, 1982, vol.V, pp. 262-264.
- ¹⁷² João Silvério CARPINETTI, 1762, na “advertência” ao seu atlas. Dado que a reutilização e alteração de chapas de impressão era um processo de custos elevados, o impressor, de modo a garantir lucros nas vendas, devia estar seguro da existência de um público comprador (cf. Tony CAMPBELL, 1989, p. 6).
- ¹⁷³ DAVEAU, Suzanne e GALEGO, Júlia (1995, p.97). Esta reedição do Atlas de Carpinetti, encontra-se na Biblioteca Nacional com a cota CA 312 P. Assim sendo, a 2ª edição do atlas tem de ser posterior a 1769,

ano em que, o até aí Conde de Oeiras, recebeu o título de Marquês de Pombal. Em todo o caso, não existem diferenças assinaláveis entre as duas edições dos *Mapas*, registando-se, no entanto, algumas indicações manuscritas, nomeadamente, os dois símbolos que permitem fazer a localização das povoações de Caminha e Âncora, onde também foi figurada uma ponte sobre o rio. Parece-nos que estas alterações foram acrescentadas muito posteriormente, na medida em que o topónimo Âncora (identificado no mapa como Gontinhais) só surgiu no século XIX.

- ¹⁷⁴ Na nossa análise, recorremos ao exemplar deste mapa, retirado da edição original de 1762, conservada na Biblioteca Pública de Braga, sob a cota HG 3370v. Recorremos, ainda, a uma outra cópia, inserta na versão reeditada pela Biblioteca Nacional, em 1993, com um texto introdutório de Suzanne DAVEAU, e que nos serve de suporte para comparação.
- ¹⁷⁵ Enquanto que o exemplar da Biblioteca Pública de Braga não possui data nem qualquer numeração, no exemplar da Biblioteca Nacional foi inscrito a data de 1846 e atribuído o número 2.
- ¹⁷⁶ João Silvério CARPINETTI, 1993. Deste modo, o autor esclarece-nos que estes símbolos não se destinam, exclusivamente, às cidades ou vilas, mas para todas as localidades muralhadas.
- ¹⁷⁷ *Mappa de Portugal Antigo, e Moderno*. 2ª ed, Lisboa, Off. Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1762.
- ¹⁷⁸ No mapa do Entre Douro e Minho, não há qualquer referência ao local de gravação/impressão. Contudo, nos mapas das Províncias da Beira e da Estremadura, o gravador acrescentou *Lutetia* [Paris], (cf. Ana Cristina Nogueira da SILVA e António Manuel HESPANHA, 1993, pp. 25-27). Devemos referir que entre os vários exemplares da obra por nós consultados na Biblioteca Nacional, alguns continham mapas das diferentes províncias da versão Carpinetti, tal é o caso do exemplar conservado na área de Cartografia sob a cota CA 611P. Outros exemplares por nós consultados, não tinham qualquer mapa, como é o caso do exemplar que se encontra na Biblioteca Pública de Braga sob a cota HG 1623-25 V.
- ¹⁷⁹ Devemos chamar a atenção para o facto de no *Mappa de Portuga Antigo e Modernol*, João Bautista de Castro incluiu, também, o mapa de Portugal gravado por Grandpré, algo que Carpinetti não tinha feito (cf. João Carlos GARCIA, 1996, p. 305).
- ¹⁸⁰ Tomás LOPEZ (1762). O exemplar consultado encontra-se no núcleo de Reservados da Biblioteca Pública Municipal do Porto, sob a cota

- C-M&A Pasta 21(7). O mapa do Entre Douro e Minho que utilizaremos na nossa análise, está incluído neste exemplar.
- ¹⁸¹ Francisco VAZQUEZ MAURE (1982, p.71), Horacio CAPEL (1982, pp. 125-155) e Rodolfo NÚÑEZ DE LAS CUEVAS, 1991, p.188-191.
- ¹⁸² Ver o trabalho de Carmen LÍTER MAYAYO (2002, p. 157). Esta obra torna-se essencial para se compreender a produção deste cartógrafo espanhol.
- ¹⁸³ Na viagem que Christien, Príncipe de Waldeck, realizou às fronteiras da Beira e do Alentejo, nos finais do século XVIII, também se socorreu do mapa de Lopez, ainda que tivesse detectado inúmeras incorrecções (cf. Lívio da Costa GUEDES, 1992, pp. 243-245 e 1995, pp. 159-166 e João GARCIA e Luís MOREIRA, 2008, p.103-125).
- ¹⁸⁴ O forte de Vila Nova de los Infantes, deveria corresponder ao denominado forte de *Penãfroufe* construído em 1649, não apenas por razões de índole defensiva, mas também, por razões de vigilância e controlo de contrabando. O forte de Miranda, foi visitado dois anos depois (em 1764) por D. José Cornide – aquando da sua avaliação às defesas da raia com Portugal – referindo-se ao “antigo castelo de Milmanda, já na época em ruínas (cf. SORALUCE BLOND, 1985, pp. 190-194).
- ¹⁸⁵ Ainda a propósito das fontes do mapa de Tomás Lopez, acrescente-se que este, pelo menos em 1778, altura em que elaborou o seu *Mapa General del Reyno de Portugal*, tinha acedido à obra de João Baptista de Castro, que utilizou para construir a rede viária de Portugal (cf. Carmen LÍTER MAYAYO e Francisca SANCHIS BALLESTER, 1998), a propósito das fontes daquele autor espanhol.
- ¹⁸⁶ Horacio CAPEL, 1982, p. 155 e Agustín HERNANDO, 2008.
- ¹⁸⁷ Ver Carmen LÍTER MAYAYO, 2002, p. 158. Agradeço ao senhor Ângelo Carneiro, da Livraria Moreira da Costa, no Porto, a oportunidade de que me concedeu para consultar um exemplar deste Atlas “de bolso”.
- ¹⁸⁸ Devo esta indicação a João Carlos Garcia.
- ¹⁸⁹ Foi lançada uma nova edição (a terceira) desta obra, que também reproduz o referido mapa. Cf. Agostinho Rebelo da COSTA, 2001.
- ¹⁹⁰ Um Mapa do entre Douro e Minho desta edição, encontra-se na Sociedade de Geografia de Lisboa, sob a cota I-G-15
- ¹⁹¹ Cf. o comentário de Suzanne DAVEAU, (1993). Ver, da mesma autora, 2001, p. 133.
- ¹⁹² Este álbum encontra-se arquivado na Área de Reservados da Biblioteca Pública Municipal do Porto, sob a cota RES-Ms 1909 (1). Em 1994, esta instituição, lançou uma edição *fac-símile* da obra, acessível ao grande público.

- ¹⁹³ Consultámos o seu processo individual, na caixa nº 450.
- ¹⁹⁴ Ver Maria Adelaide MEIRELES na introdução à edição *fac simile* da obra *Topografia da Província de Entre Douro e Minho* (1994).
- ¹⁹⁵ Cf. Gonçalo BRANDÃO (1994).
- ¹⁹⁶ Comparar as plantas reproduzidas em Manuel C. TEIXEIRA e Margarida Tavares VALLA, 1999, p. 41-42.
- ¹⁹⁷ Este álbum encontra-se no G.E.A.E.M.
- ¹⁹⁸ Os vários exemplares cartográficos de Martins da Cruz encontram-se no Arquivo da Direcção dos Serviços de Engenharia. Mário Gonçalves FERNANDES (2002, p. 74), já havia levantado a hipótese de estes álbuns resultarem da actividade da Academia de Viana.
- ¹⁹⁹ Para além deste mapa, o autor fez as plantas das cidades de Chaves, em 1753, e de Bragança, em 1754 (cf. José Pereira de OLIVEIRA, coord., 2000, pp. 60 e 66).
- ²⁰⁰ Nasceu em Almeida em 1753, tendo iniciado a sua carreira como ajudante de campo engenheiro, em 1779, na praça de Almeida. Em 1791 era capitão do Corpo de Engenheiros e Lente da Aula de Almeida (cf. Margarida Tavares da CONCEIÇÃO, 2002, p. 287).
- ²⁰¹ Os mapas encontram-se sob a cota L12 C2 nº 10.
- ²⁰² José Monteiro de Carvalho, frequentou a Aula da Esfera do Colégio de Santo Antão e a Academia de Fortificação de Lisboa (onde poderia ter sido colega de Silva Brandão). Em 1751, serviu na província de Trás-os-Montes com a patente de Ajudante de Engenharia. Sobre este autor, ver a obra de Luís Alexandre RODRIGUES, 1995, p. 585.
- ²⁰³ O mapa encontra-se no S.H.A.T sob a cota L12 C2 nº 10. No último quartel do século XVIII, encontramos dois oficiais ao serviço de Portugal de apelido Champalimaud: são eles José Champalimaud de Nussane que, em Dezembro de 1791, era tenente Coronel do Corpo de Engenheiros, mas deixa de figurar nas listas do Corpo de Engenheiros nos anos seguintes e seu filho, José Joaquim Champalimaud, que chegou a ser Brigadeiro General e comandante da Praça de Valença entre 1812-1814 (ver Cristóvão Aires de Magalhães SEPÚLVEDA, vol. V, 1910, p. 223-241; 264-268 e 308-332), tendo desempenhado um papel importante na defesa da vila de Caminha aquando da segunda invasão francesa, em 1809. Da actividade de cartógrafo, apenas se conhecem trabalhos atribuídos ao primeiro, entre as quais uma Planta da barra de Viana e Forte de Santiago, em 1777; uma Planta da Praça de Chaves, colaborando com Pithon, e ainda um álbum de 14 plantas das obras públicas realizadas na cidade do Porto, onde, em 1786, era Director das Obras Públicas daquela cidade (ver Sousa VITERBO, vol I p. 539 e II,

- 1988, p.207). Sobre a sua actividade na cidade do Porto, conferir a obra de Anni Günter NONELL (2002, pp. 108-111). A autora refere que a decisão de escolha deste engenheiro para Director das Obras Públicas, teve em conta a sua experiência de cartógrafo, nomeadamente, o levantamento da Carta do Minho. Em 1789, quando ainda detinha o posto de Sargento-Mór, encontrava-se destacado a servir no Minho (cf. A.H.M., 3ª Divisão, 46ª Secção, Caixa 1).
- ²⁰⁴ Devo ao professor João Carlos Garcia, a referência e as características gerais da versão original do mapa.
- ²⁰⁵ Numa destas notas parecem terem sido registadas as coordenadas geográficas de Lamego.
- ²⁰⁶ Esta carta encontra-se no A. H.M, 4ª Div., 1ª Secção, Cx.16, nº 20: *Carta Escrita ao Secretário da Academia de Ciências, José Correia da Serra, por Custódio Gomes de Villasboas, em 5 de Outubro de 1789, sobre o método com que se deve proceder à Construção da Carta Geográfica do Reino* (p. 4). Devo esta informação, assim como a cópia do documento, à Prof. Doutora Maria Helena Dias, a quem aqui agradeço.
- ²⁰⁷ Diz-nos Sousa VITERBO (vol. II, 1988, p. 330-331) que João Bento Python, foi nomeado engenheiro, em 1758, por ter servido nas demarcações portuguesas da América do Sul, à semelhança do que ocorreu com outros oficiais estrangeiros. Mário Clemente FERREIRA (2001, pp. 252-254) confirma que o engenheiro francês chegou ao Rio de Janeiro, em 1751, com o posto de Ajudante e ali permaneceu até aos finais de 1759, por ter mostrado capacidades profissionais exemplares. Sousa Viterbo indica-nos que o cartógrafo, uma vez regressado a Portugal, foi colocado na Província do Minho sob as ordens de George Cary tendo procedido ao levantamento cartográfico das Províncias de Entre Douro e Minho e de Trás-os-Montes. Este biógrafo diz-nos ainda que, no Arquivo Militar do Rio de Janeiro existe uma colecção relativa à Província de Trás-os-Montes executada por Luís Gomes Carvalho e João Bento Python.
- ²⁰⁸ Os mapas conservam-se sob as cotas 3602/I-3-32-44 e 3602/II-3-32-44. Existe um outro mapa com a cota 3602/III-3-32-44 que parece corresponder a uma variante destes mapa, embora sem qualquer indicação de autoria. O mapa arquivado no SHAT encontra sob a cota L12 C2 nº 11.
- ²⁰⁹ José Maria Cavagna foi, à semelhança de Python, um dos oficiais enviados à expedição científico-militar, em 1750, à América portuguesa. Era de nacionalidade italiana e detinha o posto de Ajudante de Infantaria com exercício de engenheiro. Contudo, uma vez que ao longo das expedições não terá mostrado as qualidades julgadas necessárias para o

desempenho da tarefa – tal como aconteceu com outros oficiais estrangeiros – foi dispensado, em 1753. No entanto, ou porque se reabilitou ou porque a Coroa Portuguesa não queria arriscar que os oficiais dispensados oferecessem os seus préstimos a outras potências estrangeiras, Cavagna, em 1765, sendo já Capitão de Infantaria com exercício de engenheiro, foi promovido ao posto de Sargento-Mor com o mesmo exercício, para servir no Rio de Janeiro durante um período de 6 anos (cf. Mário Clemente FERREIRA, 2001, pp. 261-262).

- ²¹⁰ É o número 67 do catálogo daquele instituto (cf. Humberto Gabriel MENDES, 1969, p. 52).
- ²¹¹ Ainda no G.E.A.E.M., em Lisboa, existem três exemplares de um mapa catalogado com o título de *Mapa da Província de Trás-os-Montes e Minho a ELREY N.S. por I.E.M.S., Lx^a, anno de 1762*, cujas características o aproximam destes exemplares analisados, provando que as autoridades portuguesas seguiam, atentamente, as movimentações que o inimigo fazia ao longo daquela província e que a cartografia se revestia de particular interesse como instrumento de planeamento de acções bélicas.
- ²¹² Sousa VITERBO (1988, vol. I, p. 267), refere que, este engenheiro, em 1767, sendo Capitão de Infantaria com exercício de engenheiro, foi promovido a Sargento Mor e mandado servir na ilha da Madeira, onde procedeu, também a diversos levantamentos cartográficos.
- ²¹³ Arquivado sob a cota L12 C2 n^o 11. O título completo é *COPIA DO MAPPA q deu a copiar em 1763 o Conde Reinante de Chambaurg Lippe a Fran^{co} d'Alincourt que estava junto ao Quartel General, equal consta da Topographia da Raia da PROVINCIA DO MINHO, DA DIVIZÃO DO REINO DE GALIZA, PROVINCIA DE TRAZ OS MONTES E COMARCA DO PORTO. Mostra-se também a Discripção dos Districtos, pontos em q há trincheoras, e Redutos, Peças de Artilharia, n^o de Ordenanças e Auxiliares com q armas estão armados na defeza da Guerra. Delineado por Joze Maria Ferreira Alumno dos q terminarão ultimam^o ocurso de Fortificação. 1796*. Como se comprova, a cópia de mapas fazia parte da avaliação dos alunos daquela instituição. O próprio Francisco d'Alincourt atestou a conformidade do desenho em relação ao original, escrevendo, no canto superior direito da folha Este do mapa, “Cópia do Original que está na minha Mão” e assina “Fran^{co} D'Alincourt – Coronel”.
- ²¹⁴ O *Mapa da Província do Minho e Trás-os-Montes* encontra-se na Sociedade de Geografia de Lisboa sob a cota 1-G-58. Este exemplar,

está incluído no *Atlas de Portugal e Provincias*, composto por um total de 6 cartas.

- ²¹⁵ Ver os comentários Gilles PALSKEY (1996, pp. 20-25) às características dos primeiros mapas dos correios franceses.
- ²¹⁶ Ver Denis WOOD, 1995, pp. 17-19.
- ²¹⁷ Para aprofundar as circunstâncias que levaram ao assassinato destes dois militares, consultar a obra de António Pedro VICENTE (1970). Quase todos os oficiais que compunham o Estado Maior responsável pela defesa daquela Província, sofreram o mesmo destino, no mesmo dia ou nos dias seguintes (ver Alberto de Sousa MACHADO, 1956, vol. VI, pp. 10-19).
- ²¹⁸ Sobre a discussão da identidade dos autores, consultar as obras de António CRUZ (1970, pp. 7-19) e de Bernardino AMÂNDIO (1994, pp.15-21). Ambos apresentam biografias bastante completas do Engenheiro Villasboas. O Brigadeiro Custódio Villasboas, foi o autor de diversas observações astronómicas publicadas nas *Memórias da Academia Real das Ciências*. Traduziu o *Curso de Matemática escrito para uso dos guardas bandeiras e guardas marinhas*, do matemático francês Bezout, assim como o *Atlas Celeste* de Flamsteed, em colaboração com Francisco António de Ciera (cf. Bernardino AMÂNDIO, 1994, p. 20). Morreu em 1808, desempenhando as funções de Governador da Praça de Valença.
- ²¹⁹ Consultar as listagens fornecidas por Cristóvão Aires de Magalhães SEPÚLVEDA, 1910, V, pp. 223 a 232.
- ²²⁰ O Decreto do Conselho de Guerra, promove “Custódio Jozé Gomes de Vilasboas, discípulo do número e artífice de fogo do regimento de artilharia do Algarve” (cf. H. Madureira dos SANTOS (1965, vol V, p. 752). Devemos acrescentar que os estatutos da Academia Real de Fortificação previam que “[...] os oficiais engenheiros passassem a servir como tenentes agregados no regimento de infantaria onde aprenderiam o serviço de tropas relativa á tática. Nos seguintes dois anos, serviriam na artilharia, como tenente agregado (...) caso mostrassem aptidão nestas duas fases, passariam a ajudantes numa brigada do Corpo de Engenheiros até confirmação de patente de oficial efectivo” (cf. Manuel Jorge Pereira de CARVALHO, 1995, p. 114).
- ²²¹ Cristóvão Aires de Magalhães SEPÚLVEDA (1910, V, pp. 232 e 327). Ver, ainda, António Pedro VICENTE (1971, p.104) e confirmar pela leitura do decreto de 24 de Março de 1805 publicado por H. Madureira dos SANTOS (1965, vol. V, p. 693): “[...]fazendo mercê do posto de

Sargento Mor do Real Corpo de Engenheiros ao Capitão Custódio José Gomes de Vilasboas”.

- ²²² Cf. António CRUZ, 1970, p. 11 e Bernardino AMÂNDIO (1994, pp. 104-105). Contudo, no *Memorial das antiguidades, comissões actuais, e circunstâncias notáveis do Oficiais do Real Corpo de Engenheiros que servem no Reino, apresentada pelo major Franzini em princípios de 1811*, publicado por Cristóvão Aires de Magalhães SEPÚLVEDA (1910, V, p. 324-332), Custódio José Gomes de Villasboas, figura com o posto de Sargento-Mór.
- ²²³ Conferir a listagem dos trabalhos apresentados à Sociedade Real Marítima, em Avelino Teixeira da MOTA, 1972, p. 261.
- ²²⁴ Cf. É o documento nº 351 do Catálogo Azul, inclusa nas Memórias de Matemática e Física que não tiveram lugar nas colecções da Academia, nº7.
- ²²⁵ Cf., Ana Cristina Nogueira da SILVA (1998, p.367).
- ²²⁶ *Ibidem*.
- ²²⁷ António ALMODOVAR, s/d, p.25.
- ²²⁸ Na advertência deste *Plano*, em jeito de apresentação, dizia-se ser“ [...] sendo o conhecimento particular dos diversos territórios, e o das coisas inerentes á sua Economia Pública, hum Principio fundamental, para o bom Regimen e felicidade dos Póvos, na Administração da Justiça; e para descobrir os meios de augmentar a Cultura Geral, a Industria, e o Commercio[...], (cf. António CRUZ, 1970, p. 109).
- ²²⁹ Conferir as comparações entre o plano de Villasboas e o de José António de Sá, bem como com a obra do padre Agostinho Rebelo da Costa, *Descrição Topográfica e Histórica da Cidade do Porto*, em António CRUZ, 1970, p. 41-65.
- ²³⁰ Custódio José Gomes de VILLASBOAS (1997, p. 103). O sublinhado é nosso.
- ²³¹ Na resposta aos 18 Quesitos sobre as obras de encanamento do Cávado, apresentados pelo Governador da Justiça do Porto, o engenheiro Villasboas acrescentou algumas considerações sobre ao aproveitamento das potencialidades económicas do rio Cávado, (cf. Bernardino AMÂNDIO, 1994, pp. 48-66).
- ²³² Esta situação não era inédita pois, na mesma época, o engenheiro militar Luís Gomes de Carvalho, responsável pelas obras hidráulicas na barra de Aveiro, também era fortemente contestado pela população local, que se via impedida de exercer a sua actividade piscatória (cf. Inês AMORIM, p. 83).

- ²³³ Verificar estas atribuições em António CRUZ (1970, pp. 21-22) e Bernardino AMÂNDIO, 1994, pp. 26-38.
- ²³⁴ Bernardino AMÂNDIO, 1994, pp. 126-127.
- ²³⁵ António CRUZ (1970, pp. 7-19), revisita estes episódios apoiando-se numa série de testemunhos coevos. Especificamente sobre as obras de encanamento do rio Cávado, ver todo o capítulo II, pp. 21-31.
- ²³⁶ Estes acontecimentos são relatados por José Acúrsio das NEVES, s/d, vol.II, pp. 293-299.
- ²³⁷ Nesta altura, levava-se a cabo uma grande perseguição política, da qual não escaparam muitos dos suspeitos de “inconfidência” e de simpatizantes dos ideais franceses. O próprio Bernardim Freire de Andrade não se livrou das suspeitas.
- ²³⁸ Bernardino AMÂNDIO (1994, p. 113-114). Sobre estes acontecimentos, ver o relato em primeira mão de José Valério VELOSO (1823) e também António Pedro VICENTE, 1970.
- ²³⁹ Bernardino AMÂNDIO (1994, p. 118-119). Compare-se esta opinião, com a da comissão de deputados que analisou o Projecto de Lei nº 120, sobre o restabelecimento da navegabilidade do rio Cávado. A propósito das obras efectuadas por Villasboas, diz-se “[...] O conjunto porém destas obras revela um perfeito conhecimento da teoria de rios e barras, e as despesas feitas mostram que se não recuava perante as necessidades públicas (*Ibidem*, p. 153).
- ²⁴⁰ António CRUZ, 1970, p. 14 -19.
- ²⁴¹ Cândido XAVIER, 1820, p.163.
- ²⁴² António CRUZ, 1970, p. 53.
- ²⁴³ Arnaldo GAMA, vol I, 1863, p. 166-171.
- ²⁴⁴ *Ibidem*.
- ²⁴⁵ Bernardino AMÂNDIO (1958 e 1994). Cf. *O Porto e as Invasões Francesas 1809-2009*, 4 vols. Onde em vários artigos se refere a actualização do engenheiro militar Villasboas.
- ²⁴⁶ A este propósito, ver o trabalho de Maria de Fátima NUNES, 1990, pp. 765-771.
- ²⁴⁷ António CRUZ (1970, p. 61). Um subtítulo foi acrescentado: *Trazido do Quartel General da mesma Provincia pelo Coronel de Milicias de Leiria o Ill.^{mo} Snr. João Pereira da Silva e Affonseca que delle fez presente ao N. R.^{mo} P.^e M.^e Snr. Fr. Joaquim Tudella para a Livraria de Manuscriptos, no Anno de 1826*. O cadastro encontra-se na Área de Reservados sob a cota Cod. 944. É de referir que existe uma outra cópia deste cadastro populacional, também manuscrita, no Arquivo Histórico Militar, em Lisboa, sob a denominação de *Rellação das Jurisdicções da*

Província do Minho em 1794, que apenas difere da versão conservada na Biblioteca Nacional, pelo facto de não indicar os efectivos populacionais femininos, o que permite relacioná-lo com um objectivo claramente militar (cf, Fernando de SOUSA, 1995, p. 50) e António Pedro VICENTE (1971, p. 104), apoiando-se nas informações de Cristóvão Ayres de Magalhães SEPÚLVEDA. Em 1820, Cândido José XAVIER (1820) havia publicado, unicamente, os dados referentes aos valores totais de cada comarca da Província de Entre Douro e Minho e não a versão integral.

- ²⁴⁸ Geralmente só foi fornecido ou o valor da Latitude ou o da Longitude de cada lugar, mas nunca a localização exacta, a partir daqueles dois elementos.
- ²⁴⁹ O ponto X da Carta de Lei de 19 de Julho de 1790, considerava que “[...] Deverão por tanto formar-se, onde convier, os novos Territorios, com os Termos, e Conselhos, que houver proximos à Capital; e com os que se lhe poderem annexar nas circunvizinhanças; ainda que pertenção a outras Comarcas da Coroa, cujas Capitaes estejam mais distantes: Havendo-o Eu assim por bem, em beneficio da Justiça, e commodidade dos Vassallos” (cf. Fernando SOUSA, 1977, pp. 308-309).
- ²⁵⁰ Alguns anos mais tarde, em 1820, o trabalho de Villasboas, era apresentado como exemplo ilustrativo de um bom levantamento estatístico, (cf. Cândido José XAVIER, 1820, pp. 162- 163). Ver, também, António CRUZ (1970, p. 64-65). Sobre a validade dos efectivos avançados no cadastro de Villasboas, ver as análises de Fernando de SOUSA (1995, pp.49-51) e de Fernando de SOUSA e Jorge Fernandes ALVES (1997, p. 29).
- ²⁵¹ Publicada por António Pedro VICENTE (1971, pp. 203-235). Este autor avança com a possibilidade de o exército invasor de Sault, em 1809, ter utilizado algumas destas informações recolhidas pelas forças francesas no ano anterior, aquando da invasão de 1807-1808.
- ²⁵² A *Descrição* foi publicada por Fernando SOUSA e Jorge ALVES (1997, 102-162). José Maria Dantas PEREIRA (1835, p. 64) e Avelino Teixeira da MOTA (1972, p. 277), confirmam a apresentação destes trabalhos por Villasboas, na sessão de 1801.
- ²⁵³ Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 9ª Secção, caixa 2, nº 27.
- ²⁵⁴ Referidas por Bernardino AMÂNDIO (1994, p.18). Apenas tivemos acesso à planta da vila de Barcelos, que se conserva no G.E.A.E.M, sob a cota 682-1-4-7.
- ²⁵⁵ O Plano foi publicado por António CRUZ, 1970, pp. 103-128.
- ²⁵⁶ Publicado por Bernardino AMÂNDIO, 1994, pp. 48-78.

- ²⁵⁷ Publicada por António CRUZ, 1970, pp. 89-128.
- ²⁵⁸ Cf. José Amado Mendes, 1980, pp. 31-69.
- ²⁵⁹ Este trabalho, encontra-se no núcleo de Reservados da Biblioteca Pública Municipal do Porto, guardado sob a cota C- M&A – Pasta 18 (3). Cf. Catálogo da Exposição *A Pintura do Mundo Geografia Portuguesa e Cartografia dos Séculos XVI a XVIII* (1992, p. 50).
- ²⁶⁰ Ver o requerimento apresentada à Câmara de Viana pelos comerciantes daquela vila, no ano de 1803, e a cópia da planta, em Bernardino AMÂNDIO, 1994, pp. 86-87.
- ²⁶¹ Este projecto foi apresentado à Real Sociedade Marítima e Militar (cf. José Maria Dantas PEREIRA 1832, p. 63 e Avelino Teixeira da MOTA, 1972, p. 259).
- ²⁶² Cf. Mário Gonçalves FERNANDES, 1995, pp. 60-62.
- ²⁶³ O mapa que serviu de suporte à nossa análise, encontra-se arquivado no Instituto Geográfico Nacional, sob a cota nº 68. No G.E.A.E.M., encontram-se outros dois exemplares deste mapa, tendo um, o nome do autor (sob a cota 2-17-A-25 nº 2138), embora este seja em tons de cinzento e, o outro, uma cópia realizada em 1851, por Veríssimo Alvares da Silva, sob a cota 2-17- A-25 nº 2139. A realização de uma cópia deste mapa no início da segunda metade do século XIX, poderá ter ficado a dever-se ao início dos trabalhos de delimitação da fronteira entre Portugal e Espanha. Retomámos esta temática no capítulo seguinte.
- ²⁶⁴ Identificam-se, claramente, neste exemplar a técnica de representação da “Escola de Engenharia Militar Portuguesa”, sistematizada por Azevedo Fortes, mas ainda em uso nos finais do século XVIII (cf. Mário Gonçalves FERNANDES, 2002, pp. 32-49).
- ²⁶⁵ Ver Ana Cristina SILVA, 1998, p. 138.
- ²⁶⁶ Cf. Bernardino AMÂNDIO, 1994, p. 18.
- ²⁶⁷ Actualmente conservada no G.E.A.E.M., sob a cota 682-1-4-7.
- ²⁶⁸ Manuel Azevedo FORTES, 1728, p. 410.
- ²⁶⁹ Ver Maria Fernanda ALEGRIA, 1977, p. 178.
- ²⁷⁰ Ana Cristina Nogueira da SILVA, 1998. p. 323.
- ²⁷¹ Contrariamente ao cadastro populacional, o *Mappa da Província do Minho de Entre Douro e Minho* conheceu várias cópias manuscritas e edições impressas. No entanto, até agora, nenhum estudo aprofundado foi realizado sobre este mapa ou suas variantes. De facto, António CRUZ (1970, pp. 83-87), reproduziu uma das versões impressas deste mapa e dedicou-lhe um capítulo com uma breve análise, sobretudo ao contexto histórico. Mas, uma vez que ignorava as implicações da Lei de Reforma das Comarcas, esta análise está imprecisa e incompleta. Por

sua vez, José Amado MENDES (1980) divulgou, uma outra versão do mapa, uma das variantes manuscritas, ainda que, não lhe tenha dedicado qualquer comentário significativo. Bernardino AMÂNDIO (1958 e 1994) por duas vezes se debruçou sobre a vida e obra do engenheiro Villasboas, embora não tenha analisado o mapa especificamente.

- ²⁷² Carlos SELVAGEM, 1994, p. 486.
- ²⁷³ António Pedro VICENTE, 1998, p. 35.
- ²⁷⁴ Conferir todo este ambiente diplomático-militar em Teresa BERNARDINO (1986, pp. 19-28) e António Pedro VICENTE, 2000, pp. 145-159.
- ²⁷⁵ Veja-se a opinião de António Pedro VICENTE, 2000, pp. 57-73.
- ²⁷⁶ São os exemplares que se conservam no Instituto Geográfico Português sob a cota N° 86 e N° 87, respectivamente.
- ²⁷⁷ O mapa faz parte de um conjunto de três mapas de correições, dois dos quais conservados na Biblioteca Nacional de Portugal e outro na Biblioteca Pública de Évora (cf. Suzanne DAVEAU, 1997, pp. 37-38).
- ²⁷⁸ Suzanne DAVEAU, 1997, pp. 37-38.
- ²⁷⁹ *Ibidem*, p.41 e 42. O mapa de Sande Lemos, encontra-se nos Reservados da Biblioteca Pública Municipal do Porto, sob a cota C-M&A- Pasta 18 (5).
- ²⁸⁰ *Carta Escrita ao Secretário da Academia de Ciências, José Correia da Serra, por Custódio Gomes de Villasboas, em 5 de Outubro de 1789, sobre o método com que se deve proceder à Construção da Carta Geográfica do Reino*, p. 4, Arquivo Histórico Militar, 4ª Div., 1ª Secção, Cx. 16, n° 20.
- ²⁸¹ S.H.A.T., L12 C2 n° 10.
- ²⁸² O mapa encontra-se na Área de Iconografia da Biblioteca Nacional, sob a cota D. 94 R.
- ²⁸³ Ver o relatório de Villasboas, publicado por António Pedro VICENTE, 1971, p. 203.
- ²⁸⁴ O exemplar da Biblioteca Nacional, ainda apresenta o carimbo da Livraria de Alcobaca. Em todo caso, confirma-se que o cadastro esteve, tal como o mapa, na posse dos militares.
- ²⁸⁵ Sobre a representação cartográfica das hierarquias, consultar Brian HARLEY, 1992, p. 237 e 1995, pp. 39-42.
- ²⁸⁶ Cf. Ana Cristina Nogueira da SILVA, 1998, p. 367.
- ²⁸⁷ Neste caso seguir-se-ia de perto o modelo francês, que propunha uma simplificação dos limites administrativos (cf. Monique PELLETIER, 1996, p. 79).
- ²⁸⁸ Ana Cristina Nogueira da SILVA, 1998, p. 138.

- ²⁸⁹ Dado que esta Reforma não teve consequências significativas para a alteração da divisão administrativa de Portugal, logo após a Revolução Liberal, os deputados portugueses insistiram na necessidade de retomar a reforma administrativa do país, que será conseguida por força da acção de Mouzinho da Siveira, em 1836 (cf. Luís Nuno Espinha da SILVEIRA, 1997).
- ²⁹⁰ Nos mapas regionais até ao final do século XVIII, o relevo era representado “em perspectiva”, ou mais frequentemente, por pequenos “montes triangulares”. O facto de se recorrer a estas técnicas simplistas de desenho, resultava, em parte, da inexistência de métodos ou instrumentos adequados, não só para o levantamento topográfico, como também para a medição das altitudes. De qualquer forma, a partir de meados do século XVIII, particularmente em França – mercê dos inúmeros levantamentos topográficos e militares que ali se realizavam-, registaram-se progressos assinaláveis na representação do relevo, nomeadamente, através do processo de projecção horizontal, que passava pela utilização de *normais* ou *hachures*, que figuravam o relevo de uma forma muito mais científica e “realista”. Sobre este assunto, ver, novamente, os artigos de Maria Fernanda ALEGRIA (1977, p. 186); Helen M. WALLIS e Arthur H. ROBINSON (1987, p.145) e Maria Helena DIAS e Maria Luísa RODRIGUES, 2003. Para um resumo da evolução dos levantamentos topográficos efectuados pelos engenheiros geógrafos de França, na segunda metade do século XVIII, ver Monique PELLETIER (1995, pp. 73-92) e 2001, pp. 60-68.
- ²⁹¹ Sobre o processo de encanamento do rio Cávado e as obras realizadas no porto de Esposende, ver Bernardino AMÂNDIO, 1994, pp. 23-81.
- ²⁹² Sobre esta temática ver, Helen M. WALLIS e Arthur ROBINSON (1982, capítulo V) e, principalmente, Gilles PALSKEY, 1991, pp. 451-453; 1998, p. 39-60 e 1998, pp. 149-164.
- ²⁹³ No parecer enviado ao abade Correia da Serra, a propósito dos trabalhos a realizar para o levantamento dos mapas das Províncias, Villasboas (tio) refere-se à utilidade das estalagens, como ponto de apoio aos engenheiros militares (cf. Arquivo Histórico Militar, 4ª Div., 1ª Secção, Cx. 16, nº 20, p. 2).
- ²⁹⁴ Ver Maria José PACHECO (1984, pp. 82-86), para a reconstituição da história da indústria de papel de Vizela.
- ²⁹⁵ José Luís CARDOSO, 1997, p. 101.
- ²⁹⁶ O mapa encontra-se sob a cota 3º/47º Nº 18909 AH 2/8 e foi divulgada por António Pedro VICENTE (1971), e recentemente integrou a

- Exposição sobre a Engenharia Militar Portuguesa, patente na Torre do Tombo, no verão de 2003.
- ²⁹⁷ Referimo-nos às folhas sob as cotas 1892/I (parte Sudeste da Província), 1892/II (parte Sudoeste da Província) e 1892/III (parte Nordeste e Noroeste da Província), que compõem o *Mappa da Provincia do Minho do Minho*.
- ²⁹⁸ Por “falsas hachures”, consideramos a forma de representar o relevo de modo a transmitir a noção do declive e do pendor das vertentes ainda que, tal representação, não resulte directamente de rigorosas medições quer da altitude, quer dos declives das vertentes (cf. Mário Gonçalves FERNANDES, 2002, p.31).
- ²⁹⁹ O mapa encontra-se sob a cota 1890- 2- 21- 30.
- ³⁰⁰ É o documento sob a cota 1891-2-20-29.
- ³⁰¹ Exemplar sob a cota 1889-2-21-30
- ³⁰² N.C. 1910, p. 450.
- ³⁰³ Confirmar referências à sua actuação em Maria de Fátima NUNES, 1988 e Espinha da SILVEIRA (1997, p. 67 e seguintes).
- ³⁰⁴ O mapa está registado sob a cota L.12. C2.10.
- ³⁰⁵ O exemplar ao qual não tivemos acesso, tem por título *Mappa da Provincia de Entre Douro e Minho, levantado em 1794 e 1795 de par com as indagações Economico-Políticas, tudo para servir à Regulação das Comarcas da mesma Provincia, e outros objectos de utilidade Publica por Custodio Jozé Gomes de Villas boas, Major do real Corpo de Engenheiros, Socio d’Academia Real das Sciencias, e Membro da Sociedade Real Marítima de Lisboa*. Ao que tudo indica, trata-se de mais um exemplar semelhante aos que se conservam no G.E.A.E.M..
- ³⁰⁶ A única referência que encontrámos ao capitão Harmois, indica-nos um oficial de engenharia do exército francês (Génie), colocado em Madrid em 1827, já que, na sequência das lutas civis travadas naquele país, o apoio francês foi solicitado pelo governo espanhol, (cf. Coronel BERTHAUT, 1902, vol. II).
- ³⁰⁷ Sobre esta temática, cf. Coronel BERTHAUT (1902, vol. II) e M. Carme MONTANER I GARCIA, 2000, p. 18-20.
- ³⁰⁸ Cf. António Pedro VICENTE (vol. III, 1983, pp. 9-29 e 67-75) e 2000, pp. 237-251.
- ³⁰⁹ Este mapa encontra-se arquivado no Instituto Geográfico de Portugal, sob a cota CA 60. Foi publicado por José Amado MENDES, 1980.
- ³¹⁰ Os resultados, as implicações e as listagens destes convénios podem ser consultados em Luís de Pina MANIQUE (1951, pp. 451-484) e Humberto Gabriel MENDES (1983, pp. 1-43). No primeiro estudo, na

- listagem de documentos vindos do Brasil, os números 37 e 38 são, respectivamente, “Mapa Geográfico da Província do Minho” e a “Coleção de Mapas Topográficos, Planos de Fortalezas, Vilas, da Província do Minho”.
- ³¹¹ Esta indicação pode estar relacionada com os cálculos que Villasboas estava a realizar para a determinação das coordenadas geográficas da cidade do Porto e cujas conclusões também apresentou à Sociedade Real Marítima.
- ³¹² Custódio José Gomes de VILLASBOAS (1997, pp. 114 e 124). Numa nota ao texto, o autor esclarece-nos acerca das determinações das coordenadas geográficas: “as longitudes, e latitudes, que neste papel se mencionão, forão deduzidas das observações que meu tio, o Snr. Custodio Gomes Villasboas, fez no anno de 1791, para determinar a latitude de alguns lugares da provincia do Minho; combinando as latitudes que elle achou, com as medidas trigometricas de que uzei para levantar a carta da mesma provincia. Pellas ditas medidas referi cada huma das terras á cidade do Porto, cuja latitude he de 41° 8’ 20” e a longitude 9° 30’ ”.
- ³¹³ Ver, novamente, o mapa da *Correição da Guarda* comentado por Suzanne DAVEAU (1997, p. 39).
- ³¹⁴ Cf. Ana Cristina Nogueira da SILVA, 1998 p. 226.
- ³¹⁵ Ana Cristina Nogueira da SILVA (1998, p. 233), resume a importância deste factor: “[...] isto significa que, para além de estar condicionada por uma ordem «objectiva», imposta pela natureza ou pelo estado das vias de comunicação e dos transportes, a divisão do território devia respeitar, quando era possível, os circuitos económicos já existentes.”
- ³¹⁶ O mapa, conserva-se no G.E.A.E.M., sob a cota 3-33-45-3596.
- ³¹⁷ Este exemplar, por sua vez, conserva-se no mesmo Arquivo sob a cota 3-33-45-3598.
- ³¹⁸ Ver André GUILLERME (1998, pp. 34-35), sobre a complementaridade entre as memórias descritivas e os mapas militares.
- ³¹⁹ A *Descrição* foi publicada, como dissemos, por Fernando SOUSA e Jorge ALVES (1997), ainda que, os autores não tenham feito qualquer referência ao mapa ou ao facto de a obra ter sido elaborada no contexto da Real Sociedade Marítima, Geográfica e Militar. Verificar a listagem das obras publicadas naquela Sociedade no ano de 1801, em José Maria Dantas PEREIRA, 1832, p. 64.
- ³²⁰ Custódio José Gomes VILLASBOAS, 1997, p.103.
- ³²¹ De facto, apenas encontramos uma cópia deste mapa feita por Inácio José Leão, conservada, actualmente, no Instituto Geográfico Nacional

- sob a cota nº 61. No Arquivo Histórico Militar e no G.E.A.E.M., conservam-se duas reproduções fotográficas daquele mapa.
- ³²² Consultar as listas de oficiais do Corpo de Engenharia, publicadas por Cristóvão Aires de Magalhães SEPÚLVEDA (1910, vol. V, pp. 225 e 231). Este engenheiro militar foi responsável pelo desenho de alguns documentos cartográficos, (cf. Humberto Gabriel MENDES, 1969).
- ³²³ Cristóvão Aires de Magalhães SEPÚLVEDA, 1910, vol. V, pp. 266 e 326.
- ³²⁴ Conferir Fernando de SOUSA, 1995, p.113 e 115
- ³²⁵ *Relação de Oficiais do Corpo de Engenheiros no ano de 1809*, Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 46ª Secção, Caixa 1, nº 21, *Relação de Oficiais do Corpo de Engenheiros no ano de 1809*.
- ³²⁶ Trata-se do documento 4013/I-3-32-44.
- ³²⁷ Entre 24 e 25 de Julho de 1803, tropas chefiadas por Gomes Freire de Andrade e pelo marquês de Alorna envolveram-se contra a Guarda Real de Polícia. No fundo, estes confrontos constituíram a face visível da oposição interna que existia em Portugal entre os membros do denominado “partido francês” e os membros do “partido inglês”.
- ³²⁸ Manuel AMARAL, texto publicado em <http://www.arqnet.pt/exercito/orgorde6.html> acedido em Setembro de 2010. O mesmo autor publicou um estudo específico sobre esta reforma militar.
- ³²⁹ É o documento 3597-3-33-45.
- ³³⁰ Ver João CENTENO, 2008, pp. 79-91.
- ³³¹ O mapa está arquivado sob a cota D. 191 A. É o documento nº 767 do catálogo da colecção de desenhos da B.N.P por Ayres de CARVALHO, 1977, p. 134.
- ³³² Ver Jorge Pereira de CARVALHO, 2009, pp. 53-86.
- ³³³ Cf. F. O. CETRE (1991, pp.149-155), especificamente sobre a reorganização operada por Beresford. Ver também a obra de Mendo Castro HENRIQUES, especialmente o capítulo dedicado ao exército português, na época das invasões francesas (2002, pp. 20-27).
- ³³⁴ Sobre este oficial, ver as obras de Vasco VALENTE (1949, 40 pp.), o breve, mas elucidativo comentário de Jac WELLER (1992, pp. 33) e de Pedro de BRITO, a quem agradecemos toda a colaboração, especialmente em conceder-nos acesso ao texto “Os militares ingleses no Porto durante a Guerra Peninsular”, que apresentou sob a forma de conferência no Museu Militar do Porto, em 2002. Mais recentemente, o autor publicou novos dados biográficos sobre Trant (2010, pp. 101-132).
- ³³⁵ Estes episódios podem ser acompanhado pelas informações contidas no processo individual de Custódio Gomes Villasboas, no Arquivo

- Histórico Militar, também publicado por António CRUZ, 1970, pp. 82-83.
- ³³⁶ Samuel John Neele (1759 – 1824), era impressor especializado em mapas, ilustrações e heráldica, trabalhando em Londres, em Strand. Imprimiu alguns atlas, incluindo alguns mapas do primeiro atlas da Irlanda, em 1817-1824. Ver David SMITH (1987, p.92), Leslie STEPHEN e Sidney LEE (1998, p.166) e E. BENEZIT (1999, vol. 10, p. 133).
- ³³⁷ Ver catálogo *Uma Cartografia Exemplar. O Porto em 1892*, 1992, p.111.
- ³³⁸ António CRUZ, 1970, p. 84.
- ³³⁹ Sobre o processo que conduziu à elaboração da *Carta Chorographica do Reino* ver, com mais detalhe, a dissertação de mestrado de Rui Miguel C. BRANCO (1999).
- ³⁴⁰ Cf. Rui Miguel C. BRANCO, 2000, pp. 22-23.
- ³⁴¹ Sobre este processo, ver João Carlos GARCIA, 2003.
- ³⁴² Agradeço à Professora Maria Helena Dias esta informação. Os exemplares conservados no I.G.P, são os números 62 (publicado em duas folhas) e 63 (as duas folhas foram coladas) do catálogo daquele instituto (cf. Humberto Gabriel MENDES, 1969, p. 51). No Arquivo Histórico Ultramarino, o exemplar conserva-se na colecção de cartografia impressa, I.C.G nº 2; o exemplar da Biblioteca do Exército, publicado em duas folhas, tem a cota nº 276 CD 7.01.26E e Cd 7.01.05. O exemplar que se conserva no Arquivo Histórico Militar, em Madrid, tem a cota C-1-4. Convém referir que no Arquivo Histórico Militar, encontramos uma cópia manuscrita, datada da década de 1920, desta versão Trant, indicando-se que tinha sido feita a partir de um outro documento que estaria conservado na Biblioteca Pública de Braga. No entanto, na sequência das nossas investigações, não encontramos qualquer indicação que nos confirmasse a existência daquele documento naquela instituição.
- ³⁴³ Caso paradigmático, é ilustrado pelo exemplar da *Carta Reduzida da Costa de Portugal*, elaborada por Marino Miguel Franzini, mas gravada em Londres, em 1811. Refira-se que um dos principais propósitos a atingir com a criação da Sociedade Real Marítima, Militar e Geográfica, em 1798, era o de gravar e imprimir o material cartográfico produzido em Portugal. Contudo, este objectivo nunca foi, verdadeiramente atingido, com excepção da *Carta dos principaes triangulos das operaçoens geodezicas de Portugal*, desenhada por Francisco Ciera e gravada em Lisboa (cf. Maria Fernanda ALEGRIA e João Carlos GARCIA, 1995, pp. 72-73).

- ³⁴⁴ Sob as cotas 4473/A – 3 – 46-61 e 4473/B – 3 – 46 – 61.
- ³⁴⁵ Poderia ser aguarelado posteriormente, como era habitual na época.
- ³⁴⁶ Os três exemplares do Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar conservam-se sob as cotas 3601/I; 3601/II e 3601/III, ainda que este último não corresponda a um exemplar completo do mapa, mas antes a uma folha que representa a parte SW da Província de Entre Douro e Minho. O exemplar da Biblioteca Pública Municipal do Porto, permanece na Área de “Reservados” sob a cota RES-XIX-A-22; finalmente, o exemplar do Instituto Geográfico Português, foi arquivado sob o número de 65.
- ³⁴⁷ Ver Ernesto SOARES, 1966, p. 32.
- ³⁴⁸ Cf. Humberto Gabriel MENDES (1969, p. 158) e o catálogo *O Cerco do Porto*, p. 101.
- ³⁴⁹ Deste mapa, existe um outro exemplar no Arquivo Histórico Municipal do Porto.
- ³⁵⁰ Cf. catálogo *O Cerco do Porto*, p. 102.
- ³⁵¹ Para a compreensão da evolução das reformas territoriais durante o Liberalismo, ver Luís Nuno Espinha da SILVEIRA, 1997, pp. 57-128.
- ³⁵² *Ibidem*, p. 79. Atente-se, nos mapas que acompanham esta obra, que permitem, de um modo mais rápido, tomar conhecimento das novas alterações, na divisão administrativa.
- ³⁵³ Cf. José Viriato CAPELA, 1999. – A Revolução do Minho em 1846: segundo os relatórios de Silva Cabral e Terena José. Porto: Edições Afrontamento
- ³⁵⁴ O mapa que nos serve de base, encontra-se na Área de “reservados” da Biblioteca Pública Municipal do Porto, sob a cota C (I)-53. Um outro exemplar conserva-se na Biblioteca do Exército, com a cota Fg 276; também existe um na Sociedade de Geografia de Lisboa, sob a cota 2 – J – 7.
- ³⁵⁵ Rebelo, foi um dos primeiros discípulos do impressor Lewicki, contratado em Paris, em 1853, com o intuito de introduzir a litografia em Portugal, de forma a apoiar a impressão das folhas da *Carta de Portugal* na escala de 1/100 000.
- ³⁵⁶ “Foi com estes elementos que se lançaram na carta geographica as manchas que indicam as zonas do solo inculto, ou tractos que podem ser arborizados”, Carlos RIBEIRO e Filipe NERY DELGADO, 1868, p. 36.
- ³⁵⁷ Para aprofundar o tema da evolução das políticas florestais em Portugal, em particular no século XIX, ver Nicole DEVY-VARETA, 1993, pp. 24 e seguintes e 1999, pp. 57-94.

- ³⁵⁸ Ver o comentário de Filipe FOLQUE na introdução do *Relatório Acerca da Arborisação Geral do Paiz*, 1868, pp. 1-3.
- ³⁵⁹ Para a Província de Entre Douro e Minho, e apenas na parte compreendida entre os rios Minho e Cávado, veja-se a quantidade de cartografia elaborada “ [...] esboço topográfico das vizinhanças da foz do rio Minho (...), esboço corographico da parte da provincia comprehendida entre os rios Ave e Minho (...) na escala 1/100 000; tres outras plantas corographicas levantadas na escala 1/50 000 (...) que se referem ao terreno comprehendido entre barcellos, o rio Neiva e o Oceano; á porção da bacia do rio Lima desde Ponte-de-Lima até á foz d’este rio; e à parte da provincia situada entre a Portella-do-Extremo, Valença e Monção: um esboço chorographico na escala 1/100 000 (...) representando uma faixa de solo de Braga a Ruivães com a largura de 17 a 20 kilometros [...]” (cf. Carlos RIBEIRO e Filipe NERY DELGADO, pp. 297 e 298).
- ³⁶⁰ [...] e enfim uma cópia de parte da carta do general Trant desde o Cávado até ao Minho, e sobre a qual o engenheiro J. Thomaz da Costa lançou as manchas que representam o solo agricultado desta parte da provincia”. Carlos RIBEIRO e Filipe NERY DELGADO, p. 298.
- ³⁶¹ A Folha 1 foi editada em 1887, a Folha 4 em 1895 e a folha 5 foi editada em 1899.
- ³⁶² José Augusto Vieira, 1986. A primeira edição data de 1885.
- ³⁶³ A propósito das obras públicas rodo e ferroviárias construídas no Alto Minho, na segunda metade do século XIX, ver Maria Fernanda ALEGRIA, 1990.
- ³⁶⁴ No A. H. M., existe uma *Carta Corográfica [parcial] dos Distritos de Viana e Braga e da margem direita do rio Minho* (cota nº 18430), indicando as fortalezas existentes., podendo-se tratar de mais uma versão Trant.
- ³⁶⁵ *Escrita ao Secretário da Academia de Ciências, José Correia da Serra, por Custódio Gomes de Villasboas, em 5 de Outubro de 1789, sobre o método com que se deve proceder à Construção da Carta Geográfica do Reino*. Arquivo Histórico Militar, 4ª Div., 1ª Secção, Cx. 16, nº 20.
- ³⁶⁶ Sobre esta problemática, ver Emanuela CASTI, 1999, pp. 55-58.
- ³⁶⁷ [*Carta Escrita ao Secretário da Academia de Ciências, José Correia da Serra, por Custódio Gomes de Villasboas, em 5 de Outubro de 1789, sobre o método com que se deve proceder à Construção da Carta Geográfica do Reino*. Arquivo Histórico Militar, 4ª Div., 1ª Secção, Cx. 16, nº 20, p. 5.

- ³⁶⁸ Conferir a análise a este relatório, bem como aos trabalhos de Neves Costa para a Beira Interior, feita por Maria Helena DIAS e Maria Luísa RODRIGUES (2003).
- ³⁶⁹ Considerámos apenas as versões manuscritas do mapa, ou seja, 1794-96 e 1798.
- ³⁷⁰ Num estudo de Ecologia Humana sobre as populações serranas do Alto Minho, a curva de nível dos 400 m, foi considerada o limite regional entre as populações das “ribeiras” e as populações da “serra” (cf. Dissertação de Doutoramento de José da Cruz LOPES, 2002, pp. 44-46).
- ³⁷¹ Sobre a validade dos efectivos avançados no cadastro de Villasboas, ver as análises de António CRUZ (1970, pp. 64-65), Fernando SOUSA (1995, pp. 41-55) e Fernando SOUSA e Jorge Fernandes ALVES, 1997, p. 29.
- ³⁷² Ver, novamente, o estudo de Gilles PALSKEY, 1996, 139.
- ³⁷³ Cf. Custódio José Gomes VILLASBOAS, 1997, p. 130.
- ³⁷⁴ Cf. Alexandra Cerveira Pinto S. LIMA, 1996, p. 26 e seguintes.
- ³⁷⁵ Diz-nos Custódio José Gomes de VILLASBOAS (1997, p. 141): “Todas estas freguezias guarnecem hum rico valle, situado entre as serras da Bolhoza, Corno do Bico, Labruge, Arga, Sopo, cujo valle produz muito milho, e toda a casta de grão, mas pouco, e mao vinho, bastante linho, fructas, e bons pastos.”
- ³⁷⁶ Ver o mapa das vias medievais de Carlos Alberto Ferreira de Almeida, reproduzido por Inês AMORIM e Amélia POLÓNIA, 2001, p. 39.
- ³⁷⁷ A escolha desta característica não é aleatória. Como dissemos, Villasboas esteve envolvido no processo de reestruturação jurídico-administrativa da Província, determinada pela Lei de 19 de Julho de 1790, tendo sido o mapa elaborado com esse propósito. O autor, conhecendo a complexa realidade juridico-administrativa regional, considerava que a racionalidade da justiça central se garantia através da acção dos Juizes de Fora, pelo que, este seria um factor a ter em conta na hierarquia dos lugares. Confirma-nos o próprio Custódio José VILLASBOAS (1997, p.133), a propósito da criação do Couto de Bertianos: “[...] he tambem criação nova e prejudicial, como todas as desta natureza, ao Estado, e aos povos (...) segue-se huma administração de justiça inerte, e precaria, que o mais forte corrompe sempre (...) e augmenta-se o processo, que á primeira instancia terminaria nas mão do juiz de fora local, sempre mais habil do que hum pobre camponez, que mal sabe escrever o seu nome, e que alem de ser hum mao julgador, he tambem prejudicado (...) sem que resulte utilidade alguma ao publico, em troco de tantos inconvenientes.

- ³⁷⁸ O conceito de “povoamento concentrado” é considerado por oposição á forma do povoamento rural, cujas características principais assentavam na dispersão e na existência de casais isolados, ainda que, para o Alto Minho, não seja possível falarmos em povoamento concentrado. Vejam-se as tipologias e as diferentes nomenclaturas do povoamento, nos estudos realizados por Orlando RIBEIRO (1991, pp. 299-316 e 317-355). Utilizaremos, sempre que possível, as propostas deste autor, destacando o conceito de “lugar” enquanto pequeno agrupamento de casas e o de “lugarajo”, para definir uma povoação mais pequena.
- ³⁷⁹ As praças minhotas foram construídas sobre o tecido urbano medieval pré existente, passando a incluir no novo recinto fortificado os anteriores arrabaldes, o largo da feira, os conventos e mosteiros, bem como todos as anteriores estruturas de carácter rural que ficavam fora da cintura muralhada das vilas medievais. Assim, o crescimento urbano fez-se sempre dentro das novas muralhas, que delimitavam uma nova área urbana, que se destacava de forma imediata sobre a paisagem envolvente, uma vez que, as teorias de fortificação não permitiam a existência de arrabaldes contíguos às muralhas – no terreno designado por “esplanada” – de forma a poder-se operar e manobrar a artilharia com toda a eficácia, ao mesmo tempo que se dificultava a aproximação do inimigo, que teria de ser, sempre, a descoberto (cf. Margarida VALLA, 2001, pp. 383-405). A autora aborda a função urbana desempenhada pelas praças-fortes portuguesas, destacando alguns exemplos como Valença ou Monção.
- ³⁸⁰ Sobre o caso da Galiza, ver o estudo de Patrick O’FLANAGAN, 1996, pp. 90-91.
- ³⁸¹ Sobre a importância deste levantamento, ver Maria Helena DIAS e Henrique Ferreira BOTELHO, 1999, p. XV-XXIII.
- ³⁸² Guy BAUDELLE (2000, p. 187), refere-se a uma persistência das formas e da hierarquia, como característica principal da evolução do povoamento, apesar das grandes transformações que possam ocorrer, nomeadamente o crescimento populacional ou a passagem de uma economia rural para uma de carácter industrial.
- ³⁸³ Ainda que no mapa o autor indique que, em 1798, Fiães era pertença da comarca de Viana mas que já tinha pertencido a Valença, a população está contabilizada na comarca de Valença, no cadastro populacional elaborado por Villasboas, em 1794-95.
- ³⁸⁴ Ver a obra de Luís Nuno Espinha da SILVEIRA (1997, pp. 57-133). A Comarca de Valença foi substituída, em 1834, pela Comarca de Monção e, mais tarde em 1841, pelo Distrito de Viana.

- ³⁸⁵ Orlando RIBEIRO, 1991, pp. 299-316 e 317-355.
- ³⁸⁶ Custódio José Gomes VILLASBOAS, 1997, p.156.
- ³⁸⁷ *Ibidem*, p. 157.
- ³⁸⁸ “[...] Daqui vem a necessidade que os lavradores tem dos montes, não só para o pasto dos gados, mas para o roço dos adubos, o que he uma razão demais para ser menor a extensão das terras cultivadas que demandão sempre uma certa porção de baldios propicios ao matto que as terras exigem: materia para reflexão sobre as novas tapadas que se fazem nos baldios com obrigação de os rotear”. Esta não deixa de ser uma posição curiosa, tendo em conta os ideias fisiocráticos da época que defendiam, precisamente, o aumento da área agrícola à custa de solos desocupados (cf. Custódio José Gomes VILLASBOAS, 1997, p.157)
- ³⁸⁹ Orlando RIBEIRO, 1998, pp. 115-120.
- ³⁹⁰ José Viriato CAPELA, 1982, p. 97.
- ³⁹¹ Cf. Custódio José Gomes VILLASBOAS (1997, pp. 125 e 158). Esta situação não parecia ser nova região, pois já aquando das Memórias Paroquiais de 1758, alguns dos párocos do Termo de Caminha que responderam aos inquéritos organizados pelo padre Luís Cardoso, confirmavam estes intensos movimentos migratórios, de carácter essencialmente masculino, ficando as mulheres a trabalharem nos campos (ver, Serra de CARVALHO, 1980, p.17). Também Lima BEZERRA, em 1791 (data da publicação do 2º volume do seu livro), descreveu esta situação (1992, vol. II) como característica da Ribeira Lima.
- ³⁹² Este movimento foi já descrito por Custódio José Gomes de VILLASBOAS, 1997, p. 130.
- ³⁹³ Era o que acontecia, frequentemente, em Castro Laboreiro, onde as populações se viam na contingência de venderem o gado no Inverno por não terem pastos suficientes (cf. Custódio José Gomes de VILLASBOAS 1997, p. 130).
- ³⁹⁴ Orlando RIBEIRO, 1995, pp. 144-145.
- ³⁹⁵ Nuno Luís MADUREIRA, 1997, p. 188.
- ³⁹⁶ Aurélio de OLIVEIRA, 1993, pp. 417-443.
- ³⁹⁷ As manufacturas eram em número reduzido, salientando-se aquelas que serviam de apoio à actividade agrícola: ferreiros, carpinteiros de carros de bois, cesteiros, madeiros, pedreiros, etc. (cf. Custódio José Gomes VILLASBOAS, 1997, pp. 156).
- ³⁹⁸ Veja-se o exemplo do rio Vez, no Termo dos Arcos (cf. Custódio José Gomes de VILLASBOAS, 1997, pp. 139-140).
- ³⁹⁹ Esta levada, aparentemente, constituía um “rego foreiro” (de utilização comunitária e cuidado pelas populações), cujas águas eram aproveitadas

- das para mover os moinhos da Quinta da Várzea (também assinalada no mapa), mas que poderiam ser utilizados pela população de Vilar de Mouros. Cf. Lourenço ALVES, 1985, pp. 309-310.
- ⁴⁰⁰ Lourenço ALVES, 1985, pp. 312-313
- ⁴⁰¹ Acúrsio das NEVES, s/d, vol. III, pp. 243-270.
- ⁴⁰² Para se avaliar a importância desta actividade artesanal não agrícola na sociedade do Alto Minho, veja-se a obra de Caroline BRETTELL, 1991, p. 43.
- ⁴⁰³ Fernando SOUSA e Jorge ALVES, 1997, p. 80.
- ⁴⁰⁴ *Ibidem*, p. 80. As explorações de sal do rio Coura acabaram, eventualmente, por ser abandonadas porque as cheias, periodicamente, deixavam as salinas cobertas por uma camada de sedimentos que prejudicavam a produção. Estas salinas tinham sido, no entanto, cartografadas por Gonçalo da Silva Brandão, no seu *Mappa da Provincia do Minho do Minho*, de 1758.
- ⁴⁰⁵ Teresa de Jesus RODRIGUES, 2002, p. 37.
- ⁴⁰⁶ Sobre esta temática consultar a obra de Inês AMORIM (1996, pp. 372-388). A autora, para a primeira metade do século XVIII, refere uma importante exportação de sal da região de Aveiro para Caminha e Viana sendo, a partir daí, redistribuído para a Galiza onde a procura era maior. Contudo, a partir da segunda metade do século XVIII, devido a vários condicionalismos, a procura galega diminui e a exportação de sal para o Alto Minho, não mais atingiu os valores anteriores.
- ⁴⁰⁷ Conferir os trabalhos sobre o comércio e a economia do vale do Cávado realizados por Fernando CASTELO-BRANCO (1979, pp. 303-324) e Aurélio OLIVEIRA, 1985, pp. 97-160.
- ⁴⁰⁸ Ainda que Villasboas nunca se tenha referido á actividade piscatória da região, sabemos que Caminha ainda se afirmava, nos finais do século XVIII, como importante centro piscatório regional, capaz de se abastecer a si e às terras circunvizinhas, estabelecendo ligações comerciais com a Galiza mas, em Viana, era uma actividade a perder importância, ainda que, a existência de um bairro piscatório nos arredores da vila, possa testemunhar uma certa especialização económica. Esta situação ainda se verificava nos finais do século XIX, como deu conta Baldaque da SILVA (1891, pp. 74 e 90). Sobre a perda de importância do sector pesqueiro em Viana, consultar Alberto ABREU (1987, pp. 17-25) e ver Fernando SOUSA e Jorge ALVES (1997, pp. 79-80). A observação do bairro piscatório de Viana foi feita por Patrick O'FLANAGAN (1996, p. 122). Ver, ainda que em termos globais, a evolução da importância da pesca na economia portuguesa e, especialmente no Entre Douro e

Minho, o estudo de Inês AMORIM e Amélia POLÓNIA, 2001, pp. 31-46.

- ⁴⁰⁹ No capítulo dedicado ao comércio, inserto na sua *Descrição Topographica*, em 1800, Villasboas denunciava o monopólio da Companhia do Alto Douro e a perda de selo alfandegário de Viana, como os principais responsáveis pela queda do movimento comercial de Caminha e Viana (cf. Custódio José Gomes de VILLASBOAS, 1997, p. 161). Ver, também, José Viriato CAPELA, 1982, pp. 126 e 1987, pp. 93-100.
- ⁴¹⁰ Esta tendência, acentuou-se a partir das décadas de 1780-90, altura em que a partir da barra de Viana já não se registam saídas de vinho verde para Lisboa e Porto, mas verifica-se um extraordinário aumento de contactos comerciais em direcção à Galiza, tanto por mar (a partir de Viana mas também de Caminha) como pelo interior, a partir das principais povoações fronteiriças (cf. José Viriato CAPELA, 1986, p. 199).
- ⁴¹¹ Patrick O'FLANAGAN, 1996, pp. 125-127. Quando o comércio para Portugal foi proibido, em 1774, o comércio de salga de peixe galego decaiu de forma irremediável.
- ⁴¹² Nesta época, o transporte fluvial desempenhava uma função de grande importância local, regional e mesmo nacional, muitas vezes superior ao tráfego terrestre. Diz Jorge Borges de MACEDO (1982, pp. 135-136): “[...] o barqueiro de longo trajecto desempenhava, no aparelho nacional de transporte, um papel essencial pela segurança, rapidez e baixo custo dos carregamentos, relativamente ao almocreve ou carreteiro, e pelo volume das mercadorias transportadas: só por esse meio era possível levar, em boas condições de venda, às cidades da costa, as mercadorias facilmente deterioráveis e baratas da vida agrícola interior e que a região próxima da cidade não produzia. Nos rios realizava-se um activo tráfego deste tipo. [...] O tráfego fluvial tinha mais condições para ser utilizado como meio de saída dos produtos do que como entrada destes no interior, pois o movimento dos barcos carregados tornava-se mais difícil ao seguirem rio acima”.
- ⁴¹³ O rio Minho, no dizer do próprio Villasboas, era navegável até Monção, mas apenas nos meses de maior caudal, já que no verão, apenas os barcos pequenos e de fundo chato conseguiam chegar até aquela vila. Provavelmente este tipo de barcos não seria adequado para o transporte de sal, daí que, o seu transporte se fizesse por terra.
- ⁴¹⁴ Custódio José Gomes de VILLASBOAS, 1997, p. 129.
- ⁴¹⁵ Hélder MARQUES, 1987, pp. 152-156.
- ⁴¹⁶ José Viriato CAPELA, 1987, pp. 95-100.

- ⁴¹⁷ Ainda que Monção fosse célebre pelos seus famosos “maduros”, a verdade é que boa parte destes estavam reservados para a exportação. Por outro lado, o facto de se registar um importante fluxo comercial de vinho dos Arcos para Valença e Monção, confirma apenas que aquelas vilas da Ribeira do Minho, funcionavam como entrepostos comerciais com a Galiza, pois uma boa parte da produção vinícola destinava-se ao mercado galego (cf. José Viriato CAPELA, 1982, pp. 125-129).
- ⁴¹⁸ Custódio José Gomes de VILLASBOAS, 1997, p.158.
- ⁴¹⁹ Cf. Humberto Baquero MORENO (1979, p. 17-18). A leitura desta obra torna-se fulcral para se compreender a acção dos almocreves no desenvolvimento das relações comerciais no interior do nosso País.
- ⁴²⁰ Ver Jorge Borge de MACEDO (1982, pp. 132-34). Este autor considerou os almocreves a “coluna vertebral” das comunicações interiores por terra [...] estando presentes em todo o País, em especial nos aglomerados da costa e nos postos alfandegários da fronteira terrestre [...] no transporte usavam um carro ou carreto de madeira, articulando-se, muitas vezes, com os transportes fluviais”, o que parece ser o caso do vale do Minho.
- ⁴²¹ Custódio José Gomes de VILLASBOAS, 1997, p. 113.
- ⁴²² Na sua *Descrição*, Villasboas assinala barcas de passagem em Melgaço, Valadares, Monção, Lapela, Vila Nova de Cerveira e Caminha (praticamente todos os locais com feira), para além de se referir aos muitos barcos particulares que se dedicavam a este serviço.
- ⁴²³ Esta seria uma tarefa interessante mas muito difícil e trabalhosa, visto que, com a legislação pombalina a limitar as relações comerciais de Viana com a Galiza, incrementaram-se os pequenos negócios e contrabando entre as povoações da raia, o mesmo sucedendo em relação à Galiza, a partir de 1774 (ver José Viriato CAPELA, 1987, pp. 95-97).
- ⁴²⁴ Patrick O’FLANAGAN, 1996, p. 103.
- ⁴²⁵ No seu mapa Villasboas indica que a estrada que liga Castro Laboreiro a Valadares via Lamas de Mouro é uma “[...] estrada de comunicação trabalhosa”, ao passo que “Chans de Castro[são] montados planos que comunicação com a Galiza por entre montes”. Na *Descrição Topographica*, o mesmo autor afirma que “[...] de Castro para o interior de provincia, há duas veredas principaes atravez da serra da Peneda, de muito mau caminho, e continuos desfiladeiros, por onde não passa carro...” (1997, p. 110).
- ⁴²⁶ Não obstante, os movimentos de transferência de gado para ambos os lados da fronteira, era uma actividade antiga destas populações, que remontava aos tempos medievais.

- 427 Custódio José Gomes de VILLASBOAS (1997, pp. 160 e 161). Cf. Também José Amado MENDES, 1980, p. 64.
- 428 Vamos considerar como limite entre o vale inferior e superior do rio Minho a vila de Monção, que representava o limite da navegabilidade.
- 429 Para se compreender a importância deste micro circuito comercial e o seu enquadramento numa área relativamente isolada, veja-se a obra de Narcizo C. Alves da CUNHA (2002, pp. 251-272). A leitura da obra, originalmente escrita em 1909, torna-se indispensável para a compreensão da Geografia Histórica desta parte da Província de Entre Douro e Minho.
- 430 Veja-se a opinião do 2º Visconde de Balsemão, que pretendia ver transformado o Concelho de Paredes de Coura numa das maiores áreas de produção de gado cavalari da Província (cf. Luís Máximo Pinto de Sousa COUTINHO, 1980, p. 82).
- 431 Como limite entre o vale inferior e o vale superior do rio Lima, vamos considerar o lugar de Carregadouro, por representar o limite da navegabilidade deste rio.
- 432 Veja-se a expansão urbana de Viana em Francisco José FERNANDES, 1999, pp. 19-30.
- 433 Custódio José Gomes de VILLASBOAS, 1997, p. 160.
- 434 As populações de Lindoso e, provavelmente do Soajo, abasteciam-se, frequentemente, na Ribeira Lima (cf. Custódio José Gomes de VILLASBOAS, 1997, p. 149).
- 435 Ver o artigo de Aurélio de OLIVEIRA (1985, pp. 97-160), sobre os mercados regionais da Província de Entre Douro e Minho.
- 436 Custódio José Gomes de VILLASBOAS, 1997, pp. 156-157.
- 437 Conferir o estudo de Jorge Borges de MACEDO, 1990.
- 438 Luís Máximo de Sousa COUTINHO (1980, pp. 90-91) e Custódio José Gomes de VILLASBOAS, 1997, pp. 110.
- 439 Domingos Vandelli, numa das Memórias Económicas da Academia das Ciências, considerava o mau estado das vias de comunicação, como uma das principais causas da decadência da agricultura portuguesa, adiantando que de nada valeria aumentar a produção agrícola se os produtos não pudessem ser transportados para serem comercializados (cf. Fernando CASTELO-BRANCO, 1979, pp. 319).
- 440 Cf. José Fernando da SILVA – *Apontamentos sobre o rio Lima*, ms 632 nº IX.; Miguel Roque dos Reis LEMOS (1977, p. 74-75) e J. H. F Cyrne de CASTRO (1983, pp. 59-66). Sobre o encanamento dos rios Lima e Cávado, ver Bernardino AMÂNDIO, 1994, pp. 180.

- 441 Conferir a resposta dada por Villasboas a um ofício apresentado pelo governador da justiça do Porto, a propósito das obras de encanamento do rio Cávado em Bernardino AMÂNDIO, 1994, pp. 48-78. O autor demonstra que a beneficiação das estradas da Província, só faria aumentar a centralização comercial da cidade do Porto, pois era por aí que os produtos eram escoados.
- 442 Bernardino AMÂNDIO, 1994, p. 93.
- 443 Custódio José Gomes de VILLASBOAS, 1997, pp. 161-162.
- 444 As últimas reformulações, haviam sido realizadas no tempo do Marquês de Pombal, cerca de 20 anos antes.
- 445 Na *Descrição Topographica*, Villasboas informava que estas defesas estavam arruinadas (cf. Custódio José Gomes de VILLASBOAS, 1997, p. 108).
- 446 Custódio José Gomes de VILLASBOAS, 1997, p. 108.
- 447 *Ibidem*, p. 109.
- 448 Para verificar as alterações nas concepções tácticas operadas nos campos de batalha europeus, consultar a obra de João Vieira BORGES, 2000, especialmente os capítulos I e II.
- 449 Custódio José Gomes de VILLASBOAS (1971, p. 209). No próprio mapa, na versão de 1798, está indicada esta disputa territorial.
- 450 Custódio José Gomes de VILLASBOAS, 1971, pp. 208-209.
- 451 *Idem*, 1997, p. 110. Sobre o papel militar do castelo de Castro Laboreiro na Guerra da Restauração, ver João GARCIA e Luís MOREIRA, 2009, pp. 75-92.
- 452 *Idem* (1971, p. 210) e 1997, p. 110.
- 453 *Idem*, 1997, p. 110-111.
- 454 *Idem*, 1971, p. 211-212.
- 455 *Idem*, 1997, p. 110-111.
- 456 *Ibidem*, p. 111.
- 457 *Idem* (1971, p. 215-217). O autor aconselhava a manutenção de tropas no lugar da Gândara, entrincheiradas de forma a poderem atacar o inimigo cruzando fogo com a praça de Monção, numa acção semelhante àquela que Pedro o Grande havia tentado contra as tropas de Carlos XII, no cerco de Pultava. Estes exemplos são ilustrativos do tipo de aprendizagem realizada na Academia Militar.
- 458 Sobre a tipologia das diferentes obras de defesa e fortificação da fronteira do Minho na Guerra da Restauração, ver a tese de mestrado de João Manuel Viana ANTUNES (1996). A fortificação proposta seria semelhante às anteriores, com dois fortes de ambos os lados da estrada. Os reforços e víveres viriam das povoações do vale do Vez.

- ⁴⁵⁹ Numa nova memória sobre a defesa da fronteira do Minho, datada de Junho de 1805, e intitulada *Considerações sobre as Praças, e Postos da Fronteira do Minho, relativamente ao Estado Maior, e Guarnição que lhe compete em tempo de Paz*, Villasboas considerava a Praça de Valença fundamental para a defesa da Província de Entre Douro e Minho, pois devido á sua posição, podia controlar as principais vias de entrada a partir do vale do Minho. A memória encontra-se no A.H.M., na 3ª Divisão, 9ª Secção, Caixa 2, nº 27.
- ⁴⁶⁰ A teoria de Montalambert era leccionada nas aulas da Academia Militar e nas Aulas dos Regimentos, como se comprova pela compra de exemplares do seu livro para serem utilizados na Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho (cf. *Relação dos livros entrados na Academia em 1794, prov. da Alfandega*, A.H.M., 3ª Divisão, 5ª Secção, caixa 4, nº 9).
- ⁴⁶¹ Custódio José Gomes de VILLASBOAS, 1971, p. 217-224.
- ⁴⁶² O autor faz uma ressalva ao avançar com estes últimos números, dizendo “[...] se poderião acampar 5 ou 6 mil homens, a não se achar já diminuído com algumas tapadas que nelle se vão fazendo a favor da cultura” (cf. Custódio José Gomes de VILLASBOAS, 1997, p. 125).
- ⁴⁶³ Jaime GARRIDO RODRIGUEZ, 2001, p. 229.
- ⁴⁶⁴ Na memória de 1805, Villasboas atribuía uma maior importância ao forte de Lovelhe do que à Praça de Cerveira.
- ⁴⁶⁵ Custódio José Gomes de VILLASBOAS, 1971, p. 226.
- ⁴⁶⁶ Cf. estas e outras designações em António Maranhão PEIXOTO, 2001, p. 134.
- ⁴⁶⁷ Cf. as plantas do castelo e barra de Viana desenhadas por Gonçalo Luís da Silva Brandão (1753); José Champalimaud de Nussane (1777); e Filipe Neri da Silva (1794), publicadas por António Maranhão PEIXOTO, 2001, p. 134.
- ⁴⁶⁸ Ver Suzanne DAVEAU e Júlia GALEGO, 1995, p. 95-98.
- ⁴⁶⁹ Ver Ana Cristina Nogueira da SILVA, 1998.
- ⁴⁷⁰ Sobre este processo, ver o mais recente trabalho de Rui Miguel BRANCO, 2003.
- ⁴⁷¹ Gilles PALSKY, 1996, p. 49.
- ⁴⁷² Para a classificação dos documentos cartográficos, consultar a obra de Maria Helena DIAS e Maria Joaquina FEIJÃO, 1995.
- ⁴⁷³ As expressões cartografia “especial” e “híbrida” pertence a Gilles PALSKY (1996, p. 37-38 e 1998, p. 39-43), e designa os mapas que combinam os elementos topográficos com outros fenómenos inventa-

riados, mas que salientam, em primeiro lugar, apenas um dos fenómenos. Esse parece ser o caso deste nosso exemplar.

⁴⁷⁴ Ver Suzanne DAVEAU (1995, p. 161-181), que apresenta um breve resumo sobre a evolução da cartografia temática portuguesa.

⁴⁷⁵ Cf. António Manuel HESPANHA (1994, p.87): “[...] para além da realidade signficante, a divisão política do espaço constitui também um instrumento de poder (ou um “aparelho político) que serve tanto para a organização e perpetuação do poder de certos grupos sociais como para a expropriação de outros grupos...”.

⁴⁷⁶ Maria Fernanda ALEGRIA, 1986, p. 103.

⁴⁷⁷ Considerámos o método de reconstituição de paróquias, de filiação francesa, como o mais utilizado, constituindo a micro análise populacional. Há, no entanto, um outro método aplicado pela Demografia Histórica nos estudos de História das Populações, denominado “agregativo”, que permite obter uma perspectiva demográfica mais alargada, constituindo o que poderíamos denominar de macro análise populacional. Contudo, este método, com origem na Grupo de Cambridge, não é muito utilizado pela Demografia Histórica portuguesa. Ver Maria Norberta AMORIM, 1982, 1983, 1987 e 1995.

BIBLIOGRAFIA

1 – Fontes Manuscritas

Arquivo Histórico Militar, Lisboa

Corpo de Engenheiros/Real Corpo de Engenheiros: 3ª Divisão, 46ª Secção, caixa 1.

Instrução Militar: 3ª Divisão, 5ª Secção, Caixas 3, 4, 5 e 6.

[VILASBOAS, Custódio José Gomes de] – *Considerações sobre as Praças, e Postos da Fronteira do Minho, relativamente ao estado Maior, e Guarnição que lhe compete em tempo de Paz*: 3ª Divisão, 9ª Secção, Caixa 2, nº 27.

[VILASBOAS, Custódio Gomes de] – *Carta Escrita ao Secretário da Academia de Ciências, José Correia da Serra, por Custódio Gomes de Villasboas, em 5 de Outubro de 1789, sobre o método com que se deve proceder à Construção da Carta Geográfica do Reino*. 4ª Divisão, 1ª Secção, Caixa 16, nº 20

Processos Individuais:

Gonçalo Luis da Silva Brandão, nº 450.

Inácio José Leão, nº 450.

João Bento Python, nº 406.

José Champalimaud de Nussane, nº 635.

José Joaquim Champalimaud de Nussane, 131-1965.

José Martins da Cruz, nº 388.

Maximiano José da Serra, nº 2013.

Nicholas Trant, nº 593.

Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo

CHABY, Cláudio de – *Synopse dos decretos remetidos ao extinto Conselho de Guerra*.

Desembargo do Paço, Minho e Trás-os-Montes: *Maço 233, Cx. 308*.

Arquivo Distrital de Braga

[VILLASBOAS, Custódio José Gomes de] – *Cópia da Resposta dada pelo capitão Custódio José Gomes Villasboas ao Governador das Justiças do Porto*, ms. 912 (7).

Plano da nova Demarcação das comarcas deste Reino conforme a Ley da sua regulação de 19 de Julho de 1790, ms. 915.

[SILVA, Joze Fernando da] – *Apontamentos sobre o rio Lima*, ms. 632 n° IX.

[VILLASBOAS, Custódio José Gomes de] – *Análise dos Postos e Comunicações desta Provincia com a Galiza, bem como das gargantas dos Montes que prendem a Ribeira do Minho com a do Lima ao que se junta uma discussão breve sobre a defesa relativa, designando as avenidas que deve seguir a Tropa em caso de retirada*, ms. 912 4.

Biblioteca Nacional, Lisboa

Reservados:

VASCONCELOS, Sebastião de Souza [compiladas por] *Lições de Artilharia*, Cod. 7660.

[VILLASBOAS, Custódio José Gomes de] – *Cadastro da Provincia do Minho*, Cod. 944.

Services Historiques de l'Armée de Terre, Vincennes

Memoires et Reconnaissances, serie I M – Portugal : cartons 1354, 1356, 1357 e 1358.

2 – Fontes Cartográficas

2.1 – Cartografia Manuscrita

Arquivo Histórico Militar, Lisboa

Mapoteca:

VILLASBOAS, Custódio José Gomes de – *Mappa da Provincia de entre Douro e Minho Levantado em 1794 e 1795 de par com as indagações Economico – Politicas tudo para servir à Regulação das Comarcas da mesma Provincia, e outros objectos de utilidade Publica: por Custodio Jozé Gomes de Villas boas, Cavalleiro da Ordem de Christo, Major do Real Corpo d'Engenheiros, socio d'Academia Real das Sciencias, Membro da Sociedade R. Marítima de Lisboa: 3ª Divisão, 47ª Secção, 3º/47º N° 18909 AH 2/8*

Biblioteca Pública Municipal do Porto

Área de Reservados:

BRANDÃO, Gonçalo Luís da Silva – *Topographia da fronteyra, praças e seus contornos, raya seca, costa e fortes da Provincia de Entre Douro e Mnho, 1758*, Ms. 1909.

[VILLASBOAS, Custódio José Gomes de] – *Planta do projecto e estado presente das Obras de Encanamento do Rio Cávado, 1800*, C – M & A – Pasta 18.

Biblioteca Nacional, Lisboa

Área de Iconografia:

VILLASBOAS, Custódio José Gomes de – *Mappa da Provincia d’Entre Douro e Minho levantado em 1794 e 1795 de par com as indagações Economico-Políticas; tudo para servir a Regulação das Commarcas da mesma Provincia, e outros objectos de utilidade Publica. Por Custodio Joze Gomes Villas-boas, D. 94 R.*

Biblioteca Nacional de França, Paris

Département des Cartes et Plans :

LESCOLLES, Michel de – *Carta Geografica Província de Entre Douro e Minho no anno de 1661*, Ge D-13875.

Direcção dos Serviços de Engenharia, Lisboa

Governo das Armas do Minho, 3841-3-32-44.

Carta Topographica Demonstrativa dos Limites dos 8 Regimentos de Milicias, do Governo das Armas do Minho, 3597-3-33-45.

FRANZINI, Marino Miguel – *Mappa da Provincia d’Entre Douro – Copiado e Reduzido no R.1 Arcº. Militar em Novembro de 1809, pelo Major Franzini*, 1889-2-21-30.

PYTHON, Jean Benoit – *Mappa da Fronteira da Provincia do Minho Feitto por ordem do Illmº e Exmº S.or D. Jorge Cary*, 3602/I-3-32-44.

SILVA, João Manuel e FIGUEIREDO, José Carlos – *Mappa geografico: da vigesima segunda, e vigesima terceira Brigadas de Ordenanças*, 1803, 4013/I-3-32-44.

VILLASBOAS, Custódio José Gomes de – *Desenho Topographico de huma porção do Conselho de Lindoso*, 1803, 2-17-A-25 nº 2138.

VILLASBOAS, Custódio José Gomes de – *Mapa das Fronteiras do Minho*, [1794-1806], 3-33-45-3596

VILLASBOAS, Custódio José Gomes de – *Mapa das Fronteiras da Província do Minho Offerecido à Real Sociedade Marítima de Lisboa 1800*, 3-33-45-3598.

VILLASBOAS, Custódio José Gomes de – *Mappa da Província d'Entre Douro e Minho Levantado em 1794 e 1795 de par com as indagações Economico – Politicas tudo para servir à Regulação das Comarcas da mesma Província, e outros objectos de utilidade Publica: por Custodio Jozé Gomes de Villas boas, Cavalleiro da Ordem de Christo, Major do Real Corpo d'Engenheiros, socio d'Academia Real das Sciencias, Membro da Sociedade Real Marítima de Lisboa*, [post., 1794], 1892/I/II/III-2-20-29.

VILLASBOAS, Custódio José Gomes de – *Mappa da Província d'Entre Douro e Minho Levantado em 1794 e 1795, de par com as indagações Economico-Políticas tudo para servir à Regulação das Comarcas da mesma Província e outros objectos de utilidade publica por Custodio Jozé Gomes Villasboas* [post., 1794], 1890- 2- 21- 30.

VILLASBOAS, Custódio José Gomes de – *Mappa da Província d'Entre Douro e Minho Levantado em 1794 e 1795 de par com as indagações Economico – Politicas tudo para servir à Regulação das Comarcas da mesma Província, e outros objectos de utilidade Publica: por Custodio Jozé Gomes de Villasboas, Cavalleiro da Ordem de Christo, Major do Real Corpo d'Engenheiros, socio d'Academia Real das Sciencias, Membro da Sociedade R. Marítima de Lisboa* [post., 1794], 1891-2-20-29.

VILLASBOAS, Custódio José Gomes de – *Planta da villa de Barcelos: para intelligencia da informação sobre o aquartelamento de hum Regimento de Cavallaria na dita villa, 1806*, 682-1-4-7.

Instituto Geográfico Português, Lisboa

LEÃO, Inácio José – *Mappa da Província d'Entre Douro e Minho, com o Quadro da sua População dividida em classes, e outras particularidades Economico-Políticas: completado no ano de 1798 por Custódio Jozé Gomes de Villasboas Primeiro Tenente do Real Corpo de Engenheiros, Socio d'Academia Real das Sciencias de Lisboa Membro da Sociedade Real Hydrographica e Militar e Director das Obras do Encanamento e Navegação do Rio Cavado Desenhado por Ignácio Jozé Leão, Sargento Mór do mesmo Corpo no ano de 1804*, 1804, C.A. 61.

VILLASBOAS, Custódio José Gomes de – *Mappa da Província do Minho, que tem por título Mappa da Província d'Entre Douro e Minho, com o Quadro da sua População dividida em classes, e outras particularidades Economico-Políticas: completado no ano de 1798 por Custódio Jozé*

Gomes de Villasboas Primeiro Tenente do Real Corpo de Engenheiros, Socio d'Academia Real das Sciencias de Lisboa Membro da Sociedade Real Hydrographica e Militar e Director das Obras do Encanamento e Navegação do Rio Cavado, C.A. 60.

Services Historiques de l'Armée de Terre, Vincennes

Cartes et Plans de Portugal :

CARVALHO, José Monteiro de – *Carta Geográfica da Província do Minho*, L.12 C.2.10.

COSTA, António Bernardo da – *Província do Minho*, L.12. C.2.10.

FERREIRA, José Maria – *Copia Do Mappa q deu a copiar em 1763 o Conde Reinante de Chamburg Lippe a Fran^{co} d'Alincourt que estava junto ao Quartel General, equal consta da Topographia da Raia da Provincia do Minho...*,1796, L.12. C.2.11.

[NUSSANE], [José] Champalimaud de – *Carte de la Province D'Entre Douro et Minho Réduite de celle levée par l'Ingénieur Champalimaud en 1786*, L.12. C.2.10.

PYTHON, Jean Benoit – *Mappa da Fronteira da Provincia do Minho Feitto por ordem do Illm^o e Exm^o S.or D. Jorge Cary...*1763, L.12. C.2.11.

[VILLASBOAS, Custódio José Gomes de] – *Entre Douero et Minho, Envoyé par le cap^e Harmois le 25 juillet 1898*, L.12. C.2.10.

2.2 – Cartografia Impressa

Biblioteca Pública de Braga

CARPINETTI, João Silvério – *Mappas das Províncias de Portugal*, 1762, HG 3370 V.

VAUGONDY, Robert – “Parte Septentrional del Reyno de Portugal [...] 1756”, in *Atlas o Compendio Geographico del Globo Terrestre dividido en Imperios, Republicas, Estados, Provincias, Islas, capitales, Arzobispos, Obispados, Religiones y Ríos...*, Madrid, 1756, HG 1328⁴V.

Biblioteca Pública Municipal do Porto

HOMANN, Johann-Baptista – *Portugalliae et Algarbiae cun finitimis Hispaniae regnis Castiliae...*, Norimberg : [s.n., ca.1704], C(I)-7-(14).

NOLIN, Jean Baptiste – *Le Royaume de Portugal divisé en cinq grandes Provinces et subdivisé en plusieurs territoires avec le Royaume des Algarves, l'Estramadoura Espagnol et partie d'Andalousie*, Paris, 1762, C-M & A – P 25 (11) A.

SANSON d' ABBEVILLE, Nicolas – *Les Etats de la couronne de Portugal en Espagne...*, Paris, 1653, C (I) – 9.

SANSON d' ABBEVILLE, Nicolas – *Parte Septentrional do Reyno de Portugal*, Paris, 1654, C (I) – 10.

VAUGONDY, Robert – *Partie Septentrional du Royaume de Portugal...*, 1751, C (I) – 12.

Área de Reservados

Mappa do Districto entre os RIOS DOURO E MINHO feito por ordem do ILL^{mo}. Ex^{mo}. Sir Nicolau Trant, Brigadeiro General Encarregado do Governo das Armas do Partido do Porto. Anno 1813, Novamente gravado e publicado no Deposito dos Trabalhos Geodesicos em 1861, C (I)-53.

P., J.B. – *Carta da Provincia do Minho por J.B.P. 1832*, RES XIX -A-22.

Biblioteca Nacional, Lisboa

Área de Cartografia:

ALLARD, Carol – *Regnorum Portugalliae et Algarbiae tabula, tam in suas sacras, quam profanas ditiones distincta...*, Amsterdam, [1705?], C.C. 1662 A. ALLARD, Carol – *Regnorum Portugalliae et Algarbiae...*, Amsterdam, [17--], C.C. 1384 A.

ALLARD, Carol – *Regnorum Portugalliae et Algarbiae...*, Amsterdam, [17--], C.C. 1695 A.

BAILLEUX, Gaspar – *Le Portugal et ses frontiéres leveés sur les lieux par ordre de Philippe IV^o Roy de l'Espagne Augmenté et corrigé sur les nouveaux mémoires 1704*, C.A. 15 R, n^o15.

CARPINETTI, João Silvério – *Mappas das Províncias de Portugal*, Lisboa, 1762, C.A. 203.P.

CARPINETTI, João Silvério – *Mappas das Províncias de Portugal Novamente Abertos, e Estampados em Lisboa*, [post. 1769], CA. 312 P.

MORTIER, Pierre – *Theatre de la Guerre en Portugal et dans les Algarves*, Amsterdam [17--], C.A. 15 R, n^o5.

NOLIN, Jean Baptiste – *Le Royaume de Portugal divisé en cinq grandes Provinces et subdivisé en plusieurs territoires avec le Royaume des Algarves, l'Estramadoura Espagnol et partie d'Andalousie*, Paris, 1762, C.A. 15 R, n^o15.

RIZZI-ZANNONI – “*Cartes des Royaumes de Portugal et d'Algarve*”, in *Atlas moderne ou collection des cartes ...*, Bordéus, 1762, CA 143 V.

VISCHER, Nicolau – *Regnorum Portugalliae et Algarbiae Tabula novissima accuratissime composita per P. Placidum Augustinum et edita per...*, [16--], C.A. 15 R, n^o4.

VIZARRÓN, Antonius – *Description del Reyno de Portugal y sus confines con los Reynos de Castilla*, C.A. 15 R, nº7.

WIT, Frederick de – *Novissima Regnorum Portugalliae et Algarbiae Descriptio*, [16--], C.A. 17 A.

Direcção dos Serviços de Engenharia, Lisboa

P., J.B. – *Carta da Provincia do Minho por J.B.P.* 1832, 3601/I-3-32-44.

Instituto Geográfico Português, Lisboa

Mappa do Districto entre os RIOS DOURO E MINHO, feito pela ordem do ILL^{mo}. Ex^{mo}. Sir Nicolao Trant, Brigadeiro General Encarregado do Governo das Armes do Partido do Porto. Anno 1813, C.A. 62.

Sociedade de Geografia de Lisboa

BELLIN – *Royaume de Portugal*, Venise, [ca. 1750] 1-R-1.

JAILOT – *Le Royaume d Portugal et des Algarves divisés en ses Archevêches*, 1695, 1-A-33.

DANCKERTS, Theodorum – *Novissima Regnorum Portugalliae et Algarbiae descriptio*, 1-A-21.

PLACIDE, P. – *(Le) Portugal dedié au Roy par son tres humble, tres obeissant, et tres fidele serviteur et sujet*, Paris, [17--], 1-A-32.

RAM, Jhanne – *Nova Regni Portugalliae et Algarbiae descriptio. Multis in locis emendata*, Amsterdams, [17--], 1-A-25.

SCHENCK, Petro – *Corona Portugalliae et Algarbiae vetéris Hispaniaequondam pars, quae Lusitania audit: Jam amplio hic suas Provincias et Dioceses noviter distributas*, 1703 1-A-18.

WIT, F. de – *Novissima Regnorum Portugalliae et Algarbiae descriptio emendata*, Amstelodami, [16--], 1-A-19.

Mappa do districto entre os rios Douro e Minho. Novamente gravado e publicado no depósito dos trabalhos geodésicos em 1861, Lisboa, 2-J-7.
Provincia de Entre Douro e Minho, [Lisboa], 1846, 1-G-15.

“Carta do Districto de Vianna do Castello com a Indicação das Novas Estradas das Tres Ordens, em 30 de Junho de 1883”, in *O Minho Pitoresco*, 2 vols., 2ª ed., Valença, Rotary Club de Valença, 1986.

“A Carta do Districto de Braga – Indicações das Novas Estradas até 1884”, in *O Minho Pitoresco*, 2 vols., 2ª ed., Valença, Rotary Club de Valença, 1986.

“A Carta do Districto do Porto com a Indicação das Novas Estradas até 1885”, in *O Minho Pitoresco*, 2 vols., 2ª ed., Valença, Rotary Club de Valença, 1986.

3 – Obras de Referência e Estudos

ABREU, Alberto Antunes – “A Pesca e os Pescadores de Viana do Castelo da Idade Média até Meados do Século XX Português”, in *Viana, O Mar e o Porto*, Viana do Castelo, Junta Autónoma dos Portos do Norte, 1987, pp. 17-71.

ALARCÃO, Jorge de – *O Domínio Romano em Portugal*. 4ª edição, Mem Martins, Publicações Europa América, 1988.

ALEGRIA, Maria Fernanda – “Cartografia Antiga de Portugal Continental”, in *Finisterra, Revista Portuguesa de Geografia*, vol. XII, 24, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, 1977, pp. 169-210.

ALEGRIA, Maria Fernanda – “O povoamento a sul do Tejo nos séculos XVI e XVII. Análise comparativa entre dois mapas e outras fontes históricas”, in *Revista da Faculdade de Letras – Geografia*, I Série, Vol.I, Porto, 1986, pp.179-197.

ALEGRIA, Maria Fernanda – *A organização dos transportes em Portugal (1850-1910), as vias e o tráfego*. Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, 1990.

ALEGRIA, Maria Fernanda e GARCIA, João Carlos – “Etapas da evolução da cartografia portuguesa (séculos XV a XIX)”, in *La cartografia de la Península Ibérica i la seva extensió al continent americà, 2on curs, Cicle de conferències sobre Història de la Cartografia, 11-14 de febrer de 1991*, Barcelona, Generalitat de Catalunya e Institut Cartogràfic de Catalunya, 1991, pp. 225-264.

ALEGRIA, Maria Fernanda e GARCIA, João Carlos – “Aspectos da evolução da Cartografia portuguesa (séculos XV a XIX)”, in *Os Mapas em Portugal, da tradição aos novos rumos da cartografia*, Coord. de Maria Helena Dias, Lisboa, Edições Cosmos, 1995, pp. 27-84.

ALEGRIA, Maria Fernanda e RIMBERT, Silvie – “La cartographie analytique comme outil de recherche historique: application a une étude d’évolution entre deux cartes anciennes du Portugal”, in *Recherches Géographiques à Strasbourg*, nº 8, Strasbourg, 1978, pp. 53 a 74.

ALMEIDA, André Ferrand de – “Os jesuítas matemáticos e os mapas da América portuguesa (1720-1748)”, in *Oceanos*, nº 40, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999, pp. 79 a 92.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, André Ferrand de – *A Formação do Espaço Brasileiro e o Projecto do Novo Atlas da América Portuguesa (1713-1748)*. Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.

ALMODOVAR, António – “O pensamento político-económico de José Acúrsio das Neves: uma proposta de leitura”, in *Obras Completas de José Acúrsio das Neves*, vol. I, Porto, Edições Afrontamento, s/d, pp.16-60.

ALONSO BAQUER, Miguel – *Aportación militar a la cartografía española en la Historia Contemporánea*. Madrid, Instituto de Geografía Aplicada, 1972.

ALONSO BAQUER, Miguel – “Cartografía militar española en la primera mitad del siglo XIX”, in *Curso de Conferencias sobre Historia de la Cartografía Española*, Madrid, Real Academia das Ciencias Exactas, Físicas y Naturales, 1982, pp. 113-132.

ALVES, Lourenço (coord.) e SAMPAIO, Alberto – *Caminha e seu Concelho (Monografia)*. Caminha, Câmara Municipal de Caminha, 1985.

AMÂNDIO, Bernardino – *O Engenheiro Custódio José Gomes de Villasboas e os Portos de Mar de Esposende em 1795 e Viana em 1805*. Viana do Castelo, Edição dos Amigos do Mar, 1994.

AMÂNDIO, Bernardino – “Esposende e o seu Concelho na História e na Geografia”, in *Mínia*, 3ª Série, Ano II, Braga, A.S.P.A., 1994.

AMÂNDIO, Bernardino – *O Forte de S. João Baptista e o farol de Esposende*. S. Bartolomeu do Mar, Centro Social da Juventude de Mar, 1995.

AMÂNDIO, Bernardino – “Os Fachos da Borda Mar da Província do Minho”, in *Mínia*, nº 7, Braga, A.S.P.A., 1999.

AMARAL, Joaquim Ferreira do – *Pedro Reinel me fez, à volta de um mapa dos Descobrimentos*. Lisboa, Quetzal editores, 1995.

AMARAL, Manuel – *A Luta Política em Portugal nos Finais do Antigo Regime*. Lisboa, Tribuna da História, 2010.

AMORIM, Inês – *Aveiro e a sua Provedoria no século XVIII (1690-1814), estudo económico de um espaço histórico*. Coimbra, Comissão de Coordenação da Região Centro, 1996.

AMORIM, Inês e POLÓNIA, Amélia – “Gestão de espaços de pesca: poder, administração e conflitos na época moderna – O estudo de um caso: as pesqueiras do rio Ave”, in *Oceanos*, nº 47/48, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001, pp.30-46.

AMORIM, Maria Norberta – *Os Homens e a Morte na Freguesia da Oliveira em Guimarães através dos seus Registos de Óbitos (Séculos XVII e XVIII)*. Guimarães, s/ed., 1982.

AMORIM, Maria Norberta – *Exploração dos Livros de Registos Paroquiais e Reconstituição de Famílias*. Guimarães, s/ed., 1982.

AMORIM, Maria Norberta – *Exploração de Róis de Confessados duma Paróquia de Guimarães (1734-1760)*. Guimarães, s/ed., 1983.

AMORIM, Maria Norberta – *Guimarães 1580-1819 – Estudo Demográfico*. Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1987.

AMORIM, Maria Norberta – *Demografia Histórica – Um Programa de Docência*. s/l, Universidade do Minho-Instituto de Ciências Sociais, 1995.

ANDRADE, Amélia Aguiar – *A Construção Medieval do Território*. Lisboa, Livros do Horizonte, 2001.

ANTUNES, João Manuel Viana – *Obras Militares do Alto Minho: a costa atlântica e a raia ao serviço das Guerras da Restauração*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1996.

BARATA, Manuel Themudo e TEIXEIRA, Nuno Severiano (Dir.) – *Nova História Militar de Portugal*. 5 vols., Lisboa, Círculo de Leitores, 2004.

BARELLA i MIRÓ, Albert – “Dues interpretacions diferents de Catalunya a la cartografia francesa del segle XVII”, in *Revista Catalana de Geografia*, vol. VII, nº 19, Barcelona, Institut Cartografic de Catalunya, setembro 1992, pp. 27-42.

BARRENTO, António – *Guerra Fantástica – 1762. Portugal, o Conde de Lippe e a Guerra dos Sete Anos*. Lisboa, Tribuna da História, 2006.

BARROS GOMES, Bernardino – *Cartas Elementares de Portugal para uso das Escolas*. Lisboa, Lallement Frères typ., 1878.

BAUDELLE, Guy – *Géographie du Peuplement*. Paris, Armand Colin, 2000.

BEBIANO, Rui – *A Pena de Marte. Escrita da guerra em Portugal e na Europa (sécs. XVI-XVIII)*. Coimbra, Edições Minerva Coimbra, 2000.

BENEZIT, E. – *Dictionnaires des Peintres, Sculpteurs, Dessinateurs et Graveurs*. Vol 10, 4^e. ed., Paris, Grund, 1999.

BERKELEY, Alice D. (coord.) – *New Lights on the Peninsular War – International Congress on the Iberian Peninsula selected papers 1780-1840*. Lisboa, The British Historical Society of Portugal, 1991.

BERNARDINO, Teresa – *Sociedade e Atitudes Mentais em Portugal (1777-1810)*. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986.

BIBLIOGRAFIA

BERTHAUT, Colonel – *Les Ingénieurs Géographes Militaires 1624-1831 – Étude Historique*. 2 vols., Paris, Services Géographique de L'armée, 1902.

BEZERRA, Manuel Gomes de Lima – *Os Estrangeiros no Lima*. 3 vols., edição *fac-similada* da 1ª, Viana do Castelo, Câmara Municipal de Viana do Castelo, 1992.

BEZOUT, Monsieur – *Continuação do Curso de Mathematicas para uso dos Guardas Bandeiras e Guardas Marinha que contem o Tratado de Navegação...* . Lisboa, Regia Officina Typografica, 1785.

BLACK, Jeremy – *Maps and Politics*. London, Reaktion Books, 1997.

BORGES, João Vieira – *Intervenções militares portuguesas na Europa do século XVIII*. Estoril, Edições Atena, 2000.

BOUSQUET-BRESSOLIER, Catherine *et al* – *L'œil du Cartographe et la représentation géographique du moyen Âge à nos jours*. Paris, Comité des Travaux Historiques et Scientifiques, 1995.

BOXER, Charles R. – *O Império Marítimo Português 1415-1825*. Lisboa, Edições 70, 2001.

BRANCO, Rui Miguel Carvalhinho – *O conhecimento do território e a construção do Estado. O desenvolvimento da cartografia territorial em Portugal no século XIX*. Dissertação de Mestrado em Economia e Sociologia Históricas, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1999.

BRANCO, Rui Miguel Carvalhinho – “Da Carta Topográfica do Reino à Carta Chorographica do Reino. Políticas e Modelos Cartográficos em Portugal (1788-1852)”, in *Actas do XX Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social*, Vol I, Porto, Faculdade de Economia da Universidade do Porto, 2000, pp. 1-23.

BRANCO, Rui Miguel Carvalhinho – *o Mapa de Portugal, Estado, Território e Poder no Portugal de Oitocentos*. Lisboa, Livros do Horizonte, 2003.

BRETTELL, Caroline B. – *Homens que Partem, Mulheres que Esperam – Consequências da Emigração numa Freguesia Minhota*. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1991.

BRITO, Pedro de – *Os Militares Ingleses no Porto Durante a Guerra Peninsular*. Comunicação apresentada no seminário “1808-1927, 120 anos de História Militar e o Porto”, Museu Militar do Porto, Porto, 2002.

BRITO, Pedro de – “Nicolau Trant: o Governo de Armas do Porto e os Regimentos de Milícias do Norte” in *O Exército Português e as Comemorações dos 200 anos da Guerra Peninsular*. Vol.II, Lisboa,

Direcção de História e Cultura Militar do Exército e Tribuna da História, 2010, pp. 101-132.

BROTTON, Jerry – *Trading territories, mapping the early modern world*. London, Reaktion Books, 1997.

BUENO, Beatriz P. Siqueira – “A Iconografia dos Engenheiros Militares no Século XVIII: Instrumento de Conhecimento e Controlo de Território”, in *Colectânea de Estudos Universo Urbanístico Português 1415-1822*, Lisboa, Comissão Nacional Para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1998, pp. 87-118.

BUENO, Beatriz P. Siqueira – “De Quanto Serve a Ciência do Desenho no Serviço das Obras de El-Rei”, in *Colectânea de Estudos Universo Urbanístico Português 1415-1822*, Lisboa, Comissão Nacional Para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1998, pp. 267-281.

BUENO, Beatriz P. Siqueira – “Desenho e Desígnio – o Brasil dos Engenheiros Militares” in *Oceanos*, nº41, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2000, pp. 40-58.

BUENO, Beatriz P. Siqueira – *Desenho e Desígnio: o Brasil dos Engenheiros Militares (1500-1822)*. São Paulo, s/n, 2003.

BUISSERET, David *et al.*- *Monarchs, Ministers and Maps: the Emergence of Cartography as a Tool of Government in Early Modern Europe*. Chicago, The University of Chicago Press, 1992.

BUTLIN, Robin A. – *Historical Geography through the gates of space and time*. Londres, Edward Arnold, 1993.

C., N. – “A Engenharia Militar Portuguesa até à Época das Invasões Francesas”, in *Revista de Engenharia Militar*, tomo 15, Lisboa, s/n, pp. 439-455.

CALDAS, José – *História de um Fogo-Morto*. Fac-simile da 2ª ed., Viana do Castelo, Câmara Municipal de Viana do Castelo, 1990.

CALLIXTO, Carlos – “As Fortificações Marítimas do Tempo da Restauração”, in *História das Fortificações Portuguesas no Mundo direcção de Rafael Moreira*, Lisboa, Publicações Alfa, 1989, pp. 207-220.

CAMPBELL, Tony – “Understanding engraved maps”, in *Map Collector*, nº 46, Map Collector Publications, Hertfordshire, 1989, pp. 2-10.

CAPEL, Horacio – *Geografía y Matemáticas en la España del Siglo XVIII*. Barcelona, Oikos-Tau ediciones, 1982.

CAPEL, Horacio, EUGENI SÁNCHEZ, Joan e MONCADA, Omar – *De Pallas a Minerva : la formación científica y la estructura institucional de los ingenieros militares en el siglo XVIII*. Barcelona, Serbal/CSIC, 1988.

BIBLIOGRAFIA

CAPELA, José Viriato Eiras – “Produção e comércio do vinho dos Arcos 1750-1850. Alguns dados e problemas”, in *Terra de Val de Vez – Boletim Cultural*, nº5, Arcos de Valdevez, Grupo de Estudos do Património Arcuense, 1982, pp. 88-150.

CAPELA, José Viriato Eiras – “Os vinhos da Ribeira Lima sob tutela da Companhia. Análise das vicissitudes do seu comércio externo”, in *Actas das I^{as} Jornadas de Estudo Norte de Portugal/Aquitânia*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1986, pp. 197-210.

CAPELA, José Viriato Eiras – “O Porto de Viana no Contexto do Comércio Externo Português”, in *Viana, o Mar e o Porto*, Viana do Castelo, Junta Autónoma dos Portos do Norte, 1987, pp. 93-112.

CAPELA, José Viriato Eiras – *Entre Douro e Minho 1750-1830: finanças, administração e bloqueamentos estruturais no Portugal Moderno*. Dissertação de Doutoramento em História Moderna e Contemporânea, 2 vols. Braga, Universidade do Minho, 1987.

CAPELA, José Viriato – *A Revolução do Minho em 1846: segundo os relatórios de Silva Cabral e Terena José*. Porto: Edições Afrontamento, 1999.

CARDOSO, José Luís – *Pensar a economia em Portugal – digressões históricas*. Algés, Difel, 1997.

CARDOSO, Padre Luiz – *Diccionario Geographico*. 3 vols., Lisboa, Imprensa Nacional, 1747.

CARREIRA, Rui Alcântara – “Um Espaço de Conflito: A Fronteira da Beira (1663-1667)”, in *Actas do IV Colóquio Ibérico de Geografia*, vol. III, Porto, Universidade do Porto, 1995, pp. 1211-1218.

Uma Cartografia Exemplar – O Porto em 1892. Exposição Comemorativa do 1º Centenário da Carta Topográfica de A.G. Teles Ferreira. Porto Câmara Municipal do Porto, 1992.

CARVALHO, Ayres de – *Catálogo da Colecção de Desenhos*. Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, 1977.

CARVALHO, Elza Maria G. R. – *Basto (Sr^a. Tecla) Uma Leitura Geográfica (do século XVI à contemporaneidade)*. Guimarães, Núcleo de Estudos da População e Sociedade – Instituto de Ciências Sociais – Universidade do Minho, 1999.

CARVALHO, Manuel Jorge Pereira de – “Objectivos na Criação da Academia Real, de Fortificação, Artilharia e Desenho”, in *Boletim do Arquivo Histórico Militar*, vol. 61, Lisboa, Arquivo Histórico Militar, 1995, pp. 95-185.

CARVALHO, Manuel Jorge Pereira de – “A Leal Legião Lusitana, força de cobertura do Exército Aliado – 1808-1811” in *O Porto e as Invasões*

Francesas 1809-2009, vol. III., Porto, Público e Câmara Municipal do Porto, 2009.

CARVALHO, Serra de – “A vila de Caminha e as freguesias do seu Concelho nas Memórias Paroquiais do Arquivo Nacional da Torre do Tombo de 1758”, in *Revista Caminiana*, Caminha, nº2, 1980.

CASTELO-BRANCO, Fernando – “A economia bracarense e o tráfego comercial do Cávado”, in *Bracara Augusta*, vol. XXXIII, nº 75-76 (87-88), Braga, Câmara Municipal de Braga, 1979, pp. 303-324.

CASTI, Emanuela – *Reality as representation, the semiotics of cartography and the generation of meaning*. Bergamo, Bergamo University Press, Edizioni Sestante, 1999.

CASTRO, Alberto Pereira – *A Praça-forte de Valença do Minho*. Valença, Câmara Municipal de Valença, 1994.

CASTRO, João Baptista de – *Mappa de Portugal Antigo, e Moderno*. 5 vols., 2ª ed, Lisboa, Off. Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1762.

CASTRO, J. H. F. Cyrne de – “Encanamento do rio Lima”, in *Cadernos Vianenses*, tomo VII, Viana do Castelo, Câmara Municipal de Viana do Castelo, 1983, pp. 59-66.

Catálogo de cartografía histórica de la frontera hispano-portuguesa. Madrid, Archivo Cartográfico y de Estudios Geográficos, Centro Geográfico del Ejército, 2001.

Catalogo General de la Cartoteca del Arquivo Militar. Vol I, Madrid, Imprenta Ideal, 1981.

CENTENO, João – *O Exército Português na Guerra Peninsular. Vol I – Do Rossilhão ao fim da Segunda Invasão Francesa*. Lisboa, Prefácio, 2008.

O Cerco do Porto. Exposição Comemorativa do 150º Aniversário. Porto, Câmara Municipal do Porto – Casa do Infante, 1982.

CETRE, F. O. – “Beresford and the Portuguese Army, 1809-1814”, in *New Lights on the Peninsular War – International Congress on the Iberian Peninsula Selected Papers 1780-1840*, s/1, The British Historical Society of Portugal, 1991, pp. 149-155.

CHAVES, Luís – *Subsídios para a História da Gravura em Portugal*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1927.

A Ciência do Desenho – A Ilustração na Coleção de Códices da Biblioteca Nacional. Lisboa, Biblioteca Nacional, 2001.

COELHO, Adelino de Matos Major-General et al (coord.) – *O Exército Português e as Comemorações dos 200 anos da Guerra Peninsular*. Vol II, Lisboa, Direcção de História e Cultura Militar do Exército e Tribuna da História, 2010.

CONCEIÇÃO, Margarida Tavares – “A Praça de Guerra Aprendizagens entre a Aula do Paço e a Aula de Fortificação”, in *Oceanos*, nº 41, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000, pp. 25-38.

CONCEIÇÃO, Margarida Tavares – “Configurando a Praça de Guerra: o Espaço Urbano no Sistema Defensivo da Fronteira Portuguesa (primeiras impressões para os séculos XVII e XVIII)”, in *Colectânea de Estudos Universo Urbanístico Português 1415 – 1822*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001, pp. 825-839.

CONCEIÇÃO, Margarida Tavares – *Da Vila Cercada à Praça de Guerra – Formação do Espaço Urbano em Almeida (Século XVI-XVIII)*. Lisboa, Livros Horizonte, 2002.

CORNETTE, Joël – *Absolutisme et Lumières 1652-1783*. Nouvelle édition revue et augmentée, Paris, Hachette, 2000.

CORTESÃO, Armando e MOTA, Avelino Teixeira da – *Portugaliae Monumenta Cartographica*. 6 vols, 2ª ed., Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987.

CORTESÃO, Jaime – *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*. 4 vols, 2ª ed., Lisboa, Livros do Horizonte, 1984.

CORTÉZ CORTÉZ, Fernando – *Guerra e Pressão Militar nas Terras de Fronteira 1640-1668*. Lisboa, Livros do Horizonte, 1990.

COSTA, Agostinho Rebelo da – *Descrição Topográfica e Histórica da Cidade do Porto*. 3ª ed., Lisboa, Frenesi, 2001.

COSTA, Fernando Dores – *A Guerra da Restauração 1641-1668*. Lisboa, Livros do Horizonte, 2004.

COUTINHO, Luís Máximo Alfredo Pinto de Sousa (2º Visconde de Balsemão) – “Memoria Sobre o Estado da Agricultura da Provincia do Minho, Principalmente Tocante á Parte Florestal e Ideas Geraes Sobre o Estado das Manufacturas, Commercio e Pesca”, in *Revista Portuguesa de História*, nº 18, Coimbra, 1980, pp. 70-105.

CRUZ, António – *Geografia e Economia da província do Minho nos fins do século XVIII*. Porto, Centro de Estudo Humanísticos da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1970.

CRUZ, Rui Meira – “José Anastácio da Cunha: o Homem, o Artilheiro, o Matemático e o Poeta”, in *Caderno de História Militar*, nº 18, Lisboa, Direcção do Serviço Histórico Militar, 1993.

CUNHA, Narcizo C. Alves da – *Paredes de Coura*. Edição Fac-similada, Paredes de Coura, Câmara Municipal de Paredes de Coura, 2002.

CUNHA, Rosalina – “Documentos Diversos Sobre a Sociedade Real Marítima, Militar e Geográfica – 1798-1809”, in *Separata da Revista Ocidente*, vol. LXXII, Lisboa, 1967, pp. 57-67.

DAVEAU, Suzanne – “Os *Mappas das Províncias de Portugal*, de J.S. Carpinetti, na História da Cartografia Portuguesa”, in *Mappas das Províncias de Portugal, Novamente abertos, e Estampados em Portugal...*, 2ª edição *fac-simile*, Lisboa, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1993.

DAVEAU, Suzanne – “A Cartografia Portuguesa Moderna: os Mapas Temáticos”, in *Os Mapas em Portugal, da tradição aos novos rumos da cartografia*, coord. por Maria Helena Dias, Lisboa, Edições Cosmos, 1995, pp. 161-181.

DAVEAU, Suzanne – “Lugares e Regiões em Mapas Antigos”, in *Lugares e Regiões em Mapas Antigos*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1997, p. 37-40

DAVEAU, Suzanne – “A Rede Hidrográfica no mapa de Portugal de Fernando Álvaro Seco (1560)”, in *Finisterra*, vol., XXXV, nº 69, Lisboa, Centro de Estudo Geográficos, 2000, pp. 11-38.

DAVEAU, Suzanne – “A Descrição Territorial no Numeramento de 1527-32”, in *Penélope*, nº 25, Lisboa, 2001, pp. 7-39.

DAVEAU, Suzanne – “O Conhecimento Geográfico do Mundo”, in *Gravura e Conhecimento do Mundo: O Livro impresso ilustrado nas colecções da BN*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 2001, pp. 127-147.

DAVEAU, Suzanne e GALEGO, Júlia – “Difusão e ensino da Cartografia em Portugal”, in *Os Mapas em Portugal, da tradição aos novos rumos da cartografia*, coord. por Maria Helena Dias, Lisboa, Edições Cosmos, 1995, pp. 87-123.

DELSON, Roberta Marx – “Military engineering and the «colonial» project for Brazil: agency and dominance”, in *Colectânea de Estudos Universo Urbanístico Português 1415 – 1822*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2001, pp. 905-917.

DEVY-VARETA, Nicole – *A Floresta no Espaço e no Tempo em Portugal. A Arborização da Serra da Cabreira (1919-1975)*. Dissertação de Doutoramento em Geografia Humana, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1993.

DEVY-VARETA, Nicole – “La investigación sobre la Historia Forestal portuguesa en los siglos XIX y XX: orientaciones y lagunas”, in *Historia Agraria*, nº 18, Barcelona, Seminario de Historia Agraria, Departamento de Economía e Historia Económica, 1999, pp. 57-93.

BIBLIOGRAFIA

DIAS, Maria Helena (coord.) – *Os mapas em Portugal, da tradição aos novos rumos da cartografia*. Lisboa, edições Cosmos, 1995.

DIAS, Maria Helena – “A imagem do espaço nacional e o papel da Cartografia Militar portuguesa”, in *Revista Militar*, nº 1, Lisboa, Empresa da Revista Militar, 2001, pp. 27-57.

DIAS, Maria Helena – “Recordando um engenheiro português ao serviço da Cartografia Militar”, in *Boletim do Instituto Geográfico do Exército*, nº 63, Lisboa, Instituto Geográfico do Exército, 2001, pp. 37-51.

DIAS, Maria Helena e BOTELHO, Henrique Ferreira (coord.)– “O Alvorecer da Cartografia Moderna”, in *Quatro Séculos de Imagens de Cartografia Portuguesa/Four centuries of images from Portuguese Cartography*, 2ª edição, Lisboa, Comissão Nacional de Geografia, Centro de Estudos Geográficos, Instituto Geográfico do Exército, 1999, pp. XV-XXIII.

DIAS, Maria Helena e FEIJÃO, Maria Joaquina – *Glossário para Indexação de Documentos Cartográficos*. Lisboa, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1995.

DIAS, Maria Helena e RODRIGUES, Maria Luísa – “Imagens de Ontem e de Hoje: a Beira Interior e a Cartografia Militar Portuguesa”, in *Contributos para a História da Cartografia Militar Portuguesa*, coord. Maria Helena Dias, edição em Cd Rom – Projecto SIDCarta, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, Instituto Geográfico do Exército e Direcção dos Serviços de Engenharia, 2003.

DOBSON, Mary *et al* – “Maps, Models and Registers: the Historical Geography of the population of England”, in *Journal of Historical Geography*, vol. 26, nº 2, Plymouth, Academic Press, 2000, pp. 298-304.

DOMINGUES, Álvaro António – “Estrutura Sócio-Económica e Mobilidade Geográfica. Melgaço na Segunda Metade do Século XIX”, in *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Geografia*, I Série, vol. II, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1986, pp. 113-178.

DUARTE, António Paulo David – *Linhas de Elvas – 1659 – Prova de Força*. Lisboa, Tribuna da História, 2003.

DUARTE, António Paulo – *O Equilíbrio Ibérico séc. XI-XX, História e Fundamentos*. Lisboa, edições Cosmos e Instituto da Defesa Nacional, 2003.

DUPÂQUIER, Jacques – *Pour la Démographie Historique*. Paris, Presses Universitaires de France, 1984.

DURÃES, Margarida – “O Minho, no Pensamento Geo-Histórico do Portugal Moderno e Contemporâneo”, in *Cadernos do Noroeste*, vol. 7

(2), Braga, Centro de ciências Históricas e Sociais da Universidade do Minho, 1994, pp. 93-113.

A Engenharia Militar e a Construção – 350 Anos. Lisboa, Regimento de Engenharia Nº 1, 1997.

ERICEIRA, Conde da – *História de Portugal Restaurado*. 4 vols., nova edição anotada e prefaciada por António Álvaro Dória, Porto, Livraria Civilização, 1945.

ESPÍRITO SANTO, Gabriel – *Montes Claros 1665. A Vitória Decisiva*. Lisboa, Tribuna da História, 2005.

ESPÍRITO SANTO, Gabriel – *Restauração*. Matosinhos, Quidnovi, 2008.

ESPÍRITO SANTO, Gabriel – *A Grande Estratégia de Portugal na Restauração 1640-1668*. Lisboa, Caleidoscópio, 2009.

FARIA, Miguel Figueira – *A Imagem Útil – José Joaquim Freire (1760 – 1847) desenhador topográfico e de história natural: arte, ciência e razão de estado no final Antigo Regime*. Lisboa, Universidade Autónoma Editora, 2001.

FAUCHERRE, Nicolas – *Places Fortes Bastion du Pouvoir*. 5ª édition, Paris, Rempart, 1996.

FERNANDES, Francisco José – *Tesouros de Viana: Roteiro Monumental e Artístico*. Viana do Castelo, Grupo Desportivo e Cultural dos Trabalhadores dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, 1999.

FERNANDES, Mário Gonçalves – *Viana do Castelo – A Consolidação de uma Cidade (1855-1926)*. Lisboa, Edições Colibri, 1995.

FERNANDES, Mário Gonçalves – *Urbanismo e Morfologia Urbana no Norte de Portugal 1852/1926 (Viana do castelo, Póvoa do Varzim, Guimarães, Vila Real, Chaves e Bragança*. 2 vols., dissertação de Doutoramento em Geografia, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2002.

FERNANDES, Paulo Jorge – “Portugal no tempo das ligações perigosas”, in *História*, nº19, Lisboa, Publicultura, 1999, pp. 30-39.

FERREIRA, Mário Olímpio Clemente – *O Tratado de Madrid e o Brasil Meridional – Os Trabalhos Demarcadores das Partidas do Sul e a sua Produção Cartográfica (1749-1761)*. Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.

FERRO, João Pedro – *A População Portuguesa no Final do Antigo Regime (1750-1815)*. Lisboa, Editorial Presença, 1995.

FILGUEIRAS, Octávio Lixa – “Novas Achegas sobre Engenheiros de Navegar tradicionais no Rio Lima”, in *Sessões Culturais em Viana do*

BIBLIOGRAFIA

Castelo 22-23 de Julho de 1991, Lisboa, Academia de Marinha, 1991, pp. 35-42.

FONTES Luís de Oliveira e REGALO, Henrique de Araújo – *Lindoso, o castelo e a região*. Braga, Instituto da Conservação da Natureza e Parque Nacional Peneda-Gerês, 1997.

FORTES, Manuel de Azevedo – *Tratado do Modo o Mais Fácil e o Mais Exacto de Fazer as Cartas Geograficas, assim da terra, como do mar; e tirar as plantas das praças, cidades e edificios com instrumentos, e sem instrumentos, para servir de instrucçãõ à fabrica das Cartas Geograficas da Historia Ecclesiastica, e Secular de Portugal*. Lisboa, Officina de Pascoal da Silva, 1722.

FORTES, Manuel de Azevedo – *O Engenheiro Portuguez dividido em dous tratados primeyro, que comprehende a geometria pratica sobre o papel, e sobre o terreno: o uso dos instrumentos mais necessarios aos engenheiros: o modo de desenhar, e dar aguadas nas plantas militares; e no apendice a trigonometria rectilinea*. Lisboa, Officina de Manoel Fernandes da Costa, 1728.

FRICKE, Tom – “The uses of culture in Demographic research: a continuing place for community studies”, in *Population and Development Review*, vol. 23, nº 4, New York, The Population Council, 1997, pp. 825-832.

GALEGO, J. e DAVEAU, Suzanne- *O Numeramento de 1527-1532: Tratamento Cartográfico*. Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, 1986.

GAMA, Arnaldo – *O Sargento-Mór de Villar. Episódios da Invasão dos Franceses em 1809*. 2 vols., Porto, Typographia do Commercio, 1863.

GARCIA, João Carlos – “O Alentejo c.1644: Comentário a um Mapa”, in *Arquivo de Beja*, Série III, vol.X, Beja, s/d, pp. 29-47.

GARCIA, João Carlos – “A Configuração da Fronteira luso-espanhola nos Mapas dos Séculos XV a XVIII”, in *Treballs de la Societat Catalana de Geografia*, vol.XI, nº41, Barcelona, 1996, pp. 293-321.

GARCIA, João Carlos- “As Razias da Restauração Notícias Sobre um Mapa Impresso do Século XVII”, in *Cadernos de Geografia – Homenagem ao Doutor J.M. Pereira de Oliveira*, nº 17, Coimbra, Instituto de Estudos Geográficos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1998, pp. 43-48.

GARCIA, João Carlos – *A Nova Lusitânia: imagens cartográficas do Brasil nas Coleções da Biblioteca Nacional (1700-1822)*. Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.

GARCIA, João Carlos – “A Fronteira Impressa. Apontamentos sobre uma Série Cartográfica”, in *Contributos para a História da Cartografia Militar Portuguesa* coord. Maria Helena Dias. Edição em CD ROM, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, Direcção dos Serviços de Engenharia e Instituto Geográfico do Exército, 2003.

GARCIA, João Carlos e MOREIRA, Luís Miguel – “Castro Laboreiro na Guerra da Restauração: análise de duas plantas do castelo” in *Boletim Cultural de Melgaço*, nº8, Melgaço, Câmara Municipal de Melgaço, 2009, pp. 75-92.

GARRIDO RODRIGUEZ, Jaime – *Fortalezas de la Antiga provincia de Tuy*. 2ª ed., Pontevedra, Deputación Provincial de Pontevedra, 2001.

GARRIGOS PICO, Eduardo – “Política Cartográfica en España: siglos XVI al XVIII”, in *Curso de Conferencias sobre Historia de la Cartografía Española*, Madrid, Real Academia de las ciencias Exactas, Físicas y Naturales, 1982, pp. 35-43.

GIRÃO, A. Amorim e VELHO, Fernando – “O mais antigo Censo da População de Portugal (1527)”, in *Boletim do Centro de Estudos Geográficos*, nº 8 e 9, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1954, pp. 58-68.

GIRÃO, A. Amorim *et al*- “O mapa de Seco e a geografia de Portugal no século XVI. O mais antigo Mapa de Portugal”, in *Boletim do Centro de Estudos Geográficos*, vol II, nº 14 e 15, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1957, pp. 28 a 43.

GÓMEZ URDÁÑEZ, José Luís – “Ensenada, la Meritocracia al Poder”, in *La Aventura de la Historia*, nº 43, Madrid, Arlanza Ediciones, 2002, pp. 56-62.

GOULD, Peter et BAILY, Antoine – *Le Pouvoir des cartes – Brian Harley et la Cartographie*. Paris, Anthropos, 1995.

GRANJA, Helena Maria – “Reconstituição Paleoambiental da zona Costeira, a Norte da Laguna de Aveiro, desde a Idade Média até à Actualidade”, in *O Litoral em Perspectiva Histórica (Séc. XVI a XVIII)*, Porto, Instituto de História Moderna, 2002, pp. 93-109.

GUEDES, Lívio da Costa – “A viagem de Christian, Príncipe de Waldeck, pelas Províncias da Beira e da Estremadura descrita pelo barão de Wiederhold. 1798”, in *Boletim do arquivo Histórico Militar*, vol. 61, Lisboa, Arquivo Histórico Militar, 1995.

GUEDES, Max Justo – “Bicentenário do Chefe-de-Esquadra José Maria Dantas Pereira”, in *Separata de Memórias da Academia das Ciências de Lisboa – classe de Ciências*, tomo XVII, Lisboa, Junta de Investigação do Ultramar e Centro de Estudos de Cartografia Antiga, 1974.

BIBLIOGRAFIA

GUERRA, Luís Figueiredo da – “Aulas de Engenharia e Artilharia em Viana e em Valença”, in *Aurora do Lima*, nº 7969, Viana do Castelo, 1909.

GUERREIRO, Inácio – “A Sociedade Real Marítima e o exame das Cartas Hidrográficas. Censura da carta de Cabo Verde, de Francisco António cabral (1790)”, in *Separata do Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga*, Coimbra, Instituto de Investigação Científica e Tropical, 1985.

GUERREIRO, Inácio – “Fronteiras do Brasil Colonial: a cartografia dos limites na segunda metade do século XVIII”, in *Oceanos*, nº 40, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1999, pp. 24 a 42.

GUERREIRO, Luís R. – *O Grande Livro da Pirataria e do Corso*. Lisboa, Temas e Debates, 1997.

[GUERREIRO, Luís R.] – *Manuscritos do Fonds Portugais da Biblioteca Nacional de França*. Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses e Centro de Estudos Damião de Góis, 2001.

GULLERME, André – “Le territoire français en mesures” in *Les Cahiers des Sciences & Vie*, nº48, Paris, Excelsior Publications S.A., 1998, pp. 32-39.

HARLEY, J. Brian – “Deconstructing the Map”, in *Writing Worlds/ Discourse, text and metaphor in the representation of landscape*, edit. By Trevor Barnes and James Duncan, London and New York, Routledge, 1992, pp. 231-147.

HARLEY, J. Brian – “La Carte en tant que biographie: réflexions sur la carte du service cartographique de l’Etat. Newton Abbot, Devonshire CIX, SE.”, in *Le pouvoir des cartes/Brian Harley et la cartographie*, Coord. Peter Gould et Antoine Bailly, Paris, Anthropos, 1995, pp. 11-18.

HARLEY, J. Brian – “Cartes, savoir et pouvoir”, in *Le pouvoir des cartes/Brian Harley et la cartographie*. Coord. Peter Gould et Antoine Bailly. Paris, Anthropos, 1995, pp. 19-51.

HARVEY, P.D.A. – *Mappa Mundi, the Hereford world map*. London, The British Library, 1996.

HENRIQUES, Mendo Castro – *Salamanca – 1812 – Companheiros de Honra*. Lisboa, Prefácio, 2002.

HESPAÑA, António Manuel – *Poder e Instituições na Europa do Antigo Regime: colectânea de textos*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.

HESPANHA, António Manuel – *As Vésperas do Leviathan – Instituições e Poder Político em Portugal – Séc. XVII*. Coimbra, Livraria Almedina, 1994.

HINDLE, Paul – *Maps for Historians*. Chichester, Philimore & Co. Ltd, 1998.

JACOB, Christian – *L'empire des cartes. Approche théorique de la Cartographie à travers l'histoire*. Paris, éditions Albin Michel, 1992.

KEARNS, Gerry – “Maps, Models and Registers: The Historical Geography of the Population of England”, in *Journal of Historical Geography*, 26, 2, Plymouth, Academic Press, 2000, pp. 298-304.

KERTZER, David – “Qualitative and Quantitative approaches to Historical Demography”, in *Population and Development Review*, vol. 23, nº 4, New York, The Population Council, 1997, pp. 839-846.

LAGARDE, Alain – *L'Etat, le pouvoir, la violence, la société*. Paris, ellipses, 1995.

LEÃO Duarte Nunez do – *Descrição do Reino de Portugal*. Lisboa, Impresso com licença por Jorge Rodrigues, 1610.

LEITE, Antero – *As pesqueiras do rio Minho – Economia, Sociedade e Património*. Caminha, Corema, 1999.

LEMONS, Miguel Roque dos Reis – *Anais Municipais de Ponte de Lima*. 2ª ed., Ponte de Lima, Câmara Municipal de Ponte de Lima, 1977.

LIMA, Alexandra Cerveira Pinto S. – *Castro Laboreiro: Povoamento e Organização de um Território Serrano*. s/l, Instituto da Conservação da Natureza, Parque Nacional da Peneda Gerês, Câmara Municipal de Melgaço, 1996.

LIMA, D. Luiz Caetano de – *Geografia Historica de todos os Estados Soberanos da Europa...* 2 vols., Lisboa, na Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1736.

LÍTER MAYAYO, Carmen e SANCHIS BALLESTER, Francisco – *Tomás Lopez y sus Colaboradores*. Madrid, Biblioteca Nacional, 1998.

LÍTER MAYAYO, Carmen – *La Obra de Tomás López Imagem Cartográfica del Siglo XVIII*. Madrid, Biblioteca Nacional, 2002.

LOPES, José da Cruz – *Uma Perspectiva de Ecologia Humana. O caso da Barragem do Alto Lindoso na Zona Serrana do Minho-Lima*. Viana do Castelo, Escola Superior de Tecnologia e Gestão-Instituto Politécnico de Viana do Castelo, 2002.

MACEDO, Jorge Borges de – *Problemas de História da Indústria Portuguesa no Século XVIII*. Lisboa, Editorial Querco, 1982.

MACEDO, Jorge Borges de – *O Bloqueio Continental – Economia e Guerra Peninsular*. 2ª ed., Lisboa, Gradiva, 1990.

BIBLIOGRAFIA

MACHADO, Alberto de Sousa – “Para a História das Invasões Francesas”, in *Arquivo do Alto Minho*, vol. VI, Viana do Castelo, Instituto Histórico do Alto Minho, 1956, pp. 10-19.

MACHADO, Júlio M. – *Crónica da Vila Velha de Chaves*. 2ªed., Chaves, Câmara Municipal de Chaves, 2000.

MADUREIRA, Nuno Luís – *Mercado e Privilégios a Indústria Portuguesa entre 1750 e 1834*. Lisboa, Editorial Estampa, 1997.

MAGALHÃES, Ivone Baptista de – *Embarcações Tradicionais: Em busca de um património esquecido*. Viana do Castelo, Grupo Desportivo e Cultural dos Trabalhadores dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, 1998.

MAGALHÃES, Joaquim Romero de, GARCIA, João Carlos e FLORES, Jorge Manuel – *Lugares e Regiões em Mapas Antigos*. Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997.

MAGALHÃES, Taveira de – “Summario histórico-bibliográfico sobre a Defeza de Portugal. III período, desde a Revolução Francesa até ao fim da Campanha de 1801”, in *Revista do Exército e da Armada*, vol. IV, nº 81, Lisboa, Typographia da Cooperativa Militar, 1900.

MANIQUE, Luís de Pina – “Subsídios para a História da Cartografia Portuguesa”, in *Boletim do Instituto Geográfico e Cadastral*, vol. III, Lisboa, Instituto Geográfico e Cadastral, 1943, p. 183-248.

MANIQUE, Luís de Pina – “O Convénio Luso-Brasileiro de 1867 sobre Cartografia Portuguesa”, in *Anais do IV Congresso de História Nacional*, 4º vol., Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1950, pp. 451-484.

MANSO PORTO, Carmen – *Cartografia Histórica Portuguesa, Catálogo de Manuscritos (siglos XVII-XVIII)*. Madrid, Real academia de la Historia, 1999.

MARQUES, Fernando Pereira – *Exército e Sociedade em Portugal, no declínio do Antigo Regime e advento do Liberalismo*. Lisboa, Publicações Alfa, 1989.

MARQUES, Fernando Pereira – *Exército, mudança e modernização na primeira metade do século XIX*. Lisboa, Edições Cosmos, 1999.

MARQUES, Hélder – “Região Demarcada dos Vinhos Verdes” in *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Geografia*, I Série, vol. III, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1987, pp. 135-242.

MARQUES, Miguel da Silva – *Cartografia Antiga: tabela de equivalências de medidas cálculo de escalas e conversão de valores e coordenadas geográficas*. Lisboa, Biblioteca Nacional, 2001.

MARTINS, Dorbalino dos Santos – “A Academia Militar”, in *Cadernos de História Militar*, nº2, Lisboa, Direcção do Serviço Histórico Militar, 1990.

MATA, Eugénia e VALÉRIO, Nuno – *História Económica de Portugal, uma Perspectiva Global*. 2ª ed., Lisboa, Editorial Presença, 2003.

MATTOS, Gastão de Mello – “Os Terços de Entre-Douro-e-Minho nas Guerras da Aclamação”, in *Separata do Volume Especial da Revista de Guimarães*, Porto, Sociedade Martins Sarmento, 1940.

MATTOSO, José, DAVEAU, Suzanne e BELO, Duarte – *Portugal – O sabor da Terra. Minho*. Lisboa, Círculo de Leitores, 1997.

MAXWELL, Kenneth – “Marquês de Pombal: Paradoxo do Iluminismo”, in *Do Iluminismo Pombalino à Reforma do Estado Moderno – Curso Marquês de Pombal*”, s/1, Instituto Nacional de Administração, 2001, pp. 13 a 36.

MAXWELL, Kenneth – *O Marquês de Pombal*. Lisboa, Editorial Presença, 2001.

MEIRELES, Maria Adelaide – *Catálogo dos Livros de Plantas*. Porto, Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Porto, 1982.

MEIRELES, Maria Adelaide – “Introdução”, in *Topografia da Província de Entre Douro e Minho Delineada por Gonçalo Luís da Silva Brandão*, ed. Fac similada, Porto, Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1994.

MENDES, Humberto Gabriel – “Catálogo de Cartas Antigas da Mapoteca do Instituto Geográfico e Cadastral” in *Cadernos Técnicos e de Informação*, nº 22. Lisboa, Instituto Geográfico e Cadastral, 1969.

MENDES, Humberto Gabriel – *Cartografia portuguesa do Marquês de Pombal a Filipe Folque 1750-1900. O Património Histórico Cartográfico do Instituto Geográfico Cadastral*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1982.

MENDES, Humberto Gabriel – “O Convénio Cartográfico Luso-Brasileiro de 1867 – A Cartografia Portuguesa ao Serviço da Comunidade Luso-Brasileira”, Lisboa, 1983, pp. 1-43.

MENDES, José Amado – “Memória sobre a Província do Minho”, in *Revista Portuguesa de História*, nº 18, Coimbra, 1980, pp. 31-69.

MONTANER i GARCIA, M. Carme – *Mapes i Cartògrafs a la Catalunya Contemporània (1833-1941). Els inicis i la consolidació de la cartografia topogràfica*. Barcelona, Rafael Dalmau e Institut Cartogràfic de Catalunya, 2000.

MOREIRA, Luís Miguel – “Um “coup d’oeil” sobre o Entre Douro e Minho pelo Engenheiro Militar Michel Lescolles, em 1661” in Actas do II Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica (edição on-line),

BIBLIOGRAFIA

Instituto Geográfico Português, http://www.igeo.pt/servicos/CDI/Parado/simposio/IISimposioLBCH_files/LuisMiguelMoreira.pdf.

MOREIRA, Manuel António Fernandes – “Do carácter popular da Revolução de 1640 em Viana ao militarismo das primeiras intervenções na fronteira do Minho”, in *Cadernos Vianenses*, tomo 18, Viana do Castelo, Câmara Municipal de Viana do Castelo, 1995, pp. 165-191.

MOREIRA, Rafael – “Do Rigor Teórico à Urgência Prática: a Arquitectura Militar”, in *História da Arte em Portugal – O Limiar do Barroco*, vol. 8, Lisboa, Publicações Alfa, 1986, pp. 67-85.

MOREIRA, Rafael (dir.) – *História das Fortificações Portuguesas no Mundo*. Lisboa, Publicações Alfa, 1989.

MORENO, Humberto Baquero – *A Acção dos Almocreves no Desenvolvimento das Comunicações Inter-Regionais Portuguesas nos Fins da Idade Média*. Porto, Brasília Editora, 1979.

MOTA, Avelino Teixeira da – *Arquitectos e Engenheiros e a Cartografia de Portugal até 1700*, inédito, s/d.

MOTA, Avelino Teixeira da – “A «Sociedade Real Marítima» e os Primeiros Estudos de Marés em Portugal”, in *Anais do Instituto Hidrográfico*, nº2, Lisboa, 1965, pp. 7-18.

MOTA, Avelino Teixeira da – “Acerca da recente devolução a Portugal, pelo Brasil, de manuscritos da Sociedade Real, Marítima, Militar e Geográfica (1798-1807)”, in *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1972, pp. 237-310.

MOTA, Isabel Ferreira da – *A Academia Real da História. Os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no séc. XVIII*. Coimbra, Edições MinervaCoimbra, 2003.

MURO, José Ignacio, NADAL, Francesc e URTEAGA, Luis – *Geografía Estadística y catastro en España 1856-1870*. Barcelona, Ediciones del Serbal, 1996.

NADAL, Francesc e URTEAGA, Luis – “Cartografia y Estado: los Mapas Topográficos Nacionales y la Estadística Territorial en el Siglo XIX”, in *Geo Crítica*, nº 88, Barcelona, Universitat de Barcelona, 1990, pp. 7-91.

NEVES, José Acúrsio das – *Obras Completas de José Acúrsio das Neves*. 6 vols., Porto, Edições Afrontamento, s/d.

NONELL, Anni Günther – *Porto, 1763/1852 a construção da cidade entre despotismo e liberalismo*. Porto, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2002.

NUNES, Maria de Fátima – *O Liberalismo Português: Ideários e Ciências O Universo de Marino Miguel Franzini (1800-1860)*. Lisboa,

Instituto Nacional de Investigação Científica e Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, 1988.

NUNES, Maria de Fátima – “A Sociedade Real, Marítima e Geográfica (1798-1808) -Notas para o Estudo da Sociabilidade Científica em Portugal”, in *Colóquio Internacional Carlos III y su Siglo*, tomo II, Madrid, 1990, pp. 765-771.

NUNES, Maria de Fátima – *Leitura e Agricultura – A imprensa periódica científica em Portugal (1772-1852)*. Dissertação de Doutoramento em História da Cultura Moderna e Contemporânea, 2 vols. Évora, Universidade de Évora, 1994.

NUÑEZ DE LAS CUEVAS, Rodolfo – “Cartografía Española del Siglo XIX”, in *Curso de Conferencias sobre Historia de la Cartografía Española*, Madrid, Real Academia das Ciencias Exactas, Físicas y Naturales, 1982, pp. 75-111.

NUÑEZ DE LAS CUEVAS, Rodolfo – “Cartografía Española en el Siglo XVIII” in *Astronomia y Cartografía de los Siglos XVIII y XIX*. Madrid, Observatorio Astronómico Nacional y Instituto Geográfico Nacional, 1987, pp. 53-70.

OBERMEYER, Carla – “Qualitative Methods: a key to a better understanding of demographic behavior?”, in *Population and Development Review*, vol. 23, nº 4, New York, The Population Council, 1997, pp. 813 a 818.

O’FLANAGAN, Patrick – *Xeografía Histórica de Galicia*. Vigo, Edicións Xerais de Galicia, 1996.

OLIVEIRA, Aurélio de – “Mercados a Norte do Douro – Algumas Considerações Sobre a História dos Preços em Portugal e a Importância dos Mercados Regionais (Séculos XVII-XVIII)”, in *Revista da Faculdade de Letras-História*, nº 11, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1985, pp. 97-160.

OLIVEIRA, Aurélio de – “As Fábricas de Papel do Rio Este”, in *Bracara Augusta*, vol. XLIV, nº96, Braga, Câmara Municipal de Braga, 1993, pp. 417-443.

OLIVEIRA, José Pereira de (coord.) – Território e Dinâmicas Urbanas: Atlas das Cidades do Norte de Portugal (ACINP). Porto, Gabinete de Estudos de Desenvolvimento e Ordenamento do Território-Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2000.

OLIVEIRA, Valente de (coord.) – *O Porto e as Invasões Francesas 1809-2009*. 4 vols., Porto, Público e Câmara Municipal do Porto, 2009.

ORTEGA VALCÁRCEL, José – *Los horizontes de la geografía: teoría de la geografía*. Barcelona, editorial Ariel, 2000.

OSSWALD, Helena – “Em Torno Dos Inqueritos Paroquiais uma Fonte para o Conhecimento do Espaço Litoral”, in *O Litoral em Perspectiva Histórica (Séc. XVI a XVIII)*, Porto, Instituto de História Moderna, 2002, pp. 127-143.

PACHECO, Maria José – *AVICELLA – Antologia de Textos sobre Vizela e seu Termo*. Porto, Brasília Editora, 1984.

PACIONE, Michael *et al.*- *Historical Geography: Progress and Prospect*. London, Croom Helm, 1987.

PALSKY, Gilles – “La Cartographie Statistique de la Population au XIXe Siècle”, in *Espace, Populations, Sociétés*, 1991-3, Lille, Université des Sciences et Techniques de Lille, s/d, pp. 451-458.

PALSKY, Gilles – “Aux origines de la cartographie thématique : les cartes especiales avant 1800”, in *La Cartografia Francesa, 5è curs, Cicle de conferències sobre Història de la Cartografia*, Barcelona, Institut Cartogràfic de Catalunya, Generalitat de Catalunya e Universitat Autònoma de Barcelona-Departament de Geografia, 1996, pp. 129-145.

PALSKY, Gilles – “Les développements de la Cartographie Statistique au XIXe Siècle”, in *La Cartografia Francesa, 5è curs, Cicle de conferències sobre Història de la Cartografia*, Barcelona, Institut Cartogràfic de Catalunya, Generalitat de Catalunya e Universitat Autònoma de Barcelona-Departament de Geografia, pp. 149-164.

PALSKY, Gilles – “Origines et Évolution de la Cartographie Thématique (XVII^e-XIX Siècles)”, in *Revista da Faculdade de Letras – Geografia*, vol. XIV, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1998, pp. 39-60.

PALSKY, Gilles – “La Figure des Nombres”, in *Les Cahiers de Science & Vie*, n° 48, Paris, Excelsior Publications, 1998, pp. 64-70.

PARKER, Geoffrey – “Maps and Ministers: The spanish Habsburgs”, in *Monarchs, Ministers and Maps: the Emergence of Cartography as a Tool of Government in Early Modern Europe*. Chicago, The University of Chicago Press, 1992.

PATIER, Felicidad – *La Biblioteca de Tomás lopez, s eguida de la relación de los mapas impresos con sus cobres y de los libros del caudal de venta que quedaran a su fallecimiento en Madrid en 1802*. Madrid, ediciones El Museo universal, 1992.

PEIXOTO, Rocha – “Formas da Vida Comunalista”, in *Matérias para a História da Questão Agrária em Portugal – Séc. XIX e XX*”, selecção, prefácio e notas de Manuel Villarverde Cabral, Porto, Editorial Inova, 1974, pp. 391-405.

PEIXOTO, António Maranhão – *O Litoral de Viana e a sua Arquitectura Militar*. Viana do Castelo, Arquivo Municipal de Viana do Castelo, 2001.

A Pintura do Mundo – Geografia Portuguesa e Cartografia dos Séculos XVI a XVIII. Porto, Câmara Municipal do Porto, 1992.

PELLETIER, Monique – “Formation et missions de l’ingénieur géographe militaire au XVIII^e siècle”, in *L’œil du Cartographe et la représentation géographique du Moyen Âge à nos jours*, dir. C. Bousquet-Bressolier, Paris, Comité des Travaux Historiques et Scientifiques, 1995, pp. 73-92.

PELLETIER, Monique – “Cartographie Nationale, Cartographie Régionale: de Ptolémée à Cassini”, in *La Cartografia Francesa*, Barcelona, Institut cartogràfic de Catalunya, 1996, pp. 69-82.

PELLETIER, Monique – « Cartography and Power in France during the seventeenth and eighteenth centuries” in *Cartographica*, vol. 35, n^o 3/4, Calgary, MRC Coulson, 1999, pp. 41-53.

PELLETIER, Monique – *Cartographie de la France et du monde de la Renaissance au Siècle des lumières*. Paris, Bibliothèque Nationale de France, 2001.

PEREDA, Felipe e MARÍAS, Fernando – “El Hallazgo del Atlas del Rey Planeta” in *La Aventura de la Historia*, n^o 46, Madrid, Arlanza Ediciones, 2002, pp. 80-83.

PEREIRA, José Esteves – *O pensamento político em Portugal no século XVIII. António Ribeiro dos Santos*. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983.

PEREIRA, José Esteves – “O pensamento económico de Manuel Gomes de Lima Bezerra”, in *Cadernos Vianenses*, tomo 18, Viana do Castelo, Câmara Municipal de Viana do Castelo, 1995, pp. 193-203.

PEREIRA, José Fernandes (dir.) e PEREIRA, Paulo (coord.) – *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*. Lisboa, Editorial Presença, 1989, pp. 259-260.

PEREIRA, José Maria Dantas – *Memoria para a Historia do Grande Marquez de Pombal no Concernente à Marinha: Sendo a de Guerra o Principal Objecto Considerado*. Lisboa, Academia Real das Ciências de Lisboa, 1832.

PEREIRA, Margareth da Silva – “Visão de cidade e do território no período joanino: a acção do brigadeiro Alpoim”, in *Colectânea de Estudos Universo Urbanístico Português 1415 – 1822*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001, pp. 369-381.

BIBLIOGRAFIA

PICKLES, John – “Texts, Hermeneutics and Propaganda Maps”, in *Writing world, discourse, text and metaphor in the representation of landscape*, ed. By Trevor Barnes and James Duncan, London and New York, Routledge, 1992, pp. 193-230.

PINA, Maria Helena Mesquita – “O Espaço Agrário de Ponte de Lima. Alguns Contrastes”, in *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Geografia*, I Série, vol. VI, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1990, pp. 65-148.

PORTOCARRERO, Gustavo – *Sistemas de Defesa Costeira na Arrábida Durante a Idade Moderna – Uma visão Social*. Lisboa, Edições Colibri, 2003.

RAEUBER, Charles Alphonse – “Military Topographical Reconnaissance in Portugal, 1810”, in *New Lights on the Peninsular War – International Congress on the Iberian Peninsula Selected Papers 1780-1840*, s/l, The British Historical Society of Portugal, 1991, pp. 165-178.

RAEUBER, Charles Alphonse – *Les Renseignements la reconnaissance et les Transmissions Militaires du Temps de Napoléon l'exemple de la Troisième Invasion du Portugal 1810*. Lisboa, s/n, 1993.

RAMOS, Luís A. de Oliveira – “Para a História Social e Cultural (Fins do Século XVIII – Princípios do Século XIX)”, in *Bracara Augusta*, vol. XXI, Braga, Câmara Municipal de Braga, 1977, pp. 291-302.

RAMOS, Luís A. de Oliveira – *Sob o Signo das «Luzes»*. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987.

RAU, Virgínia – *Feiras Medievais Portuguesas – Subsídios para o seu Estudo*. 2ª ed., Lisboa, Editorial Presença, 1983.

REGUERA RODRÍGUEZ, T. – *Territorio Ordenado, Territorio Dominado: Espacios, Políticas y conflictos en la España de la Ilustración*. León, Universidad de León, 1993.

REIS, António de Matos – “Miguel de Lescot, Engenheiro e Arquitecto”, in *Estudos Regionais*, nº 5, Viana do Castelo, Centro de estudos Regionais, Junho de 1989, pp 53-54.

REIS, António de Matos – “Viana, Povoação de marinheiros no Século XVI” in *Sessões Culturais em Viana do Castelo 22-23 de Julho de 1991*, Lisboa, Academia de Marinha, 1991, pp. 25-34.

REIS, António de Matos – “Caminhos da História da Arte no Noroeste de Portugal no Primeiro Quartel do Séc. XVIII”, in *Cadernos Vianenses*, tomo 19, Viana do Castelo, Câmara Municipal, 1995, pp. 159-166.

RIBEIRO, Carlos e DELGADO, Filipe Nery – *Relatório Ácerca da Arborização Geral do Paiz apresentado a sua excellencia o Ministro das Obras Publicas, Commercio e Industri em resposta aos Quesitos do arti-*

go 1º do Decreto de 21 de Setembro. Lisboa, Typographia da Academia Real das Ciências, 1868.

RIBEIRO, José Silvestre – *Historia dos Estabelecimentos Científicos Litterarios e Artísticos de Portugal nos Sucessivos Reinados da Monarchia*. Lisboa, Typographia da Academia Real das Ciências, 1872.

RIBEIRO, Orlando – “Aglomeração e Dispersão do Povoamento Rural”, in *Opúsculos Geográficos*, vol IV, Lisboa, Fundação Calouste de Gulbenkian, 1991, pp. 219-316.

RIBEIRO, Orlando – “Novas Contribuições para o Estudo do Povoamento de Portugal”, in *Opúsculos Geográficos*, vol IV, Lisboa, Fundação Calouste de Gulbenkian, 1991, pp. 317-355.

RIBEIRO, Orlando – *Introdução ao Estudo da Geografia Regional*. 2ª ed., Lisboa, Edições João Sá da Costa, 1995.

RIBEIRO, Orlando – *Portugal o Mediterrâneo e o Atlântico* – Coleção «Nova Universidade». 7ª ed., Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1998.

RIBEIRO, Orlando, LAUTENSACH, Hermann, e DAVEAU, Suzanne – *Geografia de Portugal*. 4 Vols., 2ª ed., Lisboa, Edições João Sá da Costa, 1987-1990.

ROBINSON, Arthur Howard – *Early Thematic Mapping In The History Of Cartography*. Chicago, The University of Chicago Press, 1982.

RODRIGUES, Luís Alexandre – *Bragança no século XVIII: Urbanismo e Arquitectura*, 2 vols., dissertação de Mestrado em História de Arte, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1995.

RODRIGUES, Manuel Ferreira e MENDES, José M. Amado – *História da Indústria Portuguesa – Da Idade Média aos Nossos Dias*. Mem Martins, Publicações Europa-América e Associação Industrial Portuense, 1999.

RODRIGUES, Teresa de Jesus – *O Entre Minho e Lima de 1381 a 154 – Antecedentes e Evolução da Comarca Eclesiástica de Valença do Minho*. Viana do Castelo, Centro de Estudos Regionais, 2002.

SAITO, Osamu – “Historical Demography: achievement and prospects”, in *Population Studies*, vol. 50, nº 3, London, The Population Investigation Committee, 1996, pp. 537-553.

SALEMA, Coronel Vasco da Costa – “Desenhos Cartográficos Militares Espanhóis Referentes à Campanha de 1762”, in *Boletim do Arquivo Histórico Militar*, 49 vol., Lisboa, Arquivo Histórico Militar, 1979, pp. 7-56.

SANTOS, H. Madureira dos – “Catálogo dos Decretos do Extinto Conselho de Guerra, na Parte não Publicada pelo General Cláudio de

BIBLIOGRAFIA

Chaby”, separata do Boletim do Arquivo Histórico Militar, vol.V, Lisboa, Arquivo Histórico Militar, 1965.

SELVAGEM, Carlos – *Portugal Militar – Cômpendio de História Militar e Naval de Portugal desde as Origens do Estado Portucalense até ao fim da Dinastia de Bragança*. 2ª reimpressão, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1994.

SEPÚLVEDA, Cristóvão Magalhães Aires – *História Orgânica e Política do Exército Português*. Vol V (Provas), Lisboa, Imprensa Nacional, 1910.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *A População de Portugal em 1789 – O Censo de Pina Manique*. Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1970.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *Viagens em Portugal de Manuel Severim de Faria. 1603-1609-1625*. Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1974.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo – “Uma Estimativa da População portuguesa em 1640” in *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa – Classe de Letras*, vol. XVI, Lisboa, 1975, pp. 213-303.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal*. Vol. V, 2ª ed., Lisboa, Editorial Verbo, 1982.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal*. Vol. VI, 2ª ed., Lisboa, Editorial Verbo, 1984.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal*. Vol. VIII, 2ª ed., Lisboa, Editorial Verbo, 1986.

SERRÃO, José Vicente – “O Quadro Humano” in *História de Portugal* dir. José Mattoso, vol. 4 , Lisboa, Editorial Estampa, 1998, pp. 43-63.

SERRÃO, José Vicente – “O Quadro Económico” in *História de Portugal* dir. José Mattoso, vol. 4 , Lisboa, Editorial Estampa, 1998, pp. 67-109.

SILVA, A. A. Baldaque da – *Estado Actual das Pescas em Portugal*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1891.

SILVA, Ana Cristina Nogueira da – *O Modelo Espacial do Estado Moderno Reorganização Territorial em Portugal nos Finais do Antigo Regime*. Lisboa, Editorial Estampa, 1998.

SILVA, Ana Cristina Nogueira e HESPANHA, António Manuel – “A Identidade Portuguesa” in *História de Portugal*, dir. de José Mattoso, vol. 4, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 25-27.

SILVA, Ana Cristina Nogueira e HESPANHA, António Manuel – “O Quadro Espacial” in *História de Portugal*, dir. de José Mattoso, vol. 4, Lisboa, Editorial Estampa, 1998, pp. 35-41.

SILVEIRA, Luís Nuno Espinha da – *Território e Poder. Nas Origens do estado Contemporâneo em Portugal*. Cascais, Patrimonia Historica, 1997.

SILVEIRA, Luís Nuno Espinha da – “A população portuguesa na primeira metade do século XIX. Novas metodologias de análise”, in *Actas do XX Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social*, vol. I, Porto, Faculdade de Economia da Universidade do Porto, 2000.

SMITH, David – “Correspondence”, in *Imago Mundi*, nº 39, London, Kings Colledge, 1987, p. 92.

SOARES, Ernesto – *História da Gravura Artística em Portugal. Os artistas e as suas obras*. Tomo I, Lisboa, Instituto para a Alta Cultura, 1940.

SOARES, Ernesto – *Estampadores e Impressores – Contribuição para o Estudo das Artes Gráficas*. Lisboa, Academia Portuguesa de Ex. Libris, 1966.

SOEIRO, Teresa – “Pescadores de terra adentro”, in *Oceanos*, nº 47/48, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2001, pp.136-158.

SORALUCE BLOND, José Ramon – *Castilhos y Fortificaciiones de galicia – La Arquitectura Militar de los Siglos XVI-XVIII*. s/l, Fundación Pedro Barrié de la Maza- Conde de Fenosa, 1985.

SOROMENHO, Miguel Conceição Silva – *Manuel Pinto de Vilalobos: da engenharia militar à arquitectura*. Dissertação de Mestrado em História da Arte Moderna, 3 vols. Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Departamento de História de Arte, 1991.

SOROMENHO, Miguel Conceição Silva – “O Desenho das Fortificações Dois Manuscritos Inéditos do Engenheiro Vianense Manuel Pinto Vilalobos”, in *Cadernos Vianenses*, nº 22, Viana do Castelo, Câmara Municipal de Viana do Castelo, 1997, pp. 119-132.

SOROMENHO, Miguel Conceição Silva – “A Fortificação Moderna, 1659-1737”, in *Monumentos*, nº 12, Lisboa, Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 2000, pp. 19-23

SOROMENHO, Miguel Conceição Silva – “Descrever, registar, ins- truir: práticas e usos do desenho”, in *A Ciência do Desenho: A Ilustração na Coleção de Códices da Biblioteca Nacional* [Catálogo], Lisboa, Biblioteca Nacional, 2001, pp. 19-24.

SOUSA, Fernando de – “Portugal nos Fins do Antigo Regime (Fontes para o seu Estudo)”, in *Bracara Augusta*, vol. XXI, Braga, Câmara Municipal de Braga, 1977, pp. 303-320.

SOUSA, Fernando de – “A População portuguesa em finais do século XVIII”, in *População e Sociedade*, nº1, Porto, Centro de Estudos da População e Família, 1995, pp. 41 a 55.

BIBLIOGRAFIA

SOUSA, Fernando de – *História da Estatística em Portugal*. Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, 1995.

SOUSA, Fernando e ALVES, Jorge Fernandes – *Alto Minho, População e Economia nos Finais de Setecentos*. Lisboa, Editorial Presença, 1997.

STEPHEN, Leslie and LEE, Sidney (ed.) – *The Dictionary of National Biography*. 11th ed., Oxford, Oxford University Press, 1998.

SUBTIL, José e GASPAR, Ana Teixeira – *A Câmara de Viana do Minho nos Finais do Antigo Regime (1750-1834)*. Vol I, Viana do Castelo, Câmara Municipal, 1998.

SUBTIL, José – “O Processo Político (1621-1807): No crepúsculo do corporativismo. Do reinado de D. José às invasões francesas (1750-1807)”, in *História de Portugal*, dir. José Mattoso, vol. 4, Lisboa, Editorial Estampa, 1998, pp. 419-420.

TEIXEIRA, Manuel C. e VALLA, Margarida – *O Urbanismo Português Séculos XIII-XVIII Portugal-Brasil*. Lisboa, Livros Horizonte, 1999.

[TOMÁS LOPEZ] y Vargas Machuca – *Atlas du Portugal & d’Espagne*. Madrid, s/n, 1762.

A Terra de Vera Cruz: Viagens, descrições e mapas do Séc. XVIII. Porto, Biblioteca Pública Municipal do Porto, 2000.

VALENTE, Vasco – “O Governador Sir Nicholas Trant Apologista do Vinho”, in *Suplemento ao Caderno nº 119 do Instituto do Vinho do Porto*, Porto, Instituto do Vinho do Porto, 1949.

VALLA, Margarida – *Espaço Urbano no Recinto Fortificado do Século XVII: a Teoria e a Prática* in “Actas do Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português 1415-1822”. Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001, pp. 383-405.

VAZQUEZ MAURE, Francisco – “Cartografía de la Península: Siglos XVI a XVIII”, in *Curso de Conferencias sobre Historia de la Cartografía Española*. Madrid, Real Academia das Ciencias Exactas, Físicas y Naturales, 1982, pp. 59-73.

VELOSO, José Valério – *Memoria dos factos populares na província do Minho em 1809: onde forão sacrificados os Chefes do Exercito, e outras muitas pessoas mercantes*. Porto, Imprensa na Rua de Santo António, 1823.

VICENTE, António Pedro – “Um Soldado da Guerra Peninsular – Bernardim Freire de Andrade e Castro”, in *Separata do nº 40 do Boletim Histórico Militar*, Lisboa, Arquivo Histórico Militar, 1970.

VICENTE, António Pedro – “Memórias Políticas Geográficas e Militares de Portugal, 1792-1796”, in *Boletim do Arquivo Histórico Militar*, nº 41, Lisboa, Arquivo Histórico Militar, 1971.

VICENTE, António Pedro – *Manuscritos do Arquivo Histórico de Vincennes referentes a Portugal*. 3 vols., Paris, Fundação Calouste Gulbenkian e Centro Cultural Português, 1971-1983.

VICENTE, António Pedro – “Do Rossilhão às Invasões Francesas”, in *Portugal e a Guerra, história das intervenções militares portuguesas nos grandes conflitos mundiais (sécs. XIX-XX)*, Lisboa, Edições Colibri, 1998, pp. 34-46.

VICENTE, António Pedro – “O Recrutamento de Militares no Estrangeiro – de Shaumbourg Lippe a William Beresford”, in *O Tempo de Napoleão em Portugal – Estudos Históricos*, 2ª ed., Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 2000, pp. 57-73.

VICENTE, António Pedro – “Reflexos da Política de Godoy Relativa a Portugal – Um Projecto da Conquista da Galiza em 1796” in *O Tempo de Napoleão em Portugal – Estudos Históricos*. 2ª ed., Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 2000, pp. 145-159.

VICENTE, António Pedro – “Para a História da Engenharia Francesa em Portugal – Aspectos da Actuação do Coronel Vincent (1807-1808)” in *O Tempo de Napoleão em Portugal – Estudos Históricos*. 2ª ed., Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 2000, pp. 237-251.

VICENTE, António Pedro – *O Tempo de Napoleão em Portugal – Estudos Históricos*. 2ª ed., Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 2000.

VIEIRA, Carlos Miguel Carlindo – *Barqueiros do Lima*. Viana do castelo, Câmara Municipal de Viana do castelo, 1984.

VIEIRA, José Augusto – *O Minho Pitoresco*, 2 vols., 2ª ed., Valença, Rotary Club de Valença, 1986.

VILLASBOAS, Custódio José Gomes de – “Mémoire sur les Forces Militaires des Provinces du Minho & de la Galice avec des Observations sur une Guerre Offensive et Deffensive 1796” in *Boletim do Arquivo Histórico Militar*, nº 41, Lisboa, Arquivo Histórico Militar, 1971, pp. 203-235.

VILLASBOAS, Custódio José Gomes de – “Descrição Topographica das Commarcas Fronteiras da Provincia do Minho” in *Alto Minho-População e Economia nos Finais de Setecentos*. Lisboa, Editorial Presença, 1997, pp. 102-162.

VILLASBOAS, Custódio José Gomes de – “Resposta dada aos 18 quesitos apresentados pelo Governador da Justiça do Porto” in *O Engenheiro Custódio José Gomes de Villasboas e os Portos de Mar de Esposende em 1795 e Viana em 1805*. Viana do Castelo, Edição dos “Amigos do Mar”, 1994, pp. 48-78.

BIBLIOGRAFIA

VILLASBOAS, Custódio José Gomes de – “Resposta aos quesitos do Visconde de Balsemão” in *Geografia e Economia da província do Minho nos fins do século XVIII*. Porto, Centro de Estudo Humanísticos da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1970, pp. 89-102.

VILLASBOAS, Custódio José Gomes de – “Cadastro da Província do Minho” in *Geografia e Economia da província do Minho nos fins do século XVIII*. Porto, Centro de Estudo Humanísticos da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1970, pp.129-379.

VITERBO, Sousa – *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Constructores Portugueses ou a serviço de Portugal*. 3 vols., ed. fac similada do exemplar de 1899, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988.

WALLIS, Helen M. And ROBINSON, Arthur H.- *Cartographical Innovations An International Handbook of Mapping Terms to 1900*. s/l, Map Collector Publications in association with the International Cartographic Association, 1987.

WELLER, Jac – *Wellington in the Peninsula*. London, Greenhill Books, 1999.

WENZLER, Claude – *Architecture du Bastion l'Art de Vauban*. Rennes, éditions Ouest-France, 2000.

WOOD, Denis – *The Power of Maps*. New York/London, The Guilford Press, 1992.

XAVIER, Cândido – “Considerações sobre a Statistica”, in *Annaes da Sciencia, das Artes e das Letras*, tomo X, Paris, Typografia dos Annaes, 1820, pp. 134-171.

